

# MULHERES INDÍGENAS

## no turismo e territórios socioambientais sustentáveis

Organizadores:
Edvaldo Cesar Moretti
Claudia Alejandra Troncoso

*Copyright* © autores.
Capa: Zenia Machaca Cabrera; Felipe Adriano da Costa; Equipe TotalBooks.
Foto da capa: Edvaldo Cesar Moretti.
Editoração: Equipe TotalBooks.
Revisão: Autores/equipe TotalBooks.

2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mulheres indígenas no turismo e territórios socioambientais sustentáveis / organização Edvaldo Cesar Moretti, Claudia Alejandra Troncoso. -- Porto Alegre, RS : Totalbooks, 2026.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-88393-91-8
1. Economia doméstica 2. Mulheres indígenas 3. Povos indígenas 4. Território 5. Turismo - Aspectos ambientais 6. Turismo - Aspectos econômicos 7. Sustentabilidade I. Moretti, Edvaldo Cesar. II. Troncoso, Claudia Alejandra.
26-406033.0 CDD-338.4791

**Índices para catálogo sistemático:**
1. Turismo : Desenvolvimento sustentável : Economia 338.4791
Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Todos os direitos reservados para os autores.
Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do/a respectivo/a autor/a.
*Os autores e as autoras são responsáveis pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, quadros etc.) inclusive pela grafia, correção gramatical, sintaxe e pelo uso da norma culta da língua escrita, e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.*

EDITORA TOTALBOOKS® LTDA.
www.totalbooks.com.br - contato@totalbooks.com.br

**EDITORA TOTALBOOKS**
**CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR**

Drª Adriana Dorfman
Dr. Alfa Oumar Diallo
Drª Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Bruno de Souza Lima
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Drª Cintia Santos Diallo
Drª. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Emerson Galvani
Dr. Edvaldo César Moretti
Drª Edvania Gomes de Assis Silva
Drª Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Drª Gilca Lucena Kortmann
Dr. Gustavo Daniel Buzai
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Drª Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Drª Patrícia Cristina Statella Martins
Dr. Roberto Verdum
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Drª Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro

***Agradecimentos***

Agradecemos às instituições e às pessoas que possibilitaram a realização do projeto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis", e a publicação desse livro:

- Às pesquisadoras e aos pesquisadores que atuam na *Provincia de Jujuy* e solidariamente dialogaram com nossa equipe e possibilitaram o acesso aos seus estudos e, especialmente, às mulheres indígenas da *Provincia de Jujuy* na Argentina, que gentilmente cederam seu tempo e suas memórias para nossa pesquisa;
- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento;
- Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados;
- Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados;
- Ao *Programa de Maestría en Políticas Ambientales y Territoriales,* da *Facultad de Filosofía y Letras,* da *Universidad de Buenos Aires*;
- Ao *Instituto de Geografía "Romualdo Ardissone",* da *Facultad de Filosofía y Letras*, da *Universidad de Buenos Aires*;
- Ao *Centro Universitario Tilcara, da Facultad de Filosofía y Letras*, da *Universidad de Buenos Aires*.

***Agradecimientos***

Agradecemos a las instituciones y personas que posibilitaron la realización del proyecto “Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis” y la publicación de este libro:

- A las investigadoras y a los investigadores que trabajan en la provincia de Jujuy y que, en un gesto de solidaridad, dialogaron con nuestro equipo y facilitaron el acceso a sus estudios; y, especialmente, a las mujeres indígenas de la provincia de Jujuy, Argentina, que gentilmente dedicaron su tiempo y compartieron sus memorias para nuestra investigación;
- A la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento;
- Al Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados;
- Al Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados;
- Al Programa de Maestría en Políticas Ambientales y Territoriales, de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires;
- Al Instituto de Geografía “Romualdo Ardissone”, de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires;
- Al Centro Universitario Tilcara, de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

# Apresentação

*Claudia Troncoso*

*Edvaldo Cesar Moretti*

A proposta deste livro é apresentar resultados e discussões dos temas centrais abordados no projeto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis". O projeto foi aprovado e financiado pela CAPES, pelo Edital 16/2023, e teve início no ano de 2024. Desde então, a equipe proponente, em conjunto com estudantes bolsistas selecionados dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados, realiza procedimentos metodológicos de pesquisa para compreender o significado da participação de mulheres indígenas na atividade turística na província de Jujuy, no noroeste argentino, e as possibilidades de usos do território na perspectiva dos preceitos da sustentabilidade socioambiental.

O uso do termo sustentabilidade socioambiental é associado à construção de propostas para soluções dos problemas causados pelo modelo de desenvolvimento moderno na relação sociedade-natureza, transformando, em ritmo acelerado, o equilíbrio que possibilitou a existência humana no planeta Terra. Nesse sentido, a sustentabilidade é pensada como possibilidade de avanços no enfrentamento dos problemas provocados pela transformação dos elementos da natureza em mercadorias. Se considerarmos a unidade da sociedade e da natureza, uma fazendo parte da outra, produzir um outro mundo passa necessariamente por repensar as práticas sociais e os usos dominantes da natureza no tempo presente, baseados na pilhagem ambiental e na geração de miséria.

A investigação científica das práticas de mulheres indígenas faz parte da busca por compreender formas possíveis de relações socioambientais que superem a dicotomia sociedade-natureza e indiquem caminhos possíveis para a valorização dos conhecimentos produzidos pelas populações originárias, produtoras de territórios com respeito aos ritmos temporais e espaciais dos elementos da natureza, e que possibilitem a construção de proposições para um desenvolvimento social baseado na justiça ambiental e na solidariedade entre as pessoas.

O estudo da prática das mulheres na atividade turística aponta para a ideia da necessidade de o trabalho se associar ao mundo moderno e promover as condições materiais para a subsistência objetiva e subjetiva dos povos originários, garantindo condições para sua permanência em suas terras e a geração de renda. A vinculação do trabalho à prática do turismo, conforme apontam os estudos apresentados nos capítulos deste livro, pode constituir um movimento de resistência contra as formas predatórias de apropriação da natureza. Portanto, a análise crítica da prática do turismo enquanto empreendimento capitalista indica desafios a serem superados e possibilidades de construção comunitária e solidária de territórios socioambientalmente sustentáveis.

O direcionamento do estudo sobre a participação das mulheres é metodologicamente associado à proposta de busca de novas possibilidades de produção territorial. Ao mesmo tempo em que considera a necessidade de produzir a sustentabilidade socioambiental, considera-se fundamental subverter a lógica centrada no homem como único agente social capaz de exercer o poder e realizar a produção de riqueza. Ao considerar a mulher como central no estudo, é possível dar visibilidade ao trabalho das mulheres e à sua capacidade de viabilizar práticas socioambientais solidárias e com foco na organização comunitária.

Com essas ideias como ponto de partida, o projeto de pesquisa selecionou como área de estudo o norte da Argentina e, em especial, a província de Jujuy. Essa escolha fundamenta-se em

alguns processos de transformação recentes no contexto dessa província, vinculados ao crescimento do turismo. Esse crescimento, nas últimas décadas, envolveu a participação dos atores econômicos tradicionais e hegemônicos na região, fundamentalmente empresários do setor turístico que desenvolveram uma oferta variada de serviços (hospedagem, gastronomia, excursões). No entanto, no panorama dos atores ligados ao turismo, as comunidades originárias também ganharam destaque. De forma ativa, essas comunidades têm buscado oferecer bens e serviços aos visitantes que chegam aos diferentes destinos da província, e as mulheres desempenharam um papel de destaque nessas iniciativas. Com efeito, uma abordagem inicial do tema mostrava que as mulheres indígenas assumiam um papel de protagonismo ao comercializar bens artesanais e oferecer serviços de visitas turísticas e roteiros guiados, os quais envolviam apresentar ao turista costumes, saberes, modos de vida e cosmovisões próprias dessas comunidades. A partir dessa constatação, elaborou-se o projeto de pesquisa que buscou investigar as diversas dimensões dessa relação entre as mulheres indígenas e o turismo, visto que tais iniciativas representavam propostas alternativas e inovadoras no âmbito local. Assim, interessou-nos analisar, entre outros aspectos: como surgiram e se mantêm ao longo do tempo as iniciativas turísticas que envolvem mulheres indígenas; como se articulam, no âmbito doméstico, as tarefas relacionadas ao turismo e aquelas voltadas ao cuidado; quais interesses e propósitos estão em jogo nesses projetos; quais vínculos de cooperação ou conflito as mulheres estabelecem com outros atores sociais no contexto do turismo; e quais benefícios se buscam ao dedicar-se a essa atividade: trata-se apenas da obtenção de renda? O turismo funciona como um meio para viabilizar o reconhecimento cultural e identitário? Busca-se, por meio do turismo, dar visibilidade às reivindicações e demandas por direitos indígenas no desenvolvimento de serviços turísticos? Este livro reúne os resultados da pesquisa orientada por essas ideias sobre a sustentabilidade no turismo e o papel das mulheres indígenas, bem como por essas perguntas concretas para o caso de

Jujuy. Como apoio às reflexões provocadas pela pesquisa, foi incluído um capítulo referente ao turismo comunitário e ao trabalho com mulheres indígenas em Rondônia, no Brasil.

Os capítulos que compõem o livro são apresentados nas línguas originais em que foram escritos, português e espanhol, respeitando a produção do conhecimento dos e nos lugares. Parte dos capítulos é escrita por membros do projeto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis", e outros são escritos por pesquisadores convidados que, de alguma forma, interagiram com os temas da pesquisa.

No capítulo 1, Edvaldo Cesar Moretti, coordenador do projeto, apresenta os princípios teóricos e metodológicos que motivaram o projeto de pesquisa e os significados dos temas abordados pelo projeto, com destaque para a ideia de sustentabilidade socioambiental, territórios sustentáveis e atividade turística.

No capítulo 2, Claudia Troncoso, apresenta análise dos resultados levantados pelo projeto e identifica o processo de crescimento da atividade turística na província de Jujuy, no noroeste argentino. A autora destaca a participação das mulheres indígenas no processo de consolidação do turismo na província e os desafios enfrentados para a manutenção do território dos povos originários.

As autoras Clarisa Otero e Mariana Katz destacam, no capítulo 3, a organização de mulheres em associações femininas em Jujuy e consideram o impacto do turismo de massa, do extrativismo e da patrimonialização. Finalmente, analisam as estratégias de ordenamento do território e a resistência dos povos originários.

Na sequência, Mónica Montenegro, Fabio Mendez e Gabriela Bejarano apresentam, no capítulo 4, reflexão sobre os desafios metodológicos para o estudo do patrimônio na Quebrada de Humahuaca, na província de Jujuy e realizam reflexão sobre a relação entre patrimônio e turismo, considerando as dinâmicas territoriais, a estrutura produtiva e os serviços turísticos na

Quebrada de Humahuaca e analisam as políticas públicas e os instrumentos de gestão turística.

No capítulo 5, escrito por Elaine Ketelin Pinto Luz; no 6, de autoria de Ana Klara Orichuela Fróes e Natalia Micaela Machaca Cabrera; no capítulo 7, de Fernanda Ferreira Rodrigues Rosa; e, no capítulo 8, de Felipe Adriano da Costa, os autores apresentam resultados, relatos e reflexões a partir dos trabalhos de campo realizados na província de Jujuy, como parte das atividades do projeto de pesquisa "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis". As autoras e os autores desses capítulos apresentam suas experiências e leituras específicas e instigantes sobre a participação de mulheres indígenas na atividade turística e as possibilidades e desafios para as comunidades na perspectiva da construção de territórios socioambientalmente sustentáveis.

A pesquisadora María del Rosario Dassen, autora do capítulo 9, discorre sobre a prática da extensão no *Centro Universitario de Tilcara*, da Universidade de Buenos Aires. A autora analisa como a consolidação das atividades de extensão possibilita identificar problemas e elaborar propostas de atuação com o intuito de promover a atuação social e a institucionalidade das práticas de extensão.

No capítulo 10, Vera Lúcia Freitas Marinho, Carulina Gomes de Menezes, Felipe Adriano da Costa e Ana Klara Orichuela Fróes brindam o livro com a análise atual e importante sobre o uso da água na província de Jujuy e trazem para o debate os conflitos sociais relacionados à apropriação e ao uso da água, em um contexto de valorização e exploração do lítio e os conflitos com a atividade turística praticada pelos povos originários na província.

O capítulo 11, escrito por Juliana Grasiéli Bueno Mota, Makana Amondawa, Natanael Pabikãr Surui e Roseline Mezacasa, traz uma experiência diversa das apresentadas nos capítulos anteriores. O capítulo traz a experiência de povos indígenas no turismo comunitário em Rondônia, no Brasil. O capítulo traz a leitura da prática do turismo realizada na região Norte do Brasil,

com participação, na escrita do texto, de pesquisadores indígenas e não indígenas, valorizando o conhecimento científico e o conhecimento produzido localmente. O texto aponta para os princípios básicos do projeto, valorização dos conhecimentos, permitindo a produção do saber através da troca e do diálogo, e possibilitou o registro de um outro local onde as populações indígenas vivenciam a experiência do turismo.

A diversidade das leituras apresentadas nos 10 capítulos iniciais da obra é resultado de três anos de pesquisa e de diálogos com as comunidades originárias do norte argentino e com pesquisadores que atuam e refletem sobre as possibilidades da produção territorial a partir de práticas sociais potentes, no sentido de estabelecer as diretrizes para a sustentabilidade socioambiental. Essa obra pretende ser um instrumento para reflexão e valorização de mulheres indígenas que, no cotidiano e na organização social, demonstram que é possível pensar e realizar uma outra geografia, centrada nas pessoas, nas trocas e na solidariedade.

## Presentación

*Claudia Troncoso*

*Edvaldo Cesar Moretti*

El objetivo de este libro es presentar los resultados y el análisis de los temas centrales abordados en el proyecto "Las mujeres en las prácticas turísticas y la producción de territorios socioambientales sostenibles". Este proyecto fue aprobado y financiado por la CAPES, mediante la convocatoria 16/2023, y comenzó en el año 2024. Desde entonces, el equipo de investigación, junto con estudiantes becarios seleccionados de los Programas de Posgrado en Geografía y en Ciencias Sociales de la Universidade Federal da Grande Dourados, desarrolla metodologías de investigación para comprender el significado de la participación de las mujeres indígenas en la actividad turística en la provincia de Jujuy, en el noroeste argentino, y las posibilidades de uso del territorio desde la perspectiva de los principios de la sostenibilidad socioambiental.

El uso del término "sostenibilidad socioambiental" se asocia con la elaboración de propuestas para resolver los problemas causados, en la relación entre la sociedad y la naturaleza, por el modelo de desarrollo moderno que está transformando, a un ritmo acelerado, el equilibrio que hizo posible la existencia humana en el planeta Tierra. En este sentido, la sostenibilidad se concibe como la posibilidad de avanzar en la lucha contra los problemas provocados por la transformación de elementos naturales en mercancías. Si consideramos la unidad entre la sociedad y la naturaleza, en la que una forma parte de la otra, la creación de un mundo diferente pasa necesariamente por repensar las prácticas sociales y los usos dominantes de la naturaleza en la actualidad, basados en el saqueo ambiental y la generación de miseria.

La investigación científica sobre las prácticas de las mujeres indígenas forma parte de la búsqueda por comprender formas posibles de relaciones socioambientales que superen la dicotomía sociedad-naturaleza y señalen caminos posibles para la valorización de los conocimientos producidos por las poblaciones originarias, creadoras de territorios que respetan los ritmos temporales y espaciales de los elementos naturales, y que permitan la construcción de propuestas para un desarrollo social basado en la justicia ambiental y la solidaridad entre las personas.

El estudio de la participación de las mujeres en la actividad turística apunta a la idea de que el trabajo debe vincularse con el mundo moderno y promover las condiciones materiales para la subsistencia objetiva y subjetiva de los pueblos originarios, garantizando las condiciones para su permanencia en sus tierras y la generación de ingresos. La vinculación del trabajo con la práctica del turismo, tal como lo señalan los estudios presentados en los capítulos de este libro, puede constituir un movimiento de resistencia contra las formas depredadoras de apropiación de la naturaleza. Por esto, el análisis crítico de la práctica del turismo como empresa capitalista presenta desafíos que deben superarse y posibilidades de construcción comunitaria y solidaria de territorios socioambientalmente sostenibles.

La orientación del estudio sobre la participación de las mujeres está metodológicamente vinculada a la propuesta de buscar nuevas posibilidades de producción territorial. Al mismo tiempo que se toma en cuenta la necesidad de generar sostenibilidad socioambiental, se considera fundamental subvertir la lógica centrada en el hombre como único agente social capaz de ejercer el poder y generar riqueza. Al considerar a la mujer como figura central del estudio, es posible dar visibilidad al trabajo de las mujeres y a su capacidad para hacer viables prácticas socioambientales solidarias y enfocadas en la organización comunitaria.

Con estas ideas como punto de partida, el proyecto de investigación seleccionó como área de estudio el norte de la

Argentina y, en especial, la provincia de Jujuy. Esta elección se fundamenta en algunos procesos de transformación reciente en el contexto de esta provincia, vinculados con el crecimiento del turismo. Este crecimiento, en las últimas décadas, ha implicado la participación de los actores económicos tradicionales y hegemónicos en la región, fundamentalmente empresarios del sector turístico que desarrollaron una oferta variada de servicios (alojamiento, gastronomía, excursiones). Pero en el panorama de actores vinculados con el turismo también se han destacado las comunidades originarias. De manera activa estas comunidades han procurado ofrecer bienes y servicios a los visitantes que llegan a los diferentes destinos de la provincia y en estas iniciativas han tenido un rol destacado las mujeres. En efecto, una aproximación inicial al tema mostraba que las mujeres indígenas cobraban protagonismo al comercializar un conjunto de bienes de carácter artesanal y de ofrecer servicios de visitas turísticas y recorridos guiados que implicaban mostrar al turista costumbres, saberes, modos de vida, cosmovisiones propias de estas comunidades. A partir de este reconocimiento se elaboró el proyecto de investigación que procuró indagar en las distintas dimensiones de este vínculo entre las mujeres indígenas con el turismo, en tanto constituían propuestas alternativas y novedosas en el ámbito local. De esta manera nos interesamos por analizar, entre otras cosas, cómo han surgido y se mantienen en el tiempo las iniciativas turísticas que involucran a mujeres indígenas; cómo se articulan, en el ámbito doméstico las tareas relacionadas con el turismo con aquellas orientadas al cuidado; qué intereses y propósitos están en juego en estos proyectos; cuáles son los vínculos de cooperación o de conflicto que tejen las mujeres con otros actores sociales en su vinculación con el turismo; qué beneficios se persiguen al dedicarse al turismo: ¿se trata de únicamente de la obtención de ingresos?, ¿el turismo funciona como una vía para viabilizar el reconocimiento cultural-identitario?; ¿se busca, a través del turismo, visibilizar las reivindicaciones y demandas por derechos indígenas en el desarrollo de servicios turísticos? Este libro reúne los resultados de la investigación orientada por estas ideas sobre

la sostenibilidad en el turismo y el papel de las mujeres indígenas, así como por estas preguntas concretas para el caso de Jujuy. Como apoyo a las reflexiones suscitadas por la investigación, se ha incluido un capítulo referente al turismo comunitario y al trabajo con mujeres indígenas en Rondônia, Brasil.

Los capítulos que componen el libro se presentan en los idiomas originales en los que fueron escritos, portugués y español, respetando la producción de conocimiento de y en los lugares. Una parte de los capítulos ha sido redactada por miembros del proyecto "Las mujeres en las prácticas turísticas y la producción de territorios socioambientales sostenibles", y otros han sido escritos por investigadores invitados que, de alguna manera, han interactuado con los temas de la investigación.

En el capítulo 1, Edvaldo Cesar Moretti, coordinador del proyecto, presenta los principios teóricos y metodológicos que motivaron el proyecto de investigación y los significados de los temas abordados por el proyecto, con especial énfasis en la idea de sostenibilidad socioambiental, territorios sostenibles y actividad turística.

En el capítulo 2, Claudia Troncoso, presenta un análisis de los resultados recopilados por el proyecto e identifica el proceso de crecimiento de la actividad turística en la provincia de Jujuy, en el noroeste argentino. La autora destaca la participación de las mujeres indígenas en el proceso de consolidación del turismo en la provincia y los desafíos que se enfrentan para la conservación del territorio de los pueblos originarios.

Las autoras Clarisa Otero y Mariana Katz abordan, en el capítulo 3, la organización de las mujeres en asociaciones femeninas en Jujuy y analizan el impacto del turismo de masas, el extractivismo y la patrimonialización. Examina, asimismo, las estrategias de ordenamiento territorial y la resistencia de los pueblos originarios.

A continuación, Mónica Montenegro, Fabio Méndez y Gabriela Bejarano presentan, en el capítulo 4, una reflexión sobre los desafíos metodológicos para el estudio del patrimonio en la

Quebrada de Humahuaca, en la provincia de Jujuy. Reflexionan sobre la relación entre patrimonio y turismo, consideran las dinámicas territoriales, la estructura productiva y los servicios turísticos en la Quebrada de Humahuaca, y analizan las políticas públicas y los instrumentos de gestión turística.

En el capítulo 5, escrito por Elaine Ketelin Pinto Luz; en el capítulo 6, de Ana Klara Orichuela Fróes y Natalia Micaela Machaca Cabrera; en el capítulo 7, de Fernanda Ferreira Rodrigues Rosa; y en el capítulo 8, de Felipe Adriano da Costa, los autores presentan resultados, relatos y reflexiones a partir de los trabajos de campo realizados en la provincia de Jujuy, como parte de las actividades del proyecto de investigación "Las mujeres en las prácticas turísticas y la producción de territorios socioambientales sostenibles". Las autoras y los autores de estos capítulos presentan sus experiencias y sus interpretaciones específicas e instigantes sobre la participación de las mujeres indígenas en la actividad turística, así como las posibilidades y los desafíos para las comunidades desde la perspectiva de la construcción de territorios socioambientalmente sostenibles.

La investigadora María del Rosario Dassen, autora del capítulo 9, aborda la práctica de extensión en el Centro Universitario de Tilcara, de la Universidad de Buenos Aires. La autora analiza cómo la consolidación de las actividades de extensión permite identificar problemas y elaborar propuestas de acción con el objetivo de promover la acción social y la institucionalidad de este tipo de prácticas.

En el capítulo 10, Vera Lúcia Freitas Marinho, Carulina Gomes de Menezes, Felipe Adriano da Costa y Ana Klara Orichuela Fróes aportan al libro un análisis actual e importante sobre el uso del agua en la provincia de Jujuy. Suman al debate los conflictos sociales relacionados con la apropiación y el uso del agua, en un contexto de valorización y explotación del litio, así como los conflictos con la actividad turística desarrollada por los pueblos originarios de la provincia.

El capítulo 11, escrito por Juliana Grasiéli Bueno Mota, Makana Amondawa, Natanael Pabikãr Surui y Roseline Mezacasa, presenta una experiencia distinta a las expuestas en los capítulos anteriores. El capítulo aborda la experiencia de pueblos indígenas en el turismo comunitario en Rondônia, Brasil. Ofrece una lectura de la práctica turística en la región Norte de Brasil, contando con la participación —en la redacción del texto— de investigadores tanto indígenas como no indígenas, y poniendo en valor tanto el conocimiento científico como el saber producido localmente. El texto destaca los principios fundamentales del proyecto, la valorización de los conocimientos, que permite la generación de saber a través del intercambio y el diálogo, y ha hecho posible documentar otro lugar en el que las poblaciones indígenas viven la experiencia del turismo.

La diversidad de las perspectivas presentadas en los 10 capítulos iniciales de esta obra es el resultado de tres años de investigación y de diálogos con las comunidades originarias del norte argentino y con investigadores que trabajan y reflexionan sobre las posibilidades de la producción territorial a partir de prácticas sociales potentes, con el fin de establecer las directrices para la sostenibilidad socioambiental. Esta obra pretende ser un instrumento para la reflexión y la valorización de las mujeres indígenas que, en la vida cotidiana y en formas de organización social, demuestran que es posible pensar y construir otra geografía, centrada en las personas, en los intercambios y en la solidaridad.

## Prefácio

*Susy Rodrigues Simonetti*

Antes de iniciar a escrita deste prefácio, ouvi atentamente a explicação de uma mulher indígena, estudante de mestrado, sobre a importância do seu corpo-território; estávamos dialogando sobre interculturalidade, falando sobre o outro, com o outro e construindo conhecimento a partir do encontro e da diversidade que, naquele momento, marcava nossa discussão. Quando as mulheres indígenas lutam pela preservação de seus territórios, elas também lutam pela preservação de seus corpos, que carregam a memória ancestral de seus povos.

Este termo, corpo-território, expressa a inseparabilidade entre as dimensões política, biológica, mental, social, cosmogônica e ancestral sob o olhar de múltiplas mulheres, impregnado de suas identidades e da cultura de cada mulher que o utiliza. O corpo-território também representa resistência e força no enfrentamento às violências contra a Terra e às mulheres, ao longo de gerações, isto é, emerge, nesse contexto, o argumento de luta de muitas mulheres que, nesta obra, constituem a centralidade.

E o território, para além de um espaço geográfico, é um lugar de afetos, de histórias, um espaço vivo e compartilhado pelas múltiplas culturas. São diversos povos indígenas e comunidades tradicionais que dependem dele, e as mulheres são suas guardiãs. Dentre as atividades que caminham para a promoção de territórios socioambientais mais sustentáveis, ao valorizar e cultivar as tradições, acionando os saberes locais, surge o turismo. Nos territórios de vida, o turismo é pensado como uma ferramenta de proteção territorial, valorização e salvaguarda cultural, conservação ambiental e emancipação econômica sob a gestão de muitas mulheres, e elas são as protagonistas dessa prática social.

A permanência dos povos originários nos territórios socioambientais, imprimindo suas dinâmicas, suas próprias regras e, em muitos casos, liderados por mulheres protagonistas do

turismo, é um convite aos visitantes para, não apenas conviver com outras culturas, mas a embarcarem em uma experiência profunda e complexa de conexão com o outro: o visitado. A visitação turística nas comunidades anfitriãs pode se mostrar transformadora, marcada pela autenticidade e a ancestralidade reveladas e evocadas no contato intercultural entre os diferentes.

O envolvimento das mulheres indígenas no turismo garante que elas assumam a defesa do seu território e promovam uma gestão mais sustentável da atividade, que recebe diversas denominações. O mais importante é considerar que a forma de gestão local do turismo se contrapõe ao turismo tradicional, cuja marca principal é a exploração dos lugares, das comunidades e da natureza.

Diante de uma atividade como o turismo, afeita de impactos negativos, as mulheres indígenas têm enfrentado barreiras como o machismo estrutural, os afazeres domésticos *versus* a atuação no turismo, as pressões do mercado, as violências cotidianas. Mas o turismo também pode ser cenário de impactos positivos, como a autonomia e a gestão coletiva dos bens comuns, uma alternativa econômica para as comunidades, e o estreitamento das relações interculturais com os visitantes, o que pode proporcionar visibilidade e valorização cultural.

Esta obra reúne mulheridades, turismo e a relação ancestral com seus territórios socioambientais, em que a valorização dos saberes tradicionais, as memórias, a produção local e a geração de renda por meio do turismo, são bandeiras de luta em face das ameaças e conflitos aos quais as comunidades indígenas estão expostas. Estar no território, mantendo-o habitado, é a melhor forma de defendê-lo; é nele que estão fincadas as raízes das muitas mulheres indígenas, e a identidade do corpo-território se fortalece com a observação cuidadosa e minuciosa de espécies, processos ecológicos, paisagens e fenômenos que envolvem a geografia e o turismo.

## SUMÁRIO

A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO POSSIBILIDADE PARA PRODUÇÃO DE COMUNIDADES SOCIOAMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS ..... 21

EL TURISMO EN EL NORTE ARGENTINO: PROCESOS Y NUEVAS TENDENCIAS DE LA MANO DE COMUNIDADES Y MUJERES INDÍGENAS ..... 40

INTERSECCIONALIDAD Y AGENCIAS FEMENINAS EN LOS PROCESOS DE PATRIMONIALIZACIÓN Y TURISMO COMUNITARIO EN JUJUY ..... 70

ALCANCES Y DESAFÍOS METODOLÓGICOS PARA LOS ESTUDIOS DE IMPACTO PATRIMONIAL, EN QUEBRADA DE HUMAHUACA PROVINCIA DE JUJUY – ARGENTINA..... 105

MULHERES ORIGINÁRIAS DO NOROESTE ARGENTINO: VIVÊNCIAS EM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PROVÍNCIA DE JUJUY..... 122

LAS MUJERES INDÍGENAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE JUJUY COMO DESTINO TURÍSTICO: REPRESENTACIONES, PARTICIPACIÓN Y TENSIONES..... 135

RELATO DE VIVÊNCIA DE PESQUISA SOBRE MULHERES, TURISMO E TERRITÓRIO NO NOROESTE ARGENTINO..... 154

ENTRE O ESPETÁCULO E A ANCESTRALIDADE: UM ENSAIO SOBRE O TURISMO, GÊNERO E MEGAEVENTOS NO BRASIL E NA QUEBRADA DE HUMAHUACA..... 180

TEJER UNIVERSIDAD PÚBLICA EN TIEMPOS COMPLEJOS. PRÁCTICAS DE EXTENSIÓN Y CONSTRUCCIÓN COLECTIVA DESDE TILCARA, PROVINCIA DE JUJUY – ARGENTINA ..... 196

CONFLITOS NO USO DA ÁGUA NA PROVÍNCIA DE JUJUY – ARGENTINA..... 221

EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DE TURISMO COMUNITÁRIO EM RONDÔNIA – BRASIL..... 253

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS) ..... 285

# A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO POSSIBILIDADE PARA PRODUÇÃO DE COMUNIDADES SOCIOAMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS

*Edvaldo Cesar Moretti*

## Introdução

O turismo constitui uma das atividades humanas mais representativas do tempo presente, tanto no aspecto econômico quanto nos aspectos social e cultural, assumindo, desde o final do século XX e, de forma mais intensa, no século XXI, posição estratégica nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional e à dinamização das economias locais. A intensificação da mobilidade internacional, a expansão das redes de transporte, a disseminação das tecnologias digitais e a crescente valorização das experiências associadas ao lazer transformaram o turismo em um importante agente de reorganização espacial, influenciando profundamente a produção e a transformação dos lugares em diferentes escalas.

Trata-se de um fenômeno socioespacial complexo, que produz, reorganiza e ressignifica lugares, articulando fluxos de pessoas, capitais, informações e símbolos. Essa compreensão aproxima-se da concepção formulada por Lefebvre (1991), para quem o espaço é um produto social, construído historicamente por meio das relações econômicas, políticas e culturais. O turismo, ao demandar infraestrutura, equipamentos urbanos, serviços especializados e estratégias de marketing territorial, participa ativamente desse processo, produzindo novas territorialidades e, frequentemente, reconfigurando os sentidos atribuídos aos lugares.

Ao mesmo tempo, a expansão da atividade turística ocorre em um contexto marcado pela intensificação das crises socioambientais globais. As mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a escassez hídrica, a degradação dos ecossistemas e a ampliação das desigualdades sociais desafiam os modelos tradicionais de desenvolvimento (Leff, 2009; Sachs, 2008).

O turismo pode ser considerado uma possibilidade de participação na construção de novas formas de produção dos lugares, a partir da reflexão sobre práticas turísticas comprometidas com a valorização das ações coletivas e com formas de produção de ambientes socialmente sustentáveis, bem como com o empoderamento das comunidades nos processos decisórios que impliquem a produção de territórios. Trata-se, inclusive, de superar a simples incorporação do adjetivo "sustentável" ao turismo, uma vez que essa denominação nem sempre corresponde à adoção de práticas efetivamente comprometidas com a transformação das relações entre sociedade e natureza (Ruschmann, 2016).

Concordando com Cruz (2006), é fundamental compreender a atividade turística como parte do processo de produção do espaço, envolvendo relações de poder, disputas territoriais e diferentes formas de apropriação dos recursos naturais e culturais. Assim, a prática do turismo, na perspectiva da superação das desigualdades e da produção da sustentabilidade socioambiental, depende não apenas da preservação ambiental, mas também da forma como os benefícios econômicos são distribuídos, da participação das comunidades locais na tomada de decisões e da existência de mecanismos democráticos de governança territorial.

Com essa perspectiva, foi produzido o projeto de pesquisa "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis", com o objetivo de contribuir para a produção de conhecimento sobre a organização social de mulheres que atuam na prática do turismo como estratégia de valorização do sentimento de pertencimento em relação aos

lugares que habitam e, ao mesmo tempo, identificar e demonstrar a produção de geografias para além das normativas impostas pelo modelo de desenvolvimento centrado na pilhagem ambiental e na exploração radical do trabalho. O desenvolvimento é aqui pensado como resultado da capacidade das pessoas de mobilizarem recursos, estabelecerem redes de cooperação e construírem projetos coletivos capazes de fortalecer sua autonomia diante das dinâmicas globais e, em uma condição de empoderamento, possibilitar sua participação nessas dinâmicas com capacidade decisória e autonomia.

No contexto latino-americano, essa discussão assume características particulares em razão da elevada diversidade biológica e cultural da região, da presença de povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, agricultores familiares, comunidades andinas e outras comunidades tradicionais que, historicamente, estabeleceram formas específicas de interação com seus territórios, muitas vezes com protagonismo das mulheres na estruturação das atividades comunitárias. Em muitos casos, essas populações passaram a incorporar o turismo como estratégia complementar de geração de renda, preservação cultural e fortalecimento da autonomia local. Contudo, também enfrentam desafios relacionados à pressão imobiliária, à mercantilização de seus patrimônios culturais e às disputas pelo controle dos recursos naturais.

A partir de análises realizadas em pesquisas sobre a situação socioambiental contemporânea, a pergunta que se impõe é: em que condições a atividade turística pode contribuir para a produção de comunidades socioambientalmente sustentáveis? A resposta exige superar interpretações simplificadoras que associam automaticamente turismo e desenvolvimento. Assim sendo, demanda compreender os processos de territorialização da atividade, as relações de poder que estruturam sua expansão e as formas pelas quais diferentes agentes sociais participam da produção do espaço turístico e, especificamente no âmbito do

projeto, como as mulheres participam dos processos relacionados à prática do turismo.

A hipótese para o estudo é a de que o turismo produzido de acordo com os interesses de reprodução do capital não promove a possibilidade de produção de um mundo socioambientalmente sustentável e, portanto, questiona a possibilidade do chamado turismo sustentável com base mercantil. A contribuição do turismo para a superação das misérias sociais e para a transformação da natureza depende da existência de políticas públicas integradas, de mecanismos participativos de governança, da valorização dos patrimônios naturais e culturais e do fortalecimento das capacidades locais, no sentido de construir formas emancipatórias de viver. Em contrapartida, quando subordinado exclusivamente às lógicas do mercado, o turismo tende a reproduzir desigualdades, intensificar conflitos socioambientais e aprofundar processos de exclusão territorial.

## Desafios da pesquisa científica sobre as práticas turísticas comunitárias

O projeto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis" referencia esta publicação e foi elaborado a partir do acúmulo de pesquisas realizadas junto a comunidades em três países: Brasil, Moçambique e Cuba. O tema central das análises realizadas foi a aproximação entre a prática do turismo e as possibilidades de emancipação social por meio da inserção de comunidades no circuito turístico, com a valorização do conhecimento territorial produzido através do trabalho nas relações entre sociedade e natureza. As experiências acumuladas nessas pesquisas trouxeram inquietações, desafios teórico-metodológicos e algumas certezas. Entre elas, destaca-se a compreensão de que a pesquisa científica precisa assumir uma postura epistemológica comprometida com a compreensão das múltiplas dimensões do turismo enquanto fenômeno social, político, cultural e ambiental, assumindo o

desafio de superar a ideia de produzir conhecimento sobre as comunidades (Moretti, 2025).

A partir das escutas, dos diálogos com as pessoas e da leitura das bases teóricas centrais que formam o pensamento científico moderno, fortaleceu-se a ideia de refletir sobre os desafios teórico-metodológicos da investigação científica e suas implicações para a emancipação social, entendida como ampliação da autonomia, fortalecimento da participação política e capacidade coletiva de decidir sobre a produção socioambiental.

Autores como Arturo Escobar (2008; 2018) e Enrique Leff (2001; 2010) trazem importantes reflexões críticas sobre práticas socioeconômicas associadas ao desenvolvimento. Para Escobar, o discurso do desenvolvimento foi imposto pelo Norte Global, e as histórias, culturas e saberes nativos foram subjugados pela racionalidade ocidental moderna. O autor propõe compreender o território como espaço de vida, identidade e produção de conhecimento. De forma complementar, Enrique Leff (2009) argumenta que a racionalidade econômica moderna tende a reduzir a natureza à condição de recurso produtivo. O autor defende a construção de uma racionalidade ambiental fundamentada na diversidade cultural, na sustentabilidade ecológica e na valorização dos conhecimentos locais.

Portanto, trata-se de um mundo cuja racionalidade dominante do pensar impõe a leitura da realidade a partir de premissas estabelecidas que garantem a reprodução do desenvolvimento mercantil. Para superar esse reducionismo analítico, a proposta é compreender o turismo como atividade econômica, mas também como processo político que envolve disputas sobre o controle das lógicas naturais, do patrimônio cultural e das formas de viver de populações com vivências diferenciadas daquelas impostas pelo mundo moderno urbanizado.

As experiências de pesquisa com as gentes pantaneiras (Pantanal brasileiro), com as populações assentadas em terras rurais e as populações urbanas no Planalto da Bodoquena, com os

moradores do entorno do Parque Nacional de Viñales, em Cuba, e com os trabalhadores do turismo em Maputo, Moçambique, possibilitaram pensar e construir metodologias de pesquisa específicas, dialogadas em cada projeto de pesquisa, com revisões das formas de construção de dados e informações que possibilitam leituras de realidades inseridas na totalidade da estrutura do mundo moderno.

O desafio é adotar e, mesmo, construir metodologias capazes de dialogar com sujeitos que produzem cotidianamente formas próprias de criação, de vivência e de relação com a natureza, que possibilitaram sua existência como cultura e que, agora, no tempo presente, são impulsionados a participar de um mundo em rede, no qual cada lugar é produzido para a reprodução da forma do capital dominante.

Jürgen Habermas (1987), ao desenvolver a *Teoria do Agir Comunicativo*, permite pensar a pesquisa como processo comunicativo fundamentado no diálogo. O princípio adotado para a pesquisa foi o da legitimidade do conhecimento construído em processos dialógicos, com procedimentos metodológicos definidos previamente e ajustados de acordo com os trabalhos de campo realizados. Destacam-se, nesse processo, as entrevistas dialogadas, as visitas guiadas pelos moradores aos lugares de vivência e de prática da atividade turística, acompanhadas de diálogos e perguntas previamente definidas, que possibilitaram descrever os lugares e suas dinâmicas estruturantes.

Essa perspectiva metodológica exige do grupo de pesquisadores um permanente exercício de reflexividade, reconhecendo que toda investigação está atravessada por relações de poder, interesses institucionais e posições sociais.

Especificamente para a área de pesquisa do projeto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis", o norte argentino, definimos como grupo social do estudo as mulheres indígenas que atuam, de alguma forma, com a atividade turística. Essa escolha foi pensada como uma estratégia metodológica para superar o olhar das

pesquisas sobre os homens e suas práticas, considerando que, no turismo, as mulheres possuem espaços específicos de atuação em diferentes momentos, como na produção de artesanato, comercialização, condução de atividades, estruturação das hospedagens e participação direta em atividades relacionadas à cultura, como gastronomia, música, dança, entre outras.

A escolha pela pesquisa com populações indígenas também está relacionada à intenção de pensar a produção do conhecimento a partir do olhar sobre populações que apresentam projetos e práticas de resistência na manutenção territorial. No caso específico, trata-se de mulheres que atuam com a atividade turística como estratégia de pertencimento e produção territorial.

Portanto, a definição do estudo voltado para mulheres indígenas está associada à proposta metodológica de uma pesquisa pensada como contribuição da ciência para a emancipação social e a sustentabilidade socioambiental.

## Turismo e movimento socioterritorial

O mundo contemporâneo caracteriza-se, em aparência, pela homogeneização da vida, em que tanto a materialidade dos objetos quanto a subjetividade das pessoas são submetidas à lógica da mercantilização.

Os resultados das pesquisas aqui destacadas indicam a existência de resistências ao processo de homogeneização. O turismo, enquanto atividade social, apresenta-se, nesse contexto, como um fenômeno que contém em si tanto a forma dominante, contribuindo para a homogeneização, quanto a possibilidade de atuar como estratégia para que as comunidades resistam e apresentem alternativas relevantes de vivências e de territorialidades múltiplas, no sentido do fortalecimento e da emancipação de comunidades na busca pela produção de lugares socioambientalmente sustentáveis.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2004) destaca que os territórios contemporâneos são caracterizados pela multiplicidade de apropriações e pertencimentos. Essa perspectiva é particularmente importante para compreender os lugares turísticos, pois um mesmo território pode ser simultaneamente lugar de moradia, espaço produtivo, patrimônio cultural, patrimônio natural, área de conservação ambiental e destino turístico. Essa perspectiva de análise indica que o significado dos lugares está em disputa.

Os diálogos realizados com as mulheres indígenas do norte argentino que participam da atividade turística evidenciam a disputa socioambiental concretizada na disputa pelo controle do uso da água, na posse da terra e no acesso às paisagens. Os trabalhos de campo realizados na província de Jujuy, na Argentina, possibilitaram a vivência com grupos de mulheres que têm seu trabalho vinculado à atividade turística e que, a partir dessa situação, conseguem construir formas de leitura política e de organização do território capazes de resistir aos processos de intervenção de grandes capitais voltados para o uso do território a partir da lógica da expropriação de recursos naturais. Esse fato revela uma das principais especificidades do turismo: sua dependência dos atributos territoriais.

O turismo está frequentemente associado a características singulares dos lugares, como paisagens naturais, patrimônios culturais, modos de vida tradicionais e manifestações identitárias. Especificamente, no caso de nosso estudo, a associação ocorre com a paisagem dos Andes e a cultura dos povos andinos. Entretanto, essa dependência dos atributos territoriais também produz contradições. Ao transformar elementos da vida cotidiana em atrativos turísticos, o turismo pode contribuir para a valorização das identidades locais, mas também pode submetê-las às lógicas do mercado. A paisagem, a cultura e os modos de vida passam a adquirir valor econômico, tornando-se objetos de consumo turístico.

O turismo evidencia a tensão entre valor de uso e valor de troca do território. Enquanto as comunidades locais atribuem aos seus espaços significados relacionados à memória, ao pertencimento e à reprodução da vida cotidiana, os agentes econômicos frequentemente os interpretam como oportunidade de reprodução de frações do capital.

No caso específico do estudo realizado na província de Jujuy, as falas das mulheres entrevistadas, que atuam com o turismo, apontam para a valorização da memória, da paisagem, da cultura e do uso de elementos da natureza para a produção de artefatos transformados em produtos para os visitantes. O significado dado ao território é de pertencimento, e sua valorização possibilita a defesa da manutenção das relações com a natureza historicamente constituídas e que possibilitaram a existência do lugar socioambientalmente valorizado pelo turismo.[1]

O olhar para o território como parte da construção da vida comunitária possibilitou a organização de parcelas da comunidade local para o enfrentamento da expropriação de terras e da pilhagem de elementos naturais. Em estudo publicado em 2020, Bergesio, Golovanvsky e González referem-se aos problemas enfrentados pelos povos indígenas na Argentina e, especificamente, pelos povos localizados na província de Jujuy. Os autores apontam a existência de numerosas denúncias dos povos originários sobre os impactos provocados pela exploração dos recursos naturais:

> [...] los efectos de la contaminación de diversas explotaciones mineras (pasadas y/o presentes), el desmonte indiscriminado y el uso abusivo de los recursos naturales (en especial del agua) por algunos terratenientes y grandes empresas (sobre todo de carácter internacional) (Bergesio; Golovanvsky; González, 2020, p. 9).

[1] Os dados consolidados da pesquisa estão apresentados nos relatórios do projeto e em vídeos produzidos pela equipe do projeto e divulgados no canal https://www.youtube.com/watch?v=fQUd8 ZURrc4&t=34s.

A situação de apropriação das terras ocupadas por povos originários foi agravada pelo interesse de grandes empresas internacionais na exploração mineral do lítio, em jazidas encontradas em áreas da província de Jujuy, que concentram 43% do lítio explorado na Argentina (Indian Law Resource Center, 2025).

Como parte desse mesmo processo de exploração dos recursos, ocorre também a apropriação das terras desses povos para fins mercantis, inclusive vinculados à prática do turismo. Esse cenário é agravado pela especulação imobiliária vinculada ao turismo, acelerada com a inclusão da Quebrada de Humahuaca, localizada na província de Jujuy, como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Alguns governos provinciais passaram a promover a entrega de títulos de terras a investidores estrangeiros, provocando a retirada de terras das comunidades indígenas (Bergesio, Golovanvsky e González, 2020). Dados sobre o preço da terra apontam um aumento de 650% na região da Quebrada de Humahuaca no período de 2003 a 2023 (Braticevic, 2023).

Esse processo de aumento da pressão sobre as terras e sobre os recursos minerais, aliado à degradação ambiental, com destaque para a qualidade da água, motivou a organização dos povos indígenas, culminando em movimentos sociais em defesa do direito ao território. No ano de 2026, as pesquisadoras Natalia Biraben, Anabella Denuncio e Natalia Boffa publicaram o texto "Estar no território é a nossa melhor defesa: resistência territorial indígena e camponesa em Jujuy", no qual dialogam com lideranças indígenas e apontam algumas das atividades desenvolvidas por grupos indígenas organizados, com destaque para a participação das mulheres nesses movimentos:

a) a Rede Puna[2] denuncia a não conclusão do levantamento cadastral e legal dos povos indígenas, o que possibilitaria

[2] Rede Puna pode ser descrita como uma organização social e territorial de comunidades indígenas e camponesas na região da Puna, na província de Jujuy, na Argentina, focada na defesa de territórios e na produção e no comércio justo de artesanato.

o reconhecimento dos povos indígenas e de seus territórios;

b) as comunidades de Salinas Grandes e Laguna de Guayatayoc estabeleceram o protocolo biocultural Kachi Yupi, que defende o direito à água e estabelece um mecanismo de governança territorial, a Assembleia Geral da Bacia;

c) também na região da Puna, o grupo *Mujeres Defensoras del Hábitat Natural* incluiu nas ações dos movimentos sociais o tema ambiental, ao realizar ações de recuperação da vegetação originária, com a árvore nativa queñua, planta capaz de armazenar grandes quantidades de água e que foi devastada;

d) na comunidade indígena Rodero, na província de Jujuy, foi definida a permanência na terra como forma de resistência, e o turismo comunitário foi entendido como atividade capaz de promover essa permanência na terra (Biraben, Denuncio e Boffa, 2026).

Estes são movimentos socioterritoriais (Mançano Fernandes, 2005) organizados por comunidades indígenas que exemplificam a resistência de populações que sofrem com as mazelas da ocupação territorial decorrentes do processo de expansão de capitais, capitaneado por grandes empresas voltadas para a pilhagem ambiental. Nesse contexto, foram identificados elementos concretos da organização dos povos indígenas relacionados à atividade turística, como gestão, hospedagem, produção e comercialização de produtos voltados para os visitantes.

Na localidade de Hornocal, que possui como atratividade as montanhas coloridas, retratadas na Figura 1, foi instalado um mirante situado a mais de quatro mil metros de altitude, que recebe um número significativo de visitantes nacionais e estrangeiros. A visita às montanhas é controlada pelo povo originário Omaguaca, que possui direitos sobre as terras onde se

localizam a montanha e o mirante. A comunidade organiza a visitação ao atrativo através de cooperativa que controla o acesso ao local. Lá realizam a cobrança de taxa de entrada, promovem a venda de artesanato e de alimentos locais, com o objetivo de manutenção da estrada de acesso ao atrativo, conservação do mirante e angariar renda para os membros da comunidade.

Figura 1 - Imagens do mirante da Montanha de 14 cores, Hornocal.



Fonte: Autor (novembro de 2025).

Os recursos arrecadados são reinvestidos no mirante e na produção de artesanato e de alimentos, além de gerarem renda distribuída entre os membros da comunidade.

Essa mesma forma de organização social é adotada na gestão da visitação no atrativo Garganta do Diabo, realizada pela Comunidade Aborígene Ayllu Mama Kolla, composta pelo povo originário Kolla, localizada no município de Tilcara. A comunidade

organiza a visita ao atrativo, controlando a venda de ingresso ao local. A cada três dias um grupo da comunidade, normalmente três pessoas, é responsável por organizar a visitação ao mirante. O recurso arrecadado por cada grupo, é gerenciado pela cooperativa que promove melhorias nas terras da comunidade, e destina parte do recurso arrecadado ao grupo que trabalhou no período. A Figura 2 apresenta a entrada para a trilha de acesso ao atrativo com a presença dos indígenas que atuavam naquele momento no controle de acesso dos visitantes.

Figura 2 - Imagens do atrativo Garganta do Diabo, Tilcara.



Fonte: Autor (novembro de 2025).

A mais importante organização social com atuação na província de Jujuy a Rede Puna, conta com a participação de indígenas e camponeses na associação desenvolvendo ações relacionadas à atividade turística. Seus princípios básicos são a defesa dos direitos dos povos originários, a segurança alimentar, o comércio justo e a preservação ambiental.

A organização e a gestão da Rede são realizadas por mulheres, por meio de cooperativas de produção e comercialização, tendo como princípio a produção de vestuário e alimentos utilizando elementos da cultura local, bem como o comércio justo e solidário. O vínculo da Rede com o turismo ocorre por meio do comércio de roupas e alimentos em locais de maior fluxo de turistas, como na cidade de Tilcara, registrado na Figura 3.

Figura 3 - Imagem do comércio da Rede Puna, Tilcara.




Fonte: Autor (novembro de 2025).

Concomitantemente à organização para a atuação na atividade turística, ocorre a mobilização das comunidades contra ataques aos povos originários, principalmente aqueles relacionados à posse da terra e da água. Esses movimentos também se entrelaçam com o turismo, uma vez que, para as comunidades, é essencial a manutenção do território e de sua qualidade, tanto enquanto paisagem quanto em relação à disponibilidade de água, condição fundamental para a existência das práticas de turismo comunitário. O movimento de resistência aproveita os lugares turísticos para promover suas reivindicações.

A Figura 4 registra a divulgação dos objetivos da luta dos povos originários, e a luta pela terra e pela manutenção do recurso hídrico como bem público e de acesso universal.

Figura 4 - Imagens de protesto dos povos originários, Salinas Grandes.




Fonte: Autor (novembro de 2025).

Nas províncias de Jujuy e Salta, em período recente, emergem movimentos dos povos originários em defesa de seus direitos, os quais fazem parte de um quadro mais amplo de organização e mobilização dos povos indígenas latino-americanos.

Nas palavras de Guerreiro, Hadad e Wahren (2018), esses movimentos constituem contrapontos e formas de resistência ao processo de desenvolvimento adotado nos países da América Latina, centrado no "neoextrativismo". Especificamente na área de estudo, esse modelo se concretiza por meio da intensificação da exploração do lítio e da ocupação das terras por empresas mineradoras.

A situação de transformação dos lugares é acelerada pelo projeto em andamento de construção do Corredor Bioceânico, que pretende promover a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Quando sua conclusão estiver completa, será constituída uma nova rota de comércio entre o Ocidente e o Oriente na porção sul do planeta. Seu trajeto passa pela província de Jujuy, intensificando a valorização das terras, promovendo o aumento da capacidade competitiva da exploração mineral local e contribuindo para a consolidação da província como destino turístico. Ao mesmo tempo em que o corredor promete o aumento do fluxo de turistas, também suscita preocupações acerca da forma como ocorrerá a ocupação das terras e a gestão da atividade turística.

A organização dos povos originários constitui uma possibilidade de construção de espaços de participação na tomada de decisões e de fortalecimento político das comunidades, com o objetivo de disputar o modelo de realização do turismo, garantir a manutenção dos usos do território e a permanência na terra.

## Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi demonstrar como a luta dos povos originários pelos seus direitos está presente na ocupação do território das comunidades originárias na província de Jujuy, evidenciando a possibilidade real de o turismo participar do processo de expropriação das terras e da transformação da cultura e da paisagem como fonte de renda para empresas mundiais do setor turístico, constituindo uma aliança dos capitais do setor com o processo de implantação da expropriação da riqueza mineral. Contudo, o turismo também se constitui em possibilidade para as

comunidades participarem desse processo de transformação socioterritorial. Portanto, ocorre um embate pela definição do modelo de turismo que será dominante e sobre como se dará o significado do território. Nas palavras de Guerreiro, Hadad e Wahren (2018): *"El territorio aparece entonces como una categoría compleja, móvil, en permanente proceso de resignificación y disputa"* (p. 180).

A inserção das comunidades indígenas como participantes do turismo indica a relevância de pensar o significado da atividade no mundo moderno e, no centro do debate, os caminhos que a humanidade irá seguir em um momento de profundas alterações no sistema natural, com riscos à continuidade da vida como a reconhecemos.

A viagem turística, como um dos elementos centrais da experiência da vida no mundo contemporâneo, constitui um fenômeno mundial e participa da reprodução ampliada do capital, produzindo significados para lugares e paisagens e, consequentemente, transformando-os de acordo com os significados que interessam ao mercado. As experiências das mulheres indígenas da província de Jujuy com o turismo são relevantes para a reflexão sobre as possibilidades da atividade como estratégia de luta pela vida dessas comunidades e pela existência histórica dessas comunidades como produtoras dos lugares e das paisagens transformadas em atrativos. Portanto, a luta escapa de um significado local para assumir um significado global, no momento de transformação das condições que possibilitam a reprodução da vida material humana no planeta. A participação dessas comunidades organizadas na atividade turística significa possibilidade de existência, de saída da invisibilidade e de possibilitar o conhecimento do mundo real a partir da valorização da cultura que foi produzida na relação com a natureza e, portanto, com práticas socioambientais que possibilitem a existência desses lugares.

Nesse sentido, o turismo, enquanto prática humana em disputa, participa da ocupação territorial, e a luta dessas

comunidades indica possibilidades de outras formas de praticar a viagem turística, baseadas no conhecimento, na sustentabilidade socioambiental, e como estratégia para o movimento socioterritorial emancipatório.

## Referências

BERGESIO, L.; GOLOVANVSKY, L.; GONZÁLEZ, N. Desigualdades invisibilizadas: pueblos y mujeres indígenas en Argentina. **Estudios del ISHIR**, n. 27. Investigaciones Socio Históricas Regionales, Unidad Ejecutora en Red – CONICET. 2020.

BIRABEN, N.; DENUNCIO, A.; BOFFA, N. **Estar no território é a nossa melhor defesa:** resistência territorial indígena e camponesa em Jujuy. Revista Debates Indígenas. Iwgia. 2026. Disponível em: https://debatesindigenas.org/pt/2026/06/01 /estar-no-territorio-e-a-nossa-melhor-defesa-resistencia-territorial-indigena-e-camponesa -em-jujuy/. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRATICEVIC, S. I. Patrimonio de la humanidad por la UNESCO: crecimiento del turismo de viñedos y avance de la "frontera inmobiliaria" en la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina). **Espacio, tiempo y forma**. Serie VI. Geografía, 15, 2022.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse**. Durham: Duke University Press, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference**: Place, Movements, Life, Redes. Durham: Duke University Press, 2008.

GUERREIRO, Luciana García; HADAD, Gisela; WAHREN, Juan. Invisibilizaciones, (re)emergencias y resistencias territoriales: La lucha campesina e indígena en la Argentina contemporánea. *In*: GUERREIRO, Luciana García; LÓPEZ, Pavel (org.). **Movimientos indígenas y autonomías en América Latina**: escenarios de disputa y horizontes de posibilidad. 1. ed. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INDIAN LAW. Resource Center. **Comunidades indígenas de Jujuy denunciaron violaciones de derechos territoriales ante la ONU**. Disponível em: https://indianlaw.org/news/comunidadesindigenas-de-jujuy-denunciaron-violaciones-de-derechos-territoriales-ante-la-onu. Acesso em: 25 maio 2026.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANÇANO FERNANDES, B. Movementos socio–territorais e movementos socio–espaciais. **OSAL**, n. 16, Enero-Abril. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MORETTI, E. C. Significados de natureza e dinâmicas socioambientais na produção de geografias. *In:* MORETTI, E. C. (org). **Natureza e o cenário de crise socioambiental**. Dourados: Editora da UFGD. 2025.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentáve**l. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

# EL TURISMO EN EL NORTE ARGENTINO: PROCESOS Y NUEVAS TENDENCIAS DE LA MANO DE COMUNIDADES Y MUJERES INDÍGENAS

*Claudia Alejandra Troncoso*

## Introducción

El turismo en la provincia de Jujuy ha experimentado cambios significativos en las últimas décadas. La actividad ha crecido de manera notable especialmente en el área de la Quebrada de Humahuaca, aunque también en otras áreas de la provincia como, por ejemplo, la Puna. Este proceso puede ser analizado atendiendo a varias dimensiones que permiten comprender las complejidades que caracterizan a los destinos turísticos. En este capítulo se propone un recorrido por algunos aspectos que han caracterizado el proceso de crecimiento del turismo en esta zona de la Argentina buscando relacionarlo con dinámicas regionales y nacionales más amplias.

Para ello, se caracteriza brevemente la zona de estudio en algunos aspectos generales (históricos, sociales, productivos) que serán clave para comprender la presencia y consolidación del turismo en este lugar. Posteriormente, se desarrollan los aspectos centrales del crecimiento del turismo recuperando los proyectos, ideas e iniciativas involucrados en este crecimiento, los actores que participaron de él, los resultados de la presencia del turismo en el lugar y los conflictos que se han generado. Específicamente, se hará referencia también a las formas en que las comunidades indígenas se han relacionado con el turismo y qué rol han tenido las mujeres en este proceso. En efecto, las indagaciones del proyecto de investigación "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis", que dan

origen a este libro, han mostrado una intensa participación de mujeres indígenas en emprendimientos turísticos como una de las dimensiones más novedosas del turismo en la zona. De esta manera, este texto recupera investigaciones previas realizadas en la zona en las últimas décadas, así como resultados del proyecto de investigación mencionado. Para la elaboración del texto se recurre a entrevistas en profundidad realizadas con mujeres indígenas de la Quebrada de Humahuaca y de la Puna dedicadas a actividades vinculadas con el turismo, como también a especialistas en el tema que han desarrollado su trabajo profesional en la zona[3].

## Jujuy en los procesos de consolidación del estado y modernización de la Argentina

La actual provincia de Jujuy constituyó un territorio densamente poblado antes de la llegada de los españoles a América y la presencia indígena en esta área continúa vigente, especialmente en la Quebrada de Humahuaca y la Puna. Como ha sucedido en toda América Latina, la dominación española de estas áreas implicó transformaciones profundas en toda la zona. Estas transformaciones implicaron la desestructuración de formas de organización de las comunidades indígenas, que incluyeron procesos de sometimiento, explotación, expulsión de sus territorios, limitación de acceso a recursos, distintas formas de violencia ejercidas hacia estos pueblos, etc. (Rosso, 2022).

Durante los siglos de la dominación colonial se consolidaron algunos asentamientos poblados por españoles, criollos e indígenas que constituyen los centros urbanos actuales del noroeste (entre ellos la que sería la capital provincial, San Salvador de Jujuy, pero también Salta y Tucumán). Estas ciudades constituyeron centros importantes concentrando actividades

[3] Las entrevistas fueron realizadas en diciembre de 2004 y marzo, octubre y noviembre de 2025. La mayoría de ellas fueron realizadas en la provincia de Jujuy, algunas en la ciudad de Buenos Aires y otras implicaron encuentros virtuales con los entrevistados.

productivas, comercio y funciones de gobierno. Asimismo, buena parte de la población indígena permaneció en las áreas rurales o pequeños poblados como aquellos de la Quebrada y la Puna desarrollando actividades agrarias en pequeña escala (Karasik, 2015).

Con los procesos de creación y consolidación del estado nacional argentino (especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XIX) se generaron nuevas transformaciones. Entre otras cosas, se consolidaron las fronteras nacionales lo que implicó restricciones a la circulación y las conexiones que estas áreas del norte del país mantenían con los países vecinos, especialmente con Bolivia pertenecieron a la jurisdicción del Virreinato del Río de la Plata. A su vez se intensificaron los vínculos con otras áreas de la Argentina (especialmente con el centro del país donde se encontraba Buenos Aires que terminará siendo la capital nacional hacia fines del siglo XIX) (Reboratti, García Codrón, Albeck, Castro y Arzeno, 2003). Estos vínculos del noroeste con el centro de la Argentina se reforzaron con el tendido y la expansión de la red ferroviaria (fines del siglo XIX y principios del siglo XX) que vincularía esta región con el área pampeana y Buenos Aires (ciudad con funciones portuarias, además de ser un centro que crecía en población y actividades económicas).

En el contexto del proceso de modernización de la Argentina (desde fines del siglo XIX) el desarrollo de actividades productivas agropecuarias orientadas al mercado internacional se concentró en el centro del país, haciendo de la zona centro y, especialmente del área pampeana, la zona más rica. Ella también se configuró, en el siglo XX, como una importante área de desarrollo industrial a nivel nacional.

En este proceso el noroeste comenzó a perder peso en términos económicos en el contexto argentino. A su vez, los procesos de modernización en el propio noroeste implicaron el desarrollo de actividades productivas agrarias en gran escala con algún grado de industrialización asociada (vinculadas a la producción de azúcar y tabaco, principalmente). Esta producción

se distribuía en el mercado interno por la red ferroviaria (y en menor medida, en algunos casos se exportaba). En los contextos rurales mantuvieron su peso a lo largo del tiempo las actividades agrarias orientada a la subsistencia o destinada a intercambios comerciales locales o regionales. En buena medida estas actividades eran desarrolladas por población indígena y también criolla. A lo largo del siglo XX, la demanda de mano de obra por parte de la producción agraria a mayor escala se vinculó con un proceso migratorio (que incluyó población indígena) desde las áreas rurales de la Quebrada y la Puna hacia los centros de producción. Estos movimientos migratorios también se dirigieron hacia las ciudades del noroeste y a otros núcleos urbanos con desarrollo industrial del centro del país. A su vez, durante el siglo XX se desarrolló otra actividad productiva central para la provincia de Jujuy: la minería. Localizada especialmente en el área de la Puna (en zonas próximas a las fronteras con Bolivia y Chile), ella también demandó mano de obra que implicó movimientos migratorios desde las áreas rurales de la provincia (Teruel, 2006).

En este contexto, las áreas rurales, habitadas por población indígena y criolla fueron perdiendo población y también se dio un proceso de desarticulación de sus economías domésticas, campesinas o a pequeña escala. En efecto, progresivamente esta población también intentó incorporar otras fuentes de ingresos para complementar lo obtenido a partir de la producción doméstica con su participación en el mercado laboral como asalariados (Reboratti, García Codrón, Albeck, Castro y Arzeno, 2003).

El panorama de la Quebrada de Humahuaca y de la Puna desde las últimas décadas del siglo XX estuvo marcado por condiciones desfavorables en relación con el acceso a ingresos y condiciones de vida para amplios sectores de la población local. Asimismo, la reestructuración de la actividad azucarera y la reducción de la actividad minera generaron movimientos migratorios de regreso de los trabajadores que encontraron en sus

lugares de origen pocas opciones para obtener ingresos (Karasik, 2015).

En los últimos años la actividad minera cobró relevancia a partir del interés por la explotación de litio que se inicia en 2015 con dos proyectos en la cuenca Olaroz-Cauchari. Esta presencia generaría expectativas, pero también una fuerte oposición desde las comunidades locales a la presencia de empresas mineras en la cuenca Salinas Grandes, Laguna de Guayatayoc, entre otras cuestiones, por desarrollar tareas sin el consentimiento de las comunidades (Goñi Re, 2025). En el contexto de estos cambios recientes, como se verá a continuación, el turismo comenzará a tomar más fuerza en el ámbito provincial.

## El turismo en la provincia de Jujuy y sus cambios a lo largo del tiempo

En el contexto de la provincia de Jujuy el turismo ha tenido una presencia importante especialmente en la Quebrada de Humahuaca. Algunas localidades de esta zona se fueron consolidando como lugares de visita con fines de ocio desde del siglo XIX. En aquel momento se trataba de viajes realizados por sectores más acomodados de las sociedades locales o regionales residentes de las ciudades de San Miguel de Tucumán, San Salvador de Jujuy y Salta. Las localidades de la Quebrada visitadas desde fines del siglo XIX son Tilcara, Maimará y Humahuaca y constituían destinos apreciados para veranear dado que eran zonas libres de paludismo (Seca, 1989). También registraban visitas turísticas desde la década de 1930 las termas localizadas en Termas de Reyes, al sur de la Quebrada. El ferrocarril (que llegó a Tilcara en 1906) constituyó un importante medio de acceso para las visitas turísticas[4].

[4] El servicio ferroviario se interrumpió en la década de 1990 como parte de las iniciativas de privatizaciones que encaró el gobierno nacional como parte del proceso de reforma del Estado (Ley N.° 23.696/89).

Progresivamente durante el siglo XX el turismo cobra importancia en el contexto argentino y durante la segunda mitad del siglo se consolida lo que tradicionalmente se ha llamado turismo masivo que, entre otras cosas, va a implicar el reconocimiento al descanso anual como un derecho consolidado dentro del mundo laboral (Bertoncello, 2006).

Los principales destinos turísticos argentinos en este momento están en la costa atlántica de la provincia de Buenos Aires y en las sierras de Córdoba (entre los más destacados) (Pastoriza, 2011). En el contexto del noroeste del país, algunas localidades empiezan a definirse como destinos turísticos a nivel nacional (Tilcara y Humahuaca, por ejemplo, acompañadas de otras en el ámbito regional como Salta y Cafayate, en la provincia de Salta).

A partir del siglo XXI, hay un proceso de crecimiento del turismo en general en la Argentina. Uno de los factores que explican esto es la fuerte devaluación de la moneda nacional asociada a la crisis política, económica y social de inicios de la década de 2000. Esto estimuló la llegada de turistas extranjeros pero también la elección de destinos nacionales entre los argentinos. Durante la primera década del siglo XXI también se procura que el turismo tenga un lugar central a nivel nacional otorgándole el lugar de una actividad prioritaria. En este contexto se promulga la Ley Nacional de Turismo N.° 25.997/2005 que daría paso a la creación de iniciativas de planificación de la actividad a nivel nacional que tendrían su acompañamiento en los niveles subnacionales.

Este crecimiento general del turismo también se hará presente en el noroeste del país, consolidando su condición de destinos del turismo nacional pero también, progresivamente, del turismo internacional (aunque en menor medida que otros destinos argentinos como, por ejemplo, los patagónicos Bariloche, El Calafate y Ushuaia o la ciudad de Buenos Aires).

En general el interés turístico por el noroeste argentino se vincula con algunos atractivos específicos. En la zona de valles

áridos como la Quebrada de Humahuaca y también en la Puna se valoran los aspectos físico-naturales o paisajísticos de estos lugares y también aspectos culturales asociados a las herencias indígenas y a la presencia española. Esto incluye desde edificaciones prehispánicas y coloniales hasta creencias y manifestaciones culturales, artísticas y religiosas. En particular, en las últimas décadas, la herencia indígena ha sido especialmente resaltada como algo que ha pervivido y se encuentra vigente en la actualidad (Troncoso, 2012a).

En este contexto, los destinos principales de la provincia de Jujuy son: Tilcara, Purmamarca y Humahuaca (Quebrada de Humahuaca). La Puna (que en Jujuy se ubica al norte y al oeste del territorio provincial), por el contrario, no ha recibido tantos visitantes a lo largo de la historia; sin embargo, en las últimas décadas también comenzó a visitarse más intensamente (Troncoso, 2018; Porcaro, 2019). Entre las visitas a destinos puneños se destaca la realizada a Salinas Grandes, facilitada a partir de 2005 por la pavimentación de la Ruta Nacional N.° 52 (desde el empalme con la Ruta Nacional N.° 9) que llega hasta el Paso de Jama (en la frontera entre Argentina y Chile). Otras localidades visitadas en la Puna jujeña son La Quiaca (en la frontera con Bolivia), Yavi y Abra Pampa. En general, a todos estos destinos puneños se accede a partir de la Quebrada de Humahuaca.

En estos momentos de crecimiento del turismo en la Argentina se destaca un proceso específico que tuvo lugar en la Quebrada de Humahuaca. Este destino experimentó un crecimiento importante del turismo en los últimos veinticinco años que implicó una fuerte transformación de algunas de sus localidades (Tilcara, Purmamarca y Humahuaca). Estas transformaciones implicaron el aumento de visitas turísticas y la radicación de establecimientos turísticos (principalmente hoteles y restaurantes) (Troncoso, 2012a).

Este proceso se dio de la mano de la inclusión del lugar en la Lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO en 2003. En efecto, el área de este valle fue distinguida con este reconocimiento en la

categoría Paisaje Cultural. Esto fue resultado de una iniciativa del gobierno provincial, ámbito desde el cual se dio inicio a un proceso para lograr este reconocimiento internacional que, una vez logrado, aumentó la visibilidad del destino.

El proceso para lograr la inclusión en la lista de UNESCO fue singular y guardó estrecha relación con el turismo y las necesidades y demandas de las comunidades locales. En primer lugar, vale la pena mencionar que, como parte del proceso de postulación patrimonial, las autoridades procuraron obtener el respaldo y la legitimidad de la sociedad local. Para ello, se promovieron principalmente dos ideas orientadas a presentar la iniciativa como un proyecto beneficioso para la población de la Quebrada. La primera enfatizaba el valor identitario del reconocimiento propuesto, al sostener que la declaración patrimonial contribuiría a revalorizar la cultura andina y a otorgar mayor visibilidad y reconocimiento a sectores históricamente relegados dentro de la provincia de Jujuy[5]. Desde esta perspectiva, la inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial se concebía como una forma de fortalecer la identidad local mediante un reconocimiento internacional. La segunda idea vinculaba de manera directa la patrimonialización con el desarrollo turístico. La candidatura ante la UNESCO fue presentada como una estrategia para incrementar la visibilidad internacional de la Quebrada de Humahuaca e incorporarla a los principales circuitos del turismo patrimonial[6]. Se sostenía que el aumento de visitantes generaría nuevas oportunidades económicas, tanto a través de emprendimientos como de la creación de empleo, en un territorio caracterizado por limitadas alternativas de desarrollo. En este marco, se afirmaba que la población local debía constituirse en la

[5] Quien se desempeñara en ese momento como vicepresidente de la Nación expresaba respecto al reconocimiento patrimonial que: “Ahora las comunidades locales van a poder desarrollarse y preservar su cultura" (La Nación, 2003).

[6] Desde el gobierno de Jujuy se expresaba la idea de que con la designación patrimonial la provincia se estaba “posicionando en el ámbito nacional e internacional" (Gobierno de la provincia de Jujuy, 2004).

principal beneficiaria de estas transformaciones[7]. De este modo, el turismo ocupó un lugar central en la construcción de legitimidad del proyecto patrimonial y pasó a ser un componente fundamental del proceso de patrimonialización. A su vez, la designación patrimonial marcó fuertemente el devenir turístico del lugar en tanto sello que le dio visibilidad (para más detalles, véase Troncoso, 2012a).

Estos procesos de obtención de un reconocimiento patrimonial internacional y de crecimiento del turismo resultaron altamente conflictivos. Uno de los aspectos conflictivos de este proceso se vinculó con las posibilidades de acceso a beneficios que el turismo generaba. La expansión del turismo amplió las oportunidades de empleo y generación de ingresos para parte de la población local, no obstante, los beneficios derivados de este crecimiento fueron objeto de numerosos cuestionamientos debido a su distribución desigual. Uno de los rasgos más señalados del proceso fue el protagonismo adquirido por empresarios provenientes de otras regiones del país, quienes disponían de cierto capital económico, social y cultural que les permitieron el desarrollo de emprendimientos turísticos. Estas ventajas también facilitaron su acceso a líneas de financiamiento impulsadas en el contexto provincial para promover la actividad, mientras que buena parte de los habitantes locales encontró importantes obstáculos para acceder a dichos créditos, debido a requisitos como la posesión de propiedades o la acreditación de ingresos formales (Troncoso, 2008).

Las expectativas generadas durante el proceso de patrimonialización respecto de la posibilidad de que la población local desarrollara emprendimientos propios para atender la demanda turística creciente se materializaron de manera limitada.

[7] Una funcionaria del gobierno provincial vinculada al área de cultura afirmaba que: "Esta distinción no debe servir solamente para que los extranjeros pongan hoteles y que los jujeños limpien los pisos de esos hoteles. No quiero eso, para nada. Los jujeños deben capacitarse, deben ser parte fundamental de este proceso" (Jujuy al día, 2003).

Su vinculación con el turismo, por el contrario, se produjo como asalariados con la obtención de empleos caracterizados por bajos niveles de remuneración, por condiciones de informalidad y marcados por la estacionalidad propia de la actividad. También fueron definiendo estrategias para obtener ingresos a través de la comercialización de alimentos y artesanías como trabajadores independientes informales. Frente a esta situación, distintos actores locales cuestionaron las iniciativas de política pública que habían prometido el protagonismo de la población local como prestadores de servicios y, en términos generales, de destinatarios de los beneficios del crecimiento del turismo (Troncoso, 2012b).

Estas críticas también pusieron en discusión quiénes se apropian de los beneficios derivados de la valorización patrimonial. Desde diversos sectores de la sociedad local se sostuvo que, aunque el patrimonio promovido remite a la historia y la cultura de las comunidades quebradeñas, quienes obtienen mayores ventajas económicas del turismo no son necesariamente quienes mantienen vínculos históricos, sociales o culturales con ese legado.

Lo aquí señalado también evidencia las condiciones de las desigualdades preexistente a la llegada del turismo y cómo el turismo ha favorecido la reproducción y profundización de esas desigualdades (Troncoso, 2008).

Otros aspectos conflictivos remiten a procesos vinculados a la dinamización del mercado inmobiliario. En la Quebrada de Humahuaca, la postulación a la UNESCO y el incremento de la actividad turística estuvieron acompañados por una creciente presión sobre la tierra, que derivó en desalojos de familias asentadas de manera informal en terrenos que aumentaron su valor con el auge del establecimiento de emprendimientos turísticos. Dado que la ocupación informal del suelo constituye una práctica histórica y extendida en la región, la ausencia de regularización dominial dejó a numerosos habitantes en una situación de vulnerabilidad frente a transacciones inmobiliarias

que desconocieron sus formas de ocupación y permanencia[8] (Troncoso, 2008). Paralelamente, la expansión del mercado inmobiliario produjo un sostenido incremento en el valor de la tierra, de las propiedades y de los alquileres, profundizando las dificultades de acceso a la vivienda para la población residente (véase el análisis realizado para la localidad de Purmamarca en Mancini; Tommei (2022). Este proceso, iniciado a comienzos de la década de 2000, no solo acompañó la consolidación de la Quebrada como destino turístico y patrimonial, sino que continúa en la actualidad, afectando tanto a las áreas urbanas como rurales de la región (Braticevic, 2018).

## Turismo, comunidades indígenas y participación de las mujeres

En este contexto de desarrollo del turismo en la provincia de Jujuy, las comunidades indígenas han tenido una participación importante en distintas instancias de toma de decisiones, así como en la conformación de emprendimientos turísticos.

Como se mencionó más arriba, la provincia de Jujuy cuenta con un alto porcentaje de su población que se identifica como indígena. Según el Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda de 2022 la población que se reconoce como indígena en la provincia es de alrededor del 10% (un porcentaje más alto que la media nacional de alrededor del 3%) (INDEC, 2022). Además, tiene un número importante de comunidades indígenas (298 registradas en 2023 por el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas – Instituto Nacional de Asuntos Indígenas, 2026) que, a lo largo de

[8] Estas tensiones también se manifestaron en relación con la recientemente puesta en funcionamiento (2024) del tren turístico que recorre la Quebrada. En la localidad de Tilcara, el proyecto implicó la recuperación de la estación ferroviaria, ocupada como espacio residencial desde la interrupción del servicio ferroviario a comienzos de la década de 1990. La decisión del gobierno provincial de recuperar ese predio dio lugar a un conflictivo proceso de relocalización de sus habitantes.

la historia han demandado y luchado por el acceso a diversos derechos, entre ellos el acceso a la tierra.

En las últimas décadas, estas demandas han incluido el reconocimiento formal como comunidades indígenas, el acceso a la tierra y también el acceso a recursos elementales (como el agua) para asegurar condiciones de vida básicas. Las demandas por el acceso al agua, especialmente, se vinculan con la actividad minera y el uso que esta actividad hace del recurso. En relación con esto, como se mencionó, hay un cuestionamiento a la presencia de las empresas mineras vinculadas al litio y al respaldo desde el gobierno provincial que tiene el desarrollo de esta actividad. En efecto, las comunidades indígenas de la Puna han señalado en repetidas oportunidades que esta actividad pondría en peligro el acceso de ellas al agua, así como el desarrollo de otras actividades como la extracción artesanal de sal (Goñi Re, 2025). Frente a esta actividad las comunidades indígenas de la Puna sostienen demandas que, como se verá, también intentan visibilizar a través del turismo.

Otras demandas recientes de comunidades indígenas han incluido el rechazo a la introducción de modificaciones a la Constitución provincial de Jujuy en 2023 que fueron interpretadas como una reducción de derechos para estas comunidades. Estas demandas se expresaron en la interrupción a la circulación de vehículos en las rutas nacionales que atraviesan el área de Quebrada de Humahuaca y Puna (N.° 9 y N.° 52) y fueron reprimidas por el gobierno provincial[9].

En este contexto conflictivo, de demandas y luchas que tienen antecedentes de larga data, las comunidades indígenas de Jujuy han buscado vincularse con el turismo organizándose de distintas maneras para ofrecer servicios turísticos (con proyectos colectivos, familiares o individuales). ¿Cómo se ha dado este vínculo de las comunidades indígenas con el turismo?, y de manera

[9] Estas demandas tuvieron continuidad a nivel nacional con una marcha hacia la ciudad de Buenos Aires y reclamos ante el Congreso Nacional y la Corte Suprema de Justicia de la Nación (Goñi Re, 2025).

más específica, ¿cómo participan las mujeres indígenas de estas iniciativas y proyectos relacionados con el turismo? Aquí buscan abordarse estas cuestiones atendiendo a los resultados del proyecto de investigación llevado adelante.

En primer lugar, se puede señalar que la vinculación con el turismo por parte de la población originaria de Jujuy en la Quebrada de Humahuaca tiene antecedentes directos en el proceso de nombramiento de este lugar como Patrimonio Mundial de la UNESCO. En los inicios de este proceso las comunidades fueron partícipes de las instancias de toma de decisiones creadas desde la órbita estatal para discutir tanto los términos de la gestión patrimonial como turística de la zona. Allí, desde las comunidades indígenas, se expusieron demandas que incluyeron la regularización de los territorios de las comunidades y el apoyo financiero para realizar emprendimientos turísticos manejados por la comunidad. Esta participación efectiva no significó que estas demandas (así como problemas y sugerencias) presentadas por las comunidades fueran atendidas por el gobierno provincial. Por el contrario, fueron cuestiones que no se atendieron en la gestión patrimonial y turística para este lugar. Esto explica el descontento general en torno a todo el proceso de inscripción de la Quebrada en la lista de Patrimonio Mundial y las formas de gestión del turismo asociadas al crecimiento del destino (Troncoso, 2008).

Más allá de esto, persistieron a lo largo del tiempo iniciativas que intentaron una vinculación de las comunidades indígenas al turismo, en algunos casos con el acompañamiento de organizaciones de distinto tipo. Así, por ejemplo, esto lo han realizado acompañados de programas o proyectos de gestión pública que ofrecieron asesoramiento técnico y financiero para estas iniciativas. Una de ellas surgió desde la órbita estatal provincial, de la mano de un financiamiento otorgado por la Corporación Andina de Fomento (CAF) (2018-2020). También desde la Secretaría de Economía Popular del gobierno de la provincia de Jujuy se ha acompañado el desarrollo de emprendimientos en comunidades indígenas de la provincia

(suspendido en 2024). Más allá de estas dificultades, los técnicos especializados en turismo que estuvieron vinculados a estos espacios intentaron mantener el apoyo a los emprendimientos con las dificultades que supone la falta de financiamiento de estas tareas (entrevista a Pedro Cruz, técnico en turismo rural).

Desde otros ámbitos se ha buscado incentivar y sostener proyectos de desarrollo del turismo orientada a la población local, incluida la originaria, que involucraron a distintas instituciones, entre ellas, el área de Turismo Rural del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), fundaciones como Buena Vida (conformadas por técnicos especialistas en turismo) y organizaciones educativas como la Universidad de Buenos Aires (a través de las tarea de extensión del Centro Universitario de Tilcara, dependiente de la Facultad de Filosofía y Letras).

Algunas organizaciones de larga data en el lugar y nucleadas en torno a otros propósitos también se acercaron al turismo. Este es el caso de la Red Puna, una asociación civil local conformada a mediados de la década de 1990 que reúne alrededor de 25 organizaciones (que incluyen grupos autoconvocados, cooperativas, comunidades indígenas, centros de vecinos). La red presenta un proyecto político orientado a revertir problemas estructurales como el acceso a la tierra, pero también ha encarado otros proyectos puntuales como el mejoramiento y procesamiento de productos locales (papa, quinoa, carne de llama) y la producción de tejidos (también en base a fibras obtenidas de la producción ganadera local). Estos productos se han destinado a consumidores variados, incluidos los turistas que se acercan al local comercial que tiene la red en la localidad de Tilcara (Arzeno y Troncoso, 2012).

En términos generales, las formas de vinculación de las comunidades con el turismo han implicado la prestación de diferentes servicios como alojamiento en las viviendas de las familias, restauración (ofreciendo preparaciones gastronómicas tradicionales) y guiado hacia atractivos en los entornos próximos a donde residen las comunidades. También es frecuente que se

ofrezca a los turistas participar en algunas tareas artesanales o productivas que se desarrollan en el ámbito doméstico. Asimismo, en ocasiones, la vinculación con el turismo implica el cobro a los visitantes por el acceso a determinados atractivos cuando estos se encuentran en tierras de uso o propiedad comunitaria. En algunos casos, estos emprendimientos se articulan con agencias de turismo que ejercen de mediadoras con los turistas; en otros casos, buscan difundir sus servicios a través de otros prestadores (por ejemplo, dejando material promocional en hoteles); con frecuencia también cuentan con la difusión de información de boca en boca, es decir, con la recomendación entre turistas.

Más allá de estas características generales, interesa presentar algunos aspectos de la población indígena con el turismo a través de lo que han expresado las mujeres indígenas entrevistadas en el marco del proyecto de investigación. A partir de estas entrevistas es posible caracterizar aquellas especificidades de este vínculo con el turismo y el papel que vienen teniendo las mujeres en él.

En relación con lo que ofrecen al turista (y siguiendo las tendencias instaladas en el turismo actual), en los relatos de las mujeres entrevistadas aparece con fuerza la idea de que buscan generar servicios, productos y especialmente experiencias distintivas que solo pueden surgir desde las comunidades originarias, es decir, que los turistas no encontrarán en los servicios ofrecidos por otros prestadores no indígenas. Una artesana que comercializa sus obras en Tilcara señala que desde su comunidad intentan no ofrecer lo que ofrece el turismo tradicional: "[…] hay muchos visitantes ahora que vienen buscando ya no tanto el turismo convencional, ¿no?, sino que más el contacto con la gente del lugar, las costumbres, compartir un mate en la casa y eso" (Myriam, Tilcara).

Las experiencias ofrecidas a los turistas, implican un involucramiento en actividades artesanales (por ejemplo, bordar o elaborar productos gastronómicos) o participar en tareas

productivas. En relación a esto último, una residente de Maimará detalla estas tareas:

> Claro, la experiencia de hacer queso de cabra y de también pastar, y si se quiere sembrar, cosechar, todas esas cosas. Cosechar maíz, sacar los yuyos de la huerta, si hay gente que tiene ganas y lo quiere hacer por supuesto, siempre (Ramona, Maimará).

En algunos casos, se hace explícito que estas tareas habituales no se realizan especialmente cuando llegan los turistas y tampoco se modifican por la llegada de los visitantes, sino que se busca integrarlos a la actividad que se están desarrollando en ese momento (sea de carácter doméstico, productivo, social, etc.): "… y después lo que sale, que decía mi mamá, improvisadamente. Por ahí bueno, por ejemplo, hay alguna fiesta de algún vecino, casualmente bueno estaba un visitante y lo llevamos justo a esa fiesta que se está realizando ya sea de un santo o algo diferente…" (Marina, Hornaditas).

Los productos artesanales ofrecidos a los turistas también se presentan como distintivos. Una de las entrevistadas, residente en Maimará, que elabora productos textiles explica que estos productos se diferencian de aquellos de producción industrial que se comercializan en la Quebrada de Humahuaca. Asimismo, recurriendo a las estrategias actuales de diferenciar productos a través de sus aspectos simbólicos, inmateriales y a la construcción de narrativas específicas para singularizarlos, afirma que: "Y si vos le contás? toda la historia, te compran más, lo respetan más, lo valoran más" (Nora, Maimará). En estas historias se ponen en juego los saberes vinculados a la elaboración de textiles heredados a través de generaciones, así como el uso de productos locales para la confección de prendas (lanas, tintes, etc.).

Uno de los puntos centrales de la vinculación de las comunidades indígenas de la zona con el turismo ha sido la búsqueda de un ingreso en un contexto general donde las condiciones de vida y las oportunidades laborales están lejos de ser óptimas, especialmente para la población indígena. En algunos

casos, las mujeres han señalado que uno de los aspectos positivos del turismo es la posibilidad de acceder a un ingreso; y para algunas de ellas, lo obtenido a través del turismo constituye su ingreso principal (Nora, Maimará).

En ocasiones, este ingreso complementa otros que existen en el hogar (trabajos asalariados formales o informales que realizan los varones). Pero también, las mujeres manifiestan que necesitan diversificar los ingresos obtenidos a través del turismo combinando ellas mismas más de una actividad. Por ejemplo, una de las artesanas menciona que lo obtenido de la venta de sus artesanías en Tilcara no es suficiente y, durante la temporada alta, elabora, de manera adicional, comida para los turistas que la comercializa informalmente en la vía pública (Cristina, Tilcara). Asimismo, una tejedora perteneciente a la Red Puna explica que los ingresos obtenidos por los tejidos que elabora y comercializa no le son suficientes y los complementa con la venta de dulces de elaboración propia en un punto turístico de Maimará (Rosana, Maimará).

También se ha señalado que lo obtenido a través del turismo puede servir para sostener o mejorar otras actividades desarrolladas en el ámbito productivo; así se explica que quienes llevan adelante actividades agrarias pueden mejorar los rastrojos, los corrales o tener más animales para la cría y obtención de lana utilizando el dinero que se obtiene de la venta de artesanías para turistas (Demicia, San Salvador de Jujuy, originaria de Negra Muerta, Humahuaca).

Cuando se trata de iniciativas turísticas llevadas adelante por grupos indígenas es muy frecuente que se incentiven formas colectivas de encarar estos proyectos. Tanto desde la órbita estatal como desde otras entidades como organismos de financiamiento y aquellos que ofrecen acompañamiento técnico se propone que la manera de entrar al mundo del turismo para estos grupos sea a través de proyectos comunitarios (Maldonado, 2005). Muchas iniciativas tienen esta dimensión colectiva como horizonte al cual apuntan o buscan sostener. En este grupo se encuentran algunos

proyectos turísticos se vinculan con organizaciones colectivas ya consolidadas y de larga data como la Red Puna. Otras iniciativas han surgido con una impronta colectiva y se mantienen en el tiempo como en el caso de la comunidad de Inca Cueva que ofrece experiencias turísticas con formas de organización comunitaria y manejan algunos recursos de manera común para solventar gastos vinculados con gastos administrativos o de asesoría legal (Myriam Tilcara). En otros casos, las formas de organización incorporan algún aspecto colectivo puntual (por ejemplo, quienes brindan servicios de turismo rural en Maimará, que destinan un porcentaje de lo que obtiene a través del turismo para el conjunto de prestadores; Gisela, Maimará).

En otros casos, el trabajo colectivo es buscado a través de redes de cooperación. Este es el caso de un conjunto de mujeres de varias localidades de la Quebrada que comparten información sobre sus actividades y que recomiendan mutuamente sus servicios a turistas en una red informal que se conformó en 2024 en el marco del **37.° Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Bisexuales, Intersexuales y No Binaries** realizado ese año en Maimará:

> […] yo tengo por ahí, así conocidas en Maimará, después también ahí acá en Uquía. Y nos pasamos el contacto a veces cuando estamos guiados en Maimará, en Uquía o en Humahuaca también. […] hace un año casi acá se tejió una red con todas las mujeres guías a nivel Quebrada […] El año pasado fue que se organizó así un encuentro de mujeres en Maimará y ahí empezaron a tejer redes. Y de ahí, bueno, a mí me quedaron varios contactos […] Si hay gente que busca guía de Maimará, yo ya les recomiendo así a las chicas guías ahí de Maimará también (Myriam, Tilcara).

Sin embargo, no todas las iniciativas de trabajo colectivo han prosperado; este es el caso del proyecto de creación de una red de mujeres guías en Maimará que no pudo ser concretado hasta el momento (Gisela, Maimará). Las iniciativas colectivas

orientadas al turismo suelen estar marcadas por algunas diferencias y tensiones. En ocasiones estas se relacionan con diferencias en relación con cuestiones organizativas internas:

> Yo ya tengo mi manera de trabajar, entonces me gusta ser más organizada, más responsable, pero por ahí a los jóvenes de hoy eso les cuesta un poco más. Entonces hay un desequilibrio ahí también, ¿no? Organizacional. […] De armar, coordinar y es muy complejo a veces también. Pero bueno, hay que saber sobrellevar (Myriam, Tilcara).

En materia de organización para brindar servicios turísticos se ha destacado cómo las mujeres han cobrado más protagonismo en relación con los varones. En relación con esto se afirma que este protagonismo lo introduce el propio turismo: "El turismo no vino con la tradición de los espacios que tradicionalmente ocupan los hombres. Es un espacio nuevo" y que para las mujeres brinda mucho espacio de intervención (Gisela, Maimará). En otros casos, se interpreta como un proceso más progresivo:

> […] generalmente sabía haber muchos varones, pero ahora es como que la participación dio un giro. Y bueno, es importante que también la mujer se sumerja en esta cuestión del turismo, que no solamente sean los varones. Y más siendo de comunidades indígenas, donde tiene que haber un equilibrio, tanto para el varón como la mujer (Myriam, Tilcara).

Una de las dimensiones que suele analizarse en relación con la participación de las mujeres en el turismo es la articulación de estos aspectos laborales con dinámicas asociada al ámbito doméstico y familiar. Entre las mujeres entrevistadas aparece con frecuencia la idea de que no es posible para ellas delegar las tareas vinculadas a los cuidados en el ámbito familiar, especialmente el cuidado de los hijos. Aquí los roles tradicionales de género se hacen presentes:

> […] de hecho, cuando por ahí ya el varón, el jefe de familia no cumple con sus responsabilidades, porque se dedica a otras cosas, la mujer queda en la casa, la mujer no puede deslindar las responsabilidades de madre a nadie, entonces ya el hecho de quedar en casa con marido, o sin marido, te tenés que hacer cargo de todo. Y si no tenés marido, más todavía, de salir a trabajar y de tus hijos y si tuvieras te quedas a cargar la casa. No tenés que esperar de nadie, decís: cómo hago, cómo hago, hoy tengo que dar a comer cinco personas y cómo hago, hoy tengo que ver de dónde me llega la moneda (Ramona, Maimará).

En este sentido, para algunas mujeres la vinculación con el turismo pudo concretarse cuando sus hijos crecieron:

> [Sobre el turismo]: Yo diría que es mi actividad principal. Porque le doy más tiempo a esto. Y mi casa queda casi... Porque ahora los chicos son grandes, porque me ayudan. Antes no. Antes, cuando mis hijos todavía estaban en la escuela, primero eran mis hijos. A mí me han ofrecido muchas veces poner un local en Purmamarca. Y poner un local en Purmamarca significa irte a las ocho de la mañana de acá y volver a las ocho de la noche. Y no, nunca quise. Porque tenía terror. Yo soy separada. […] Nos separamos cuando nació la nena. Y me quedé sola al cuidado de mis hijos. Entonces decía: si yo soy sola, nadie me va a ayudar a mí. Yo prefiero que mis hijos estudien. Que me alcance para darle de comer y para atenderlos. Y que no les falte nada. Pero no descuidarlos por tener plata y por ganar más […] Eso priorice antes. Ahora no, porque ellos me ayudan. […] Entonces, ahora es como que priorizo esto (Nora, Maimará).

Considerando las experiencias comentadas, ciertas tareas artesanales son consideradas compatibles con las tareas de cuidado y por eso son elegidas por algunas mujeres frente a otras alternativas de obtención de ingresos. Una tejedora vinculada a las

redes Puna y Makiwan comenta que sus compañeras tejedoras de Sumay Pacha que aún tienen hijos pequeños consideran el tejido como la única opción porque es una tarea que les permite permanecer en la casa cuidando a los hijos:

> Y la única manera es en nuestra artesanía que vos podés hacer la casa. No podés no estar con los chicos ahí, vos sabés. Estás tejiendo, vos dejás el tejido y vas a hacer una cosa y volvés así. Estás con los chicos mirándolos. No es como salir a trabajar y vos no sabes qué es lo que están haciendo los chicos en la casa. Y eso, ellas lo valoran mucho porque es un ingreso más. […] Yo, por ejemplo, porque mis hijos son grandes, yo pues trabajo en doble trabajo, pero ellas no, son los hijos chiquititos y tienen que estar ahí (Rosana, Maimará).

Lo expuesto por las entrevistadas trae a un primer plano temas largamente discutidos en la literatura sobre trabajo femenino respecto de la sobrecarga de trabajo para las mujeres[10] (Batthyány, 2020).

En las entrevistas realizadas algunas mujeres han reconocido que la realización de las tareas que las vinculan con el turismo han generado algunas transformaciones que pueden identificarse con lo que en la literatura se denomina "empoderamiento", es decir, el alcanzar alguna forma de autonomía o autosuficiencia (tanto en términos individuales como colectivos) y también el concretar formas de organización o encarar algún tipo de resistencia (Ojeda Gómez y Hernández Rodríguez, 2023; García Palacios, 2017). Una tejedora con un local comercial en Tilcara afirma:

> Soy cabeza de familia. Es muy importante porque este trabajo logra empoderar a la mujer y logra

[10] En relación con este panorama de articulación de actividades turísticas y domésticas, si bien no parece ser frecuente que los varones colaboren en las tareas del hogar, sí se ha señalado un caso en el que el varón colaboraban en las tareas artesanales desarrollada por la mujer con vistas a su comercialización turística (elaboración de tejidos y dulces; Rosana, Maimará).

> hacerla independiente también, ¿no? Al principio nos costó muchísimo poder empoderarnos y ser independientes porque nosotros venimos de una cultura en la que nos han enseñado que siempre el hombre manda, ¿no? Y todavía sigue existiendo ese patrón. Y de a poco nos vamos posicionando y vamos mostrando también… cuando hablo de empoderamiento no hablo solamente de la casa, si no, también como mujer colla he roto algunos estereotipos llevando todos estos diseños [textiles] a las pasarelas de moda […] Por ahí uno lo ve tan inalcanzable y dice estos lugares no son para nosotros los collas. Pero en realidad uno de mis objetivos fue mostrar estos diseños, no tanto como moda o como tendencia, sino como una forma de contar nuestra historia y también de hacer que las mujeres que trabajan conmigo reconozcan su trabajo, valoren su trabajo y se sientan orgullosas de lo que hacen. Yo creo que eso es la mayor gobernanza que tenemos las mujeres y los pueblos. Es algo muy positivo porque muchas familias en Jujuy vivimos del turismo entonces para nosotros es una gran ayuda que podamos recibir a los turistas (Nora, Tilcara).

En relación con lo mencionado más arriba respecto de ofrecer servicios diferenciales ligados a especificidades culturales, aparece de manera recurrente la idea de que, a través del turismo se produce una revaloración de lo propio para estas comunidades y para las mujeres. En relación con esto, el fortalecimiento de aspectos identitarios toma un rol central:

> Y es ahí cuando empecé a valorar lo que me había enseñado a mi abuelo. Porque yo lo escondía cuando vivía para allá. Porque, ¿qué es eso de hilar, tejer? […] Lo escondía. Y sucede hasta el día de hoy en esos lugares. Porque, tendrá mucho que ver esto de sentirnos inferiores a la gente que viene de afuera. Yo llegué a comprender eso. Es como que te minimizás a lo que viene de afuera. Venga quien

> venga, como es de afuera crees que es mejor. Pero ahora ya no, no es así (Nora, Maimará).
>
> […] y donde salgo a las comunidades les digo: no se achiquen, todas sabemos cocinar, todas sabemos limpiar, todos sabemos cuidar a nuestros hijos, a nuestros guaguas y entonces más que nunca valorar tal como somos, no cambiar por nadie o sentirse avergonzada. Porque ustedes tienen un valor inmenso dentro de ustedes, una cultura de mantener tan bello todo. Entonces yo digo la parte de las mujeres es muy importante y la joven y el joven y todos, pero parte de una mujer […] (Clara, Hornaditas).

Asimismo, las mujeres entrevistadas también señalan que los vínculos que han establecido entre sí han dado espacio para compartir problemáticas comunes que no suelen ser expuestas en otras instancias. Temas vinculados con violencia de género (Demicia, San Salvador de Jujuy, originaria de Negra Muerta, Humahuaca), por ejemplo, se comparten y discuten en diversos espacios que las mujeres comparten entre sí (algunos de ellos vinculados con el turismo).

Las iniciativas turísticas que involucran a mujeres indígenas, en ocasiones, suelen ser espacios donde se comenta con los visitantes aquellas demandas o reivindicaciones que tienen las comunidades indígenas. Respecto de este tema hay posturas diferentes entre las entrevistadas. Se encuentran aquellas que consideran que incorporar esta información como parte de lo que se ofrece no necesariamente redunda en beneficio de la propuesta turística, aunque ellas se encuentran informadas sobre estos temas y suelen conversar sobre ello si se da la oportunidad (Gisela, Maimará).

En otras ocasiones las especificidades de la vida y las luchas indígenas se presentan como parte diferencial del producto que ofrecen:

> Y tratamos de no hacer lo que es el turismo convencional, de venir y sacarse las fotos, sino que se lleven algo más, de contarles la historia de la comunidad y cómo son las luchas también, porque cada comunidad también tiene sus conflictos legales, judiciales, por el territorio (Myriam, Tilcara).

Hay mujeres que interpretan que los temas vinculados a demandas indígenas tienen que ser conversado con los turistas porque consideran que quienes se acercan a las propuestas turísticas ofrecidas desde la población indígena son turistas comprometidos, que tiene cierta "conciencia social o ambiental". Aquí se apuesta a que los turistas se transformen ellos mismos en sujetos que difundan o hagan visibles las demandas indígenas en otros contextos:

> Se experimentó con un chico [de una comunidad indígena] que hace guiado por la Puna. Cuando él hace este guiado por las comunidades va generando conciencia al visitante. Entonces entendemos que el turismo rural comunitario puede generar conciencia y visibilización porque a través de los viajeros se podía contar esta historia de las mineras, como era el trabajo artesanal […] y ellos a través de sus redes, a través de sus historias en diferentes medios de comunicación se podía visibilizar el trabajo, la problemática que estaba pasando Jujuy. […] Tenemos que ser aliados con los visitantes, ser aliados y hablar de las problemáticas. Porque [el turismo rural comunitario] no es como el turismo convencional que yo me saco una foto en la playa o en la montaña que es caro y es una foto, una foto. Con el turismo rural comunitario o sustentable se genera esto, plantearte cómo estamos (Graciela, Cieneguillas).

> […] yo tengo una conocida ya en el 2015. Y nos conocimos ahí, acá cuando estábamos trabajando en la oficina. El anteaño pasado, cuando se hizo el tema de la represión [2023], estuvimos mucho tiempo en contacto con esta chica que, bueno,

> ahora vive en otro lado de Buenos Aires y, bueno, ella nos ayudó a la difusión de lo que fue el corte de ruta, las represiones de ese año acá en Purmamarca, en Humahuaca, en San Salvador (Myriam, Tilcara).

En la provincia de Jujuy, la incorporación de manera más explícita de las demandas indígenas en contextos turísticos, se expresa en las manifestaciones contra la explotación de litio en Salinas Grandes (Puna). Allí las comunidades de la zona cobran entrada al espacio de visita y realizan tareas de guiado y producción de fotografías. Asimismo, exponen en estos mismos espacios, mediante cartelería, sus demandas y denuncias frente a la presencia de empresas mineras en la zona y los riesgos que implica la explotación de litio para las comunidades, en especial en relación con el acceso al agua[11]. En otros casos, las tareas de guiado en los territorios comunitarios se entienden como una forma de hacer efectiva la presencia de la comunidad en estos espacios y como una manera explícita de ejercer su derecho y defensa de estos territorios (Myriam, Tilcara).

La información presentada permite conocer algunas de las características que están tomando iniciativas turísticas que involucran población indígena y en particular aquellas en las que las mujeres tienen protagonismo. Dimensiones como el diseño de sus servicios turísticos, el rol de los ingresos turísticos en sus hogares, la articulación del trabajo turístico con el trabajo doméstico, los roles de género, las formas de organización y articulación colectiva y la visibilización de demandas indígenas aparecen como algunos aspectos centrales. En ellos se evidencian algunas de las expectativas tradicionales asociadas al turismo como la obtención de ingresos, pero también se muestra al turismo como una vía para atender a otras necesidades vinculadas específicamente a demandas de género, comunitarias e indígenas.

[11] En particular se exhibe un cartel que dice: “No al litio. Sí al agua y a la vida en nuestros territorios”.

## El devenir del turismo en Jujuy: transformaciones recientes y nuevos actores

El recorrido realizado invita a considerar las nuevas formas que toma el turismo en la provincia de Jujuy, y particularmente en la Quebrada de Humahuaca y la Puna, a la luz de procesos históricos, económicos y políticos de larga duración, en los cuales el turismo se articula con dinámicas nacionales y provinciales. En este sentido, el crecimiento turístico experimentado desde fines del siglo XX y profundizado durante las primeras décadas del siglo XXI se fue perfilando, entre otras cosas, como una alternativa en un escenario marcado por la crisis de actividades productivas regionales y por limitadas oportunidades laborales para amplios sectores de la población. Este crecimiento, centrado especialmente en la Quebrada de Humahuaca, se dio en articulación con la designación patrimonial del lugar. Esto no solo incrementó la visibilidad del destino, sino que creó expectativas respecto de los beneficios económicos que podría traer el turismo. Sin embargo, los resultados evidencian fuertes asimetrías en el acceso a esos beneficios y escasas respuestas a las dificultades para el acceso a ingresos de la población local.

En este escenario, las comunidades indígenas han mantenido una participación activa en estos procesos, tanto a partir de la participación en instancias de gestión como en la creación de emprendimientos propios, donde las mujeres indígenas ocupan un lugar central. Estos emprendimientos expresan distintas formas de vincularse con el turismo que apuntan a la valorización de prácticas y saberes culturales y ancestrales de interés para el turismo actual. Para ello se recurre a la creación de servicios y experiencias que buscan diferenciarse del turismo convencional y atender a estas demandas específicas. Así, el turismo se constituye en un espacio de obtención de ingresos, pero también de revalorización de prácticas y saberes que históricamente fueron relegados; en última instancia, se interpreta localmente como una forma de reafirmación identitaria. Esto

también se refuerza cuando se recurre al turismo como una vía para compartir y visibilizar las demandas indígenas.

Asimismo, para estas mujeres el turismo aparece como una posibilidad de acceder a ingresos propios, diversificar las estrategias económicas y sostener actividades productivas y artesanales. También se considera como una vía para fortalecer su autonomía y ampliar sus espacios de participación, decisión y cooperación. No obstante, este vínculo con el turismo aparece marcado por desigualdades de género, así como dificultades para la concreción y el sostenimiento de iniciativas comunitarias y la conformación de redes.

Estas transformaciones recientes dan cuenta de la renovación del panorama turístico de la Quebrada de Humahuaca y de la Puna. En ellas se destacan las mujeres indígenas vinculadas o responsables de emprendimientos turísticos que procuran acceder a ingresos y mejoran las condiciones de vida de hogares y comunidades. Esto implica la aparición en escena de nuevos actores que habían quedado relegados en los procesos de crecimiento del turismo en la provincia (fuertemente marcados por condiciones de desigualdad entre los interesados en crear emprendimientos). Pero estas transformaciones también dan cuenta de las funciones del turismo "más allá del turismo", es decir, cómo a través de él es posible viabilizar, de diferentes maneras, proyectos individuales y también otros colectivos de carácter político, identitario, de género, etc.

## Referencias

ARZENO, Mariana; TRONCOSO, Claudia. Alimentos tradicionales andinos, turismo y lugar: definiendo la nueva geografía de la Quebrada de Humahuaca (Argentina). **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, n. 52, p. 71-90, 2012. Disponible en: https://revistanortegrande.uc.cl/index.php/RGNG/article/view/41687. Acceso en: 29 dic. 2012.

BATTHYÁNY, Karina. Miradas latinoamericanas al cuidado. *In:* BATTHYÁNY, K. (coord.). ***Miradas latinoamericanas a los cuidados***. Buenos Aires: CLACSO; Siglo XXI, 2020. p. 11-52.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo, territorio y sociedad. El "mapa turístico de la Argentina". *In*: GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p. 317-335.

BRATICEVIC, Sergio. Aportes a los estudios de frontera a partir de la valorización inmobiliaria reciente: el caso del Norte Grande Argentino. ***Albuquerque: Revista de História,*** v. 10, n. 20, p. 35-49, 2018. Disponible en: https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis /article/view/6699/6021. Acceso en: 26 mar. 2026.

GARCÍA PALACIOS, Carlos. Empoderamiento, mujeres indígenas y turismo comunitario en Cotacachi (Ecuador). *In:* GASCÓN, Jordi; MILANO, Claudio (coord.). ***El turismo en el mundo rural:*** *¿ruina o consolidación de las sociedades campesinas e indígenas?* Barcelona: PASOS, 2017. p. 161-176. Disponible en: https://www.pasosonline. org/es/colecciones/pasos-edita/145-numero-18-el-turismo-en-el-mundo-rural-ruina-o-consolidacion-de-las-sociedades-campesinas-in. Acceso en: 13 abr. 2025.

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE JUJUY. **Parte de prensa**, San Salvador de Jujuy, n. 79, 13 abr. 2004.

GOÑI RE, Joaquín. Procesos de expansión de la frontera extractiva del litio en la Puna jujeña: tensiones entre territorialidades comunitarias y empresarias (2010-2025). ***Revista de Investigaciones sobre Fronteras,*** n. 2, p. 1-44, 2025. Disponible en: https://rif.unam. edu.ar/index.php/rif/article /view/30. Acceso en: 12 jul. 2026.

HUMAHUACA, patrimonio mundial. **La Nación,** Buenos Aires, 3 jul. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ASUNTOS INDÍGENAS (INAI). ***Listado de comunidades indígenas.*** 2026. Disponible en: https://datos.jus. gob.ar/dataset/listado-de-comunidades-indigenas/archivo/8f9af 332-83ff-4ea6-a6a5-7a90371a41fb. Acceso en: 10 jul. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). ***Censo nacional de población, hogares y vivienda 2022***. Buenos Aires: INDEC, 2022. Disponible en: https://www.indec.gob.ar/indec /web/Nivel4-Tema-2-41-165. Acceso en: 24 mayo 2025.

KARASIK, Gabriela. Apuntes sobre el poblamiento y las migraciones. ***Ojo del Cóndor***, n. 6, p. 36-39, 2015.

MALDONADO, Carlos. ***Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario***. Documento de Trabajo n. 73. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2005.

MANCINI, Clara; TOMMEI, Constanza. Dinámicas de desterritorialización y reterritorialización en Purmamarca, Patrimonio Mundial de la UNESCO (Quebrada de Humahuaca, Argentina). ***Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales***, v. 54, n. 213, p. 701-722, 2022. Disponible en: https://recyt. fecyt.es /index.php/CyTET/article/view/ 92031. Acceso en: 2 abr. 2026.

OJEDA GÓMEZ, Yetlanezi; HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, María de Lourdes. Estado del conocimiento sobre la participación de mujeres indígenas en el turismo de América Latina. ***El Periplo Sustentable***, n. 44, p. 72-84, 2023.

PASTORIZA, Elisa. ***La conquista de las vacaciones. Breve historia del turismo en la Argentina***. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

PORCARO, Tania. ***Un viaje, tres destinos: espacialidades transfronterizas y valorización turística en la Circumpuna (1990-2018).*** Tesis (Doctorado en Geografia) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2019.

REBORATTI, Carlos; GARCÍA CODRÓN, Juan Carlos; ALBECK, Mariette; CASTRO, Hortensia; ARZENO, Mariana. Una visión general de la Quebrada. *In*: REBORATTI, Carlos (coord.). **La Quebrada. Geografía, historia y ecología de la Quebrada de Humahuaca**. Buenos Aires: La Colmena, 2003. p. 17-46.

REPORTAJE exclusivo a Liliana Fellner en la sede de la UNESCO. **Jujuy al día**, San Salvador de Jujuy, 4 jul. 2003.

ROSSO, Inés. Población indígena argentina. Un análisis espacial de su situación actual. *In*: VELÁZQUEZ, Guillermo (dir.). **Atlas histórico y geográfico de la Argentina. Población**. Tandil: Instituto de Geografía, Historia y Ciencias Sociales; CONICET; UNCPBA, 2022. p. 383-402.

SECA, Mirta. Introducción a la geografía histórica de la Quebrada de Humahuaca. Con especial referencia al pueblo de Tilcara. ***Cuadernos de Investigación***, Buenos Aires, n. 1, 1989.

TERUEL, Ana. Panorama económico y socio-demográfico en la larga duración (siglos XIX y XX). *In*: TERUEL, Ana; LAGOS, Marcelo (dir.). **Jujuy en la historia. De la colonia al siglo XX**. San Salvador de Jujuy: EDIUNJU, 2006. p. 295-345.

TRONCOSO, Claudia. **Creando un lugar turístico y patrimonial:** las transformaciones en la Quebrada de Humahuaca a partir de los procesos de construcción de atractividad turística y patrimonialización. Tesis (Doctorado en Geografía) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2008.

TRONCOSO, Claudia. ***Turismo y patrimonio en la Quebrada de Humahuaca:*** *lugares, actores y conflictos en la definición de un destino turístico argentino.* Tenerife: PASOS Edita, 2012a. E-book. Disponible en: https://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-edita/43-numero-9-turismo-y-patrimonio-en-la-quebrada-de-humahuaca-lugar-actores-y-conflictos-en-la-defiicion-de-un-destino-turistico-argentino. Acceso en: 12 mar. 2026.

TRONCOSO, Claudia. Turismo, desarrollo y oportunidades laborales en la Quebrada de Humahuaca (Jujuy): asimetrías y contradicciones. ***Geograficando,*** v. 8, n. 8, p. 1-20, 2012b. Disponible en: https://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/GEOv08n08a03/pdf_4. Acceso en: 13 dic. 2012.

TRONCOSO, Claudia. Valorización turística: tendencias recientes. *In*: GRAU, Ricardo; BABOT, Judith; IZQUIERDO, Andrea; Grau, Alfredo (ed.). **La Puna argentina. Naturaleza y cultura**. San Miguel de Tucumán: Fundación Miguel Lillo, 2018. p. 426-440.

TRONCOSO, Claudia; ARZENO, Mariana. Turismo, gastronomía y producción agraria en la provincia de Jujuy (Argentina): actores, dinámicas y transformaciones asociadas a la valorización de productos tradicionales. ***Investigaciones Turísticas,*** n. 18, p. 169-192, 2019. Disponible en: https://rua.ua.es/bitstream/10045/99695/1/Investigaciones-Turisticas_18_08.pdf. Acceso en: 26 nov. 2019.

# INTERSECCIONALIDAD Y AGENCIAS FEMENINAS EN LOS PROCESOS DE PATRIMONIALIZACIÓN Y TURISMO COMUNITARIO EN JUJUY

*Clarisa Otero*

*Mariana Katz*

A partir de la década de 1990 se produjo un marcado proceso de etnogénesis en el Noroeste Argentino (NOA) y en otras regiones de Argentina, como la Patagonia. En particular, estos procesos surgieron por el cambio en la legislación nacional e internacional y la resignificación de las identidades colectivas, en las que diversos grupos campesinos pasaron a autopercibirse y autodefinirse como pueblos originarios, abriendo nuevos canales para las luchas ancestrales sobre derechos comunitarios y territoriales. En la trayectoria del Estado Nación son innumerables los casos en que estas comunidades fueron consideradas colectivos silentes. Para el Noroeste argentino sobran los ejemplos históricos: desde las Guerras de la Independencia, en las que su participación fue fundamental para la emancipación de la monarquía española en detrimento de la masacre y el despojo de los pueblos originarios, hasta episodios más recientes de reclamo como los Malones de la Paz en la provincia de Jujuy. En esta provincia, esta falta de reconocimiento y valoración histórica se ha acentuado drásticamente desde el año 2023 hasta el presente, configurando una acelerada pérdida de derechos y un escenario de vulnerabilidad normativa que se caracterizará a lo largo de este capítulo. Este trabajo analiza las agencias femeninas originarias de Jujuy ante el impacto del turismo masivo, la patrimonialización y el extractivismo, abordando sus estrategias de ordenamiento territorial, resistencia comunitaria y defensa legal. Asimismo, propone un reposicionamiento ético desde la Antropología,

Etnografía y la Arqueología Colaborativa y la interseccionalidad crítica para visibilizar y respaldar la soberanía territorial y el *Buen Vivir* de las comunidades.

La trayectoria histórica de Jujuy revela un complejo derrotero político que abarca desde el orden colonial hasta su consolidación como entidad provincial integrada al Estado argentino (Lenton y Katz, 2025). Durante la etapa virreinal, el actual Noroeste argentino (NOA) y el Alto Perú compartían una adscripción territorial y económica común en la que Jujuy quedaba comprendida dentro de la Intendencia de Salta del Tucumán. En la práctica, la fluidez del comercio, los lazos de parentesco y la circulación constante de bienes y personas entre Potosí y la Puna diluían las fronteras administrativas, al formar parte de una misma entidad cultural andina (Sica y Ulloa, 2007). Tras la gesta revolucionaria de 1810, la redefinición de límites derivó en trayectorias dispares: mientras Tarija optó por integrarse a Bolivia en 1825, Jujuy preservó su adscripción a las Provincias Unidas hasta declarar su autonomía respecto de Salta en 1834 (Conti, 2007).

La posterior ocupación militar del norte de Jujuy y Salta por parte de las tropas de la Confederación Perú-Boliviana representó un episodio de fuerte tensión territorial que, tras la derrota del proyecto de Santa Cruz, no llegó a alterar la adscripción estatal. No obstante, más allá de estos avatares geopolíticos, el territorio jujeño sostuvo una frontera cultural marcadamente permeable. Hasta la actualidad, las delimitaciones rígidas del Estado-Nación se desvanecen frente a la continuidad de las dinámicas migratorias, el intercambio socioeconómico y las prácticas culturales compartidas que enlazan a la Quebrada de Humahuaca y la Puna con el sur boliviano.

A este entramado se suma la profunda vinculación histórica entre la Puna jujeña y el mundo atacameño, con eje en el actual departamento de Susques. Desde tiempos prehispánicos, la movilidad trasandina, el pastoreo de camélidos y el tráfico de caravanas articularon el norte de Chile con la Puna, cimentando las

bases de una memoria colectiva e identidad agropastoril propia. Tras las guerras de independencia y la posterior Guerra del Pacífico (1879), la Puna de Atacama quedó bajo disputa internacional entre Argentina, Bolivia y Chile, resolviéndose en 1899 mediante un laudo arbitral promovido por diplomáticos de Estados Unidos. Esta intervención de las potencias globales en la delimitación del Sur Global derivó en la creación, en 1900, del Territorio Nacional de los Andes. Tras décadas de postergación, aislamiento institucional y escasa conectividad, su disolución en 1943 derivó en la incorporación definitiva de Susques a la provincia de Jujuy (Gil Montero, 2018), hito relativamente reciente que explica la autoidentificación distintiva del pueblo Atacameño respecto de las identidades Kolla u Omaguaca.

Finalmente, este carácter de provincia de frontera permeable moldeó una sociedad notablemente heterogénea y diversa. A las poblaciones indígenas locales se sumaron los flujos migratorios europeos (principalmente italianos y españoles) y asiáticos (sirio-libaneses e indios) entre fines del siglo XIX y principios del XX, enriqueciendo el tejido social regional (Gutiérrez, 2016; Cuellar, 2023). Asimismo, este proceso estuvo atravesado por el trágico devenir de la población afrodescendiente y de las propias comunidades originarias, sometidas al trabajo forzado en la minería colonial de Potosí y en los ingenios azucareros, así como utilizadas como fuerza de choque durante las luchas por la independencia.

## Transformaciones patrimoniales y turísticas y las ontologías del Buen Vivir

El resultado de todo el derrotero histórico y político llevó a que Jujuy se constituyera como una sociedad multicultural y de múltiples procedencias, en la que existe una marcada diferenciación social digitada por grupos políticos y de poder económico. Parte de estos sectores hacen continua referencia a su ancestría española o patricia para destacar su estatus y sus privilegios en las posibilidades de crecimiento económico y

participación política (Lenton y Katz, 2025), perpetuando sistemas de poder de matriz feudal o caudillista que perduran a pesar del paso del tiempo y de las dinámicas de un país amplio y diverso.

En este escenario, la Puna de Jujuy y la Quebrada de Humahuaca, que guardan entre sí una disimulada distancia social, geográfica y cultural, se convirtieron en los últimos veinte años en zonas de alto interés estratégico y potencial económico. La Puna mediante la profundización de actividades extractivistas como la minería a gran escala (litio, oro, cobre) (Goñi Re, 2026) y la Quebrada de Humahuaca como una región apta para el desarrollo turístico intensivo, proceso acelerado tras su Declaratoria como Patrimonio de la Humanidad por parte de la UNESCO en el año 2003 (Troncoso, 2012). Se trata de actividades desarrolladas bajo lógicas intensivas, caracterizadas por una acelerada concentración de capital y rentabilidad en sectores empresariales ajenos a la población local.

En la Quebrada, este modelo provocó la transformación de pequeños poblados rurales en centros urbanos de mediana envergadura en los que conviven personas de muy diverso origen. Gran parte de la población asentada en las últimas décadas gestiona emprendimientos turísticos comerciales. La sumatoria de idiosincrasias, en ocasiones en abierta disidencia, ha generado campos de tensión tanto en el plano sociocultural como en el económico. Uno de los puntos que expone de manera más clara estas fricciones es la gestión, el uso y el aprovechamiento de los bienes comunes, tanto naturales como culturales.

Estas tensiones derivaron en el fortalecimiento de mecanismos atomizantes e individualistas inherentes a los marcos neoliberales. En la sociedad quebradeña, los principales beneficiarios han sido grupos socioeconómicos externos con capitales ajenos a la región. La población local, ante la necesidad de acceder a ingresos en su lugar de origen, pasó a integrar la mano de obra disponible para cubrir empleos informales y precarizados en emprendimientos hoteleros, gastronómicos y agencias de excursiones. Esta reorganización socioeconómica

carece del prometido "desarrollo sustentable de la región": el empleo informal creció de la mano de un aumento exponencial de la densidad poblacional sin ninguna planificación ni ordenamiento territorial formal. El Estado, en sus distintos niveles, omitió intervenir para regular las tensiones emergentes tras la consolidación de la Quebrada como uno de los destinos turísticos más visitados de Argentina.

Resulta indispensable precisar que el concepto de "desarrollo" es de carácter polisémico. Tal como analiza Benavidez (2022), bajo este término coexisten múltiples acepciones como "desarrollo humano", "desarrollo rural", "desarrollo sostenible", "desarrollo urbano" o "desarrollo agroindustrial". Desde la matriz occidental tradicional, el desarrollo fue concebido primariamente como crecimiento, progreso material y mejoría económica, una definición que no cuestionaba la explotación de la naturaleza, de una manera irracional hasta agotar los recursos.

Figura 1 - Pucará de Tilcara, el sitio arqueológico con mayor afluencia turística del NOA.



Izquierda: panorámica del Pucará de Tilcara. Centro: monumento construido en la cima de este Pucará en 1935 (Otero, 2013). Derecha: Monedas conmemorativas del Bicentenario de la República Argentina. Como parte de esta celebración, se emitieron cinco monedas con relieves de los principales atractivos turísticos del país. La inclusión del Pucará de Tilcara refleja la creciente relevancia turística que ha cobrado la Quebrada de Humahuaca en los últimos años.

Fuente: fotografías de Clarisa Otero, 2010.

El desarrollo se mide tradicionalmente por índices de consumo, utilización de energía, hectáreas sembradas, grado de

productividad, Producto Bruto Interno (PBI) e ingreso per cápita. Sin embargo, estos indicadores macroeconómicos invisibilizan la desigual distribución de los ingresos y la riqueza.

Frente a esto, los organismos internacionales (PNUD, CEPAL, BID) incorporaron nociones como el "desarrollo humano", midiendo la esperanza de vida, el acceso a la salud, la educación y la vivienda. Posteriormente, la evidencia del agotamiento de los recursos no renovables y el calentamiento global condujo a la elaboración del paradigma del "desarrollo sustentable" o "sostenible", que incorporó la necesidad de preservar los recursos naturales, medir las emisiones de carbono y proteger el ambiente para las generaciones futuras. Este viraje se plasmó en instrumentos internacionales como la Convención de Estocolmo (1972), la Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo (1992) y la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (1992), ratificadas e incorporadas al derecho interno de los Estados.

Sin embargo, en el centro de la definición de desarrollo se mantuvo inalterada la noción del consumo. El capitalismo, como sistema de acumulación, produce de forma ininterrumpida nuevas necesidades para garantizar un consumo ilimitado que resulta inherentemente depredatorio. No se trata del consumo para la vida digna, sino del consumismo: el objetivo no es satisfacer necesidades humanas fundamentales, sino alimentar la rueda de la ganancia capitalista. Este modelo ha exacerbado la brecha de la desigualdad global donde, como denuncia Oxfam Internacional, el 1% más rico de la población mundial ha acumulado casi el doble de riqueza que el resto de la humanidad en los últimos años (Oxfam International, 2023).

Para construir una perspectiva crítica sobre esta categoría, resulta esclarecedor el diálogo entablado por Adolfo Pérez Esquivel con referentes del Pueblo Maya en el *Primer Encuentro Hemisférico frente a la Militarización de América Latina* (San Cristóbal de las Casas, Chiapas, 2003). Al indagar sobre la concepción indígena del desarrollo sustentable o humano, las

comunidades cuestionaron la premisa misma del término, señalando que en sus lenguas originarias no existe la palabra "desarrollo", sino los conceptos de *equilibrio* y *armonía*: el equilibrio entre los seres humanos, la mirada del prójimo y la cosmovisión del universo. Cuando esa armonía se rompe, se genera violencia; por ello, la imposición del modelo de desarrollo occidental es interpretada como una forma de violencia sobre el territorio y la vida (Pérez Esquivel, 2005; Katz *et al.*, 2019).

En la Puna y la Quebrada de Jujuy, las poblaciones originarias no conciben la mejora de sus condiciones de existencia desde la lógica del desarrollo mercantil, sino desde la conceptualización del *Buen Vivir* (*Sumak Kawsay* en quechua o *Suma Qamaña* en aymara). Como explica Koldo Unceta (2014), el Buen Vivir se presenta como la traducción de una idea ancestral andina y, simultáneamente, como una referencia crítica que se sitúa más allá del pensamiento oficial y del consumismo material. Esta ontología reposa en la comunión e indivisibilidad entre los seres humanos y la naturaleza, constituyendo un sistema complejo de prácticas sociales, económicas, políticas y espirituales orientadas a prolongar una existencia equilibrada y comunitaria, opuesta a la lógica moderna, patriarcal, clasista e individualista.

Esta revisión teórica permite evaluar con rigor las consecuencias de la Declaratoria de la Quebrada de Humahuaca como Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO. Promovida bajo la promesa de generar crecimiento para la provincia, la declaratoria provocó una brusca e incontrolada transformación territorial (Almirón *et al.,* 2006). Las poblaciones originarias se vieron obligadas a resignificar sus espacios y activar procesos compulsivos de patrimonialización de sus bienes culturales, tangibles e intangibles, y naturales (Otero y Castro, 2024). De forma simultánea, la Puna jujeña vio convertidos sus extensos salares en atractivos turísticos a ser explotados comercialmente por fuera de las dinámicas comunitarias.

Los efectos de estos procesos exhiben profundas asimetrías: una acentuada inequidad en la distribución del capital

y las ganancias, un severo impacto socioambiental (proliferación de basurales a cielo abierto, contaminación y estrés hídrico), procesos acelerados de gentrificación y la banalización de prácticas culturales andinas. Para amortiguar estos impactos, las comunidades locales iniciaron una reconversión de sus prácticas territoriales. La falta de regulación estatal derivó en la alteración de hábitos de vida históricos, como los circuitos de trashumancia y pastoreo, la sustitución de cultivos andinos tradicionales por emprendimientos intensivos (como la vitivinicultura de alta gama) y el desplazamiento forzoso de familias comuneras debido al incremento especulativo del valor del suelo en tierras ocupadas desde tiempos inmemoriales.

## Reposicionamiento ético y gestión comunitaria desde la transtemporalidad

Este escenario de conflictividad impulsó una profunda revisión del posicionamiento epistemológico y metodológico en la práctica antropológica y arqueológica. A lo largo de dos décadas de permanencia continua en el territorio, la labor científica se orientó a consolidar estrategias interdisciplinarias en el marco de la Antropología, Arqueología y Etnografía Colaborativa (González Ruibal, 2012; Katzer, 2021) y multitemporal, atendiendo las demandas formuladas por las poblaciones originarias frente a la gestión de bienes culturales, la promoción de la cultura científica, la patrimonialización, la gentrificación y el turismo masivo. Para abordar este conjunto de problemáticas considerando sus efectos socioculturales y territoriales, se parte de la premisa de que las condiciones de emergencia de determinados fenómenos históricos tienen una incidencia determinante en el presente (González-Ruibal, 2012). Desde la Arqueología se debe cuestionar críticamente de qué manera el pasado persiste e insiste en el presente a través de su materialidad.

La arqueología contemporánea demuestra que la división tajante entre pasado y presente es políticamente insidiosa. Mientras el historicismo tradicional intenta relegar los restos de los

procesos coloniales al "archivo de la historia", la Arqueología revela que sus materialidades y consecuencias sociales continúan plenamente activas. Adoptar una perspectiva multitemporal implica desplegar una labor genealógica en sentido foucaultiano: identificar las condiciones de emergencia de los fenómenos históricos y sus repercusiones actuales. Al deconstruir la temporalidad lineal moderna, la ética arqueológica se transforma en una responsabilidad transtemporal que, siguiendo la noción de deconstrucción de Derrida, anula la distancia moral entre los conflictos del ayer y nuestro compromiso ético con la actualidad. Un ejemplo concreto de esta insistencia material del pasado es la emergencia y resignificación de la identidad Kolla en los escenarios jurídicos, políticos y socioeconómicos de Jujuy, planteando un entramado que trasciende la narrativa historicista tradicional. Problemáticas de este tipo exigen un reposicionamiento ético y profesional que reconozca cómo el pasado insiste materialmente en las disputas territoriales y simbólicas del presente.

Desde una Arqueología transtemporal se busca interpretar los discursos polifónicos y multivocales coexistentes en la Quebrada para recuperar diferentes usos y nociones del tiempo, el espacio, la memoria y la identidad mediante la caracterización de los Paisajes en diálogo con los saberes locales. Asimismo, se procura visibilizar cómo las lógicas de la patrimonialización y la gentrificación se inscriben en la materialidad del paisaje actual, desarrollando diagnósticos participativos para proponer estrategias de gestión comunitaria que permitan valorizar y proteger los bienes culturales, promoviendo alternativas sustentables que fortalezcan la soberanía territorial y la democratización del conocimiento.

En relación con la concepción de los saberes culturales, en este trabajo se adopta la definición formulada por la Corte Interamericana de Derechos Humanos en su Opinión Consultiva OC-32/2025:

> La Corte destaca que junto al conocimiento científico coexisten otras formas de conocimiento tales como los saberes locales, tradicionales e indígenas. Los saberes tradicionales o ancestrales son aquellas concepciones, habilidades, innovaciones, prácticas y filosofías que las comunidades indígenas, locales o, de otro tipo, han desarrollado a lo largo de generaciones como resultado de su actividad intelectual, experiencias, medios espirituales en o desde un contexto tradicional, gracias a su interacción con su entorno natural. Los saberes locales, a su vez, son habilidades desarrolladas por las personas y poblaciones, que son específicos de los lugares donde viven. Finalmente, los saberes indígenas son todos aquellos conocimientos que poseen estos pueblos sobre las relaciones y prácticas con su entorno; integran su patrimonio intelectual colectivo y forman parte integral de sus sistemas culturales, constituyendo la base para la toma de decisiones en aspectos fundamentales de la vida, desde actividades cotidianas hasta acciones a largo plazo (Emergencia Climática y Derechos Humanos, Párrafo 476).

Todos estos ejes no pueden analizarse de manera aislada sin considerar el rol estructurante de la mujer en el entramado social, por lo cual resulta indispensable incorporar la perspectiva de género. A través de estos enfoques se evidencia el destacado papel de las mujeres originarias no solo en la pervivencia de la cultura y en la reconfiguración de las prácticas económicas para insertarse en el nuevo escenario socioeconómico, sino también en la vanguardia de las luchas por los derechos territoriales frente a las reestructuraciones normativas provinciales y nacionales.

## Entramados conceptuales en juego: género, patrimonialización e interseccionalidad

En la Quebrada de Humahuaca y la Puna se condensan conflictos teóricos y prácticos que explican las formas de acción y resistencia de las mujeres originarias de los pueblos Kolla, Chicha,

Ocloya, Tilcara y Atacama ante situaciones de asimetría, abuso de poder y pérdida de derechos. La *interseccionalidad* resulta una categoría analítica adecuada para reconocer de qué manera se cruzan simultáneamente diferentes capas de opresión o vulnerabilidad en una misma persona, vinculando de forma indisoluble el cuerpo y el territorio de las mujeres jujeñas. Ellas no experimentan la desigualdad de manera unidimensional, sino a través de tres vectores simultáneos:

- Género: al desenvolverse dentro de estructuras rurales y comunitarias que históricamente asimilaron sesgos patriarcales donde el varón suele asumir la representación política externa.
- Etnicidad: por su condición de mujeres indígenas en un sistema provincial y nacional atravesado por el racismo institucional y la colonialidad del poder.
- Clase y geolocalización: al habitar en un alto porcentaje parajes rurales distantes de los centros urbanos, con menor conectividad, graves dificultades de acceso a la justicia formal y una histórica desatención estatal en materia de infraestructura sanitaria y educativa.

La categoría de interseccionalidad ha sido teorizada en profundidad para explicar la acumulación de causales de vulnerabilidad. Kimberlé Crenshaw (1995) la define como un "sistema complejo de estructuras de opresión que son múltiples y simultáneas". Como señalan los marcos de programación para el desarrollo (UNFPA, PNUD, UNICEF, ONU Mujeres, 2012; Hernández Artigas, 2011), se trata de un modelo de análisis de las diferencias sociales que aborda el fenómeno del desempoderamiento cuando se cruzan en una misma persona distintas modalidades de discriminación, analizando articuladamente la relación entre raza, etnia, clase y género.

A través de las relaciones económicas, culturales, generacionales y de género, los sujetos forjan su identidad a partir de diversas posiciones de subordinación, dominación o igualdad.

Además del sistema de opresión patriarcal que caracteriza a las sociedades latinoamericanas, existen otros sistemas discriminatorios como el racismo y la xenofobia que han excluido históricamente a las poblaciones étnico-raciales no dominantes. La discriminación compuesta o múltiple fija posiciones subjetivas construidas lingüísticamente mediante discursos, normas y dispositivos de saber/poder.

Tal como sostiene Visotsky (2024), las perspectivas del feminismo latinoamericano han profundizado sobre las marcas del colonialismo y el capitalismo, poniendo en diálogo el género con las categorías de clase, etnicidad, racismo, cuerpo y territorio. Esto es lo que se denomina *interseccionalidad crítica*: un abordaje que analiza críticamente las estructuras geopolíticas y culturales profundas que generan opresión.

Cuando una corporación inmobiliario-turística avanza o el gobierno provincial promueve proyectos desregulados, las mujeres indígenas son las principales afectadas. Al ser las encargadas de cuidar las fuentes de agua, pastorear el ganado y sostener la economía doméstica de subsistencia, el impacto del despojo territorial recae sobre ellas de manera multidimensional.

Frente a esta convergencia de opresiones, el concepto de *agencia* (Giddens, 1986*;* Barrancos, 2005), es decir la capacidad de los sujetos para actuar de manera independiente, tomar decisiones soberanas y transformar su entorno frente a un sistema opresor, cobra plena validez. Las mujeres originarias de Jujuy no son "víctimas pasivas", sino sujetos políticos activos. En las comunidades de los pueblos Kolla, lideran la recuperación de la memoria oral y la protección de sitios con arte rupestre ante la presión de las mineras de litio o del turismo tradicional. Al desempeñarse como guías comunitarias, ejercen su agencia disputando los relatos oficiales que han invisibilizado la historia de los pueblos originarios. Además, sostienen el tejido social comunitario mediante estrategias de crianza compartida y reemplazos laborales mutuos: si una mujer debe trasladarse a un centro urbano para asistir a una audiencia por litigios de tierras, las

demás cuidan a sus hijos, sus animales y sus puestos de venta. Su agencia es inherentemente colectiva.

Por su parte, el concepto de patrimonio posee una raíz netamente jurídica, definida como el "conjunto de bienes pertenecientes a una persona natural o jurídica, o afectos a un fin, susceptibles de estimación económica" (RAE). Jurídicamente, los bienes pueden ser materiales (cosas u objetos, así como las fuerzas naturales puestas al servicio del ser humano, conforme al art. 16 del Código Civil y Comercial de la Nación Argentina) e inmateriales (derecho -construcción social- susceptible de tener un valor económico o mercantilizable) (Endere *et al.*, 2013).

En Jujuy, la expansión turística otorgó un valor comercial directo a este conjunto de bienes, desatando una profunda paradoja: la convivencia entre el turismo intensivo corporativo y el Turismo Rural Comunitario (TRC) (Gallo y Peralta, 2018) derivó en disputas por la gestión y la rentabilidad del patrimonio cultural y natural.

En los últimos años, el escenario provincial se vio atravesado por la profundización de procesos de judicialización derivados de desalojos, avances sobre la propiedad comunitaria y la expropiación o apropiación de tierras por parte del Estado provincial y capitales privados para emprendimientos inmobiliarios, turísticos y mineros. Entre los casos de mayor resonancia y conflictividad socioambiental visibilizados por las redes comunitarias se destacan:

- Los desalojos vinculados al trazado del Tren Solar de la Quebrada, con ejecuciones administrativas y judiciales sobre familias asentadas a lo largo de la traza ferroviaria.
- Las intervenciones estatales en la comunidad Kolla de Caspalá, que implicaron el despojo del espacio comunitario de la cancha de fútbol del pueblo y terrenos agrícolas tradicionales para la edificación de infraestructura turística pública, desatando represión

policial y violaciones a la Consulta Previa, Libre e Informada.

– Las disputas por ocupaciones y loteos privados en Cueva del Inca (Tilcara), donde el avance inmobiliario intentó cercar y apropiarse de un sitio arqueológico y paisaje sagrado ancestral.

Cuando el turismo tradicional avanza sin planificación ni respeto por los derechos indígenas, el territorio deja de ser un espacio de vida para convertirse en una mercancía. El Estado provincial y el mercado han patrimonializado festividades y elementos sagrados como la Pachamama, el Carnaval o el Día de las Almas, convirtiéndolos en atracciones estéticas e incurriendo en el *greenwashing* o "lavado verde". La Corte IDH (Opinión Consultiva OC-32/2025, Párrafo 521) ha definido el *greenwashing* como la práctica de "presentar una imagen engañosa para aparentar un compromiso ambiental sin que realmente se implementen acciones significativas", recomendando a los Estados regular y fiscalizar el comportamiento corporativo en sus territorios, criterio aplicable a las prácticas culturales y espirituales de los pueblos indígenas.

Mientras Jujuy se promociona en folletos internacionales como un destino "sustentable, verde y ancestral", en la práctica cotidiana se vulnera a quienes sostienen esa identidad. El turismo masivo vende postales místicas (paisajes multicolores y pobladores locales practicando actividades propias del mundo andino), pero la rentabilidad es captada de forma asimétrica por empresarios externos. Al declarar ciertos parajes como "paisajes protegidos" o de interés turístico, los gobiernos locales suelen restringir el pastoreo y la agricultura comunitaria para priorizar la construcción de hoteles de lujo o infraestructura vial. Esto lleva a la folklorización de los pueblos originarios como decorado estético (Troncoso, 2013), la mercantilización de la tradición oral y la precarización laboral de las juventudes que migran del trabajo de la tierra hacia empleos informales de servicios.

A esto se suma el impacto ambiental derivado del consumo desmedido de recursos. Un hotel boutique tradicional con servicios de alta gama consume en un solo día la cantidad de agua que una familia comunitaria requiere para semanas de riego de los cultivos y el mantenimiento del ganado. En zonas áridas de la Puna y Quebrada, esta sobreexplotación seca las vertientes naturales de las que depende la soberanía alimentaria local. Asimismo, la falta de gestión de residuos transforma las periferias urbanas en grandes basurales a cielo abierto. Un ejemplo crítico de esta saturación ocurre durante la festividad del Toreo de la Vincha (cada 15 de agosto en Casabindo), donde el flujo masivo de cientos de visitantes sobrepasa la capacidad de absorción del poblado, dejando a la comunidad la tarea de recolección de desechos sin el respaldo de los sistemas de limpieza gubernamentales. Esta problemática se replica durante los Carnavales en toda la Quebrada, provocando el agotamiento temporario de los recursos hídricos y el colapso de la red de energía eléctrica.

En respuesta a estos procesos de despojo, el TRC dejó de ser una actividad meramente productiva para convertirse en una herramienta de resistencia cultural, soberanía territorial y empoderamiento para las mujeres de los pueblos Kolla, Chicha y Atacama, entre otros. La estructura socio-ocupacional de la provincia, signada por la permanente migración masculina hacia las minas o las cosechas estacionales, como la zafra y el tabaco, posicionó a las mujeres en el centro de la economía doméstica y la gestión del territorio. Esto se traduce en que la amplia mayoría de los emprendimientos de TRC, espacios gastronómicos rurales, hospedajes familiares y cooperativas de artesanos de la Quebrada y la Puna están encabezados y coordinados directamente por mujeres. Su liderazgo trasciende las tareas tradicionales de cuidado, constituyendo un posicionamiento político de autonomía financiera y defensa asamblearia de los bienes comunes.

El *boom* de destinos turísticos en la Quebrada de Humahuaca, disparó el valor de la tierra. Desde la declaratoria de la UNESCO, numerosos empresarios hoteleros y compradores particulares han adquirido terrenos para construir infraestructura turística. Muchas de estas tierras forman parte del territorio ancestral de comunidades que no cuentan con títulos de propiedad comunitaria definitivos (pese a estar amparadas por la Constitución Nacional -art. 75 inc. 17- y Ley Nacional 26.160 de emergencia territorial). Esto genera desalojos, alambrado de campos de pastoreo tradicionales y juicios contra familias comuneras. Las mujeres, al estar a cargo del pastoreo de animales, ven recortados sus circuitos de supervivencia económica. Frente a esto, ellas son las que revalorizan el saber ancestral, por ejemplo, con la recolección de hierbas medicinales nativas, las técnicas de cultivo en terrazas, la conservación de semillas nativas (papas andinas, variedades de maíz y quinoa) y la textilería artesanal (esquila, teñido con plantas locales y tejido en telar), presentando estas prácticas al visitante como expresiones de un modo de vida vivo y respetuoso del entorno.

Las mujeres organizan e implementan instrumentos comunitarios de ordenamiento territorial, como el mapeo cultural reflexivo y la delimitación de zonas de exclusión. Mediante este registro propio, las comunidades diferencian sus áreas de cultivo de aquellas de uso sagrado u ontológico (sitios arqueológicos, cementerios ancestrales, apachetas, peñas, ojos de agua, entre otros), prohibiendo el tránsito de contingentes turísticos no acompañados por guías locales. Un caso ilustrativo ocurre en la Comunidad de Rodero, donde la tradición oral dice que no se debe caminar por el fondo del valle y una peña en particular pasadas las seis de la tarde para resguardar a las personas. Se trata de un espacio de significación espiritual compleja, descrita como “una peña con encanto”. De igual modo, en el Paseo de las Señoritas (Uquía), en la Garganta del Diablo (Alfarcito) y en la cuenca de las Salinas Grandes, las organizaciones comunitarias, como la Mesa de Comunidades, fijan límites de carga socioambiental, regulando el cupo de visitantes para proteger el agua. Además, suelen

suspender la atención al turismo durante los ciclos agrícolas, en particular la siembra y la cosecha, y las festividades íntimas.

Para combatir el extractivismo cultural de los centros urbanos, donde se revenden artesanías industriales importadas que precarizan el trabajo textil y alfarero local, las mujeres han consolidado circuitos de comercio justo y cooperativas con sellos de autenticidad. En la venta directa, las tejedoras explican el tiempo de elaboración y el valor iconográfico de cada pieza, desmantelando la lógica del *souvenir* barato y el regateo. Asimismo, ante la amenaza de que tierras comunitarias sean consideradas "vacías" por el sector inmobiliario, las mujeres activan su ocupación productiva impulsando a las juventudes hacia la ganadería y el TRC, ofreciendo cabalgatas y caminatas, por ejemplo en Rodero y Ucumazo, así como vivencias rurales en Farallón, Cochagaste y Alfarcito de la Puna.

Aunque este modelo genera autonomía financiera y resquebraja las estructuras patriarcales y coloniales de la ruralidad, también suma responsabilidades sobre las mujeres, quienes suman la atención al turista a las tareas de cuidado del hogar y la producción agrícola ganadera. Para sostener estas propuestas resulta fundamental la articulación de redes intercomunitarias como la Red de Turismo Rural Comunitario de Argentina (RATURC), el Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir, la red Espejo de Sal, la Asociación de Turismo Comunitario Las Queñuas (San Francisco, Santa Ana, Valle Grande) y las redes locales de Hornaditas, Ucumazo, Tres Cruces, Juella y Maimará. En estos espacios cooperativos, las decisiones se toman democráticamente en asamblea y los beneficios económicos se redistribuyen de forma equitativa para ser invertido en infraestructura edilicia, caminos, salud y educación comunitaria. Otro ejemplo relevante en la Provincia de ello es el de la Cooperativa de Mineros de Salinas Grandes, fundada por integrantes de las Comunidades de Santuario de Tres Pozos y Pozo Colorado.

## Flexibilización normativa y vulnerabilidad territorial

La aplicación de la perspectiva de la interseccionalidad crítica y las agencias femeninas en Jujuy adquiere una dimensión urgente al examinar el marco regulatorio actual. La tensión entre la patrimonialización comercial y el TRC no se da en el vacío, sino en un escenario normativo fuertemente disputado donde el gobierno nacional y el provincial convergen en una misma dirección: la priorización del mercado, la apertura a las corporaciones y la omisión y/o flexibilización de los controles socioambientales impacta directamente sobre las comunidades originarias de Jujuy.

El Estado Nacional, a partir de la asunción de Javier Milei, ha llevado a cabo políticas públicas, aún más, regresivas en materia de derechos que reconocían y generaban obligaciones al Estado a los fines de garantizar el ejercicio de derechos territoriales indígenas. Una de ellas fue la derogación de lo que implicó la emergencia territorial y el congelamiento de la obligación del Estado de relevar los territorios comunitarios, por lo que la Ley Nacional 26.160 de "Emergencia en materia de posesión y propiedad de las tierras que tradicionalmente ocupan las comunidades indígenas originarias del país", quedó virtualmente inaplicable. Con ello se produjo el fin de la suspensión de los desalojos, porque esta ley disponía la suspensión de todos las actuaciones administrativas y judiciales que tuvieran como fin ordenar el desalojo de comunidades originarias hasta tanto se concluyeran los relevamientos técnicos, jurídicos y catastrales de sus territorios.

Esta situación coloca en una extrema vulnerabilidad jurídica a las comunidades de la Quebrada y la Puna frente a las demandas civiles de privados que buscan tierras para loteos turísticos o para construir grandes hoteles. En Argentina no existe aún una Ley Nacional de Propiedad Comunitaria Indígena que reglamente de forma efectiva el derecho a la posesión y propiedad comunitaria reconocido en la Constitución Nacional (art. 75, inc. 17). A pesar de que nuestro país fue condenado

internacionalmente por Sentencia de la Corte IDH en el caso de las Comunidades indígenas miembros de la Asociación Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) vs. Argentina, ordenó que se dicte una ley de propiedad comunitaria como mecanismo de no repetición de las violaciones a los derechos humanos constatado en el caso (Corte IDH, Sentencia de 6 de febrero de 2020, párrafo 354).

Los distintos poderes del Estado (Ejecutivo, Legislativo y Judicial) omiten saldar esta deuda histórica debido a que en los territorios indígenas se encuentran los recursos naturales y minerales estratégicos, lo que para los Estados provinciales son considerados objetos mercantilizables. Estos recursos se presentan ante corporaciones en ferias internacionales de promoción como la organizada por la Asociación de Prospectores y Promotores de Canadá (PDAC), el evento de minería más grande del mundo.

Al quedar sin efecto la suspensión de desalojos, inmediatamente se reactivaron causas judiciales civiles en todo el país, pero particularmente en el NOA donde terratenientes y desarrolladores inmobiliarios reclaman la titularidad privada de tierras habitadas ancestralmente por los integrantes del Pueblo Kolla. Las carpetas técnicas de relevamiento catastral que el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI) venía entregando, quedaron virtualmente paralizadas o desfinanciadas, perdiendo su peso como freno administrativo frente a los municipios y gobernaciones que promueven el desarrollo turístico e inmobiliario tradicional.

El INAI sufrió una profunda reestructuración interna y un cambio de paradigma en su conducción. Bajo la gestión iniciada en 2024 por Claudio Avruj, el organismo abandonó la línea de mediación y relevamiento en favor de las comunidades para priorizar reuniones con cámaras empresarias, propietarios particulares y sectores que denuncian "usurpaciones" indígenas. En la práctica, el INAI dejó de funcionar como un canal de contención o asesoramiento legal para las comunidades del NOA frente a los litigios por infraestructura turística o minera,

pasándose de la reparación histórica a la vulneración sistemática de derechos y la invisibilización comunitaria. Ejemplo de esta nueva orientación fueron las declaraciones de la Directora de Tierras y Registro Nacional de Comunidades Indígenas, Dra. Sonia Ochoa, quien en reuniones con funcionarios de la provincia de Catamarca afirmó que "una comunidad no podría obstaculizar el desarrollo de un proyecto minero" (El Ancasti, 2024). Esta declaración demuestra desconocer el derecho al Consentimiento Previo, Libre e Informado (CPLI) garantizado por los artículos 6, 7 y 15 del Convenio 169 de la OIT y con ello, la vulneración sistemática de dicho derecho.

A esto se suma la sanción por parte del Poder Legislativo Nacional, en el año 2024, de la Ley 27.742 que establece el Régimen de Incentivo para Grandes Inversiones (RIGI). Esta norma busca atraer capitales transnacionales ofreciendo estabilidad fiscal, tributaria y aduanera por 30 años para proyectos de gran escala en sectores estratégicos como la minería, el turismo, la tecnología, la infraestructura, la energía y el petróleo (art. 167). El RIGI afecta de forma directa al NOA al incentivar la minería de litio y el desarrollo de infraestructura turística desregulada y a gran escala. Al flexibilizarse las normativas de impacto ambiental y los controles territoriales a nivel nacional, la noción de la tierra como un bien de uso sustentable comunitario se contrapone por completo con la noción de la tierra como un activo de inversión financiera internacional.

Asimismo, mediante el DNU 70/2023 y sus reformas complementarias, se derogó la Ley de Tierras Rurales (Ley 26.737), la que eliminó las restricciones a la compra de tierras por parte de extranjeros que lleva a reconfigurar el valor del suelo en el NOA. Esta derogación fue cuestionada por la organización del Centro de Ex Combatientes Islas Malvinas La Plata, (CECIM), quienes lograron a través de la presentación de una acción de amparo, la Cámara Federal de Apelaciones de La Plata (Poder Judicial) declaró la inconstitucionalidad de la derogación de dicha ley, por lo que frenó esta medida. A pesar de ello, el Gobierno de Milei insistió en dicha

derogación, a través de la presentación de un proyecto de ley que fue tratado en el Senado de la Nación. Este proyecto al encontrarse actualmente muy cuestionada por la voluntad popular retrocedió y sufrió modificaciones, a consecuencia de ello es que el límite de compra de tierras por parte de extranjeros del 15% en el ámbito Nacional, Provincial y Municipal sigue vigente.

La situación de retroceso y falta de seguridad jurídica para los territorios que antes se consideraban "inactivos" o “improductivos” por estar destinados al pastoreo comunitario o al TRC pasaron a ser el foco de fondos de inversión locales e internacionales, para ser explotados como mercancías y que aportan una gran cantidad de dólares al producto (PBI) interno del País. La falta de formalización de los registros de la propiedad comunitaria en las provincias los vuelve sumamente vulnerables ante este flujo de capitales, y el poder político que ellos detentan.

Por su parte, la provincia de Jujuy presenta una complejidad particular. Si bien fue pionera en promocionar el TRC mediante programas estatales iniciales, ha perfeccionado un diseño jurídico que tiende a subordinar la autonomía indígena a las decisiones del Poder Ejecutivo provincial:

- Ley Provincial N.° 5428 (De Fomento y Promoción para el Desarrollo Turístico): Establece un régimen de promoción de inversiones mediante créditos fiscales y diferimientos impositivos de hasta el 100% para la actividad empresarial turística tradicional. Aunque la norma menciona de forma genérica el desarrollo sustentable, los principales beneficios están diseñados para prestadores con alta capacidad de capitalización, profundizando la asimetría económica respecto de los emprendimientos autogestionados por las mujeres en las comunidades.
- Control de los circuitos de guías (Ley Provincial N.° 6308): Exige la inscripción obligatoria en el Registro Único de Guías de Turismo. Si bien busca profesionalizar la actividad, impone barreras burocráticas y requisitos formales que desconocen el

> saber ancestral de las guías comunitarias, catalogando el conocimiento local como "informal" o "ilegal" si no pasa por los filtros técnicos del Ministerio de Cultura y Turismo provincial. Un ejemplo de este control se produjo a finales de 2024, cuando las comunidades de la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc fueron intimadas por el gobierno provincial a contar con certificaciones formales de idoneidad. Ante esto, el Instituto Interdisciplinario Tilcara (FFyL, UBA) y el CONICET dictaron capacitaciones de 80 horas de formación que permitieron certificar a 165 integrantes de estas comunidades hacia inicios de 2026, sosteniendo sus emprendimientos autogestionados frente a los intentos estatales de desvincularlas del salar para ceder paso a las empresas mineras de litio.

La conflictividad regulatoria en Jujuy está signada por las tensiones derivadas de la reforma de la Constitución Provincial en junio de 2023. Aprobada de manera exprés por el oficialismo y sectores de la oposición sin Consulta Previa, Libre e Informada a las comunidades originarias ni participación de la sociedad civil. Esta reforma desató una profunda crisis política y un estallido social. Los puntos más conflictivos radicaron en la prohibición y penalización de los cortes de calles y rutas, la aceleración de los mecanismos de desalojo de tierras y la disposición de recursos estratégicos como el agua y el litio en la Puna, amenazando directamente la posesión comunitaria indígena.

El rechazo reunió a más de 300 comunidades indígenas de la Quebrada y la Puna (articuladas en lo que los propios indígenas llamaron el *Tercer Malón de la Paz*) con gremios docentes, estatales y organizaciones de derechos humanos, concentrando las protestas en la capital provincial y en cortes estratégicos sobre la Ruta Nacional 9 (Purmamarca, Tilcara, Humahuaca y Abra Pampa).

La respuesta del gobierno provincial se tradujo en operativos integrados por las fuerzas de seguridad que hicieron un uso desproporcionado e ilegítimo de la fuerza, el disparo de

proyectiles de goma al rostro (provocando la pérdida de visión en manifestantes, particularmente jóvenes), detenciones arbitrarias, utilización de vehículos sin identificación para apresar personas y el posterior procesamiento penal y contravencional masivo de comuneros y manifestantes.

Figura 2 - Reclamos y represión policial en el marco de la reforma constitucional de la provincia de Jujuy.



Arriba a la izquierda: fotografía de una de las manifestaciones contra la reforma constitucional frente a la Casa de Gobierno de Jujuy. Fotografía de Clarisa Otero, 2023. Arriba a la derecha: Mujeres paradas ante una columna de la policía provincial de Jujuy, en el corte de la ruta nacional N.° 9, altura Purmamarca. Fuente: politicaargentina.com. Integrantes del 3.° Malón de la Paz, ruta nacional Nº9, luego de la represión del 17 de junio de 2023, fotografía de Clarisa Otero, 2023. Policía situada en la ruta nacional para evitar que los manifestantes se movilicen.

Fuente: fotografía de Johana Arce, 2023.

La gravedad de estos hechos motivó pronunciamientos y alertas de numerosos organismos internacionales de derechos humanos como la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) y la Oficina del Alto Comisionado de la ONU para los Derechos Humanos (OACNUDH), que denunciaron la

criminalización de la protesta social y la vulneración sistemática de los derechos de los pueblos indígenas. Las comunidades originarias, y centralmente las mujeres que sostuvieron los cortes de ruta y las marchas en defensa del agua y la tierra, denunciaron que la reforma constitucional limitaba los mecanismos de protesta social, vulnera el derecho a la Consulta previa y debilita el derecho a la tierra frente a la entrega de concesiones de actividades económicas extractivas.

Frente a lo descripto, resulta pertinente recuperar la conceptualización formulada por Cecilia Gebruers (2021) en su investigación sobre la *interseccionalidad* y su traslación al ámbito del derecho. Gebruers analiza si la interseccionalidad puede trasladarse exitosamente a la práctica jurídica para demostrar cómo las múltiples historias de opresión exceden las categorías fijas de la ley. La autora concluye que la interseccionalidad constituye un paso clave para deconstruir el sujeto monolítico y homogeneizante que propone el derecho moderno. El desafío consiste en ocupar el campo del derecho y luchar para dotar al discurso de los derechos humanos de nuevos sentidos, redefiniendo las fronteras legales.

Al analizar los hechos ocurridos en Jujuy y la actual realidad nacional se observa un sistema de leyes que opera como una pinza: mientras la Nación desregula el mercado de tierras facilitando el ingreso de capitales corporativos (RIGI, DNU 70/2023), la provincia instrumentaliza la patrimonialización turística y el extractivismo minero, regulando restrictivamente quién tiene derecho a explotar el paisaje y la cultura. Nos encontramos ante normas infraconstitucionales que vulneran la dignidad humana y políticas públicas que se materializan en un sistema jurídico que desconoce las garantías constitucionales y convencionales, de los Tratados internacionales.

Ante este marco regulatorio que pretende borrar la especificidad de la posesión comunitaria, la agencia de las mujeres jujeñas cambia de escala. Ya no sólo disputan el sentido de una artesanía o de un circuito de TRC hacia adentro de sus

comunidades, sino que se forman activamente en el derecho internacional de los derechos humanos, invocando los tratados internacionales de rango constitucional y Convenio 169 de la OIT ante los juzgados ordinarios para resistir la avanzada de un entramado legal que mercantiliza su cultura mientras desprotege sus territorios ancestrales.

## Jujuy en la escena internacional por la violación a los Derechos Humanos

La lucha de las mujeres indígenas de Jujuy en instancias internacionales cobró una relevancia global sin precedentes a raíz de la reforma constitucional de 2023, el avance de la minería de litio y el desarrollo inmobiliario y turístico gestionado por terceros. Cuando los resortes judiciales y políticos internos de la provincia y de la Nación fallaron o criminalizaron los reclamos, los y las dirigentas jujeñas llevaron sus testimonios directamente a los máximos organismos internacionales de derechos humanos.

Entre los eventos más relevantes se puede destacar que, tras las capacitaciones brindadas por el Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), durante la época de la pandemia a referentes de distintas comunidades indígenas del país, una integrante de la comunidad a la Comunidad Cueva del Inca de Tilcara, que participó de dicha capacitación, presentó una solicitud de medidas cautelares y denuncias ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de la OEA el 14 de julio de 2023, a pocos días de la represión en Purmamarca y San Salvador. En su presentación, precisó la vulneración de los derechos a la libre expresión, la vida digna, la integridad física y los derechos específicos de los pueblos indígenas, exigiendo el cese de la represión, la liberación de las personas privadas de la libertad de manera arbitraria y la restitución de garantías constitucionales.

Gran parte de las comunidades que constituyeron el Tercer Malón de la Paz, en agosto de 2023 marcharon a pie desde Jujuy hasta la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En Buenos Aires, con la gestión de Adolfo Pérez Esquivel y el SERPAJ, los maloneros

se reunieron con autoridades del Poder Ejecutivo Nacional y particularmente con el Presidente de la Nación, Alberto Fernández, quien los recibió en la Quinta de Olivos en fecha 18 de agosto del 2023. A partir de esa movilización y reclamo al Presidente de la Nación, es que se dictó el Decreto PEN 435/2023, que dispone crear una Comisión Investigadora que elaboró un exhaustivo informe sobre la violencia institucional en Jujuy (SERPAJ, 2023).

El informe de la Comisión sintetizó las siguientes conclusiones centrales sobre la crisis jujeña:

- Patrón de violencia institucional sistemática: La represión no respondió a excesos individuales, sino a una modalidad de violencia estatal extendida en el territorio para amedrentar a quienes ejercían la protesta social.
- Criminalización de la protesta y persecución penal: El uso coordinado del aparato penal provincial para perseguir a manifestantes, opositores y comuneros, restringiendo de forma ilegítima los derechos de reunión, asociación y libre expresión.
- Inconstitucionalidad e ilegitimidad de la reforma constitucional de 2023: Debido a irregularidades de procedimiento y, sustancialmente, por la omisión absoluta del procedimiento de Consulta Previa, Libre e Informada (Convenio 169 OIT).
- La cuestión territorial como núcleo del conflicto: La falta de titulación y la inseguridad jurídica sobre las tierras comunitarias facilitan los despojos vinculados a emprendimientos mineros, inmobiliarios y turísticos, desconociendo el territorio en su dimensión integral (tierra, agua, bienes comunes y cosmovisión).
- Obligaciones del Estado Nacional y reparación: La exigencia al Estado de actuar como garante internacional, investigando y sancionando a los responsables, reparando integralmente a las víctimas

> (con prioridad en niños, niñas y adolescentes) y anulando la reforma de 2023, promoviendo de forma urgente una Ley Nacional de Propiedad Comunitaria Indígena.

Asimismo, organismos como la OACNUDH (a través de su representante regional Jan Jarab) emitieron llamados urgentes al Estado argentino para reducir las tensiones, garantizar un diálogo intercultural genuino y evitar retrocesos en los derechos indígenas. En Salinas Grandes, el liderazgo de las mujeres mayores —conocidas localmente como las "mamitas" u originarias guardianas del territorio— logró que Relatores Especiales de la ONU sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas visitaran el área, visibilizando a nivel internacional que la extracción de litio y el turismo masivo no pueden avanzar destruyendo los ecosistemas salinos.

Además, a través de las líneas de trabajo con Pueblos Indígenas en el SERPAJ, que consisten en: Solidaridad y Acompañamiento a comunidades en conflicto, Difusión y comunicación intercultural y Capacitación.

A través de estas líneas de trabajo el equipo de Pueblos Originarios del SERPAJ hace un aporte relevante en la traducción de las demandas comunitarias al lenguaje del derecho internacional de los Derechos Humanos y Derecho de los Pueblos. En la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc, el SERPAJ apoyó presentaciones judiciales a través de la figura jurídica del Amicus Curiae (Amigo del Tribunal) y excepcionalmente se han presentado conjuntamente con las Comunidades de la organización indígena “Mesa de Comunidades de Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc”, Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Fundación Abogados y Abogadas del Noroeste argentino en Derechos Humanos y Estudios Sociales (ANDHES) a cuestionar judicialmente la constitucionalidad del Decreto Reglamentario 7751 de la Ley General del Ambiente de Jujuy, por violar el derecho a la consulta previa e ignorar la opinión de niños, niñas y adolescentes indígenas. Pero también han realizado

presentaciones ante el Comité de Expertos sobre derechos de Pueblos Indígenas de la ONU, reclamaciones por la vulneración del derecho a la Consulta y Consentimiento previo, libre e informado frente a actividades económicas extractivas. También se han ocupado de realizar actividades de promoción de los Derechos de los Pueblos Indígenas volcados en publicaciones especializadas sobre la materia (Katz *et al*., 2019).

Las capacitaciones en legislación y DDHH, la posibilidad de acceder a la ONU o a la CIDH no solo internacionalizó el conflicto jujeño, sino que dotó a las mujeres de un enorme capital político y normativo al regresar a sus asambleas comunitarias. Estas actuaciones las inviste de un discurso jurídico, posicionándolas y visibilizándolas por su accionar en otras esferas, lo que trae aparejado la capacidad de interpelación a funcionarios locales y empresarios hoteleros o mineros citando jurisprudencia internacional, fortaleciendo de manera decisiva su agencia local en la defensa del territorio.

## Conclusiones: agencias femeninas, disputas territoriales y el horizonte de las Ciencias Humanas desde la perspectiva colaborativa en Jujuy

Frente al avance desregulado del turismo de masas y la profundización de los modelos extractivos e inmobiliarios en el Noroeste Argentino, las mujeres de las comunidades originarias de la Quebrada de Humahuaca y la Puna de Jujuy han asumido un rol protagónico en la formulación de estrategias políticas, económicas y simbólicas de resistencia. Históricamente catalogados o relegados por las lógicas coloniales y estatales bajo la figura del "desierto", los territorios indígenas sufrieron una drástica resignificación: pasaron de ser periferias invisibilizadas a transformarse en tierras codiciadas, cotizadas y disputadas. Este cambio de escala responde a los procesos de globalización, la transnacionalización del comercio, la hipertecnificación y un modelo económico que elude deliberadamente la diversificación de las economías regionales para priorizar la extracción intensiva

de insumos estratégicos como el litio, el desarrollo de megaobras de infraestructura (como el Corredor Bioceánico o el Tren Solar) y la especulación inmobiliaria.

Se impone así una reestructuración territorial vertical que omite y desconoce de forma sistemática a las poblaciones originarias que habitan y significan esos espacios desde tiempos ancestrales.

Ante el retroceso normativo provocado por la derogación de la Ley 26.160 y las políticas de flexibilización regulatoria impulsadas bajo la administración nacional de Javier Milei, orientadas al incentivo desregulado de inversiones (RIGI), y el cuestionamiento a la propiedad comunitaria, las comunidades se ven arrastradas a una absoluta falta de seguridad jurídica, tal como lo han sostenido los organismos internacionales de Derechos Humanos (Corte IDH, 2020 y Relator de Pueblos Indígenas de ONU, 2010).

Este estado de precarización e incertidumbre constante proyecta un escenario aún más adverso, amenazado por la reactivación inminente de órdenes de desalojo. Ante esto, la defensa indígena se ha replegado hacia dos trincheras centrales: por un lado, la exigencia judicial del cumplimiento de la Constitución Nacional, art. 75, inc. 17, Convenio 169 de la OIT y la Consulta Previa, Libre e Informada ante la justicia ordinaria y los organismos internacionales de derechos humanos (con el respaldo de organizaciones como SERPAJ, ENDEPA, CELS, FARN y Amnistía Internacional); por el otro, la resistencia territorial directa, mediante la permanencia física en los puestos de pastoreo, el control asambleario y la comunicación comunitaria en radios locales y redes digitales, cuestionando el estrés hídrico generado por la minería y la pérdida de tierras de uso agropastoril.

En este complejo contexto donde las disputas por el territorio se desplazan a los tribunales, la perspectiva de la interseccionalidad crítica resulta indispensable para demostrar cómo las opresiones de género, etnia, clase y geolocalización se entraman en un sistema de pinzas que convierte al espacio

habitado en un campo de batalla legal por la construcción de un discurso jurídico que garantice la dignidad humana desde una perspectiva identitaria, cuya una cosmovisión se diferencia de las creencias occidentales. Por lo tanto, el acceso a la justicia desde una perspectiva intercultural se vuelve una necesidad. En este escenario, el discurso jurídico se devela no como un simple marco neutral, sino como un discurso dotado de poder que construye activamente realidades dejando de lado los intereses de la clase dominante. Siguiendo esta línea, el derecho también puede ser reapropiado por los sujetos subalternos para visibilizar las violaciones estructurales y operar como una trinchera de resistencia.

Figura 3 - Mujeres en lucha.




Izquierda: Mujeres llevando la whipala durante una manifestación. Centro: uso de la fuerza policial contra una mujer durante el desalojo en Santa Rosa, Humahuaca, 10 de agosto de 2026. Fuente: fotografía de @dieguillokrajo. Derecha: flyer en el que se convoca una marcha de Warmis (mujeres) en repudio a los desalojos.

Fuente: @hojitainformativa.

El liderazgo de las mujeres en la gestión del TRC y en las cooperativas artesanales ha reconfigurado las relaciones de poder intracomunitarias, achicando las brechas de género en las nuevas generaciones. Este proceso no se sostiene en marcos feministas eurocéntricos, sino en la reactivación de principios andinos de dualidad complementaria, orientados a la lucha compartida contra las jerarquías impuestas por el patriarcado colonial.

Un aspecto decisivo radica en el control femenino sobre los ingresos generados por el turismo, los cuales se reinvierten directamente en salud, educación e infraestructura comunitaria, como se constata en la Comunidad Santuario de Tres Pozos. Asimismo, en el ámbito de las disputas legales por la tierra, las mujeres mayores emergen como testigos clave en las asambleas y juzgados, fundamentando los límites y el uso histórico del territorio frente a mensuradores y agentes estatales. Ejemplo de ello, da cuenta el caso de la Comunidad Kolla de Guerrero en el que las mujeres demarcan los límites del territorio comunitario, localizan los sitios arqueológicos (antigales sagrados) y cementerios del siglo pasado.

Durante las últimas dos décadas, el trabajo en Arqueología y Antropología Colaborativa ha orientado las investigaciones hacia la construcción de conocimientos, articulando el saber científico y saberes indígenas, mediante la memoria ancestral, para generar insumos probatorios en procesos judiciales y de defensa del territorio. Para ello la herramienta utilizada por los indígenas fue la articulación institucional con CONICET (convenios y asesoramientos) y la Universidad de Buenos Aires (UBA) a través de proyectos de extensión universitaria. A su vez una de las autoras ha participado como peritos en causas judiciales emblemáticas (Caspalá, Guerrero) y desarrolló talleres participativos de formación para más de 200 guías de turismo comunitario en localidades como Tilcara, Humahuaca, Purmamarca, Palca de Aparzo, Coctaca, Uquía y la cuenca de Salinas Grandes. Estas certificaciones y diagnósticos socioambientales han permitido a las comunidades acreditar la legitimidad de sus emprendimientos y frenar el avance de proyectos extractivos e inmobiliarios.

Finalmente, el análisis del contexto jujeño pone de manifiesto la "paradoja de la visibilidad": el mismo Estado que promociona internacionalmente los rostros, telares y paisajes de las comunidades para captar capitales turísticos, invisibiliza y criminaliza sus demandas cuando exigen la seguridad jurídica de

sus tierras ancestrales frente a la megaminería y la especulación inmobiliaria.

Desde las grietas de este modelo, las agencias femeninas de las comunidades originarias han tejido redes de resistencia que trascienden la escala local. Al articular la memoria material de sus antepasados, con el uso estratégico del derecho internacional y el acompañamiento de la arqueología colaborativa, las mujeres indígenas afirman su soberanía sobre el territorio y el agua, desmantelando la lógica depredadora del desarrollo hegemónico o del desarrollo empobrecedor para sostener, en la práctica cotidiana, las ontologías del *Buen Vivir*.

**Agradecimientos:**

A la Organización de la Mesa de comunidades de la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc, a todas las Comunidades que forman parte del tercer Malón de la Paz y a las Comunidades de los Pueblos Originarios de la Quebrada de Humahuaca y Valles de Jujuy que, sin su resistencia y lucha constante, este trabajo no podría haberse concretado.

## Referencias

ALMIRÓN, Analía; BERTONCELLO, Rodolfo; TRONCOSO, Claudia. Turismo, patrimonio y territorio: una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires, v. 15, n. 2, p. 101-124, 2006.

BARRANCOS, Dora. Las mujeres y su "causa". **Revista Criterio Digital**. Buenos Aires, 2005. Disponible en: https://www.revistacriterio.com.ar/bloginst_new/?p=3236. Acceso en: 10 ago. 2026.

BENAVIDEZ, Joaquín. **Cartografías del agronegocio en Argentina**: un abordaje desde el pensamiento jurídico crítico y los derechos humanos. 2022. 180 f. Disertación (Maestría en Derechos Humanos). Universidad Autónoma de San Luis Potosí, San Luis Potosí, 2022.

CONTI, Viviana E. De las guerras de la Independencia a la organización del Estado: 1810-1852. *In*: TERUEL, Ana; LAGOS, Marcelo (dir.). **Jujuy en la historia de la colonia al siglo XX**. San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 2007. p. 85-138.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CORTE IDH). Opinión Consultiva OC-32/25: **Emergencia Climática y Derechos Humanos**. San José, Costa Rica, 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *In*: CRENSHAW, Kimberlé *et al.* (ed.). **Critical race theory: the key writings that formed the movement**. New York: Routledge, 1995. p. 357-383.

CUELLAR, Vanesa. Inmigración, subjetividad y experiencias generacionales: aportes desde la historia oral de mujeres sirio-libanesas en San Salvador de Jujuy. **Nuestro NOA**. San Salvador de Jujuy, n. 16, p. 55-98, 2023.

EL ANCASTI. **Relativizan las objeciones a los proyectos mineros**. San Fernando del Valle de Catamarca, 15 mayo 2024. Edición impresa.

ENDERE, María Luz; CHAPARRO, María Gabriela; MARIANO, Carolina Inés (comp.). **Temas de patrimonio cultural: libro de texto universitario**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2013.

GALLO, Graciela Inés; PERALTA, Juan Manuel. **Turismo rural comunitario**: un aporte metodológico y herramientas prácticas. Buenos Aires: Teseo, 2018. Disponible en: https://www.teseopress.com/turismoruralcomunitario. Acceso en: 10 ago. 2026.

GEBRUERS, Cecilia. La noción de interseccionalidad: desde la teoría a la ley y la práctica en el ámbito de los derechos humanos. **Revista Perspectivas de las Ciencias Económicas y Jurídicas**. Santa Rosa, v. 11, n. 1, p. 55-74, 2021.

GIDDENS, Anthony. **La constitución de la sociedad.** Buenos Aires: Amorrortu, 1986.

GIL MONTERO, Raquel. Historia socioambiental: entre la Conquista y el siglo XX. *In*: GRAU, Alfredo *et al.* (ed.). **La Puna argentina**: naturaleza y cultura. Tucumán: Fundación Miguel Lillo, 2018. p. 343-361. (Serie Conservación de la Naturaleza, 24).

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**. Madrid, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

GOÑI RE, Joaquín. Procesos de expansión de la frontera del litio en la Puna jujeña: tensiones entre territorialidades comunitarias y empresarias (2010-2025). **Revista de Investigaciones sobre Fronteras**. San Salvador de Jujuy, p. 1-44, 2026.

GUTIÉRREZ, Ligia Noel de los Ángeles. **El establecimiento de italianos y sirio-libaneses en Jujuy, 1880-1910**: actividades económicas. Travesías, San Salvador de Jujuy, p. 25-34, 2016. Suplemento. VII Reunión del Comité Académico de Historia, Regiones y Frontera (AUGM).

HERNÁNDEZ ARTIGAS, Aniol. **Interseccionalidad y derechos de las mujeres indígenas en América Latina. San José, Costa Rica**: Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH), 2011.

KATZ, Mariana; GONZÁLEZ, Abel; ROMERO WAMANI, Lucía; MENDOZA, Alejandro. **Derechos de los pueblos originarios y de la Madre Tierra**: una deuda histórica. Prólogo de Adolfo Pérez Esquivel. Buenos Aires: CLACSO; Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG-UBA), 2019.

KATZER, María Leticia. La etnografía como modo de producción de saber colaborativo: reflexiones epistemológicas y metodológicas. *In*: KATZER, María Leticia; CHIAVAZZA, Horacio (Comp.). **Perspectivas etnográficas contemporáneas en Argentina**. Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo, 2019. p. 49-83.

LENTON, Diana; KATZ, Mariana. **Los tres Malones de la Paz y la negación de los derechos indígenas**. *In*: CONGRESO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 13, 2025, San Salvador de Jujuy. Libro de actas [...] San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 2025. p. 60.

MUÑOZ CABRERA, Patricia. **Interseccionalidad y redes transnacionales de derechos humanos. Santiago de Chile**: Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM), 2011.

OTERO, Clarisa. La Arqueología en el relato oficial del Estado Nacional. El caso del Pucará de Tilcara (Jujuy, Argentina). **Arqueología Suramericana**. v. 6, n. 1-2, p. 87-111. 2013.

OTERO, Clarisa; CASTRO, Juan José. Escenarios de tensión en la Quebrada de Humahuaca desde su declaratoria como Patrimonio de la Humanidad de la UNESCO (Jujuy, Argentina). *In*: II Jornadas de turismo, comunidades y ruralidad: productos locales e identidades en escenarios globalizados de consumo y comercialización, Quilmes. **Actas [...]** Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes; Grupo de Universidades Iberoamericanas de La Rábida, 2024.

OXFAM INTERNATIONAL. 16 ene. 2023. Disponible en: https://www.oxfam.org/es/notas-prensa/el-1-mas-rico-acumula-casi-el-doble-de-riqueza-que-el-resto-de-la-poblacion-mundial-en. Acceso en: 10 ago. 2026.

PÉREZ ESQUIVEL, Adolfo. Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales, hoy. *In*: BIDART CAMPOS, Germán; RISSO, Guido (ed.). **Los derechos humanos del siglo XXI**: la revolución inconclusa. Buenos Aires: Ediar, 2005. p. 112-135.

SERVICIO DE PAZ Y JUSTICIA (SERPAJ). **Informe de la Comisión Investigadora sobre la violencia institucional en la Provincia de Jujuy.** Buenos Aires: SERPAJ, 2023. Disponible en: https://serpaj .org.ar/informe-violencia-inst/. Acceso en: 10 ago. 2026.

SICA, Gabriela; ULLOA, Mónica. Jujuy en la colonia: de la fundación de la ciudad a la crisis del orden colonial. *In:* TERUEL, Ana; LAGOS, Marcelo (dir.). **Jujuy en la historia de la Colonia al siglo XX.** San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy, 2007. p. 41-84.

TRONCOSO, Claudia. Turismo y patrimonio en la Quebrada de Humahuaca: lugares, actores y conflictos en la definición de un destino turístico argentino. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. El Sauzal, v. 9, n. 2, p. 224, 2012.

TRONCOSO, Claudia. La estetización de la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina): turismo, patrimonio y adecuaciones del lugar para el consumo turístico. **Ería**. Oviedo, n. 91, p. 167-181, 2013.

UNFPA; PNUD; UNICEF; ONU MUJERES. **Ampliando la mirada**: la integración de los enfoques de género, interculturalidad y derechos humanos en la programación para el desarrollo. Santiago de Chile: Grupo de Desarrollo de las Naciones Unidas para América Latina y el Caribe, 2012.

UNCETA, Koldo. **Desarrollo, postcrecimiento y buen vivir**: debates e interrogantes. Quito: Editorial Abya Yala, 2014.

VISOTSKY, Jessica. Apuntes para la reflexión sobre la interseccionalidad en Nuestra América: interseccionalidad crítica versus descriptiva. *In*: VISOTSKY, Jessica (comp.). **Interseccionalidad crítica y proyectos descoloniales**. Concepción: Praxis Editorial; Ediciones nuestrAmérica desde Abajo, 2024. p. 15-42.

# ALCANCES Y DESAFÍOS METODOLÓGICOS PARA LOS ESTUDIOS DE IMPACTO PATRIMONIAL, EN QUEBRADA DE HUMAHUACA PROVINCIA DE JUJUY – ARGENTINA

*Mónica Montenegro*

*Fabio Mendez*

*Gabriela Bejarano*

## Introducción

La provincia de Jujuy ha experimentado profundas transformaciones socioeconómicas y culturales en el curso de las últimas dos décadas, impulsadas por políticas gubernamentales que promovieron activaciones patrimoniales. La inscripción de la Quebrada de Humahuaca en la Lista de Patrimonio Mundial en 2003, y posteriormente el Qhapaq Ñan en 2014, impulsaron procesos de turistificación y gentrificación redefiniendo, de cierto modo, usos y apropiaciones del paisaje en términos de rentabilidad y comercialización.

En ese contexto, la falta de planificación estratégica referida a la gestión integral y sostenible del patrimonio provocaron, a nuestro entender una vulnerabilidad de sitios y bienes patrimoniales (Montenegro y Lamberti, 2020; Montenegro y Rivolta, 2013). Este estudio constituyó una primera aproximación a la gestión integral del patrimonio[12] en sitios de patrimonio

[12] Un conjunto de acciones tendientes a la preservación, conservación, valorización y recuperación del mismo en distintos grados y con distintos objetivos.

mundial de Jujuy para lograr la protección y salvaguardia de sitios y bienes en contextos de intervención turística.

Este capítulo tiene como propósito presentar el diseño y la elaboración de un instrumento de evaluación de impacto patrimonial destinado a su aplicación en la Quebrada de Humahuaca de la provincia de Jujuy en Argentina, con el fin de analizar su pertinencia, aplicabilidad y potencial como herramienta para la gestión del patrimonio. En este marco, se examinan las dinámicas de valoración turística del patrimonio desde una perspectiva sistémica, se analizan las políticas públicas y los marcos normativos vinculados con la gestión integral del patrimonio en la Quebrada de Humahuaca y se reflexiona sobre la importancia de las evaluaciones de impacto patrimonial como instrumentos preventivos para orientar el desarrollo turístico y minimizar los posibles efectos adversos sobre los valores excepcionales que sustentan su inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial.

El presente capítulo propone una reflexión en torno a la relación entre patrimonio y turismo desde una perspectiva crítica, considerando las interacciones entre las dinámicas territoriales, el tejido productivo y la oferta de servicios asociados a un Sitio de Patrimonio Mundial de la provincia de Jujuy. A partir de este enfoque, se analizan las políticas públicas y los instrumentos de gestión turística del patrimonio, poniendo especial énfasis en las estrategias de evaluación de impactos como mecanismos orientados a compatibilizar la conservación del patrimonio natural y cultural con los procesos de desarrollo turístico sostenible.

## Patrimonio y turismo: fundamentos conceptuales para su análisis

El patrimonio cultural reconocido como “un producto y un proceso que suministra a las sociedades un caudal de recursos que se heredan del pasado, se crean en el presente y se transmiten a las generaciones futuras para su beneficio” (UNESCO). El patrimonio es dinámico y está conformado no solamente por bienes, objetos, espacios sino además por creencias, valoraciones

y significados que remiten a los modos que tienen las culturas de habitar un espacio y definirlo.

Este enfoque se sustenta en la concepción del patrimonio como construcción cultural y dinámica que representa una valiosa herencia colectiva sujeta a cambios en función de circunstancias históricas (Ballart y Treserras 2001). Considerando además que, existe un discurso autorizado y hegemónico sobre el patrimonio, íntimamente ligado con reivindicaciones de poder-conocimiento de ciertos expertos que se encuentra institucionalizado en los organismos estatales (Smith, 2006), esa construcción social se convierte, en un artificio creado por alguien con determinados fines que responde a nuevos criterios o intereses y posee nuevas valoraciones (Prats, 1997).

La relación entre patrimonio y turismo se aborda desde una perspectiva sociocrítica de las dinámicas relacionadas con la valoración turística del patrimonio, considerándolo como fenómeno altamente organizado, con agendas políticas y económicas subyacentes, que asume profundas consecuencias en el modo en que se mercantilizan las culturas locales para el consumo turístico (Lanfant, 1994). Es en este contexto donde el turismo experimenta una profunda reconfiguración ontológica y, al mismo tiempo, transformaciones epistemológicas que afectan la propia naturaleza del objeto y del sujeto de estudio. Si bien estos cambios comenzaron a manifestarse con la expansión global de la hipermovilidad, su magnitud se ha visto considerablemente incrementada a raíz de la pandemia (Mendez, 2023).

Desde una función operativa, el análisis se enmarca en la Convención sobre Patrimonio Mundial para la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural (1972) que, reconoce a los bienes de Valor Universal Excepcional[13] que forman parte de la lista de patrimonio mundial, la obligación de proteger y transmitir a las generaciones futuras el patrimonio cultural y natural. Por ello,

[13] El VUE es determinado por el Comité del Patrimonio Mundial en el momento de la inscripción del bien y no puede ser alterado bajo ninguna circunstancia.

se privilegió el concepto de Valor Universal Excepcional (VUE) como base de cualquier evaluación de impacto patrimonial.

Para propender a la preservación y puesta en valor del patrimonio es necesario implementar políticas y normativas que respeten su diversidad y singularidad, particularmente cuando éste comienza a ser considerado potencial recurso de desarrollo económico asociado al turismo. Una gestión integral del patrimonio en función de su uso turístico implica desarrollar un programa focalizado en un enfoque sostenible que parta de un diagnóstico exhaustivo del estado de los bienes y espacios, y promueva un monitoreo permanente de los mismos para observar grados de afectación por las acciones turísticas, que contribuyan a definir acciones de mitigación y protección.

La provincia de Jujuy se ha visto fuertemente impactada por procesos culturales transnacionales, entre los que se cuentan activaciones patrimoniales y dinámicas de re-configuración de identidades y territorios, como consecuencia de estrategias político-económicas de gobierno implementadas, en el curso de las últimas dos décadas. Por lo mismo, se ha convertido en un espacio complejo donde los diversos actores sociales desarrollan tramas de interacción política, económica y cultural en un intento por acceder a la propiedad de bienes, servicios y espacios (Montenegro y Aparicio, 2012; Montenegro, 2010).

La inscripción de la Quebrada de Humahuaca en la Lista de Patrimonio Mundial en el año 2003, conllevó una profunda transformación en la estructura socioeconómica de esta región de la provincia. Ese reconocimiento fue considerado por algunos sectores como potencial atractivo turístico, lo que conllevó una vertiginosa implementación de acciones estatales de promoción del turismo, que no siempre contemplaron la gestión integral del patrimonio y la planificación del territorio (Montenegro y Aparicio, 2017).

En ausencia de un plan sustentable y sostenible de gestión turística del patrimonio fueron presentándose efectos no deseados sobre las comunidades locales, los actores relacionados

con el turismo, los bienes patrimoniales y los paisajes, entre los que pueden mencionarse daños ambientales, deterioros irreversibles a sitios y bienes culturales, insuficiencia en los recursos, escasez de servicios, que afectaron la capacidad para atender las crecientes demandas de los visitantes, generando productos turísticos de baja calidad (Montenegro y Rivolta, 2012; Montenegro, 2010).

Los procesos de patrimonialización resultantes de una construcción social mediada por la sacralización de la externalidad cultural, a partir de la activación y puesta en valor de determinados bienes (Prats 2005; 1998; 1997), ocasionó procesos de turistificación y gentrificación que fueron re-definiendo apropiaciones y usos del paisaje. Algunos bienes naturales y culturales se convirtieron en atractivos turísticos, verificándose nuevos usos y apropiaciones en términos de rentabilidad y comercialización que motivan selecciones y jerarquizaciones del espacio, focalizando en el área elegida, acciones y medidas que suponen promover revitalización, desarrollo y preservación (Pérez Winter, 2017).

Aunque el turismo también podría verse como un modo de activar, revalorizar y resignificar los recursos patrimoniales e inclusive promover la patrimonialización de elementos que antes no habían sido seleccionados (Almirón, 2004; Bertoncello *et al.*, 2003), en ausencia de programas de gestión patrimonial, la promoción del turismo resulta, cuando menos, riesgosa. Particularmente, en la última década, cuando comienzan a verificarse nuevas tendencias y comportamientos en la demanda turística, y, en consecuencia, surge en un horizonte emergente "una tipología de turista más sensible a nuevas experiencias y valores, con mayor criterio en sus procesos de decisión, más respetuoso con las culturas locales e interesado por ellas y capaz de valorar contenidos culturales auténticos e interpretados con rigor. Esta perspectiva, a largo plazo, puede y debe significar un cambio, también, en la generación de oferta adecuada a las nuevas necesidades" (Altimira; Muñoz, 2007, p. 686). Estos turistas se

interesan cada vez más, por un consumo responsable, de alta calidad y amigable con el ambiente; en este escenario, los bienes patrimoniales adquieren mayor relevancia social en relación a su potencialidad para dinamizar la economía, representando una oportunidad de crecimiento económico, de calidad de vida y de bienestar para las comunidades locales (Mayordomo Maya y Hermosilla Pla, 2020).

Contar con un método de evaluación de impacto patrimonial, resulta un recurso esencial al momento de definir las estrategias de desarrollo regional que contribuya a reconocer los vínculos que unen a los habitantes con su territorio como componente esencial en la consideración del paisaje como patrimonio (Mayordomo Maya y Hermosilla Pla, 2020). En tal sentido, esta propuesta propone una aproximación a los estudios de impacto patrimonial, tomando como referencia los Lineamientos para las evaluaciones de impacto en el patrimonio relativas a los bienes del Patrimonio Mundial Cultural (ICOMOS, 2011), y trabajos desarrollados en España (Mayordomo Maya y Hermosilla Pla, 2020).

## Abordaje metodológico

El desarrollo de este capítulo se sustentó en una estrategia metodológica de carácter cualitativo, basada en el análisis documental y en la consulta a actores institucionales vinculados con la gestión del patrimonio. Durante el proceso de investigación, el acceso al campo constituyó uno de los principales desafíos metodológicos, debido a la complejidad de las instancias de vinculación con los organismos competentes y a las restricciones temporales del estudio. En este contexto, el análisis se circunscribió al sitio de Patrimonio Mundial de Quebrada de Humahuaca.

La revisión documental puso de manifiesto importantes limitaciones en el acceso y disponibilidad de información vinculada con los estudios de impacto patrimonial. Si bien los organismos provinciales responsables de la protección del patrimonio

demostraron una actitud favorable para facilitar la consulta de antecedentes, el proceso de recopilación resultó lento y fragmentado. Esta situación se explica, en gran medida, por la inexistencia de un repositorio público que concentre los estudios de impacto ambiental y patrimonial realizados en los sitios de Patrimonio Mundial de la provincia de Jujuy, lo que genera una marcada dispersión de la información entre organismos de gestión municipal, provincial y nacional, así como entre instituciones públicas y privadas.

Aunque existe documentación relacionada a estos estudios, hemos advertido una ausencia de estandarización de metodologías y formatos para la presentación de informes. No siempre es posible acceder a los procesos de aprobación, trazabilidad y monitoreo de los estudios de impacto, ni a las medidas de mitigación o compensación propuestas e implementadas para atender a la protección real de sitios y bienes patrimoniales. Los resultados suelen presentarse en distintos formatos que imposibilitan conocer la totalidad de los datos y no siempre se encuentran accesibles al público.

El análisis realizado permite identificar debilidades en la aplicación efectiva de las normativas vigentes sobre protección del patrimonio por parte de los distintos organismos con competencias en la materia. Esta situación repercute en la implementación de las Directrices Prácticas para la Aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial, generando dificultades para garantizar el cumplimiento integral de los compromisos asumidos por el Estado argentino en el marco de la Convención.

A nuestro modo de ver, a ello se suma una limitada asignación de recursos presupuestarios y la insuficiente disponibilidad de profesionales especializados en evaluación de impacto patrimonial, factores que condicionan la capacidad institucional para desarrollar acciones de fiscalización, conservación, restauración, monitoreo y difusión del patrimonio. Asimismo, estas restricciones inciden en la gestión administrativa y documental de la información, dificultando la consolidación de

sistemas accesibles, transparentes y actualizados que favorezcan tanto la toma de decisiones como el acceso público a la información patrimonial.

## Propuesta metodológica para la evaluación del patrimonio cultural de Jujuy

El análisis desarrollado a lo largo de este capítulo pone de manifiesto la necesidad de contar con una metodología de evaluación de impacto patrimonial que pueda ser estandarizada y adaptada a los diferentes bienes y sitios patrimoniales de la provincia de Jujuy. En este sentido, se propone un sistema metodológico estructurado en fases complementarias. La primera corresponde al diagnóstico y evaluación del estado de conservación de los bienes y sitios patrimoniales, mientras que la segunda se orienta al análisis, seguimiento y monitoreo de los impactos derivados de intervenciones, proyectos o actividades, particularmente aquellas vinculadas con el desarrollo turístico.

Como primer aporte, se presenta un instrumento destinado a la evaluación del patrimonio cultural material inmueble. La propuesta consiste en una rúbrica de valoración patrimonial que permite caracterizar los bienes a partir de un conjunto de indicadores organizados de manera sistemática, tomando como referencia la metodología desarrollada por Mayordomo Maya y Hermosilla Pla (2020) para el contexto español y adaptándola a las particularidades del patrimonio cultural de la provincia de Jujuy.

El instrumento adopta un enfoque metodológico de carácter cuantitativo basado en un sistema de indicadores que posibilita estimar el valor patrimonial de cada bien inmueble y reconocer los atributos que sustentan su relevancia histórica, cultural, arquitectónica y territorial. Esta información constituye un insumo para la formulación de estrategias orientadas a la conservación, valorización y gestión sostenible del patrimonio.

La estructura metodológica se organiza en tres niveles jerárquicos de análisis (categorías, criterios y variables), lo que favorece una evaluación sistemática, comparable y replicable en diferentes contextos patrimoniales. Asimismo, la propuesta incorpora instancias participativas que promueven la intervención de comunidades locales, especialistas, investigadores y organismos responsables de la gestión patrimonial, entendiendo que la valoración del patrimonio constituye un proceso social que requiere la integración de múltiples perspectivas y saberes. De este modo, el instrumento no solo busca fortalecer los procesos de evaluación patrimonial, sino también contribuir a una gestión más participativa, transparente y orientada a la conservación del Valor Universal Excepcional de los bienes culturales.

| **Rúbrica de evaluación del patrimonio cultural inmueble** | | | |
|---|---|---|---|
| **Categorías** | **Criterios** | **Variables** | **Puntaje** |
| **Valores Intrínsecos** | 1. Representatividad | 1.1. Representatividad constructiva o tipológica<br>1.2. Representatividad por su asociación con funciones tradicionales para la comunidad<br>1.3. Representatividad por su vinculación con otros elementos anexos | |
| | 2. Autenticidad | 2.1. Morfología e imagen originaria<br>2.2. Procesos respetuosos con las características físicas y morfológicas<br>2.3. Ausencia de modificaciones del entorno o localización del bien | |
| | 3. Integridad | 3.1. Conservación óptima o satisfactoria<br>3.2. Conservación de los atributos constitutivos<br>3.3. Funcionalidad | |
| | 4. Histórico Arqueológico | 4.1. Vinculación con personajes o instituciones de carácter histórico /arqueológico | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Valores Patrimoniales** | | 4.2. Vestigios históricos/arqueológicos de la comunidad<br>4.3. Testimonio de un momento o lugar histórico | |
| | 5. Social | 5.1. Expresión de un patrimonio vivo<br>5.2. Vinculación con modos y formas de habitar el territorio<br>5.3. Presencia de colectivos preocupados por la salvaguarda del patrimonio | |
| | 6. Simbólico/ Identitario | 6.1. Identificación por parte de las comunidades locales<br>6.2. Asociación del elemento con costumbres y tradiciones comunitarias<br>6.3. Apropiación y valoración por parte del grupo o comunidad | |
| | 7. Artístico | 7.1. Autoría artística representativa del colectivo<br>7.2. Valores estéticos<br>7.3. Capacidad de expresión | |
| | 8. Técnico | 8.1. Técnica empleada en la construcción del elemento<br>8.2. Estructura técnica del bien<br>8.3. Innovaciones y mejoras tecnológicas | |
| | 9. Territorial | 9.1. Interacción del bien con los usos tradicionales del territorio<br>9.2. El bien como parte de un conjunto o sistema<br>9.3. Accesibilidad al bien | |
| | 10. Paisajístico | 10.1. Entorno paisajístico de interés natural o medioambiental o con protección oficial<br>10.2. Grado de sostenibilidad medioambiental vinculada con el bien | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | 10.3. Visibilidad del bien | |
| | 11. Educativo / Divulgativo / Científico | 11.1. Incorporación en inventarios o catálogos patrimoniales<br>11.2. Presencia en referencias bibliográficas y obras documentales, artísticas o literarias<br>11.3. Integración y transmisión en el ámbito educativo y formativo | |
| **Valores Potenciales y de Viabilidad** | 12. Concienciación agentes sociales | 12.1. Inversiones y actuaciones de las administraciones u otros colectivos<br>12.2. Inclusión en rutas o programas culturales y turísticos sostenibles<br>12.3. Presencia de soportes divulgativos | |
| | 13. Participación de las comunidades locales | 13.1. Participación en la gestión del bien cultural<br>13.2. Participación en procesos de documentación, investigación y difusión<br>13.3. Participación en la construcción de narrativas | |
| | 14. Rentabilidad socioeconómica | 14.1. Posibilidad de actuación integral<br>14.2. Beneficios socioeconómicos generados por el bien<br>14.3. Situación jurídica del bien y del territorio en el que se emplaza | |
| | 15. Vulnerabilidad | 15.1. Ausencia de amenazas naturales<br>15.2. Ausencia de amenazas antrópicas<br>15.3. Ausencia de vulnerabilidad intrínseca o de situación de abandono | |

La primera categoría del modelo general de evaluación patrimonial, refiere a los "Valores intrínsecos", es decir las características propias del bien cultural; el conjunto de valores posee tres criterios comunes:

- La *Representatividad* considera los atributos del bien cultural y los compara con los predominantes en el resto de elementos análogos situados en el entorno y refieren a la tipología del bien, a las funciones tradicionales y a su vinculación con otros elementos anexos representativos.
- *La Autenticidad* evalúa el grado de fidelidad que posee el bien respecto a sus cualidades y valores originales. Las variables se centran en la conservación de los rasgos materiales y morfológicos originales.
- La *Integridad* refiere al grado de conservación y funcionalidad que posee el bien patrimonial y los elementos que lo estructuran.

La segunda categoría trata los "Valores patrimoniales", evaluando la influencia del entorno sociocultural y ambiental en los valores y características propias del bien. Este conjunto contiene ocho criterios:

- El *Histórico* valora la capacidad de transmisión de los acontecimientos y vivencias que representan una memoria viva de la comunidad. Las variables evalúan el vínculo del elemento con personajes, momentos y lugares históricos relevantes.
- El valor *Social* se relaciona con el carácter cohesionador y dinámico del elemento y su vinculación con las formas tradicionales de habitar el territorio.
- El indicador *Simbólico o Identitario* considera los vínculos sentimentales y afectivos de la comunidad local hacia sus elementos, su relación con tradiciones o costumbres, y el sentimiento identitario que genera.

- El criterio *Artístico* alude a las cualidades estéticas del elemento patrimonial. Se valora su capacidad de expresión y sus cualidades artísticas, así como la presencia de una autoría representativa del colectivo.
- El valor *Educativo, Divulgativo o Científico* se refiere a las características científicas del bien, así como a su divulgación educativa y formativa.
- El criterio *Territorial* valora la interacción entre el bien y el territorio en el que se emplaza.
- El valor *Paisajístico* refiere a su componente paisajístico.
- El criterio *Técnico* hace referencia a la técnica empleada en el diseño y estructura del elemento, así como a las innovaciones tecnológicas implementadas.

La tercer categoría denominada "Valores potenciales y de viabilidad", considera las posibilidades futuras del bien relacionadas con su restitución y puesta en valor, así como la implicancia de los actores territoriales en dichas acciones. Consta de cuatro criterios:

- *Concienciación de agentes sociales:* alude a la implicación de los diferentes actores en tareas de preservación y revalorización del patrimonio. Evalúa las inversiones existentes, presencia de programas y materiales de difusión, o la inclusión de los bienes en rutas o senderos patrimoniales y turísticos.
- *Participación e integración de las comunidades locales* señala la colaboración y la intervención de los habitantes en la gestión y documentación del elemento, así como en la formulación de prácticas discursivas.
- La *Rentabilidad socioeconómica* contempla los beneficios generados por el bien que contribuyen al desarrollo local sostenible y su situación jurídica.
- La *Vulnerabilidad* valora riesgos y amenazas que pueden afectar la preservación del bien patrimonial.

Para la evaluación técnica de los bienes patrimoniales se utiliza un sistema de puntuación binario tomado de Mayordomo *et al.* (2018), donde se califican las variables que estructuran los métodos: si la cualidad se cumple se le otorga el valor "1", y en caso contrario el valor "0". La calificación global de cada bien se obtiene mediante sumatoria de las puntuaciones asignadas a las variables. El resultado se expresa en una escala de 0 a 10 puntos, que configuran 6 niveles de interés patrimonial: Muy alto (8,6-10); Alto (7,2-8,5); Medio (5,8-7,1); Bajo (4,4-5,7); Muy Bajo (3-4,3); y Sin Interés (0-2,9). Las categorías y criterios se evalúan también por separado, lo que permite conocer los valores y aspectos más significativos de cada elemento.

La metodología de trabajo está constituida por diversas fases consecutivas que permiten la implementación del método de evaluación propuesto: 1) Identificación espacial de los bienes patrimoniales inmuebles, para su posterior evaluación; 2) Consulta bibliográfica y documental sobre los bienes; 3) Visita, observación y evaluación de los elementos patrimoniales a través de la rúbrica; 4) Consulta con especialistas y evaluación de los mismos sobre los diferentes bienes; 5) Acciones participativas de evaluación por parte de actores locales; 6) Análisis y representación cartográfica de los datos obtenidos.

## Conclusiones

El análisis desarrollado en este capítulo permite reconocer, desde una perspectiva interdisciplinaria y crítica, la compleja relación entre la gestión del patrimonio cultural y las dinámicas de turistificación en la provincia de Jujuy, entendiendo que la inscripción de bienes en la Lista del Patrimonio Mundial ha contribuido a incrementar su visibilidad internacional, fortalecer su posicionamiento como destinos turísticos y generar oportunidades para el desarrollo económico local.

Sin embargo, estos procesos también evidencian importantes desafíos asociados a la ausencia de políticas integrales de gestión, a la limitada articulación institucional y a la

insuficiencia de mecanismos sistemáticos de monitoreo y evaluación, factores que incrementan la vulnerabilidad del patrimonio frente a las presiones derivadas de la actividad turística.

El diseño de la rúbrica representa un aporte sustantivo al campo, al ofrecer una herramienta orientada a promover la sostenibilidad, la trazabilidad de la información y la toma de decisiones fundamentadas en criterios técnicos y participativos. La buena disposición de los organismos estatales y la articulación con otros actores del territorio constituyen una base valiosa sobre la cual avanzar hacia la implementación de protocolos más estandarizados y accesibles.

Asimismo, el estudio pone en evidencia la necesidad de consolidar capacidades institucionales mediante la formación de recursos humanos especializados, el fortalecimiento de la cooperación entre organismos públicos, instituciones académicas y comunidades locales, y la asignación de recursos financieros suficientes que permitan garantizar una gestión patrimonial más eficaz, transparente y articulada. Estas acciones resultan indispensables para compatibilizar la conservación del patrimonio con el desarrollo turístico y el bienestar de las poblaciones que habitan los territorios patrimonializados.

Las transformaciones recientes en la demanda turística, caracterizadas por un creciente interés en experiencias responsables, auténticas y respetuosas de las identidades locales, refuerzan la importancia de incorporar instrumentos de evaluación de impacto patrimonial en los procesos de planificación y gestión de los destinos. En este sentido, disponer de metodologías estandarizadas no solo contribuye a prevenir y mitigar los efectos negativos del turismo sobre el patrimonio cultural, sino que también fortalece la gobernanza de los sitios Patrimonio Mundial y favorece modelos de desarrollo territorial compatibles con la conservación de sus valores patrimoniales.

Aunque el turismo puede ser un motor de revalorización patrimonial en Jujuy, la ausencia de programas de gestión integral

ha dejado ambos sitios vulnerables. No obstante, surge una nueva tendencia de turistas más conscientes y respetuosos con las culturas locales, demandando un consumo responsable y de alta calidad; esto subraya la necesidad crítica de un método de evaluación de impacto patrimonial destinado a garantizar la sostenibilidad y el bienestar de las comunidades locales y la preservación de los bienes culturales.

## Referencias

ALTIMIRA VEGA, Ricardo; MUÑOZ VIVAS, Ximena. El turismo como motor de crecimiento económico. **Anuario Jurídico y Económico Escurialense**, XL p. 677-710, 2007.

BALLART HERNÁNDEZ, Josep; JUAN I TRESSERRAS, Jordi. **Gestión del patrimonio cultural.** Ariel, Barcelona, 2001.

ICOMOS 2011. **Lineamientos para las evaluaciones de impacto en el patrimonio relativas a los bienes del Patrimonio Mundial Cultural.** Consejo Internacional de Monumentos y Sitios, Paris. Disponible en: https://www.iccrom.org/ sites/default/files/ 2020-02/2011_icomos_heritage_impact_assessment-guidelines _esp.pdf. Acceso en: 28 sep. 2026.

LANFANT, Marie Francoise. **International tourism, internationalism and the contemporary world**. Routledge, Londres, 1994.

MAYORDOMO MAYA, Sandra; HERMOSILLA PLA, Jorge. Propuesta de un método de evaluación del patrimonio cultural y su aplicación en Cortes de Pallás (Valencia). **Investigaciones Geográficas,** v. 73, p. 211–233, 2020.

MAYORDOMO MAYA, Sandra; ANTEQUERA FERNANDEZ, Miguel; HERMOSILLA PLA, Jorge. Application of a method to assess hydraulic heritage as regards diversion dams in the Júcar River Basin. A decision-making tool. **European Journal of Geography**, v. 9, n. 3, p. 62-79, 2018.

MENDEZ, Fabio. Nuevos escenarios en la construcción epistémica y ontológica del turismo. **Difusiones**, v. 24, n. 24, p. 27-29, 2023.

MONTENEGRO, Mónica; APARICIO, María Elisa. Patrimonio cultural, memoria social y turismo en Humahuaca, Jujuy, Argentina. Celebraciones en el Regimiento Carnavalero n.° 44: “Pancho Villa”. **Difusiones,** v. 13, n. 13, p. 21–34, p. 2017.

MONTENEGRO, Mónica; LAMBERTI, Nicolas. Salvaguardia de bienes culturales en una provincia del norte de Argentina. Nuevos desafíos para la arqueología pública. **Práctica Arqueológica: Revista de la Asociación de Arqueólogos Profesionales de la República Argentina**, v. 3, n. 1, p. 81-91, 2021.

MONTENEGRO, Mónica; RIVOLTA, María Clara. Patrimonio arqueológico y desarrollo: pasados que se hacen presente. Experiencias desde el noroeste argentino. *In:* HERRERA WASSILOWSKY, A. (ed.). **Arqueología y desarrollo en América del Sur: De la práctica a la teoría**. Universidad de los Andes e Instituto de Estudios Peruanos. p. 17-34, 2013.

PÉREZ WINTER, Cecilia. Los procesos de patrimonialización y turistificación en la legitimación de paisajes desiguales. **Sociedad y Naturaleza,** v. 29, n. 22, p. 195-208, 2017.

PRATS, Llorenc. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico,** v. 58, p. 108-119, 2006.

PRATS, Llorec. **Antropología y patrimonio**. Ariel, Barcelona, 1997.

# MULHERES ORIGINÁRIAS DO NOROESTE ARGENTINO: VIVÊNCIAS EM TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PROVÍNCIA DE JUJUY

*Elaine Ketelin Pinto Luz*

## INTRODUÇÃO

O Noroeste da Argentina (NOA) é uma região que abrange as províncias de *Catamarca*, *Jujuy*, *La Rioja*, *Salta*, *Santiago del Estero* e *Tucumán,* e apresenta grande diversidade ambiental, com terrenos que variam de altos desertos a cadeias montanhosas em socalcos, cada uma com características da cultura andina. Uma região historicamente marginalizada como a do NOA entra no século XXI com uma proposta de desenvolvimento institucional baseada na produção em massa de soja, na extração mineral e no turismo, sem romper com estruturas de exploração da natureza e dos seres humanos (Reboratti, 2014).

Em nossa pesquisa, estudamos os processos turísticos vinculados ao papel das mulheres indígenas na província de *Jujuy*. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica e documental, bem como trabalho de campo envolvendo questionários, entrevistas semiestruturadas e coleta de relatos de experiência, além de registros fotográficos. Um total de nove mulheres da província foram entrevistadas entre 17 e 24 de março de 2025.

Apresentamos aqui os resultados parciais deste trabalho, que faz parte do projeto de pesquisa "Mulheres nas Práticas Turísticas em Jujuy - Norte da Argentina", uma colaboração entre o Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires e o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, com apoio financeiro da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Figura 1 – Mapa da Província de Jujuy.




Fonte: Argentina (2024a).

Jujuy é uma província da Argentina que recebe um número significativo de turistas nacionais e, principalmente, internacionais, devido ao seu capital cultural e geográfico em destinos consolidados, como a região da Quebrada de Humahuaca, além da recente valorização de destinos anteriormente pouco visitados em regiões como La Puna e Yungas, classificadas como "*confines turísticos*" (Troncoso, 2016). Jujuy está localizada no extremo noroeste, e faz fronteira com a República do Chile, a oeste, e com o Estado Plurinacional da Bolívia, ao norte. O mapa da Figura 1 indica a localização da província.

Esta província possui dezesseis departamentos e uma população total de 811.611 habitantes, sendo sua capital San Salvador de Jujuy. Compreende quatro grandes regiões com características distintas: Puna, Quebrada, Valles e Yungas, cada uma com clima, relevo e vegetação próprios (Governo de Jujuy, 2023).

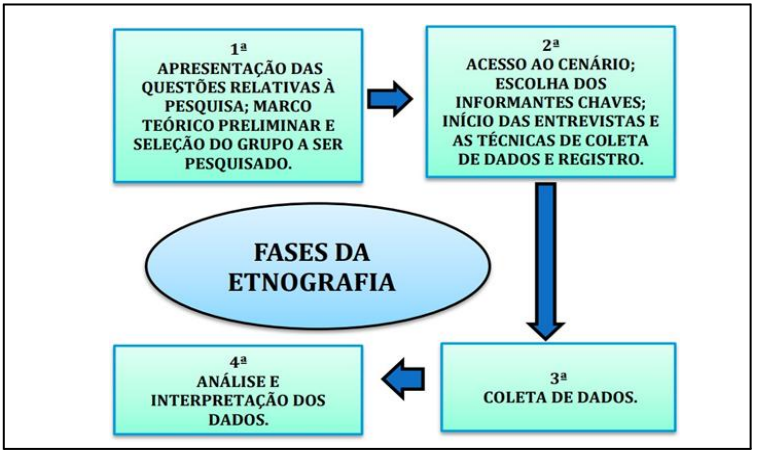
O documento esclarece algumas dessas complexidades: Los Valles contêm áreas baixas e quentes, com áreas ligeiramente mais elevadas, com altitude média de 1.100 metros, como na capital, cuja população conta com 515.626 habitantes; La Quebrada, que possui uma população de 41.016 habitantes, é uma área um pouco mais alta, entre 1.500 e 3.000 metros, que funciona como um corredor natural entre as cadeias montanhosas ocidental e oriental, lar da principal rota de trânsito da província, uma área especializada em turismo cultural andino e geografia física, com as *Serranías de Colores*; Puna é o planalto mais alto de Jujuy, estendendo-se com altitudes entre 3.000 e 5.000 metros, com alto potencial de mineração e turismo, sua população é de 49.468 habitantes; e Yungas que possui uma população estimada em 205.501 habitantes (Governo de Jujuy, 2023).

Para elaborar esta pesquisa foram realizadas revisões bibliográficas em plataformas digitais de busca, bibliotecas de Buenos Aires e documentos oficiais do Governo Provincial de Jujuy e do governo da Argentina. Além disso, analisamos as informações coletadas a partir do relato de nove mulheres indígenas das

cidades de *San Salvador de Jujuy*, *Tilcara*, *Maimará* e *Cieneguillas* (localizadas nas regiões de *Valles*, *Quebrada* e *Puna*).

Em campo, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas. Nessa abordagem foram considerados tanto os dados coletados pelo pesquisador observador, quanto os dados fornecidos pelos sujeitos e interpretações de suas realidades (Rosa; Orey, 2012 *apud* Ataídes; Oliveira; Silva, 2021). Empregamos uma metodologia pautada na etnografia para observação participante, coleta e análise de dados e informações do trabalho de campo (conforme a Figura 2), com o intuito de compreender a construção de modelos de gestão a partir de práticas turísticas organizadas por mulheres indígenas do noroeste argentino.

Figura 2 - Fases da investigação etnográfica.




Fonte: Ataídes; Oliveira; Silva (2021).

Este capítulo registra a análise dos relatos gravados e questionários preenchidos por nove mulheres indígenas de quatro cidades: San Salvador de Jujuy (duas); Maimará (duas); Tilcara (duas); e Cieneguillas (três). Os questionários foram utilizados para reunir dados quantificáveis e têm como produto final a confecção de gráficos sobre as atividades vinculadas ao turismo,

porcentagem de mulheres que realizam trabalho reprodutivo, e porcentagem de mulheres que produzem produtos rurais. Também foi utilizado o diário de bordo para registro das observações e posterior consulta e análise.

Participaram desta pesquisa mulheres que possuem realidades heterogêneas com distintas atuações no setor turístico. Da *Comunidad Cueva del Waira,* que administra o atrativo turístico *Cueva del Inca*, participaram da pesquisa a presidenta da comunidade e outra a tesoureira. Em *Maimará* conversamos com mulheres que vinculam familiares e amigas(os) próximas(os) aos seus empreendimentos turísticos; esse grupo se autodetermina indígena. No entanto, não fazem parte de nenhuma comunidade, mas possuem sistemas de organização para defesa de seus interesses como a *Asociación de Guías y Anfitriones de Maimará*. Em *Cieneguillas* visitamos a sede do coletivo *Kippus*, onde entrevistamos três mulheres que administram o empreendimento. Por fim, na capital *jujeña*, entrevistamos mulheres tecedoras que fazem suas vendas no *Mercado 6 de Agosto.*

## Mulheres originárias no turismo rural comunitário: desafios e oportunidades

Com o processo de patrimonialização da Quebrada de Humahuaca nos anos 2000 iniciou-se um movimento de valoração do lugar, movimentando o *trade* turístico com grandes investimentos para a área. Essa demanda partiu da invenção da vocação a uma massificação da atividade turística, cuja ideia geral era a de exibir os elementos turísticos que interessam ao público-alvo. No caso da Quebrada de Humahuaca (Troncoso, 2012), um dos atrativos, além do físico geográfico, foi também a herança cultural indígena andina, valorizada enquanto fonte de lucro para empresários, mas sem benefícios reais para a população local. Assim, povos indígenas e sua cultura foram enquadrados como elementos estéticos da paisagem, deixando-os às margens dos processos decisórios, como demonstra uma empresária do setor hoteleiro pertencente ao povo *Kolla*:

> Bueno, ahora algo así como civilícense o pónganse bonitos, pónganse prolijitos porque van a venir los turistas. Entonces había muchos reclamos como que somos patrimonio, pero no nos preguntaron, no nos consultaron, y ahora todos los problemas, todos los inconvenientes (Entrevistada A, informação verbal, 2025).

Tal movimento de valorização das características físico-culturais da Quebrada de Humahuaca também impulsionou movimentos de valorização dos chamados confins turísticos, como a região da Puna (Troncoso, 2016). Nesse contexto, emerge, então, um modelo de gestão tanto em regiões turísticas consolidadas quanto em destinos longínquos e com pouca infraestrutura turística: o Turismo Comunitário. Bambini apresenta uma ideia sobre esse conceito:

> [...] se define como Turismo Comunitario aquella modalidad de Turismo Alternativo, autogestionada, la cual se lleva a cabo en el ámbito rural donde residen las comunidades originarias, que permite un estrecho contacto entre la comunidad anfitriona y el turista e implica la conservación del patrimonio natural y cultural del territorio en el cual se desarrolla. Implica además una intervención activa por parte de la población local en la planificación y gestión de la actividad y la generación de ingresos equitativos y complementarios a sus actividades productivas cotidianas (Bambini, 2022, p. 3).

Dessa forma, a partir da marginalização dos povos indígenas em relação às dinâmicas de exploração e expropriação do turismo, emergiu a necessidade de tomar as rédeas de seu protagonismo frente às problemáticas enfrentadas. Para isso, o Turismo Comunitário foi um modelo de gestão não só para a inserção econômica das comunidades nas dinâmicas turísticas, mas também uma possibilidade de legitimação de suas lutas por território, identidade e reconhecimento de sua cultura não apenas como elemento paisagístico passível de apropriação. Tal modelo

de gestão considera o modo de vida e a cosmologia andina e permite a reprodução das dinâmicas culturais e familiares.

> Son propuestas que se adaptan en primer lugar a los deseos o a las disponibilidades de la familia que va a ofrecer o que va a recibir. Y en sus términos, el turismo comunitario en ese sentido, por suerte, es muy cuidadoso de espacios, incluso tiene como reglamentos, se trabaja mucho toda esa cuestión de, bueno, a ver, cómo va a ser desde la perspectiva de los visitantes primero y después se elabora una propuesta comercial, digamos, en función de todo lo que la familia o las familias o las comunidades visitantes quieran poner a disposición para compartir (Entrevistada B, informação verbal, 2025).

Ainda que exista a participação das mulheres nos papéis de gestão, este ainda é um espaço dominado por homens, como afirma uma das entrevistadas:

> [...] hay mujeres, digamos, que son propietarias de sus emprendimientos. Aunque más el tema de gestión, de reunión, y eso está más en hombres. La dirección, por ejemplo, de este espacio viene siendo más de hombres (Entrevistada C, informação verbal, 2025).

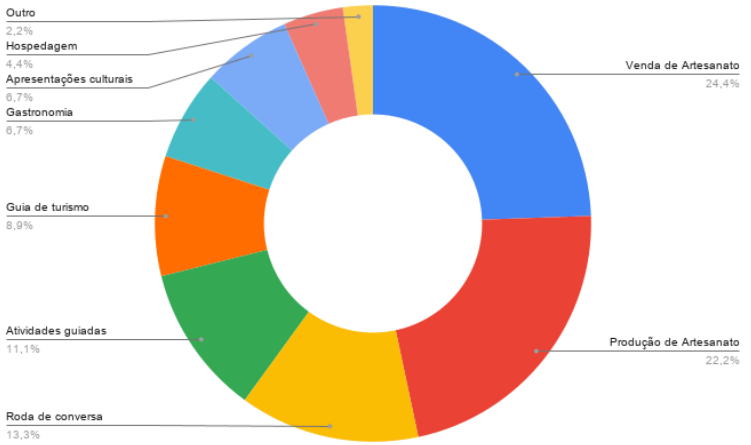
As mulheres ainda mencionam que após terem filhos, assumir esses espaços de gestão se torna mais custoso, por conta da exigência de estar com os filhos "*sí o sí*". Mesmo que os parceiros passem tempo com as crianças, a sobrecarga recai sobre a mulher. Como a entrevistada menciona:

> […] en años anteriores yo no quería asumir esos espacios de ir a reuniones con otras instituciones porque siento que no me permite tanto mi realidad[...] creo que le se pasa en general a las mujeres (Entrevistada C, informação verbal, 2025).

De acordo com a pesquisa de campo, a maioria das mulheres entrevistadas está vinculada à atividade turística por meio da produção e venda de produtos artesanais em fibra de

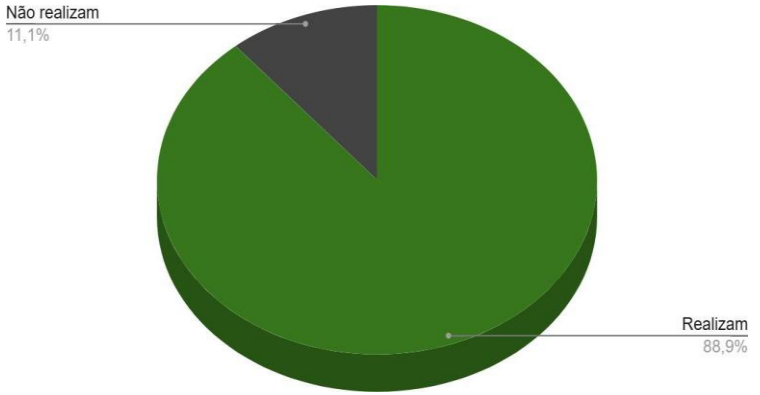
lhama (Figura 3); cerca de 88,9% afirmam realizar atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo (Figura 4); e 33,3% relataram ser produtoras rurais (produtos como fibra de lhama, batatas andinas, milho, queijo, entre outros) (Figura 5).

Figura 3 - Atividades laborais vinculadas ao turismo.



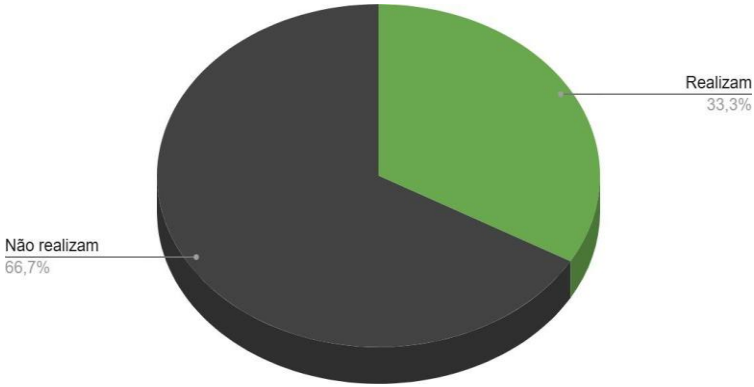

Fonte: Autora (2025).

Figura 4 - Porcentagem de mulheres que realizam ou não atividades de trabalho reprodutivo.




Fonte: Autora (2025).

Figura 5 - Porcentagem de mulheres que realizam ou não atividades rurais.




Fonte: Autora (2025).

Algumas das mulheres com fenótipo indígena com as quais conversamos, mas não entraram nesta pesquisa pois não se consideram como tal, trabalham com turismo, principalmente através da produção e venda de artesanatos em fibra de lhama. Mas, quando questionadas sobre sua vinculação com redes de mulheres indígenas e grupos de turismo rural comunitário, dizem não pertencer ou não ter interesse em participar de tais movimentos.

Nas palavras de uma das mulheres em uma observação na feira da *Plaza Central de Tilcara:* "*no me mixturo con esta gente […] mi abuela, mi mamá fueron, pero yo no más*". Essas afirmações denotam um distanciamento da identidade indígena, ainda que características dessa identidade sejam fonte de renda, como os tradicionais tecidos andinos.

*Cieneguillas*, localizada na *Puna Jujeña*, tem aproximadamente 400 famílias, das quais apenas oito se vinculam ao turismo, todas integram o *Colectivo Kippus*. As atividades ofertadas são hospedagem, venda de peças em fibra de lhama, oficina de confecção de peças em fibra de lhama, experiências culinárias, conversas de conscientização ambiental e produção

sustentável e visitas às plantações de milho e batatas, e às áreas de criação de lhamas, ovelhas e vicunas. Tivemos a experiência de uma diária ofertada pelo *Colectivo Kippus*, no valor de 25 mil pesos, para vivenciar a oficina de produção de artesanato em fibra de lhama e a degustação de comidas regionais andinas, conforme pode ser observado nas figuras 6 e 7 a seguir.

Figura 6 - Experiência gastronômica tradicional andina[14].




[14] *(1) Té de hojas de coca; (2) Membrillo; (3) Habas cocidas, carne de llama, queso de cabra y choclo cocido; (4) Humitas; (5) Hojas de coca para coquear.*

Figura 7 - Oficina de confecção de tecidos em fibra de *llama*[15].




Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa (2025).

[15] *(1) Máquina eléctrica de hilar; (2) Diseño de bufanda; (3) Telar manual; (4) Rotulado de prendas.*

## Considerações finais

Seguindo uma tendência latinoamericana, as mulheres originárias do norte argentino têm se organizado em redes, associações e coletivos, não só para comercialização de seus produtos turísticos, mas também como forma de luta por seus direitos e defesa do seu modo de vida. Contudo, os relatos apontam a existência de obstáculos que dificultam a participação efetiva das mulheres no turismo rural comunitário, principalmente nos espaços de gestão.

As mulheres originárias que participaram desta pesquisa estão vinculadas tanto aos trabalhos desenvolvidos com fins econômicos quanto aos trabalhos reprodutivos. Das nove entrevistadas, apenas uma declarou não realizar atividades domésticas e de cuidado. As mulheres relataram que têm conquistado cada vez mais, através da atividade turística, possibilidades de conciliar o cuidado dos filhos e da família com o exercício de uma profissão. As diferentes atividades como passeios guiados, oficinas de confecção de roupas e artesanatos em fibra de lhama, experiências gastronômicas, hospedagem, entre outras, conferem às mulheres e suas famílias autonomia financeira, territorial e identitária.

Assim, podemos elucidar que a relação de produção e reprodução do turismo rural comunitário ocorre de forma dialética, pois ainda que exista uma expressiva participação de mulheres, as barreiras de gênero não deixaram de existir e dificultar sua plena atuação no setor. O trabalho reprodutivo, como o cuidado de crianças, recai sobre as mulheres e, nesse sentido, foi relatado que as atividades desenvolvidas por elas no turismo permitem a inserção da criança no ambiente de trabalho, o que produz um entremeio das dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo. As práticas turísticas do turismo rural comunitário, de acordo com a vivência das mulheres participantes desta pesquisa, tomam forma a partir das experiências do que é familiar, seja uma hospedagem que recebe turistas, seja uma experiência guiada em que os lugares sagrados são apresentados, ou mesmo em um

almoço na casa de uma anfitriã a quase cinco mil metros de altura. Tais experiências transformam a dimensão familiar em ato político de defesa dos direitos territoriais, difusão e valorização da cultura, e promoção da autonomia econômica.

## Referências

ATAÍDES, Fernanda Barros; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Anair Araújo de Freitas. A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 48, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601. Acesso em: 10 ago. 2025.

ARGENTINA. Instituto Geográfico Nacional. Mapas Escolares. **Ministerio de defensa**, 2024. Disponível em: https://www.ign.gob.ar/AreaServicios/Descargas/MapasEscolares. Acesso em: 8 jul. 2025.

ENTREVISTADO A. Entrevista concedida à Elaine Ketelin Pinto Luz e Clara Sophya Lopes Targino. Acervo de Entrevistas Gravadas do Projeto de Pesquisa, 2025.

ENTREVISTADO B. Entrevista concedida à Elaine Ketelin Pinto Luz e Clara Sophya Lopes Targino. Acervo de Entrevistas Gravadas do Projeto de Pesquisa, 2025.

ENTREVISTADO C. Entrevista concedida à Elaine Ketelin Pinto Luz e Clara Sophya Lopes Targino. Acervo de Entrevistas Gravadas do Projeto de Pesquisa, 2025.

REBORATTI, C. El noroeste entre la globalización y la marginación. **Geograficando**, v. 10, n. 2. 2014, Disponível em: http://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/Geov10n02a06. Acesso em: 2 jun. 2025.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. **Turismo y patrimonio en la Quebrada de Humahuaca.** Lugares, actores y conflictos en la definición de un destino turístico argentino. El Sauzal. Tenerife. España: ACA y PASOS, 2012.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. Hacia una nueva geografía turística del noroeste argentino. La promoción de los “confines turísticos” en las provincias de Salta y Jujuy. **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía,** n. 19, 2016. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo= 9868974. Acesso em: 10 jun. 2025.

# LAS MUJERES INDÍGENAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE JUJUY COMO DESTINO TURÍSTICO: REPRESENTACIONES, PARTICIPACIÓN Y TENSIONES

*Ana Klara Orichuela Fróes*

*Natalia Micaela Machaca Cabrera*

## Introducción

En las últimas décadas, el crecimiento del turismo en el noroeste argentino estuvo acompañado por una creciente centralidad de los discursos promocionales e institucionales en la construcción simbólica de la región. En ese proceso, las mujeres indígenas ganaron visibilidad en la escena turística, donde suelen ser representadas a partir de imágenes vinculadas con la tradición, la autenticidad y los saberes ancestrales. Esa visibilidad, sin embargo, selecciona algunas dimensiones de sus trayectorias y deja otras fuera del encuadre.

Desde una perspectiva de género atenta al entrelazamiento de condiciones étnicas, territoriales, generacionales y socioeconómicas, este artículo analiza la construcción y circulación de esas representaciones y su articulación con las formas de inserción y participación de las mujeres indígenas en la actividad turística. En particular, interesa identificar las tensiones entre una visibilidad centrada en la tradición, la hospitalidad y la producción artesanal, y otras dimensiones de su actuación, vinculadas con la gestión de emprendimientos, la articulación de redes y la producción del territorio turístico.

El trabajo presenta resultados parciales del proyecto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis" y se centra en las iniciativas y liderazgos de mujeres indígenas vinculadas al turismo en la provincia de Jujuy. Tras estas coordenadas iniciales, se presentan los aspectos metodológicos y el marco conceptual, para luego analizar la construcción simbólica de Jujuy como destino, las representaciones de las mujeres indígenas en los medios oficiales y el caso del turismo comunitario.

## Aspectos metodológicos

Este trabajo se inscribe en el proyecto de investigación binacional *Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis* (2024–2027), desarrollado de manera conjunta por la Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) y la Universidad de Buenos Aires (UBA), y financiado por la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) en el marco del Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento.

La investigación se desarrolla desde un enfoque cualitativo, que permite abordar las relaciones entre turismo, género y sustentabilidad socioambiental a partir de las representaciones institucionales y de las prácticas desarrolladas por mujeres indígenas en sus territorios.

En particular, el escrito se apoyó en una revisión bibliográfica que permitió construir el marco conceptual que sostiene el análisis. A ello se sumó un análisis documental de las representaciones de las mujeres indígenas en medios oficiales de promoción turística, tomando como corpus principal las publicaciones de la cuenta de Instagram del organismo provincial de turismo (@visitjujuy) difundidas entre 2020 y 2022. El análisis de estas publicaciones consideró la identificación comunitaria de las mujeres representadas, las actividades que les son atribuidas y las relaciones establecidas entre mujer, tradición, territorio y naturaleza. Asimismo, se atendió a la presencia de estereotipos

asociados con la autenticidad, la ancestralidad o la exotización, a las formas de reconocimiento o invisibilización del trabajo y de la agencia política de las mujeres.

Por otro lado, el análisis se centra en el caso del hospedaje Valle Sagrado, en Hornaditas, seleccionado para esta investigación por tratarse de una iniciativa gestionada por una familia indígena y coordinada principalmente por mujeres, especialmente en lo referido a la difusión y al desarrollo de propuestas de turismo rural y comunitario. El trabajo de campo fue realizado entre el 1 y el 23 de noviembre de 2025 en Jujuy e incluyó visitas al hospedaje y a otros espacios relacionados con las actividades turísticas, comunitarias y artesanales desarrolladas en la provincia. Se complementa con observación y entrevistas realizadas en el Instituto de Desarrollo Indígena (IDI) de Tilcara, espacio creado por el municipio en 2011 para la exposición y venta de producción artesanal, cuyo funcionamiento sostienen artesanas y artesanos de comunidades locales. Del conjunto de las entrevistas, se seleccionaron únicamente los fragmentos vinculados con los temas abordados en esta investigación, en particular aquellos referidos al turismo, la producción artesanal, la organización comunitaria y las relaciones con el territorio. El material presta atención a los sentidos que las propias participantes atribuyen a sus prácticas. Dado que se trata de resultados parciales, aún en proceso de sistematización, el alcance de las conclusiones se restringe a las situaciones efectivamente observadas durante el trabajo de campo.

## Turismo, género y representaciones: aspectos conceptuales

Este trabajo se centra en el turismo como un área en la que se construyen y circulan sentidos sobre los lugares y las personas. En este marco, presta atención a las imágenes que se difunden sobre las mujeres indígenas. Para analizarlas se atiende a tres líneas concretas: la construcción de imágenes y representaciones sobre los destinos turísticos, la colonialidad de

las representaciones de género y la agencia de las mujeres en la producción de su territorio.

El primero remite a los imaginarios sociales, entendidos como creencias, imágenes y valoraciones que una sociedad construye sobre un espacio o un grupo, y que operan como esquemas interpretativos, colectivos e históricos, en permanente reconfiguración (Hiernaux, 2002; Girola, 2020). En este sentido, se destacan dos aspectos. Por un lado, coexisten imaginarios hegemónicos y subalternos, de modo que su difusión constituye un escenario de disputa simbólica. Por otro lado, se materializan en discursos e imágenes, es decir, en representaciones concretas. En el turismo, esos imaginarios previos condicionan la "mirada turística", que no es una percepción neutral sino una valoración social e históricamente situada, construida sobre signos y mediada por múltiples actores (Salazar, 2012; Urry, 2004). De este modo, la construcción de un destino supone un proceso de clasificación y jerarquización del territorio, donde algunos elementos se vuelven emblemas regionales y otros quedan en un plano secundario (Troncoso, 2016).

En este entramado, la autenticidad opera como un área en la que se legitiman ciertas expresiones culturales según la mirada turística. Así, por ejemplo, se reconocen los derechos culturales de los pueblos indígenas mientras se neutralizan sus demandas económicas y políticas (Hale, 2004), lo que refuerza imágenes como la de la artesana o la anfitriona y silencia a quienes disputan poder, tierra o recursos. De este modo, las identidades indígenas quedan vinculadas a modelos que privilegian ciertos rasgos y relegan sus procesos de transformación y conflicto (Gómez; Trentini, 2021).

Además de ello, algunos debates no propios del turismo permiten interpretar estas experiencias. Entre ellos, unos permiten ver esa imagen subordinada como una herencia colonial y no como un rasgo propio de las mujeres (Lugones, 2008; Segato, 2016). Otros muestran que muchas mujeres construyen su agencia desde categorías propias, como la comunidad o el cuerpo-

territorio (Cabnal, 2010). En efecto, su participación no se agota en el repertorio tradicional ni en el trabajo doméstico, ya que las redes de organización, formación e interlocución la insertan también en espacios de desarrollo económico. Así, la mujer como depositaria de costumbres coexiste con su papel de interlocutora (Gómez; Trentini, 2021), y las prácticas mostradas a los visitantes no son fragmentos de un pasado intacto, sino parte de una experiencia contemporánea atravesada por transformaciones y por nuevas formas de relación con actores externos, como el Estado o los visitantes.

En cualquier caso, el turismo no transforma por sí solo las relaciones de género, porque sus efectos dependen de las condiciones familiares, comunitarias e institucionales de cada experiencia, así como de las formas en que las responsabilidades, los espacios de decisión y las oportunidades de actuación se distribuyen en cada contexto (Mayora Salgado; Cruz Jiménez, 2025).

Las formas de reconocimiento y actuación pública de las mujeres tampoco pueden disociarse de sus trayectorias particulares, como la localización territorial, la generación, la escolarización y los vínculos institucionales, que inciden en sus posibilidades de participación y visibilidad (Bergesio *et al*., 2020). De hecho, la reciente presencia de liderazgos indígenas femeninos resulta tanto de las disputas de las propias mujeres como de la expansión de discursos multiculturales que las constituyeron como un sujeto específico (Gómez, 2022, p. 67). Por eso, aplicar nociones como autonomía o empoderamiento sin contextualizarlas puede desplazar los sentidos que las propias mujeres dan a sus prácticas (Gómez, 2022).

## La construcción simbólica de Jujuy como destino turístico

La expansión del turismo en Jujuy (noroeste argentino) estuvo acompañada por la construcción de una imagen territorial orientada a posicionar a la provincia como un destino reconocible y diferenciado dentro de los circuitos turísticos nacionales. Dicha imagen se configuró a partir de la selección de patrimonios,

paisajes andinos, prácticas culturales, referencias históricas y modos de vida considerados representativos de la región. Documentos institucionales, campañas de promoción, políticas patrimoniales y materiales producidos por empresas turísticas formaron parte de este proceso, estableciendo aquello que debía ser visto, visitado e identificado como característico de Jujuy (Almirón; Bertoncello; Troncoso, 2006; Troncoso, 2010). La declaración de la Quebrada de Humahuaca como Paisaje Cultural de la Humanidad por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en 2003 constituye el ejemplo más visible de esta operación de selección.

Ese proceso supone, además, una operación sobre la temporalidad. El pasado prehispánico, el legado colonial y ciertas prácticas rurales se incorporan al relato turístico como pruebas de continuidad cultural (Troncoso, 2010). En los términos del marco conceptual, la autenticidad atribuida al territorio descansa en la posibilidad de presentarlo como un espacio preservado, ajeno a las transformaciones de la urbanización, la industrialización y la vida moderna.

Esta misma lógica se extendió hacia la Puna y las Yungas. La promoción presentó estos territorios como "confines" remotos y poco transitados (Troncoso, 2016), resignificando su histórica condición periférica y convirtiéndola en un atractivo. Su incorporación al mapa turístico provincial se apoyó en la difusión de imágenes, la organización de itinerarios y su asociación con modalidades como el turismo de aventura y el ecoturismo (Troncoso, 2016).

En esas representaciones, la población local también pasa a integrar el conjunto de atractivos del destino. Comunidades como Rinconadillas, Alfarcito o Susques son presentadas dentro de lo que la promoción denomina una "red de turismo comunitario aborigen" (Troncoso, 2016, p. 104), sobre la base de una supuesta continuidad entre las comunidades actuales y sus costumbres ancestrales. Así, la presencia indígena resulta estructurante en la construcción simbólica de Jujuy, aunque, como se anticipó en el

apartado conceptual, esa visibilidad es selectiva, ya que vuelve a las comunidades legibles para la mirada turística a la vez que fija su indigeneidad en un registro tradicional, privilegiando ciertos rasgos y silenciando otros (Troncoso, 2016).

Dentro de este repertorio de representaciones se observa la imagen de las mujeres indígenas. Su presencia suele asociarse con la producción artesanal, el trabajo textil, la gastronomía y la transmisión y preservación de saberes (Mayora Salgado; Cruz Jiménez, 2025). Estas asociaciones contribuyen a la construcción de una feminidad indígena presentada como depositaria de la memoria colectiva y de la autenticidad regional. La centralidad que adquieren estas imágenes hace necesario examinar quiénes las producen, qué experiencias logran visibilizar y cuáles dimensiones de la vida de las mujeres permanecen fuera del encuadre turístico.

## Representaciones turísticas de las mujeres indígenas en medios de comunicación oficiales

En los medios de comunicación oficiales que presentan Jujuy a los visitantes, la presencia de las mujeres no es neutra. Suele organizarse a partir de referencias que permiten reconocer la cultura andina: la vestimenta, los tejidos, los alimentos, los objetos artesanales y las escenas de trabajo conforman un repertorio visual en el que las mujeres aparecen vinculadas a la continuidad de las tradiciones. Este encuadre otorga visibilidad a actividades fundamentales para la economía familiar y comunitaria, aunque selecciona solo algunas dimensiones de sus trayectorias.

La recurrencia de estas actividades en las representaciones turísticas guarda relación con la división del trabajo observada en distintas experiencias latinoamericanas. Según Mayora Salgado y Cruz Jiménez (2025), existe una concentración de la participación femenina en los servicios de alimentación, atención al visitante, hospedaje, administración cotidiana y producción artesanal. La inserción en estos ámbitos

puede ampliar las fuentes de ingresos y favorecer el contacto con espacios externos a la comunidad. Al mismo tiempo, mantiene una estrecha vinculación entre el trabajo turístico y las tareas históricamente asociadas a las mujeres y al ámbito doméstico, lo que tiende a naturalizar esa asociación y a dejar fuera del encuadre turístico otras formas de participación (por ejemplo, de gestión, de liderazgo, de negociación) en las que las mujeres también intervienen.

A modo de ilustración de lo señalado, se recuperan publicaciones de la cuenta de Instagram del organismo de promoción turística provincial (@visitjujuy). Del conjunto de publicaciones relevadas entre 2020 y 2022, se seleccionaron aquellas referidas al turismo rural y comunitario en las que aparecen mujeres indígenas. Algunas de sus publicaciones permiten observar, en primer lugar, la presentación de las mujeres como depositarias de saberes, oficios y hospitalidad. Es el caso, por ejemplo, de la publicación dedicada a Clarita, en Hornaditas, quien recibe a quienes la visitan “a pura sonrisa” y los introduce en “su mundo de cardones, cabras y montañas”, ofreciendo quesos, guisos y yuyos medicinales (Visitjujuy, 2020a).

Figura 1 - “Grandes anfitrionas, Hornaditas”: Clarita (familia Lamas).




Fuente: Cuenta oficial de Instagram @visitjujuy (7 de junio de 2020).

En un registro cercano, otra publicación presenta a Marta Choqui y María Martínez, artesanas de Rinconada, a quienes se describe revelando "el secreto de los tintes naturales, del hilado y el telar", mientras crían llamas y caminan largas distancias "buscando pastura", hilando con su puisca (Visitjujuy, 2020b). Al igual que la anterior publicación, la presentación se asocia a la identidad de estas mujeres con el trabajo textil y la crianza de animales, en el marco de un saber doméstico transmitido de generación en generación.

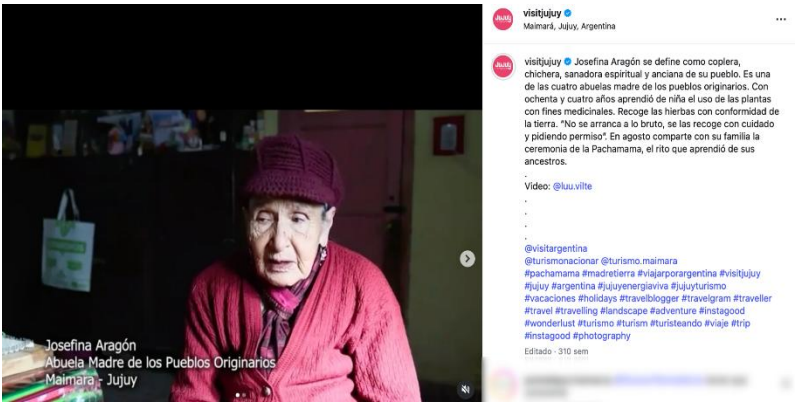
Figura 2 - "Grandes anfitrionas":
Marta Choqui y María Martínez, Rinconada.




Fuente: Cuenta oficial de Instagram @visitjujuy (26 de abril de 2020).

Otras publicaciones destacan aspectos vinculados a la espiritualidad, la ancestralidad y el vínculo ritual con la Pachamama de las mujeres indígenas. Así, por ejemplo, se presenta a Josefina Aragón, de Maimará, a partir de su propia autodefinición como “coplera, chichera, sanadora espiritual y anciana de su pueblo” (Visitjujuy, 2020c). La designación como "abuela madre de los pueblos originarios" condensa esta operación, ya que fija a la mujer indígena en un lugar maternal y ancestral, garante de la continuidad espiritual de la comunidad. Cabe notar, sin embargo, que en este caso la presentación retoma la propia autodefinición de Josefina.

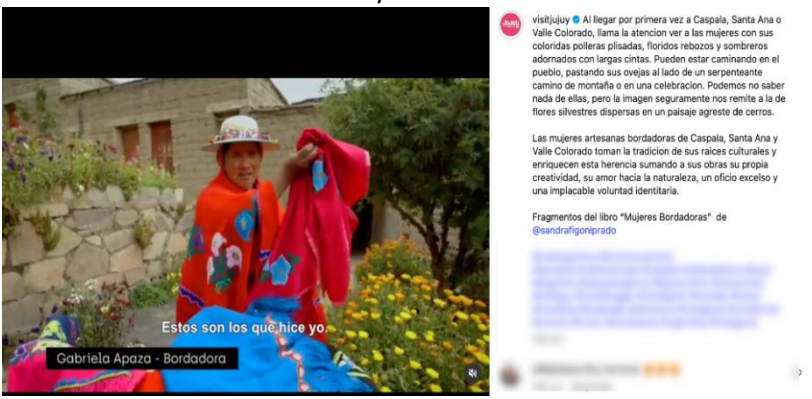
Figura 3 - Josefina Aragón, presentada como “abuela madre de los pueblos originarios” (Maimará).




Fuente: Cuenta oficial de Instagram @visitjujuy (2 de agosto de 2020).

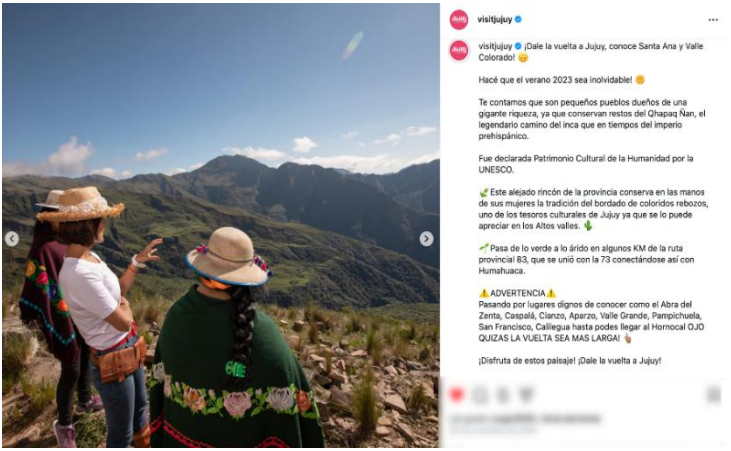
Una publicación sobre las bordadoras de Caspalá, Santa Ana y Valle Colorado (que retoma fragmentos del libro *Mujeres Bordadoras,* de Sandra Figoni Prado) presenta a estas mujeres asociadas a una imagen que “seguramente nos remite a la de flores silvestres dispersas en un paisaje agreste de cerros” (Visitjujuy, 2021).

Figura 4 - Mujeres bordadoras de Caspalá, Santa Ana y Valle Colorado.




Fuente**:** Cuenta oficial de Instagram @visitjujuy (9 de febrero de 2021).

Figura 5 - “Dale la vuelta a Jujuy”: bordadoras de Santa Ana y Valle Colorado.




**Fuente:** Cuenta oficial de Instagram @visitjujuy (25 de noviembre de 2022).

Otra publicación, sobre la misma región, sostiene que la provincia “conserva en las manos de sus mujeres la tradición del bordado [...] uno de los tesoros culturales de Jujuy” (Visitjujuy, 2022). Estas imágenes asimilan a las mujeres al entorno natural y las presentan como parte del paisaje, vinculando lo femenino con lo natural y lo patrimonial, en línea con la feminidad indígena tradicional analizada en el apartado conceptual.

Al mismo tiempo, aparecen otros tipos de publicaciones, como la postulación de Caspalá como candidata argentina a la iniciativa *Best Tourism Villages* de la Organización Mundial del Turismo (OMT), en la que se destaca que "muchas de sus familias fortalecieron emprendimientos gracias al turismo mediante servicios como el guiado, la artesanía, el hospedaje y la gastronomía" (Visitjujuy, 2021). A diferencia de las anteriores, esta representación no fija a las mujeres en la tradición, sino que las inscribe en familias emprendedoras con formas de participación económica.

En conjunto, estas publicaciones muestran a la mujer indígena principalmente como depositaria de saberes ancestrales

y garante de la autenticidad regional, mientras que otras dimensiones de su participación, como la gestión, el liderazgo o la negociación, tienden a no presentarse en las promociones de Jujuy. En este marco, el apartado siguiente examina las formas concretas de inserción y participación de las mujeres indígenas en dos iniciativas turísticas de la provincia.

Figura 6 - Caspalá, candidata a *Best Tourism Villages* (OMT).




Fuente: Cuenta oficial de Instagram @visitjujuy (22 de octubre de 2021).

## Turismo comunitario y reconocimiento de las mujeres indígenas

Con el propósito de contrastar las representaciones analizadas en el apartado anterior con las prácticas efectivas, se examinan dos experiencias de distinta escala. En primer lugar, se retoma el caso del hospedaje Valle Sagrado, en Hornaditas, seleccionado porque permite poner en relación dos dimensiones centrales del análisis: la construcción pública de la mujer indígena como anfitriona, artesana y portadora de saberes locales, y su intervención efectiva en la organización del trabajo y la gestión de emprendimientos. Valle Sagrado fue el primer emprendimiento turístico de la región y constituyó el punto de partida de una

iniciativa de la familia Lamas que, posteriormente, articuló acciones con otras familias locales para promover el turismo rural y comunitario[16] vinculado con las tradiciones indígenas.

En segundo lugar, se recupera el trabajo de campo realizado en el Instituto de Desarrollo Indígena (IDI) de Tilcara. A diferencia de Valle Sagrado, cuya organización descansa en una unidad familiar, el IDI permite observar una modalidad colectiva de administración del espacio, elaboración de productos y relación con los visitantes, en la que la presencia de mujeres fue mayoritaria durante las jornadas observadas.

El hospedaje Valle Sagrado[17] es administrado por la familia Lamas y está coordinado principalmente por la madre, Clara Lamas, la misma mujer presentada como "Clarita" en las publicaciones oficiales analizadas en el apartado anterior (véase Figura 1). El emprendimiento no surgió como la aplicación inmediata de un modelo de turismo comunitario. Su conformación fue gradual, a partir de la recepción de visitantes y de la oferta de comidas preparadas por la familia. Posteriormente se incorporaron el alojamiento, la elaboración de alimentos con ingredientes locales, la confección de piezas con lana de llama, el acompañamiento de actividades relacionadas con los animales y la realización de recorridos por la región.

La configuración del hospedaje acompañó los recursos materiales, los saberes y las posibilidades de trabajo de la familia. Esta transformación no implicó el abandono de sus funciones anteriores. Los mismos espacios y actividades continúan vinculados a la vida familiar, la producción y las relaciones con la comunidad. El turismo se integró a una organización doméstica y

[16] En las experiencias analizadas, las mujeres que integran redes de turismo rural y comunitario manifestaron, en las entrevistas, entender esta modalidad como una vía para sostener a sus familias, ampliar su autonomía económica y mantener estas actividades vinculadas con sus prácticas y saberes.

[17] También conocido como La Casa de Clarita y Héctor, el hospedaje se encuentra en la comunidad de Hornaditas, a 17 kilómetros al norte de Humahuaca, y propone una experiencia de alojamiento vinculada con la cultura local de la Quebrada.

productiva preexistente, modificando su dinámica sin reemplazarla por completo.

La organización del emprendimiento requiere distinguir dimensiones que, en una primera observación, pueden aparecer superpuestas. La propiedad de la tierra, la prestación de los servicios, la administración financiera y la representación pública del hospedaje no necesariamente recaen en una misma persona. El predio donde se encuentra Valle Sagrado pertenece a la familia del padre, Héctor Lamas, mientras que Clara, junto con sus hijos, asume responsabilidades vinculadas con la coordinación del emprendimiento y la articulación con visitantes y con otras iniciativas, incluyendo su participación en instancias de capacitación destinadas a otras familias del sector y en redes de turismo rural y comunitario.

En este sentido, la actuación de Clara no puede reducirse a las tareas de alimentación, hospedaje y cuidado, aunque éstas formen parte del funcionamiento cotidiano del emprendimiento. Del mismo modo, tampoco sería adecuado interpretar su trayectoria como la expresión de una autonomía construida al margen de las relaciones familiares. Su capacidad de intervención se configuró en el interior de esas relaciones y se manifiesta en la organización del trabajo, en la conducción de proyectos desarrollados a partir del propio emprendimiento y en la difusión de formas de vida indígenas mediante una propuesta turística centrada en la convivencia, los saberes cotidianos y la experiencia del territorio.

Como se señaló en el apartado conceptual, esta forma de participación no agota las maneras en que las mujeres indígenas se insertan en la escena turística provincial: su visibilidad tampoco se restringe a las actividades habitualmente asociadas al trabajo doméstico. El caso de Valle Sagrado ilustra esta coexistencia, en la medida en que la gestión turística de Clara Lamas no reemplaza su lugar en la organización doméstica y comunitaria, sino que se construye en diálogo con ella.

Una modalidad distinta se observa en el Instituto de Desarrollo Indígena, ubicado en Tilcara. Creado en 2011 por el municipio, el IDI fue concebido como un espacio de encuentro entre artesanos y visitantes, destinado a la exposición y venta de productos de elaboración manual y al desarrollo de conocimientos procedentes de las comunidades indígenas tilcareñas. Desde su creación se planteó una modalidad de uso participativo, acordada con representantes de esas comunidades, así como el fortalecimiento de formas asociativas de producción y comercialización (Crearon, 2011).

Durante el trabajo de campo, se observó que las personas que integran el Instituto organizan turnos semanales para atender el establecimiento y distribuir las tareas de limpieza, ordenamiento de las piezas y realización de las ventas. Aunque participan artesanas y artesanos, la presencia de mujeres resultó mayoritaria en las jornadas observadas. Esta participación comprende tanto la elaboración de los productos como el sostenimiento cotidiano del espacio donde estos son expuestos y comercializados.

Cada pieza presenta el nombre de quien la confeccionó. Cuando se realiza una venta, se registra la autoría del producto para efectuar el correspondiente pago, mientras que una parte del valor se destina al mantenimiento del Instituto. Al mismo tiempo que atendían y organizaban el establecimiento, algunas mujeres continuaban tejiendo con fibras de llama. De acuerdo con lo expresado durante la visita, mantener la elaboración a la vista del público permite mostrar cómo son producidas las piezas ofrecidas en el lugar. La presencia del proceso de trabajo contribuye a que el visitante reconozca el tiempo, las técnicas y los conocimientos implicados en cada producto, cuyo valor no se restringe al precio asignado en el momento de la venta.

En esa escena se configura una imagen de la mujer indígena asociada con saberes construidos en los ámbitos familiar y cultural, pero situada en una práctica contemporánea de trabajo, participación económica y contacto con los visitantes. La referencia a la tradición adquiere movimiento al inscribirse en actividades

productivas que las propias mujeres sostienen y reelaboran en el presente. Conviene, sin embargo, no sobredimensionar estos efectos, ya que, tal como se señaló en el apartado conceptual, sus alcances dependen de las condiciones familiares, comunitarias e institucionales que estructuran cada experiencia (Mayora Salgado; Cruz Jiménez, 2025).

Las entrevistas realizadas en el IDI mostraron, a su vez, configuraciones familiares y formas de autorreconocimiento heterogéneas. Cuando se les preguntó si se consideraban responsables económicamente de sus familias, algunas respondieron afirmativamente, mientras que otras no se identificaron de ese modo, a pesar de obtener los mayores ingresos en sus hogares. Entre las participantes también se observaron mujeres con núcleos familiares propios, entre ellas, mujeres responsables del sostenimiento de sus hogares, madres solas, mujeres que compartían con sus parejas las actividades laborales, así como las que asumen el cuidado de otros miembros de la familias. Esta heterogeneidad, sin embargo, no aparece en las representaciones. Lo que se muestra es la imagen de la mujer artesana andina, vinculada únicamente a su identidad cultural. Como se desarrolló en el marco conceptual, estas trayectorias tampoco se articulan necesariamente con un vocabulario feminista, lo que exige leer sus formas de liderazgo y participación desde las categorías y los sentidos que ellas mismas construyen, antes que desde marcos externos.

## Reflexiones finales

El recorrido propuesto sugiere que la visibilidad que la promoción turística otorga a las mujeres indígenas tiende a ser selectiva. Las imágenes que circulan valorizan su trabajo, pero a la vez lo asocian sobre todo con la tradición, dejando en un segundo plano otras dimensiones de sus trayectorias.

La figura de la artesana, la anfitriona y la mujer reconocida como portadora de saberes compone un repertorio que asocia a Jujuy con la autenticidad y la continuidad cultural. En este proceso,

las mujeres indígenas se convierten en referentes dentro de la propia presentación turística de la provincia. Las prácticas relacionadas con la tradición forman parte de sus trayectorias, pero, cuando son seleccionadas para representar el destino, pasan a integrar un encuadre específico sobre el territorio, sus habitantes y su identidad cultural.

Las experiencias analizadas permiten matizar esa imagen. En ellas, las mujeres no solo sostienen tareas vinculadas con la hospitalidad y la producción artesanal, sino que también participan en la organización del trabajo, en la gestión de los emprendimientos y en distintas formas de reconocimiento de su labor. Esa participación, más que una autonomía separada, parece configurarse en el interior de las relaciones familiares y comunitarias.

Así, una mayor visibilidad no supone necesariamente un mayor reconocimiento o poder de decisión. Antes que ofrecer conclusiones cerradas, este trabajo busca abrir preguntas sobre los modos en que las mujeres indígenas habitan y transforman sus territorios, una dimensión que las próximas etapas de la investigación podrán profundizar.

## Referencias

ALMIRÓN, Analía; BERTONCELLO, Rodolfo; TRONCOSO, Claudia Alejandra. Turismo, patrimonio y territorio: una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 15, n. 2, p. 101-124, 2006.

BERGESIO, Liliana; GOLOVANEVSKY, Laura; GONZÁLEZ, Natividad. Desigualdades invisibilizadas: pueblos y mujeres indígenas en Argentina. **Estudios del ISHiR**, v. 10, n. 27, p. 1-33, 2020. DOI: https://doi.org/ 10.35305/eishir.v10i27.1200.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In:* ACSUR-LAS SEGOVIAS. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. *[S.l.]*: ACSUR-Las Segovias, 2010. p. 11-25.

CREARON el Instituto de Desarrollo Indígena. **El Tribuno de Jujuy**, Jujuy, 10 jul. 2011. Disponible en: https://eltribunodejujuy.com/nota/2011-7-10-21-45-0-crearon-el-instituto-de-desarrollo-indigena. Acceso en: 16 jul. 2026.

GIROLA, Lidia. Imaginarios y representaciones sociales: reflexiones conceptuales y una aproximación a los imaginarios contrapuestos. **Revista de Investigación Psicológica**, n. 23, p. 112-131, 2020.

GÓMEZ, Mariana Daniela. Mujeres indígenas y feminismos en Argentina: encuentros, desencuentros, críticas y obliteraciones. **El Banquete de los Dioses: Revista de Filosofía y Teoría Política Contemporáneas**, n. 11, p. 64-94, jul./dic. 2022.

GÓMEZ, Mariana Daniela; TRENTINI, Florencia. La disputa por la autenticidad en los procesos de construcción de identidades indígenas contemporáneas en Argentina. **Antropología Experimental**, n. 21, texto 09, p. 121-139, 2021.

HALE, Charles R. El protagonismo indígena, las políticas estatales y el nuevo racismo en la época del "indio permitido". *In:* **Memoria del Congreso Internacional** "Construyendo la paz: Guatemala desde un enfoque comparado". Guatemala: MINUGUA, 2004.

HIERNAUX, Daniel. Turismo e imaginarios. *In:* CORDERO, Allen; HIERNAUX, Daniel; VAN DUYNEN, Luisa (ed.). **Imaginarios sociales y turismo sostenible**. San José: FLACSO-Costa Rica, 2002. p. 7-36.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

MAYORA SALGADO, Delmis Andrea; CRUZ JIMÉNEZ, Graciela. La incorporación de mujeres indígenas a proyectos locales de turismo rural en Latinoamérica. **Aportes y Transferencias**, v. 23, n. 2, p. 1-18, jul./dic. 2025. Disponible en: https://eco.mdp.edu.ar/revistas/index.php/aportes/article/view/452. Acceso en: 27 sep. 2026.

SALAZAR, Noel B. Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 20, n. 1, p. 9-22, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. Patrimonio, turismo y lugar: selecciones, actores y lecturas en torno a la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina) como Patrimonio de la Humanidad. **Cuadernos de Turismo**, n. 25, p. 207-227, 2010.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. Hacia una nueva geografía turística del noroeste argentino: la promoción de los "confines turísticos" en las provincias de Salta y Jujuy. Estudios Socioterritoriales. **Revista de Geografía,** n. 19, p. 97-116, ene.-jun. 2016.

URRY, John. **La mirada del turista**. Lima: Universidad de San Martín de Porres, 2004.

VISITJUJUY. **Grandes anfitrionas, Hornaditas**. Jujuy, 7 jun. 2020a. Instagram: @visitjujuy. Disponible en: https://www.instagram. com/visitjujuy/. Acceso en: 18 jul. 2026.

VISITJUJUY. **Grandes anfitrionas**: Marta Choqui y María Martínez. Rinconada, 26 abr. 2020b. Instagram: @visitjujuy. Disponible en: https://www.instagram.com/ visitjujuy/. Acceso en: 18 jul. 2026.

VISITJUJUY. **Josefina Aragón se define como coplera, chichera, sanadora espiritual y anciana de su pueblo**. Maimará, 2 ago. 2020c. Instagram: @visitjujuy. Disponible en: https://www. instagram.com/ visitjujuy/. Acceso en: 18 jul. 2026.

VISITJUJUY. **Al llegar por primera vez a Caspalá, Santa Ana o Valle Colorado**. Jujuy, 9 feb. 2021a. Instagram: @visitjujuy. Disponible en: https://www.instagram.com/visitjujuy/. Acceso en: 18 jul. 2026.

VISITJUJUY. **La localidad de Caspalá fue seleccionada**. Caspalá, 22 oct. 2021b. Instagram: @visitjujuy. Disponible en: https://www.instagram.com /visitjujuy/. Acceso en: 18 jul. 2026.

VISITJUJUY. **¡Dale la vuelta a Jujuy, conocé Santa Ana y Valle Colorado!** Jujuy, 25 nov. 2022. Instagram: @visitjujuy. Disponible en: https://www.instagram.com/ visitjujuy/. Acceso en: 18 jul. 2026.

# RELATO DE VIVÊNCIA DE PESQUISA SOBRE MULHERES, TURISMO E TERRITÓRIO NO NOROESTE ARGENTINO

*Fernanda Ferreira Rodrigues Rosa*

## Introdução

Este relato reúne parte do que vivi durante dez meses de estágio de pesquisa na Argentina, como bolsista do projeto *Mulheres nas Práticas Turísticas e a Produção de Territórios Socioambientais Sustentáveis (2024-2027)*, iniciativa binacional entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a *Universidad de Buenos Aires (UBA),* aprovada pela CAPES na Convocatória nº 16/2023, no marco do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. O projeto articula os temas centrais sobre turismo, povos originários e gênero, e tem como foco as mulheres originárias que desempenham atividades ligadas ao turismo na província de Jujuy, no extremo noroeste argentino (NOA).

Minhas considerações começam pelo edital, porque foi ali que apareceu a primeira questão que me acompanhou até o fim. A procura pela vaga foi baixíssima nos programas de pós-graduação em Geografia e, principalmente, em Sociologia da UFGD. Fui, na realidade, a única inscrita na chamada. Digo isso porque me parece necessário situar de onde escrevo, pois sou uma mulher cisgênero branca, pesquisadora na área da Sociologia, e a bolsa que ocupei integra um programa voltado prioritariamente a pesquisadoras e pesquisadores negros. Portanto, entendo como necessário situar o meu lugar na escrita e produção do conhecimento, em especial quando estive diante de mulheres cuja experiência de racialização eu não partilho, e sobre a qual me propus a escrever.

A maior parte dos integrantes do projeto está vinculada à área da Geografia Humana, o que foi uma experiência enriquecedora. Considerando um intercâmbio valioso em termos de interdisciplinaridade, pude contribuir com algumas discussões a partir dos Estudos de Gênero e também sobre o Turismo a partir da Sociologia. O objetivo aqui é compartilhar brevemente a experiência e especialmente as atividades realizadas relacionadas à pesquisa, as inquietações que atravessaram o campo, e algumas das questões que ainda me acompanham e surgem das reflexões sobre o período.

Considerei relevante contar também, neste relato, sobre a preparação antes da viagem, porque quase nunca se escreve sobre isso. A minha situação na época me possibilitou ir sem muita dificuldade, visto que sou uma mulher jovem, com vinte e poucos anos, sem carreira consolidada e sem filhos ou dependentes, de modo que as preocupações para embarcar por dez meses eram muito menores que as de outros colegas de turma do mestrado, entre os quais havia vários técnicos e técnicas da própria UFGD, que não poderiam se ausentar do trabalho por tanto tempo. Esses elementos, por vezes, representam barreiras, principalmente para as mulheres, que assumem a maior responsabilidade nas tarefas domésticas e de cuidados com a prole, nas quais a dedicação à pesquisa dificulta o ingresso e permanência na pós-graduação.

A oportunidade de combinar a pesquisa no exterior em uma temática que se aproximava ao que eu já desenvolvia no Brasil apareceu como um encaixe quase perfeito. Após a submissão ao edital do projeto, considerando um plano de trabalho para contribuir na temática geral, fui selecionada e, então, vieram as burocracias, como trâmites em cartório, a emissão do passaporte, e a regularização do visto de estadia. São etapas morosas e, no imaginário das pessoas, elas se tornam obstáculos maiores do que de fato são, e ressalto este fato como contribuição para desmistificar o processo.

É preciso ressaltar que tudo isso somente foi possível pela concessão da bolsa de estudos pela Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no âmbito do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento que custeou esses processos. A menção à bolsa de estudos concedida não se trata de mera formalidade institucional como requisito obrigatório. É sobre refletir e reconhecer a importância de programas como este, de financiamento à pesquisa para a formação de jovens pesquisadoras e pesquisadores para o desenvolvimento da ciência nacional. A promoção dessas campanhas abre oportunidades para a democratização da ciência.

## A ida para Buenos Aires e a integração no Projeto de Pesquisa

Os vínculos com o grupo de pesquisa começaram antes mesmo da viagem, em grande medida pelo trabalho do coordenador do projeto no Brasil, Dr. Edvaldo Moretti, sempre presente e com reuniões regulares. Quando desembarquei em Buenos Aires fui recebida pela colega Elaine Luz, bolsista do doutorado que havia chegado meses antes. Me recordo do misto de sensações de cruzar a cidade nas primeiras noites, e das instruções que ela me deu, uma espécie de cuidado que vinha de quem não teve o mesmo amparo quando chegou. Foi pensando nisso que depois recebi os colegas Felipe Costa e Klara Fróes, repassando o que eu já havia aprendido. Numa socialização no exterior, esses laços contam muito, considerando a distância de casa, o possível isolamento inicial e as dificuldades de socializar em outra língua para aqueles em que esta estava tendo a primeira oportunidade no exterior.

Na participação de atividades acadêmicas, como durante as Jornadas do Instituto de Geografía "Romualdo Ardissone" da *Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (UBA)* em que o projeto está vinculado pela coordenadora estrangeira, Dra. Claudia Troncoso, elaboramos um pôster sobre o projeto. Para grande surpresa, o público foi reduzido e as trocas aconteceram de forma mais intimista do que esperávamos. O mesmo se repetiu em atividades do instituto de Antropologia e da CLACSO, que tive o privilégio de acompanhar durante a minha

estadia, com debates teóricos densos, contudo em formato híbrido e com poucas pessoas ocupando esses espaços. Observo aqui que o número de presentes se aproximava do de eventos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o que é surpreendente considerando a proporção da UBA.

Em conversas sobre esse estranhamento, nos foi compartilhado que esse esvaziamento da UBA e do próprio programa de pós-graduação de *Maestría en Políticas Ambientales y Territoriales* é um reflexo geral. O programa de pós manteve as disciplinas com aulas em formato virtual após a pandemia, e o IGEO era pouco frequentado por outros pesquisadores e pesquisadoras. As visitas que realizamos em grande medida foram para encontrarmos pessoalmente com a coordenadora estrangeira Dra. Claudia Troncoso e com os demais integrantes do projeto.

Figura 1 - Apresentação de pôster durante a EXPO IGEO 2025: *Investigar para transformar los territorios*.




Da esquerda para a direita: Fernanda Rosa, Claudia Troncoso, Felipe Costa e Natalia Machaca.

Fonte: Acervo do projeto (2025).

Levanto como hipótese que o esvaziamento tenha também certa relação com a crise que a Argentina atravessa, com os ataques e os cortes orçamentários da educação pública sob o governo de Javier Milei (2023-), mas também com a falta de recursos dos próprios estudantes para se deslocar e se alimentar, reflexos de uma crise econômica mais profunda. Seria preciso outro tipo de pesquisa para sustentar esse argumento, o que não caberia neste relato.

## A linguagem como instrumento de poder

Inicio essa seção com uma provocação sobre alteridade, no sentido de que essa foi a parte que me tocou com maior força, considerando que sou uma mulher cisgênero branca em um país com uma cultura racista inegável. Para o meu relato pessoal vejo a linguagem como ponto fundamental da alteridade e não pertencimento. Uma das primeiras coisas que me chamou a atenção no sentido da linguagem foi o sotaque do espanhol rioplatense, que é muito diferente do que se costuma ensinar nas escolas de idiomas do Brasil. Como o único país da América do Sul lusófono, a barreira linguística é também uma barreira cultural. Durante a realização de um curso de espanhol para brasileiros, no Laboratório de Idiomas da UBA, ficou evidente que todos os presentes que tiveram contato anterior com o espanhol tinham como referência o modelo europeu e não latino-americano. Não se tratava de uma coincidência e sim de um padrão permeado por relações de poder. No Laboratório de Idiomas e com a presença de professoras nativas passei a entender melhor o sotaque *porteño* e as expressões locais, além dos costumes e tradições durante as aulas.

A experiência na cidade de Buenos Aires também me proporcionou o contato com pessoas de diversas nacionalidades da América do Sul, em especial com amigas e amigos da Colômbia, Chile, Equador e Peru, imigrantes na Argentina. Não somente em termos linguísticos, mas de conhecer um pouco mais os diferentes sotaques, palavras e expressões que existem em cada um desses

países, e aprender também um pouco sobre suas culturas e sobre compartilhar a identidade latino-americana.

Durante boa parte do tempo estive na posição de quem pede que repitam e de quem ri sem ter entendido direito. Como exemplo cito a dificuldade de interagir durante um workshop promovido na *Facultad de Filosofía y Letras* pelo Instituto de Antropologia, quando um integrante me questionou sobre meu sotaque muito parecido a uma pessoa do interior. A língua funciona como marcador de pertencimento, de classe social, atravessado por relações de poder intrínsecas a este instrumento, e isso perpassa também os corredores, as reuniões e as conversas informais na universidade.

Compreendo que a "desvantagem" nessa relação de poder da linguística que eu senti era real, mas também temporária. Ela estava sustentada por uma bolsa e por um vínculo institucional, e se desfaria com o estudo e com o retorno ao Brasil. A subalternização que atravessa os corpos-territórios[18] das mulheres originárias tem outra natureza: é herdada da colonização, inscrita na racialização e na expropriação das terras, e agravada pela imposição da língua espanhola. Não me parece que esses dois desconfortos sejam comparáveis, e mencioná-los juntos serve para marcar a distância entre eles. No Brasil, na minha pesquisa com mulheres do campo, eu ocupava esta posição de relativa superioridade no domínio da língua, enquanto na Argentina essa situação foi inversa.

## O trabalho de campo: percurso e modo de fazer

O trabalho de campo do projeto foi realizado entre 31 de outubro e 22 de novembro de 2025, conduzido em equipe por três bolsistas, com orientação das pesquisadoras e dos pesquisadores do projeto. Na última semana fomos acompanhados em campo pelo coordenador, Dr. Edvaldo Moretti. A nossa estadia se alternou

[18] Utilizamos o conceito de corpos-territórios com base na linha de pensamento de(s)colonial em autoras como Cabnal (2010) e Cruz Hernández (2023).

entre San Salvador de Jujuy e Tilcara, onde ficamos dezessete dias em uma hospedagem familiar administrada por Rene, músico de raízes indígenas. As instalações pertenciam à família dele e guardavam características regionais na arquitetura e na decoração. No salão tocavam as músicas do *carnavalito jujeño* e, por vezes, havia apresentações conduzidas pelo próprio anfitrião. A maioria dos hóspedes era estrangeira, vinda da Europa e do Oriente Médio, e me chamou atenção a pouca presença de brasileiras e brasileiros.

As atividades em campo se organizaram, resumidamente, em quatro frentes, sendo a primeira delas o levantamento das agências de turismo, feito em San Salvador de Jujuy, onde dividimos a área central entre os três bolsistas, a partir da disposição espacial das agências identificadas previamente. As visitas foram feitas na posição de turistas em busca de atividades locais. Percorremos no total dezesseis empresas na cidade, em que somente sete delas trabalhavam com o turismo na região.

A segunda frente foi o contato com órgãos públicos, onde estivemos na Secretaria de Turismo da província e buscamos contato também com a Secretaria de Turismo de Tilcara. Nesse sentido, reunimos dados e materiais com a intenção de compreender a postura do governo institucional diante das iniciativas de turismo rural diante das iniciativas promovidas pelas mulheres originárias.

A terceira frente dirigiu-se aos espaços de comercialização e pontos turísticos, entre eles as lojas e *regionales* de San Salvador, o ponto de venda do Museu do Cabildo, o *Paseo de los Artesanos*, a feira da Plaza Belgrano, os pontos de venda de Purmamarca, as Salinas Grandes, o Cerro de *los Siete Colores*, Humahuaca e o *Mirador del Hornocal*. Em Tilcara, onde nossa estadia se concentrou, visitamos a *Red Puna*, a *Antolina*, a *Makiwan*, o *Instituto de Desarrollo Indígena (IDI)*, o Mercado Municipal, a *Garganta del Diablo* e o mirador com vista para o Pucará. Passamos ainda por Maimará e pela *Paleta del Pintor*.

A quarta frente destinou-se à realização de entrevistas com as mulheres que se autoidentificavam como originárias que

estavam envolvidas em atividades relacionadas ao turismo na região. Buscamos diversificar a amostragem entre produtoras e vendedoras de artesanato e envolvidas em atividades de turismo rural em suas propriedades.

A metodologia utilizada para o trabalho de campo foi combinada entre observação participante, entrevistas semiestruturadas e abertas, aplicação de questionário, uso de caderno de campo e registro fotográfico/audiovisual. Foram realizadas 14 entrevistas, com duração média de 25 minutos, conduzidas em espanhol e gravadas em áudio mediante autorização. A seleção das interlocutoras seguiu dois critérios: inserção em atividades ligadas ao turismo (produção e venda de artesanato, hospedagem, gastronomia, guiamento, turismo rural); e a autoidentificação autóctone. As fotografias foram feitas mediante autorização prévia, com identificação das pesquisadoras e do pesquisador, do vínculo institucional e dos objetivos do trabalho. Foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido na captação de imagens fotográficas e vídeo.

Também é preciso explicitar o critério de identificação adotado neste relato, pois mantenho os nomes das interlocutoras que exercem representação pública de organizações e que autorizaram a identificação e utilização de seus nomes próprios. Nenhuma das mulheres solicitou a omissão de seus nomes em casos envolvendo situações de vulnerabilidade ou conflito. Ressalto também a importância do planejamento e do roteiro de campo, que nos deu o direcionamento, mas o campo se fez no caminho, com as descobertas e os imprevistos, e a materialidade foi bem diferente da idealização inicial. O cronograma foi revisado durante o trabalho de campo em reuniões com o grupo de pesquisa e com os coordenadores do projeto.

## Os contrastes do turismo na região: o Mercado e o Estado

Como mencionado anteriormente, das dezesseis empresas percorridas em San Salvador de Jujuy, apenas sete trabalhavam com o turismo da própria província. As demais

vendiam destinos para outras regiões da Argentina ou para o exterior, com fotografias de passeios pela Europa e pela Disney nas vitrines. Várias delas, quando perguntadas sobre passeios locais, indicavam a mesma empresa, o que sugere uma concentração importante do setor e pouca variedade para acesso aos turistas que chegam pela capital.

Figura 2 — Flyer dos destinos turísticos de Jujuy.




Fonte: Acervo do projeto (2025).

Os roteiros mais oferecidos eram as Salinas Grandes, Purmamarca e o Hornocal, em geral em experiências de dia inteiro, conduzidas em espanhol e com poucos guias bilíngues, nas quais se passa pelos povoados durante cerca de quarenta minutos a uma hora, tempo de tirar fotografias enquanto o guia conta a história.

A entrada nas Salinas Grandes e no mirador do Hornocal fica a cargo da comunidade originária, que cobra o ingresso e, no caso das Salinas, realiza o guiamento. Quanto ao artesanato e à gastronomia, a orientação nas agências era de que ficassem por conta do turista, fora do roteiro. São as agências que decidem quais lugares da Quebrada de Humahuaca serão vistos e por quanto tempo.

Nos espaços de comercialização de artigos regionais, encontramos uma tensão que se repete em toda a província. Nas lojas de artesanato visitadas em San Salvador de Jujuy, encontram-se produtos comprados diretamente de artesãs e artesãos de toda a província para serem revendidos como também, especialmente, produtos têxteis como suéteres e produtos industrializados provenientes da Bolívia e do Peru. O mesmo se observou nas feiras em Tilcara e Purmamarca, onde o artesanato mais acessível não é produzido localmente. Os fatores têm principal relação com os custos da produção e da revenda destes produtos; a produção artesanal local possui outro ritmo e alto valor agregado e, por esse motivo, também se destina a um público de alto padrão e poder aquisitivo.

A foto da Figura 3 ilustra os produtos que compõem as vendas na maioria dos estandes e lojas de souvenirs destinados aos turistas. Há grande presença de pequenos artigos industrializados e padronizados que remetem à cultura local. Dessa constatação sobre os produtos industrializados, surgem questionamentos pertinentes sobre as próprias condições dos comerciantes. No relato trazido pelas senhoras Maria e Sílvia, foi evidenciada a dificuldade de assumir o espaço de comercialização em San Salvador de Jujuy que pertencia a sua mãe, pois o governo municipal exige dos artesãos a comprovação de que se tratam de

verdadeiros artesãos e artesãs. Para que possam assumir o local de vendas é preciso emitir o certificado validado pelo governo provincial, que tornou as regras mais rígidas. Para a validação deste certificado é preciso utilizar produtos naturais e comprovar as habilidades manuais. A fiscalização se mantém pelo carnê emitido pela secretaria, sem o qual não é possível transitar e vender nas feiras.

Figura 3 - Tenda de comercialização de produtos em San Salvador de Jujuy.



Fonte: Acervo do Projeto (2025).

Há contradições intrínsecas a esse processo, compreendendo os custos para acessar a documentação e a manutenção desse artesanato tradicional como, por exemplo, os produtos têxteis feitos a partir de lã de lhama. Devido ao alto valor agregado, tempo e investimento nas peças são produtos caros para venda e em um contexto de crise têm afetado as vendas. Não houve menção de qualquer subsídio do governo provincial ou municipal para manutenção dessas atividades de artesanato que se enquadram no turismo cultural. As produtoras, vendedoras e artesãs devem se adequar às exigências da legislação. A foto da

figura anterior também mostra artigos manualmente produzidos pelas artesãs, atendendo às exigências governamentais para a manutenção do local.

Durante a visita à Secretaria de Turismo, foi compartilhada conosco uma lista de guias formados e, ao mesmo tempo, uma grande quantidade de pessoas chamadas *idóneas*, que cresceram fazendo o guiamento, sobretudo no norte da província, e que, entre 2023 e 2024, foram convocadas a realizar um exame para ingressar no registro oficial. Nos dois casos, o do artesanato e o do guiamento, o Estado se aproxima de uma prática existente para formalizá-la, e assim define também quem pode e quem não pode trabalhar. Dessa forma, é preciso problematizar as possíveis desigualdades produzidas por tais regulamentações.

Apontamos as duas faces dessa regulamentação e controle estatal das práticas turísticas na província: por um lado se demonstra positiva nos aspectos de maior segurança para os turistas, no que corresponde às exigências estatais em torno das atividades turísticas de guia, gastronomia, hospedagem, produção artesanal, entre outros, em termos de segurança e direitos do consumidor; inevitavelmente há uma inflexão das atividades exercidas pelos setores populares que não contam com recursos para investimento e adequação às normas, com predomínio de investimentos do mercado de capital privado do turismo que atendam aos requisitos favorecendo monopólio. Dessa forma, os trabalhadores e trabalhadoras impedidos de exercer tais atividades podem estar submetidos à informalidade.

## As formas de organização das mulheres em torno do artesanato

Como parte da construção deste relato de experiência, vale trazer alguns dos principais resultados parciais do segundo trabalho de campo do projeto que sistematizei. Não se trata de uma análise sobre o material, mas algumas considerações sobre o material coletado para compor este capítulo do livro para o projeto de pesquisa. Nas andanças e investigações pela Quebrada, a

atividade artesanal se destacou e foi principalmente a mais acessível no contato com as mulheres. É uma atividade em que hoje se destaca o protagonismo feminino, em especial pela possibilidade de conciliar o trabalho doméstico e do tecido, sendo o principal produto comercializado na região relacionado à ancestralidade andina e vinculado à produção local de criação de lhamas.

Encontramos iniciativas como a *Red Puna Artesanías*, que, por trás da marca têxtil, é uma organização social e política que reúne quase mil famílias, distribuídas em cinco microrredes entre os territórios da Quebrada de Humahuaca e a Puna Jujeña[19]. O Setor de *Artesanías y Género da Red Puna*, teve início nos anos 2000, a partir de um trabalho de gênero, e o artesanato surgiu como empreendimento voltado à autonomia econômica das mulheres. As representantes dos grupos levam e trazem informações, decisões, mercadorias e dinheiro, geridos de forma coletiva entre as 120 mulheres participantes. Com a rede, as mulheres ganham segurança na produção e na venda, porque acordos firmados coletivamente garantem a produção e sustentam a competitividade dos preços.

A Rede Makiwan engloba também as mulheres da *Red Puna*, mas também outras artesãs associadas somente a ela, cerca de 280 mulheres no total. Essas redes possuem uma estrutura muito semelhante de organização, tendo em vista que surgem como uma forma de abranger outras mulheres da região que realizam também formações de gênero e trabalho com as mulheres. Contudo, a iniciativa é mais recente, data de início em 2016, e também possui um ponto de comercialização em Tilcara. Ambas as redes, portanto, seguem uma lógica cooperativa de

[19] A referência à Puna Jujeña delimita a parte da Puna a que nos referimos neste texto, compreendendo que a região geográfica da Puna ultrapassa a província de Jujuy, presente em regiões do Peru, Bolívia, Chile, além do noroeste da Argentina. É um complexo planalto de alta montanha localizado na Cordilheira dos Andes.

maior participação das cooperadas e envolvem temas de igualdade de gênero.

Figura 4 - Fachada do ponto de comercialização da cooperativa Makiwan em Tilcara.




Fonte: Acervo do projeto (2025).

Diferentemente da organização em redes de cooperativas, conhecemos também a marca Antolina, que foi criada e organizada por Nora Gerónimo, mulher da etnia *colla*, que conduz o trabalho de treze famílias de artesãs distribuídas na região. Toda a produção parte de fibras de lhama, carneiro, linho e algodão, com tinturas obtidas de frutas e legumes, incluindo cascas de cebola e, mais recentemente, cascas de uva provenientes dos vinhedos da região. Os modelos das peças vão desde os mais tradicionais até referências contemporâneas, mantendo alusão à cultura andina. Observa-se que a marca é concentrada na figura de Nora, que atua na coordenação da marca e na posição estratégica de comercialização de espaços de inserção dos produtos. Ela nos revela a intencionalidade de projetar a produção têxtil andina para espaços antes inacessíveis aos povos originários como passarelas

de moda, sendo uma forma de valorizar e visibilizar a produção andina.

Visitamos também o *Instituto de Desarrollo Indígena (IDI)* de Tilcara, formado há cerca de quinze anos, que reúne quarenta e cinco artesãos, em sua maioria mulheres *tilcareñas*, em um espaço cedido pelo governo municipal que substituiu a venda individual nas ruas e na praça central. As peças são fabricadas em casa e levadas ao salão e o preço é definido pelos próprios artesãos, tendo somente o custo para a manutenção do espaço retido após as vendas, onde os integrantes se revezam no atendimento e na limpeza. Nessa rede cooperativa, há uma participação de todos os envolvidos para a gestão coletiva do espaço, contudo não houve menção de organização coletiva em termos de direitos para os cooperados, melhores condições de trabalho ou direitos das mulheres.

Figura 5 - Fachada do Instituto de Desarrollo Indígena.




Fonte: Acervo do projeto (2025).

As similaridades entre as diferentes propostas de organização em torno da venda de artesanatos consistem

fundamentalmente em produtos artesanais originários da região, de técnicas tradicionais de produção artesanal utilizando recursos naturais como a lã de lhama tradicionalmente vinda da região da Puna. Destacamos também a utilização das tinturas naturais aproveitando os pigmentos naturalmente produzidos e conhecimentos geracionais. Todas as iniciativas promovem a valorização do artesanato e reconhecem o trabalho desenvolvido pelas artesãs e suas famílias, garantindo trabalho principalmente às mulheres, que conseguem conciliar o trabalho dedicado à produção ao trabalho de cuidados com a prole. As diferenças se expressam na organização em prol de direitos das comunidades e de gênero, presente somente nas redes cooperativas que estão relacionadas ao âmbito político-social como a *Red Puna*.

Figura 6 - Curso de Criatividade com as artesãs da Red Puna, em Abra Pampa.



Fonte: Acervo do Projeto (2025).

Tivemos o privilégio de participar de um *taller* de criatividade promovido pela *Red Puna* na sede da Cooperativa

Punha, em Abra Pampa, a cerca de uma hora e quarenta minutos de Tilcara. Estavam ali quarenta mulheres, representando as cinco microrregiões, algumas acompanhadas de filhos pequenos. A dinâmica consistia em que cada mulher deveria escolher uma palavra que movimentasse o seu tecer, como água, sol, ar, terra, resistência, música, morte, transformação, ciclo etc. e a produzir, a partir delas, uma peça. Para além das peças produzidas, as mulheres partilhavam o motivo da escolha e, ao final, compuseram uma obra coletiva. Aquelas que não estavam presentes fisicamente enviaram suas obras pelas representantes.

Figura 7 - Peça produzida coletivamente durante o curso de criatividade em Abra Pampa em Jujuy.



Fonte: Acervo do projeto (2025).

Na produção das peças, os elementos naturais, como a água e as árvores, apareciam associados à conexão espiritual. As mulheres faziam menções também aos ciclos e ao tempo dedicado à produção, do início ao fim, que se encerra e dá lugar a outras. A cultura andina vivia naquelas mulheres. Todas possuíam raízes indígenas e partilhavam suas relações com o tecido, com a vida,

com a terra, com a Pachamama. Além disso, a própria cooperação entre aquelas mulheres não estava somente no ato de trabalhar e produzir; estava no ato de ajudar e de acolher. Entre as conversas paralelas que aconteciam, enquanto algumas teciam durante toda a atividade, as crianças corriam livremente pelos espaços.

Figura 8 - Máquina de fiar, na instalação da Cooperativa Punha em Abra Pampa.



Fonte: Acervo do projeto (2025).

Em Abra Pampa também testemunhamos uma conquista importante para elas enquanto coletivo, com a compra de máquinas para fazer os fios de lã de lhama. Muitas das mulheres pararam de produzir, considerando as dificuldades em realizar a tosquia, preparar o material para fiar, além dos riscos à saúde decorrentes desse procedimento. A lã comprada de fornecedores externos seria produzida internamente pela organização, com o objetivo de baratear os custos da produção. Foi uma conquista muito celebrada por elas e compartilhada conosco em uma visita às instalações do local. Fomos acolhidos no espaço coletivo delas como pesquisadores e, acompanhados de outros professores vinculados à faculdade de agronomia, pudemos apresentar nosso projeto a elas.

## O turismo rural e o protagonismo feminino

Diferentemente do turismo cultural, principalmente composto pela produção e comercialização de produtos têxteis regionais, também tivemos contato com o turismo rural, especialmente no povoado de Maimará. Por meio da organização do turismo rural em uma rede, o ingresso das mulheres nessas atividades se deu por indicações das próprias participantes. Elas são responsáveis por receberem turistas interessados em conhecer o seu cotidiano: as atividades em suas propriedades, a produção de alimentos como queijo de cabra, flores e hortaliças. Nota-se a autovalorização decorrente desse processo, do interesse turístico ao contato com um modo de vida distinto do urbano, como nas práticas geracionais de conservação de alimentos, como a produção de charque para o inverno.

A oportunidade de receber turistas surge como complemento da renda das mulheres, diante do atrativo e da demanda proveniente do Carnaval na Quebrada de Humahuaca, que se constitui um dos maiores carnavais do mundo devido às suas tradições, festas e trajes alegóricos originários, que chamam a atenção pela conservação cultural andina. A procura por hospedagem promoveu também o interesse pelas atividades cotidianas e modos de vida alternativos aos dos grandes centros urbanos. A senhora Patrícia é a responsável pela produção de flores e, em suas atividades pela propriedade, demonstra a pequenos grupos como realiza os cuidados de plantio, cultivo e colheita na terra, além de atividades como criação de animais e produção de alimentos como o queijo de cabra.

Na fotografia da Figura 10, tem-se um registro da produção documental da entrevistada, senhora Gisela, responsável pela articulação da rede de turismo em Maimará. Sua propriedade, que recebe turistas para hospedagem, possui vista para as montanhas coloridas de Maimará; a beleza do lugar impressiona.

Figura 9 - Entrevistada pelo projeto mostrando a sua produção de flores.



Fonte: Acervo do projeto (2025).

Figura 10 - Condução da entrevista e gravação do documentário em Maimará.



Fonte: Acervo do projeto (2025).

Figura 11 - Da esquerda para direita: Felipe Costa, eu, Klara Frós, Clara Lamas, Gabriela Lamas, Dr. Edvaldo Moretti e Héctor Lamas.



Fonte: Acervo do projeto (2025).

Em Hornaditas, a cerca de quinze quilômetros ao norte da cidade de Humahuaca, fomos recebidos pela família Lamas. A senhora Clara trabalha com turismo há aproximadamente vinte e três anos e se identifica como mulher *diaguita*. O turismo surge como atividade complementar ao trabalho com a terra, sendo que a ideia de hospedagem teve iniciativa por parte de dona Clara. Ela já presidiu a *Red Argentina de Turismo Rural Comunitario* (RaTouRC) e viajou por várias províncias para falar sobre turismo em comunidades originárias, com ênfase na valorização das mulheres. Depois da conversa, a senhorita Gabriela nos levou pela horta, indicou as trilhas que seguem para as montanhas e mostrou os animais criados na propriedade. A casa é construída com argila e madeira, como as demais de Hornaditas. Jantamos com a família, com pães, geleias e chás feitos de plantas colhidas ali.

As experiências vividas por nós, enquanto pesquisadores e pesquisadoras, junto a elas, representam grandes avanços para o projeto considerando os temas centrais, em termos de relações de gênero, turismo e a produção de territórios socioambientais sustentáveis. Deve-se levar em consideração a importância de tais iniciativas que preservam os saberes ancestrais, sempre referenciados como herança de familiares, que garantem o sustento das famílias e também a preservação da natureza, dos costumes e tradições. Nota-se a dificuldade atual na manutenção e continuidade dessas atividades para as futuras gerações. Com exceção de Clara e seus filhos que trabalhavam juntos na propriedade, nos foi relatado um baixo interesse por parte dos filhos e filhas nesta continuidade, se dedicando a outras atividades produtivas.

## As mulheres não esperam que lhes concedam voz e espaço

Durante nossa estadia no noroeste argentino, ocorreu o *IV Congreso Argentino de Agroecología, na Universidad Nacional de Jujuy*, entre 12 e 14 de novembro. Havia mesas de debate, atividades culturais e pontos de comercialização de produtos agroecológicos, entre eles os da *Red Puna*. Estavam ali também representantes da *Comunidad Cueva del Inca*, vendendo artesanato e a Revista Mink'a, na qual divulgavam os conflitos pela disputa de recursos naturais ocorridos em julho de 2025.

Assisti à apresentação de Miriam Alfaro, entrevistada no primeiro trabalho de campo do projeto, sobre as mudanças nas práticas de subsistência na Quebrada de Humahuaca após a declaração de Patrimônio da Humanidade. Acompanhei também o trabalho de jovens vinculados à *Red Puna* sobre saberes ancestrais e etnobotânica, e a sessão sobre povos indígenas, gêneros e juventudes, com trabalhos vindos de várias partes da Argentina e de outros países da América Latina. Os conhecimentos produzidos nos territórios estavam ocupando a universidade, apresentados por quem os produz. Foram momentos muito significativos de trocas ocupando a UNJu.

Figura 12 - Apresentação de trabalho acadêmico por Miriam Alfaro, representante da comunidade *Cueva del Inca*, durante o *IV Congreso Argentino de Agroecología*.




Fonte: Acervo do projeto (2025).

As discussões e apresentações de trabalhos acadêmicos abordaram diversos temas, desde os conflitos agrários e a disputa por recursos naturais, aos modos de produção agroecológicos, questões epistemológicas dentro da academia. Julgo de fundamental importância a participação nesses espaços, mas que não estão isentas de contradições. A cobrança de uma taxa de participação como ouvinte chegava a US$ 100.00, limitando o acesso de pessoas que não possuem condições financeiras, considerando também os gastos com deslocamento e hospedagem durante os dias do evento. Por outro lado, apontamos a falta de subsídios para custear tais eventos, para

custear a vinda de palestrantes e a estrutura do evento, atentando aos cortes orçamentários por parte do governo nacional argentino.

Como mencionado anteriormente, realizamos também visitas aos lugares mais buscados pelos turistas, como as Salinas Grandes e o Cerro de Hornocal. O acesso a esses locais possuía o custo de ingresso especialmente relacionado à manutenção do local e ao sustento das comunidades originárias que são responsáveis pela gestão desses espaços. Nesses espaços, não houve um contato direto com os responsáveis para aprofundar sobre temas importantes como a relação na disputa territorial, as pressões de empresas extrativistas e do turismo, e as relações com os governos, entre outros.

Figura 13 - Registro dos cartazes contra a exploração de lítio em Salinas Grandes, Jujuy.




Fonte: Acervo do projeto (2025).

Na entrada das Salinas haviam diversas placas que sinalizavam a denúncia das comunidades sobre a situação de disputa e conflitos pela água e pelos recursos naturais. Esse ponto nos chamou atenção pela importância da visibilidade, considerado um dos principais atrativos turísticos de Jujuy com grande circulação de pessoas. A latência do conflito se exibe para comover

os visitantes, como forma de conscientização de quem está de passagem.

Essas ações demonstram a visibilidade em torno de temas sensíveis que estão em movimento, ultrapassando as discussões que antes eram feitas apenas localmente. Neste contexto, é importante chamar a atenção para um debate muito recente acerca da Lei de Inviolabilidade da Propriedade Privada, proposta pelo governo Javier Milei, em especial sobre as comunidades e famílias mais vulneráveis, como é o caso de grande parte das comunidades indígenas no noroeste argentino. O projeto prevê mudança nas regras de despejos e desapropriações, temas sensíveis que já estavam em curso antes mesmo do início do projeto e que poderão se intensificar com o avanço da Rota Bioceânica na região.

## Limites, hierarquias e o que retorna

Toda a experiência narrada neste relato constitui apenas uma pequena parcela do vivenciado, das coisas que aprendemos, das trocas, das sensações, daquilo que me constitui hoje como pesquisadora. A formação, enquanto pesquisadoras e pesquisadores em uma universidade pública de qualidade que promove um projeto binacional como este, é, sem dúvidas, muito além de uma experiência meramente acadêmica. O vivido e a bagagem acumulada, além dos produtos produzidos em artigos, livros, apresentações em eventos e do trabalho documental, contribuem com o fortalecimento da ciência e pesquisa nacional.

O trabalho de campo imersivo na Quebrada de Humahuaca teve também muitos percalços, dificuldades e resultados que contrariam as hipóteses criadas, que fazem parte do próprio trabalho científico. Os aprendizados e descobertas em campo foram positivos e se somam ao trabalho maior que envolve o projeto binacional levado adiante pelas pesquisadoras e pesquisadores envolvidos.

Como um dos produtos do trabalho de campo, produzimos a série documental "Entre montanhas e memórias: mulheres que tecem o turismo na província de Jujuy"[20], que estreou em maio de 2026. A proposta nasceu do interesse em dar visibilidade às práticas dessas mulheres e em abrir espaço para que elas falem por si, e não apenas como interlocutoras de um texto escrito por outra pessoa. Durante a estreia do episódio, convidamos a entrevistada para apresentá-la conosco, pois é uma forma de incluí-las neste espaço, na interlocução e visibilidade do trabalho desenvolvido nos territórios.

A produção documental do vídeo é uma forma de produzir conhecimento para além das formas tradicionais do espaço acadêmico, considerando seu acesso limitado à comunidade e com linguagem pouco acessível. O vídeo é também uma forma de retribuir às entrevistadas uma parte deste trabalho. A participação e contribuição para o projeto de pesquisa continua, e, como forma de compor o trabalho, temos o resultado deste livro em que o capítulo compõe apenas uma parte dos diversos temas que atravessam o território.

## Referências

CABNAL, L. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Madrid, Espanha: ACSUR – Las Segovias, 2010.

ENTRE MONTANHAS e memórias: Mulheres que Tecem o Turismo na Província de Jujuy. Direção: ROSA, Fernanda Ferreira Rodrigues. Produção: Mulheres nas Práticas Turísticas e a Produção de Territórios Socioambientais Sustentáveis. *[S.l.]*, 2026. 1 vídeo (15min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fQUd8ZURrc4&t=2033s. Acesso em: 11 set. 2026.

HERNÁNDEZ, D. T. C.; JIMÉNEZ, M. B. (org.). **Corpos, territórios e feminismos:** compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Elefante, 2023.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. El turismo en Quebrada de Humahuaca desde 2005: una mirada desde la Ley Nacional de Turismo. *In:* AMADASI, Enrique; IBÁÑEZ, José Luis López (org.). **El turismo en Argentina desde 2005:** una mirada desde la Ley Nacional de Turismo. 1. ed. La Plata: Arte editorial Servicop, 2020.

[20] https://www.youtube.com/watch?v=fQUd8ZURrc4.

# ENTRE O ESPETÁCULO E A ANCESTRALIDADE: UM ENSAIO SOBRE O TURISMO, GÊNERO E MEGAEVENTOS NO BRASIL E NA QUEBRADA DE HUMAHUACA

*Felipe Adriano da Costa*

Pretende-se, por meio deste ensaio, compreender as nuances e os atravessamentos da mídia na construção e na produção da festividade carnavalesca, a partir do papel que as mulheres desempenham em cada local, entendida como um megaevento presente no cotidiano de brasileiros e argentinos. Embora o carnaval, em ambos os contextos, seja concebido e produzido como uma manifestação associada à celebração e à movimentação econômica e turística, a inserção, a participação e a circulação do feminino assumem diferentes configurações em cada localidade. Nesse sentido, busca-se evidenciar o protagonismo das mulheres no Brasil e na Quebrada de Humahuaca, reconhecendo que, apesar das diferenças nas escalas de análise, a comparação entre esses contextos permite identificar aproximações, contrastes e particularidades na constituição da festividade. O carnaval é significado de maneiras distintas em cada uma dessas realidades: enquanto em determinados contextos brasileiros pode ser associado predominantemente ao profano, ao espetáculo e à celebração pública, na Quebrada de Humahuaca articula-se a dimensões do sagrado, constituindo um momento de encontro com os ancestrais e de reafirmação de práticas e tradições culturais. Apesar dessas diferenças de significados e formas de apropriação, ambas as manifestações são atravessadas por processos de produção e circulação econômica e turística, nos quais a mídia desempenha papel relevante na construção de representações sobre a festividade e sobre os sujeitos que dela participam, especialmente as mulheres.

O carnaval pode ser compreendido como um megaevento em contextos específicos, no Brasil, onde assume grande escala, visibilidade midiática e relevância econômica de forma bem evidente. Contudo, em outras realidades, como na Quebrada de Humahuaca, a festividade mantém características mais vinculadas às práticas culturais e rituais locais. Por mais que não possuam, em sua gênese, essa intencionalidade, o evento é adotado pela lógica dos megaeventos mesmo que de uma forma pouco visível. Um aspecto que merece destaque é o papel da mídia na produção e difusão de discursos que transformam práticas sociais em mercadorias. No caso dos carnavais analisados, observa-se que a construção discursiva e imagética das mulheres assume configurações opostas: enquanto em um evento predomina a valorização de sua atuação como sujeito das práticas culturais e religiosas; no outro, sua imagem é frequentemente associada ao consumo, ao entretenimento e à espetacularização. Essa diferenciação é difundida de forma sutil, contribuindo para a naturalização de modelos distintos de feminilidade e de participação social.

A compreensão do papel das mulheres nesses eventos torna-se fundamental, uma vez que, em determinados contextos, o carnaval pode constituir-se como um espaço de relativa suspensão de normas sociais, permitindo experiências de maior autonomia e questionamento de padrões e hierarquias de gênero. Por outro lado, especialmente em contextos marcados pela forte mediação da indústria cultural e da mídia, observa-se a recorrência de processos de objetificação e controle simbólico do corpo feminino, frequentemente associados a padrões estéticos e à lógica do desejo masculino, como no caso do Brasil. O carnaval, nesta concepção, se torna um evento que captura o gênero como atrativo para sua propagação, mas que em localidades específicas se baseia em valores e princípios diferentes.

Defende-se que, embora ambos os carnavais sejam progressivamente apropriados pela lógica turística dos megaeventos, a permanência de vínculos comunitários e

ancestrais na Quebrada de Humahuaca produz formas distintas de representação das mulheres, quando comparadas ao carnaval brasileiro.

## O ancestral e o espetáculo: o carnaval andino

Iniciamos este breve ensaio a partir da exposição da origem desta festividade na Quebrada de Humahuaca; após, partiremos para o carnaval brasileiro.

O carnaval andino, principalmente na Quebrada de Humahuaca possuí raízes indígenas e ancestrais, ligando a cosmologia indígena e os povos andinos através do "*desentierro del diablo*", momento de liberação das energias festivas e dos desejos reprimidos. Esse evento possui conexão com a produção do saber ancestral e se torna também evento geográfico de sincretismo, entre a cultura local e a religião cristã, juntamente com a exaltação da *Pachamama*, mediante oferendas, agradecimentos e pedidos ao longo de nove dias. O uso de fantasias alegóricas, musicalidades andinas como coplas e instrumentos tradicionais, modificam o clima comunitário. Ainda que esse evento possua ligação com as práticas turísticas, permanece sendo um momento de encontro e cooperação comunitária. Assim sendo, com o objetivo de compreender a dinâmica do carnaval da Quebrada de Humahuaca, toma-se como referência a periodização elaborada por Origon (2015, p. 91-96) para criação do Quadro 1, que permite identificar sua temporalidade e os principais momentos e atividades que compõem a celebração.

A organização temporal apresentada no Quadro 1 evidencia que o carnaval da Quebrada de Humahuaca não se restringe aos dias oficialmente destinados à celebração, mas configura um ciclo ritual que articula práticas religiosas, comunitárias e produtivas.

Quadro 1 - Principais momentos do carnaval da Quebrada de Humahuaca.

| **Dia - Celebrações/Rituais** | **Principais Atividades** |
|---|---|
| **Quinta-feira dos compadres.** A segunda quinta-feira antes do desenterro do diabo. | Encontros entre compadres, música, bebidas tradicionais, visitas às casas e início do clima carnavalesco. |
| **Quinta-feira das comadres.** A quinta-feira que antecede o desenterro do diabo. | Cantos de vidalas e coplas, música com caixas, confraternização feminina e participação comunitária. |
| **Sábado do desenterro do diabo.** Desenterro do Pukllay. | Missa, oferendas à *Pachamama*, desenterro do "diabo ao pé da montanha" e início oficial do carnaval. |
| **Domingo de carnaval.** Carnaval das comparsas. | Desfiles, música, dança, brincadeiras com talco, farinha, serpentinas e bagunças pelas ruas. |
| **Segunda-feira das señaladas.** Ritual de marcação do gado. | Marcação simbólica dos animais, oferendas para *Pachamama*, alimentação coletiva e casamentos simbólicos dos animais. |
| **Terça-feira das chayadas.** Chayadas. | Bênção e purificação de casas, veículos, objetos e demais bens adquiridos durante o ano. |
| **Quarta-feira de cinzas.** Encerramento religioso. | Parte das comparsas realiza o enterro do *Pukllay* conforme a tradição cristã. |
| **Quinta-feira a sábado.** Continuação das festividades. | Muitas comparsas mantêm bailes, encontros e celebrações populares. |
| **Domingo da tentação.** Enterro do Pukllay. | Despedida do carnaval, novas oferendas para *Pachamama* e enterro definitivo do "diabo ao pé da montanha". |

Fonte: Elaborado a partir de Origon (2015, tradução nossa).

Embora o início oficial do Carnaval da Quebrada de Humahuaca ocorra no sábado de *desentierro*, o ciclo festivo é antecedido pelas celebrações da quinta-feira dos compadres e da quinta-feira das comadres, consideradas momentos preparatórios que anunciam o clima carnavalesco e fortalecem os vínculos comunitários (Origon, 2015, p. 93). Desde as celebrações dos compadres e das comadres até o enterro do *pukllay*, observa-se uma sucessão de rituais que reforçam a relação entre a comunidade, a *Pachamama* e o território, evidenciando que o carnaval extrapola a dimensão do entretenimento e se constitui como uma prática social profundamente enraizada nas tradições andinas. Compreende-se que, mesmo tendo sua origem vinculada ao ancestral, o carnaval andino é progressivamente cooptado pela lógica dos megaeventos, constituindo-se como um momento de celebração no qual o ancestral é ressignificado e transformado em espetáculo, mediante o uso de recursos midiáticos e a implementação de projetos políticos de expansão territorial, sobretudo aqueles vinculados ao turismo e às suas práticas.

Como mencionado anteriormente, o carnaval da Quebrada é rememorado cotidianamente e celebrado para além das datas estabelecidas no calendário festivo, configurando-se como uma manifestação associada à celebração da liberdade. Um exemplo dessa dinâmica foi identificado durante o trabalho de campo realizado na cidade de Tilcara, localizada no noroeste da Argentina, que se constitui como um importante ponto de encontro de turistas interessados em novas experiências de viagem e em vivenciar práticas culturais associadas ao carnaval andino.

Em novembro de 2025 por decorrência do projeto *"Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis",* com financiamento da CAPES através do *Programa Abdias do Nascimento*, pude participar de uma das festividades que aconteciam abertamente ao público. Esse evento celebrava o *"7º Encontro de Copleros de Tilcara"* um momento de reunião de grupos tradicionais encontrados

principalmente no carnaval andino que participavam ativamente da celebração carnavalesca, articulando elementos simbólicos, ritualísticos e comunitários.

Recordo-me do som dos batuques sincronizados, das risadas, das serpentinas atiradas para todos os lados, e das vestimentas tradicionais da cultura andina. Era um momento de festa entre gerações, no qual jovens e pessoas de mais idade celebravam lado a lado com os turistas. A entrada era gratuita, e os organizadores postados já na entrada do local, nos receberam com muito afeto: assim que chegamos, fomos convidados a experimentar uma bebida produzida localmente pelos andinos: a chicha de maíz, bebida fermentada de baixo teor alcoólico, de sabor característico que me lembrou kombucha. Era o carnaval como prática de comunidade, antes de se tornar vitrine turística.

Figura 1 - O 7º Encontro de *Copleros* de Tilcara.



Fonte: Acervo Pessoal do Projeto; Tilcara-Argentina, 2025.

Cabe destacar, neste momento do relato (Figura 1), a presença de blocos de *copleras* constituídos exclusivamente por mulheres, como se pode observar nas imagens acima, o que indica uma organização social do carnaval andino em que o protagonismo feminino não se limita a papéis de acompanhamento, mas se

estrutura em agrupamentos próprios, dotados de autonomia ritual e simbólica dentro da festividade.

## O carnaval no Brasil

O carnaval brasileiro advindo das misturas de matrizes étnicas com influências europeias, africanas e indígenas se vincula às grandes expressões como os desfiles das escolas de samba, os trios elétricos, os blocos de rua, as fantasias elaboradas, os carros alegóricos, além da produção em larga escala. A musicalidade é moldada pelo samba, o axé, o frevo e até mesmo o funk. Ainda que possua um caráter popular, a participação em alguns blocos de ruas possui um caráter econômico que atravessa o Brasil inteiro.

> Ao contrário do que se imagina, a origem do carnaval brasileiro é totalmente européia [sic]. A comemoração carnavalesca data do início da colonização, sendo uma herança do entrudo português e das mascaradas italianas. Somente muitos anos mais tarde, no início do século XX, foram acrescentados os elementos africanos, que contribuíram de forma definitiva para o seu desenvolvimento e originalidade (Queiroz, 1992, p. 11-30).

Compreendemos que no Brasil e na Argentina os carnavais mimetizam os megaeventos, principalmente quando adotam o caráter de atratividade turística e mudança da economia política dos ambientes para sua realização, alterando elementos que constituem os espaços. Em contrapartida, os elementos de divulgação e promoção vinculado às imagens desse evento são diferentes em ambas as esferas.

No Brasil, essa atratividade está principalmente vinculada aos bloquinhos de carnaval, momento de festividade realizado antes das quartas-feiras de cinzas, atraindo turistas do mundo todo por ser um megaevento. Ainda que ambas as tradições sejam relembradas dentro dessa festividade, parece que símbolos comuns das religiosidades e culturas anteriormente ligados a essas

práticas, principalmente no Brasil, diluiu-se pela mercantilização, adotando novas formas de experienciar esse evento através de uma nova cultura, não tão interligada às tradições de sua gênese.

Por sua vez, a Argentina ainda possui essa conexão com a comunidade local que, através desta festividade, apresenta parte importante de sua cultura e práticas sociais ainda diretamente ligadas à religião, reunindo costumes ancestrais de veneração à *Pachamama* e elementos da herança espanhola. Seu reconhecimento decorre, sobretudo, da preservação de seu caráter simbólico e identitário, em contraste com festividades fortemente orientadas pela lógica da mercantilização.

## O papel das mulheres

No carnaval da Quebrada, as mulheres possuem um papel importante ao decorrer desses nove dias, mas se destacam nas atividades principalmente em *"el jueves de comadres"*, momento em que mulheres se unem para cantar, festejar e compartilharem, desafiando a autoridade masculina segundo a autora:

> A quinta-feira das comadres é o dia em que as mulheres tomam as ruas. Percorrem toda a cidade entoando *vidalas* ao ritmo das caixas. As letras dessas *vidalas* são jocosas ou narram histórias e costumes de seu presente e de seus antepassados. Sempre que param em uma casa ou estabelecimento onde lhes é oferecida alguma bebida, formam uma roda e uma delas, escolhida ao acaso, começa a cantar essas *vidalas*. O primeiro verso é entoado por ela, e, em seguida, todas as comadres presentes o repetem. Todas as mulheres presentes, sejam moradoras locais ou estrangeiras, podem participar e cantar as *vidalas* em igualdade com as demais (Origon, 2015, p. 93, tradução nossa)[21].

[21] Texto original: *El jueves de comadres, es el día en que las mujeres se adueñan de las calles. Recorren todo el pueblo entonando vidalas al compás de las cajas. Las letras de estas vidalas, son picarescas o narran historias y costumbres de su presente y sus antepasados. Cada vez que frenan en una casa o local donde se*

Já no Brasil, o papel das mulheres no carnaval é atravessado por uma tensão entre objetificação e protagonismo. Nas escolas de samba, o corpo feminino é frequentemente enquadrado pela lógica midiática do espetáculo, fantasias reduzidas, exposição corporal e associação ao desejo masculino, como discutido a seguir. Contudo, essa não é a única chave de leitura possível: em blocos de rua, carnavais populares e, sobretudo, em terreiros e coletivos ligados às religiões de matriz africana, mulheres, particularmente mulheres negras, ocupam também posições de liderança simbólica, autoria e resistência cultural, disputando sentidos do que é o carnaval brasileiro, conforme Silva (2019, p. 260). A leitura que segue, centrada na sexualização midiática, portanto, ilumina uma das faces desse fenômeno, sem esgotá-lo.

> Pelo discurso da mídia, o corpo feminino na avenida é colocado em cena; é repetido, diferenciado, sexualizado, erotizado, desejado e proibido. Trata-se de um espaço em que "[...] é considerado em sua complexidade histórica, e não apenas como sendo ora o lugar de todos os pecados ou de grandes virtudes, ora um território aberto a sérios riscos e sedutoras recompensas". Trata-se, ainda, de "um corpo de sentidos e enfoques repetidos numa história de brasilidade, de um sentido de feminino legitimado pela mídia" (Sant'Anna, 2005, p. 10 *apud* Pinto, 2013, p. 128-129).

Durante a cobertura do carnaval no Brasil, é frequente que reportagens e transmissões televisivas dediquem grande espaço às rainhas de bateria, enfatizando atributos físicos, fantasias e sensualidade. Na reportagem "Virginia estreia como rainha de bateria sob holofotes, gritos e olhares de Paolla Oliveira", publicada pelo Gshow, a narrativa enfatiza o corpo da artista, sua

---

*les convida alguna bebida, arman una ronda y una de ellas al azar comienza a coplear estas vidalas. El primer verso lo dice ella y luego repiten todas las comadres presentes. Todas las mujeres presentes, sean de allí o extranjeras pueden participar y coplear a la par del resto* (Origon, 2015, p. 93).

fantasia, a reação do público à sua beleza e detalhes sobre sua aparência física. Embora mencione sua preparação para o desfile, o foco permanece na construção de uma imagem baseada na estética e na sensualidade. Esse enquadramento contribui para reforçar estereótipos de gênero, ao associar o protagonismo feminino no carnaval principalmente à exposição do corpo, enquanto outras funções exercidas por mulheres nas agremiações recebem menor visibilidade. Em contrapartida, mulheres que ocupam funções como carnavalescas, diretoras de ala, costureiras ou dirigentes recebem menor visibilidade. Essa diferença de cobertura contribui para reforçar a associação entre a presença feminina no carnaval e a exposição do corpo, invisibilizando outras formas de protagonismo.

Figura 2 - Representação midiática da rainha de bateria na cobertura do carnaval.




Fonte: GSHOW (2026).

Por mais que frequentemente sejam alvos da mídia e das performances desejadas mediante o evento carnavalesco, as mulheres brasileiras reivindicam contra esse estigma. Conforme trabalhado por Souza (2025, p. 4) a participação das mulheres no carnaval brasileiro ultrapassa a representação tradicional associada à beleza e à sensualidade, destacando sua atuação em funções essenciais para a organização, preservação e desenvolvimento das escolas de samba. A autora argumenta que a mídia desempenha um papel significativo na construção e na

reprodução de estereótipos, especialmente ao enfatizar a imagem da mulher negra como símbolo de sensualidade durante o carnaval, o que contribui para a invisibilização de seu protagonismo em atividades de liderança, gestão e preservação cultural. Dessa forma, o estudo realizado pela autora demonstra que, apesar dessas representações estigmatizadas, as mulheres exercem papéis fundamentais na transmissão de saberes, na organização das agremiações e na manutenção das tradições carnavalescas, reforçando o carnaval como um espaço de resistência e valorização da cultura afro-brasileira.

## Os megaeventos, a mídia e o turismo

Como megaeventos, consideramos eventos de grande porte, realizados periodicamente, que atraem populações e visitantes de diferentes localidades, mobilizando agentes econômicos e políticos, e reconfigurando o espaço urbano para sua realização, conforme discutido por Mascarenhas (2014). Embora o conceito tenha sido desenvolvido principalmente a partir dos megaeventos esportivos, compreendemos que sua lógica também se manifesta nos grandes eventos musicais e culturais, sobretudo pela articulação entre espetáculo, visibilidade, turismo, mobilização de fluxos e produção de legados, incorporando a cultura às estratégias de valorização territorial e dinamização econômica.

A mídia por sua vez, conforme De Farias e Agnelli Mesquita (2023), pelos meios de comunicação de massa tornou esses eventos ainda mais relevantes e influentes sob as perspectivas social e econômica. É o caso do desfile da Sapucaí, no Rio de Janeiro, um dos destinos mais buscados por turistas durante o período carnavalesco, dos trios elétricos de Salvador e, mais recentemente, do carnaval de Jujuy, na Argentina: em todos esses contextos, a festividade se aproxima da lógica dos megaeventos, ou ao menos passa a mimetizá-la.

Os megaeventos possuem um papel importante na intermediação das práticas culturais locais e das práticas turísticas. No carnaval brasileiro, o turismo é buscado principalmente pelo seu impacto midiático, pois o Brasil é representado por essa

festividade; já o papel da mídia da Quebrada de Humahuaca é aproximar os turistas do saber ancestral. A intensa movimentação turística, econômica e cultural durante o período carnavalesco evidencia sua relevância como fenômeno socioespacial, mobilizando setores como hotelaria, transporte aéreo, mobilidade urbana e alimentação. Contudo, observa-se que, no caso brasileiro, uma festividade historicamente popular passa a ser progressivamente atravessada por lógicas associadas ao neoliberalismo, nas quais a exclusividade se torna um elemento central de distinção e consumo. Nesse sentido, a proliferação de camarotes e eventos privados revela a incorporação de dinâmicas seletivas que reconfiguram o acesso e a experiência do carnaval.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2026), o Carnaval de 2026 movimentou R$ 14,48 bilhões em receitas no setor turístico brasileiro. A estimativa representava um crescimento real de 3,8% em relação ao ano anterior, descontada a inflação, e previa a criação de cerca de 39,2 mil empregos temporários, reforçando a importância econômica da festividade para o turismo e os serviços no país.

Em comparação com o carnaval da Quebrada de Humahuaca, cuja dinâmica ainda se apoia fortemente nas práticas culturais e religiosas da comunidade local, alguns carnavais brasileiros passaram por processos mais intensos de espetacularização e turistificação, nos quais determinadas tradições são adaptadas às demandas do mercado e da visualidade turística, podendo alterar seus significados originais. Embora ambos os contextos contem com expressiva atuação do Estado na promoção turística dos eventos, sua forma de intervenção apresenta diferenças significativas. Nos grandes carnavais brasileiros, a ação estatal frequentemente se articula a interesses do mercado e ao financiamento de grandes estruturas voltadas à consolidação das cidades-vitrine. Na Quebrada de Humahuaca, por sua vez, o poder público desempenha papel relevante na divulgação e valorização do carnaval, mas a organização e a

continuidade da festa permanecem fortemente vinculadas às comunidades locais, às comparsas e às práticas culturais e religiosas que lhe conferem identidade. Portanto, o Estado pode promover intensamente um evento sem ser o principal responsável por sua produção cultural. A diferença está na governança do evento e no protagonismo das comunidades locais.

Compreendendo sua relevância cultural e simbólica, o carnaval da Quebrada de Humahuaca também se destaca por sua expressiva contribuição para a economia do turismo na província de Jujuy. De acordo com dados oficiais do Governo de Jujuy, a edição de 2026 recebeu 45.715 turistas, registrou 130.719 pernoites e gerou um impacto econômico superior a AR$ 16,18 bilhões. Na Quebrada de Humahuaca, principal área de realização das festividades, a taxa de ocupação hoteleira aproximou-se de 98%, alcançando 98,9% em Tilcara e 98,2% em Purmamarca (Gobierno de Jujuy, 2026; Dirección Provincial de Estadísticas y Censos, 2026). A partir desses indicadores, compreende-se que o carnaval constitui não apenas uma manifestação cultural de forte identidade territorial, mas também um importante vetor de dinamização econômica, impulsionando os setores de hospedagem, alimentação, transporte, comércio e demais serviços vinculados à atividade turística.

Além dos indicadores econômicos, o crescimento do turismo carnavalesco na Quebrada de Humahuaca também produz efeitos sobre o território e o meio ambiente, dimensão central do projeto de pesquisa que origina este ensaio. Desde que a região foi reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural, em 2003, intensificaram-se processos de patrimonialização e turistificação que, segundo Mancini e Tommei (2023, p. 302-303), têm gerado conflitos territoriais crescentes, associados à valorização imobiliária acelerada e à pressão sobre um hábitat cada vez mais vulnerável a desastres naturais e à deterioração da paisagem. Nessa mesma direção, Troncoso (2013, p. 172-176) descreve um processo de "estetização" da Quebrada voltado ao consumo turístico, no qual construções, cores e

paisagens passam a ser adequadas a um repertório estético valorizado pelo mercado, o que tensiona a relação entre a preservação do patrimônio cultural e sua exploração como atrativo.

No que se refere especificamente ao período carnavalesco, o poder público de Jujuy tem direcionado esforços para mitigar impactos ambientais pontuais, sobretudo ligados à geração de resíduos por parte do grande fluxo de visitantes: campanhas como o "Carnaval Sustentável" buscam reduzir o uso de descartáveis e orientar turistas a levarem consigo o lixo produzido durante a festa (Jujuy, 2026). Fiscalizações realizadas em oito localidades da Quebrada após o carnaval de 2026 não identificaram impactos ambientais significativos ou persistentes, embora tenha sido registrado dano parcial em um exemplar arbóreo, indicando que, ainda que administrado pelo poder público, o expressivo aumento do fluxo turístico durante o carnaval segue representando um desafio de gestão ambiental para a região.

Por fim, compreende-se que ambas as festividades são singulares e proporcionam vivências distintas aos sujeitos envolvidos. Entretanto, o papel desempenhado pela mídia em cada contexto evidencia formas diferenciadas de produção e difusão de sentidos, seja pela espetacularização e mercantilização, seja pela valorização de vínculos culturais e ancestrais.

## Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Carnaval 2026**. Rio de Janeiro: CNC, jan. 2026. Disponível em: https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2026/01/ Carnaval_2026.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026.

DE FARIAS, Luiz Alberto; AGNELLI MESQUITA, Flavio. Por que um evento é mega: a falta de consenso acerca do significado de "eventos" e "megaeventos esportivos". **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, e42788, 2023. DOI: 10.15448/1980-3729.2023.1.42788. Disponível em: https://revistaseletronicas. pucrs.br/revistafamecos/article/view/42788. Acesso em: 16 jul. 2026.

DIRECCIÓN PROVINCIAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (DIPEC). **Encuesta de Ocupación Hotelera (EOH)**. San Salvador de Jujuy, 2026. Disponível em: https://dipec.jujuy.gob.ar/indicadores-economicos/turismo /eoh/. Acesso em: 15 jul. 2026.

GSHOW. **Virginia estreia como rainha de bateria sob holofotes, gritos e olhares de Paolla Oliveira**. Rio de Janeiro: Globo, 2026. Disponível em: https://gshow.globo.com/carnaval/2026/noticia/virginia-estreia-como-rainha-de-bateria-sob-holofotes-gritos-e-olhares-de-paolla-oliveira.ghtml. Acesso em: 20 jul. 2026.

JUJUY (Província). Gobierno de Jujuy. **Carnaval 2026: Jujuy, más de 45 mil turistas y ocupación hotelera cercana al 100%**. San Salvador de Jujuy, 2026. Disponível em: https://prensa. jujuy.gob.ar/carnaval/carnaval-2026-jujuy-mas-45-mil-turistas-y-ocupacion-hotelera-cercana-al-100-n122658. Acesso em: 15 jul. 2026.

JUJUY (Província). Ministerio de Ambiente y Cambio Climático. **Quebrada de Humahuaca: control de residuos en espacios públicos después de Carnaval**. San Salvador de Jujuy, 2026. Disponível em: https://prensa.jujuy.gob.ar/quebrada-humahuaca/quebrada-humahuaca-control-residuos-espacios-publicos-despues-carnaval-n122769. Acesso em: 20 jul. 2026.

MANCINI, Clara Elisa; TOMMEI, Constanza Inés. Veinte años de Patrimonio Mundial UNESCO: una mirada sobre los conflictos territoriales de la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina). **Estudios Socioterritoriales: Revista de Geografía**, n. 34, p. 285-310, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.37838/unicen /est.34-166. Acesso em: 20 jul. 2026.

MASCARENHAS, **Gilmar**. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. S52-S65, nov. 2014.

ORIGON SILVA, Victoria Elizabeth. El carnaval en la Quebrada de Humahuaca: su potencial como atractivo turístico. **Palermo Business Review**, Buenos Aires, edição especial, 2015. Disponível em: https://www.palermo.edu/economicas/cbrs/pdf/ed-turismo/PBR_EdEspecial_05.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

PINTO, Danilo Corrêa. **Corpo, discursos e carnaval: imagens do corpo feminino no desfile de escolas de samba do carnaval carioca**. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/ 123456789/15445. Acesso em: 24 mar. 2026.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SILVA, Alberto Bomfim da; FARIAS, Edson. A construção da autonomia feminina negra nas ousadias da carnavalização. **Aedos**, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 258-283, dez. 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/download/94632/56716/0. Acesso em: 17 jul. 2026.

SOUZA, Isabel Cristina Costa de. A participação da mulher no carnaval: representações, estigmas e resistências. **International Integralize Scientific**, v. 5, n. 49, jul. 2025. ISSN 3085-654X.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. La estetización de la Quebrada de Humahuaca (Jujuy, Argentina): turismo, patrimonio y adecuaciones del lugar para el consumo turístico. **Ería: Revista Cuatrimestral de Geografía**, n. 91, p. 167-181, 2013. Disponível em: https://reunido.uniovi.es/index.php/RCG/article/view/9996. Acesso em: 20 jul. 2026.

# TEJER UNIVERSIDAD PÚBLICA EN TIEMPOS COMPLEJOS. PRÁCTICAS DE EXTENSIÓN Y CONSTRUCCIÓN COLECTIVA DESDE TILCARA, PROVINCIA DE JUJUY – ARGENTINA

*María del Rosario Dassen*

## Introducción

Este capítulo propone revisar retrospectivamente la trayectoria del Área de Extensión del Centro Universitario Tilcara (CUT), sede de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA), en la provincia de Jujuy, Argentina, desde 2010 hasta la actualidad. No se presenta como el relato de un modelo acabado ni como una enumeración de resultados exitosos, sino como la reconstrucción de un proceso institucional atravesado por continuidades, interrupciones, decisiones revisadas, dificultades y aprendizajes. El interés principal es describir cómo actividades inicialmente dispersas fueron adquiriendo continuidad hasta conformar líneas de trabajo que hoy permiten reconocer problemas recurrentes, recuperar experiencias previas y articular recursos con una mayor capacidad institucional.

La presencia de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA en Tilcara se remonta a comienzos del siglo XX y estuvo inicialmente vinculada con las investigaciones arqueológicas en el Pucará, la conformación del Museo Arqueológico y Antropológico y, posteriormente, la creación del Jardín Botánico de Altura, las Quintas y el Instituto Interdisciplinario Tilcara. En la actualidad, el Centro Universitario Tilcara constituye la estructura institucional más amplia que integra estos espacios junto con la Reserva y el Laboratorio Arqueológico, la Biblioteca, la Residencia Universitaria y las áreas de investigación, formación, extensión y comunicación.

El Instituto Interdisciplinario Tilcara, creado en 1972, forma parte de esta estructura y continúa siendo su principal ámbito de investigación.

Esta densidad histórica, científica, patrimonial y material conformó la plataforma desde la cual el Área de Extensión comenzó a desarrollar su trabajo en 2010. Al mismo tiempo, ese desarrollo requiere una lectura crítica. Las primeras prácticas científicas y patrimoniales estuvieron atravesadas por concepciones que privilegiaban la autoridad del saber experto y tendían a separar los objetos arqueológicos y naturales de las poblaciones contemporáneas. La trayectoria más reciente del CUT puede leerse como un proceso todavía abierto de revisión de esas relaciones, en el que la extensión fue adquiriendo un papel específico para vincular las capacidades institucionales con problemas, conocimientos y actores de la Quebrada de Humahuaca y la Puna.

La reconstrucción se apoya en informes institucionales, documentos de proyectos, convenios, registros de actividades y materiales elaborados por el Área y por los equipos con los que se articuló. También incorpora resultados y sistematizaciones del Observatorio de Conflictos Socioambientales de Quebrada y Puna de Jujuy (OCSA), utilizados como fuentes para interpretar las transformaciones territoriales de los últimos años. No se busca evaluar cada experiencia mediante indicadores cerrados, sino analizar cómo se formularon las demandas, qué relaciones se construyeron, cuáles fueron los límites de las respuestas y de qué manera esas experiencias modificaron la propia forma de entender la extensión universitaria.

El capítulo se organiza en siete apartados. Luego de esta presentación del CUT, se reconstruye el desarrollo de una manera de hacer extensión que pasó de respuestas aisladas a líneas de trabajo con mayor continuidad. A continuación, se exponen algunos aprendizajes transversales construidos durante estos dieciséis años: la importancia de la universidad pública en los territorios, la comprensión relacional del territorio, la centralidad

de las mujeres indígenas y campesinas, las tensiones del turismo y el patrimonio y la creciente conflictividad socioambiental de la región. Posteriormente, se desarrollan las tres líneas de trabajo principales: conflictos socioambientales y defensa territorial; patrimonio, turismo y comunicación pública de la ciencia; y soberanía alimentaria y diversidad biocultural. Finalmente, se analizan dos momentos que obligaron a revisar las prácticas, se señalan los límites de una extensión crítica todavía en construcción y se presentan las conclusiones.

## La extensión crítica como horizonte de trabajo

La extensión universitaria ha sido entendida con frecuencia como una función —junto con la docencia y la investigación— mediante la cual la universidad transfiere a la sociedad conocimientos producidos previamente en sus aulas, laboratorios e institutos. Desde esa perspectiva, la relación se organiza entre una institución que dispone del saber y determinados grupos que lo reciben. La extensión crítica cuestiona esa dirección unilateral y propone pensar el vínculo como una práctica situada de cooperación, diálogo y producción compartida de conocimientos (Medina; Tommasino, 2018; Petz, 2023).

El recorrido del Área no comenzó, sin embargo, con una definición acabada de esta perspectiva. Durante los primeros años coexistieron actividades formuladas desde la universidad —a partir de problemas o necesidades identificados por sus equipos— con solicitudes planteadas por organizaciones, comunidades e instituciones de la región. Muchas de estas acciones consistían en cursos, charlas o gestiones puntuales y no siempre se encontraban relacionadas entre sí. La práctica fue mostrando tanto la utilidad de esas respuestas como sus límites: una actividad aislada podía resolver una necesidad inmediata, pero difícilmente alcanzaba para abordar problemas persistentes o para sostener relaciones de trabajo a mediano plazo.

Con el tiempo, una parte creciente de las iniciativas comenzó a originarse en situaciones formuladas por comunidades

indígenas, organizaciones campesinas, instituciones educativas y sanitarias, artesanas, trabajadoras y trabajadores del turismo, familias productoras y organismos públicos. La demanda dejó de ser tratada como un dato simple. Una solicitud de capacitación podía expresar también la necesidad de sostener una fuente de trabajo, obtener una certificación, defender un territorio o lograr reconocimiento institucional. Construir una respuesta exigía comprender el contexto, identificar los recursos disponibles, delimitar aquello que la universidad podía aportar y reconocer también lo que excedía sus capacidades.

Estas situaciones rara vez podían abordarse desde una sola disciplina. Una demanda vinculada con el turismo podía involucrar patrimonio, historia regional, derechos indígenas y cuestiones ambientales. Una iniciativa sobre semillas podía articular alimentación, agua, salud, educación y dificultades para la comercialización de los productos agrícolas. Del mismo modo, un conflicto socioambiental podía requerir aportes jurídicos, investigación, comunicación pública y herramientas organizativas. La complejidad de los problemas llevó a relacionar saberes y recursos que dentro de los espacios universitarios suelen permanecer fragmentados.

En ese proceso se pusieron en juego espacios, equipos técnicos, conocimientos científicos, capacidades de formación, posibilidades de certificación, redes académicas, herramientas administrativas y vínculos con otras unidades universitarias. Estos recursos se encontraron con conocimientos productivos, memorias, experiencias de organización y capacidades comunitarias y locales. El encuentro no fue necesariamente horizontal: la universidad dispone de legitimidades, lenguajes y posibilidades administrativas que no se distribuyen de la misma manera entre todos los actores. Reconocer esas asimetrías fue parte del aprendizaje y continúa siendo una exigencia para evitar prácticas paternalistas, extractivas o subordinantes.

La reiteración de problemas y vínculos permitió que algunas actividades dejaran de ser episodios aislados y

comenzaran a organizarse en líneas de trabajo. La acumulación de registros, alianzas, procedimientos y conocimientos sobre el territorio generó una mayor capacidad para identificar a qué equipos recurrir, qué instituciones convocar, qué recursos podían movilizarse y cuáles eran los límites de cada intervención. Esto hizo posibles respuestas en algunos casos más rápidas y articuladas, aunque no garantizó su eficacia ni eliminó la dependencia de financiamientos discontinuos, decisiones administrativas o esfuerzos personales.

La extensión crítica se entiende aquí, por lo tanto, como un horizonte y no como una condición ya alcanzada. Su carácter integral supone relacionar extensión, docencia, investigación, gestión y comunicación, pero esa articulación no ocurre de manera automática. El recorrido del Área puede leerse como un desplazamiento progresivo desde acciones concebidas principalmente como puentes entre universidad y sociedad hacia la participación en tramas territoriales más amplias. Se trata de un proceso incompleto, que conserva contradicciones y requiere revisar de manera constante quién define los problemas, qué conocimientos son reconocidos y qué efectos producen las acciones.

## Aprendizajes transversales construidos en el recorrido

A lo largo de estos dieciséis años, algunas cuestiones que no habían sido formuladas inicialmente como ejes del Área fueron adquiriendo un lugar central en el territorio donde se desarrolló el trabajo. No surgieron de una definición teórica previa, sino de la reiteración de demandas, de las dificultades encontradas y de los vínculos entre experiencias que al comienzo parecían separadas. Entre ellas se encuentran la relevancia de la universidad pública como presencia territorial, el carácter relacional del territorio, la centralidad de las mujeres indígenas y campesinas, la intensificación de las conflictividades sociales y ambientales y el turismo como eje ordenador de transformaciones territoriales, económicas, sociales, políticas e identitarias de la Quebrada de

Humahuaca. Su importancia se expresa tanto en la organización del mercado de trabajo como en las disputas por la tierra, el agua, los servicios, el patrimonio y los sentidos atribuidos al desarrollo (Troncoso, 2012).

### *La universidad pública como presencia territorial*

La existencia de una sede de la Universidad de Buenos Aires en la Quebrada de Humahuaca –en una región donde también se encuentra la Universidad Nacional de Jujuy– no equivale únicamente a disponer de edificios, colecciones, equipos académicos o posibilidades de certificación. Su importancia se relaciona con la continuidad de una presencia capaz de acumular conocimiento institucional, sostener relaciones y poner recursos públicos en contacto con problemas formulados en la región. La cercanía, en este sentido, no es solo geográfica: se construye mediante la participación en procesos locales y la posibilidad de articular capacidades que, de otro modo, permanecerían concentradas en centros metropolitanos.

La extensión no corrige por sí sola esas relaciones, pero ofrece un espacio desde el cual pueden hacerse visibles y discutirse. Su aporte reside menos en representar a la universidad como solución que en examinar de qué manera sus recursos, reglas y legitimidades intervienen en situaciones concretas.

La crisis presupuestaria de la universidad pública, en la actualidad, vuelve más compleja esta capacidad territorial. Las restricciones afectan la continuidad de equipos, traslados, actividades gratuitas, investigaciones y procesos que requieren tiempo. Por ello, la defensa de la universidad pública en los territorios no remite solamente a la permanencia de una institución, sino a las condiciones materiales que hacen posible producir conocimiento, formar, comunicar y relacionarse con actores que enfrentan mayores barreras geográficas, económicas e institucionales.

### *El territorio como trama relacional y campo de disputa*

La noción de territorio que fue adquiriendo relevancia en estas experiencias no se limita a una superficie geográfica, una jurisdicción administrativa o un conjunto de recursos disponibles. Se tiene en cuenta que, en diversos contextos andinos, el territorio puede comprenderse como una trama histórica de relaciones entre personas, comunidades, memorias, prácticas productivas, aguas, cerros, animales, cultivos, caminos, lugares significativos y antepasados. Sus dimensiones materiales, sociales, económicas, ecológicas, políticas, afectivas y espirituales no aparecen necesariamente separadas, sino como vínculos mediante los cuales se produce y reproduce la vida (De Munter, 2016; Escobar, 2015; De la Cadena, 2020).

Esta perspectiva permite comprender que el territorio no es un escenario exterior donde transcurre la vida comunitaria. Se vive y se transforma mediante prácticas concretas como sembrar, criar animales, cuidar una vertiente, recorrer caminos, preparar alimentos, realizar ofrendas o mantener relaciones con determinados lugares. La noción de cosmopraxis resulta útil porque desplaza la atención desde una supuesta representación cultural uniforme hacia las prácticas mediante las cuales se sostienen relaciones entre seres humanos y no humanos.

Desde esta mirada, los conflictos territoriales no afectan componentes aislados. La contaminación de una fuente de agua, la intervención de un cerro, el cierre de un camino o la fragmentación de tierras comunitarias alteran al mismo tiempo condiciones de producción, memorias, vínculos sociales, prácticas culturales y posibilidades de permanencia. Esto ayuda a comprender por qué las demandas vinculadas con minería, turismo, patrimonio, semillas o alimentación son vividas de manera integral y difícilmente pueden ser abordadas mediante iniciativas fragmentadas.

Esta formulación no supone afirmar la existencia de una única y homogénea cosmovisión andina. Las formas relacionales de habitar el territorio se construyen en contextos específicos y se

encuentran atravesadas por desigualdades, intercambios, migraciones y transformaciones históricas. Su valor para este capítulo reside en mostrar que muchos conflictos no enfrentan solamente intereses distintos sobre un mismo espacio, sino también maneras diferentes de definir qué es el territorio y qué relaciones deben ser reconocidas. En consecuencia, las respuestas institucionales requieren considerar esa complejidad.

### *Mujeres indígenas y campesinas: trabajo, organización y reproducción de la vida*

Gran parte de las demandas y articulaciones desarrolladas por el Área ha tenido como interlocutoras a mujeres vinculadas con comunidades indígenas, organizaciones campesinas, cooperativas, escuelas, instituciones sanitarias, la producción artesanal, la gastronomía, la agricultura y los servicios turísticos. Con frecuencia, fueron ellas quienes iniciaron e inician los contactos, organizaron la participación, sostuvieron las reuniones y formularon problemas colectivos. Esta presencia sostenida las convirtió en interlocutoras centrales de las prácticas de extensión.

Sus trayectorias, posiciones y condiciones materiales son diversas. Una misma interlocutora puede ser, al mismo tiempo, productora, artesana, integrante de una comunidad, trabajadora del turismo, cocinera, docente o referente sanitaria. Estas actividades se articulan como parte de estrategias familiares y comunitarias. Su participación predominante expresa también una distribución desigual del trabajo. Cuando se deterioran los servicios públicos, se pierden fuentes laborales o aumenta la presión sobre el agua y la tierra, una parte considerable de las tareas necesarias para sostener la vida cotidiana y las organizaciones recae sobre ellas, muchas veces sin reconocimiento económico, institucional o político.

Las experiencias del Área permitieron advertir que las mujeres articulan dimensiones que las políticas sectoriales suelen abordar por separado. Las preocupaciones por el agua se relacionan con la alimentación, la salud, los animales y la

producción; la defensa del territorio, con las posibilidades de trabajo y permanencia; la conservación de semillas, con conocimientos agronómicos, culinarios, identitarios y comunitarios; y el turismo, con el patrimonio, la producción artesanal y la economía familiar, entre otros.

### *Turismo y patrimonio como entramado social y conflictivo*

El turismo constituye uno de los principales ejes productivos y ordenadores de la Quebrada de Humahuaca y, por ello, atraviesa buena parte de las experiencias desarrolladas por el Área.

Su presencia se reconoce también en la producción artesanal, los alimentos regionales, los relatos sobre el pasado, las disputas por el patrimonio, las transformaciones del paisaje y las condiciones del mercado de trabajo.

La declaración de la Quebrada de Humahuaca como Patrimonio Mundial en 2003 reforzó su posicionamiento turístico y aceleró procesos de valorización cultural, económica e inmobiliaria. La patrimonialización no se limitó a reconocer bienes preexistentes, sino que privilegió determinadas imágenes, arquitecturas y relatos, mientras relegó aspectos contemporáneos, urbanos y conflictivos de la vida regional. De este modo, el patrimonio se convirtió en un campo de disputa en torno a quiénes pueden definirlo, representarlo, gestionarlo y beneficiarse de él.

Como señala Troncoso (2012), la expansión del turismo transformó no solo la economía regional y un mercado laboral marcado por la informalidad, la estacionalidad y la distribución desigual de los beneficios, sino también la materialidad de los pueblos, la planificación urbana, los servicios, las representaciones del patrimonio y las identidades locales. Al articular dinámicas locales con demandas globales de consumo cultural, el turismo contribuyó a redefinir la Quebrada como destino y como expresión de una "cultura viva", pero también intensificó conflictos por la tierra, el agua, la vivienda, el espacio público y el derecho a decidir sobre los relatos y los usos del territorio. En este sentido, no

constituye un sector aislado, sino una dimensión central para comprender las transformaciones sociales, políticas, económicas y territoriales de la región a las que se debía tener en cuenta e impulsaron muchas de las demandas al área de extensión.

### *Transformaciones políticas y conflictividades socioambientales*

Por otro lado, las actividades del Área fueron desarrollándose en un contexto regional cada vez más conflictivo. La expansión de proyectos mineros —especialmente vinculados con el litio—, las grandes obras de infraestructura, la valorización inmobiliaria y determinadas formas de explotación turística del paisaje profundizaron las disputas por el agua, la tierra, los derechos indígenas y las posibilidades de permanencia. Estos procesos pueden inscribirse en el denominado consenso de los commodities, que presenta la ampliación de las fronteras extractivas como condición necesaria para el desarrollo, aun cuando sus costos sociales, ambientales y territoriales se distribuyen de manera desigual (Svampa, 2013).

Los resultados producidos por el Observatorio de Conflictos Socioambientales de Quebrada y Puna de Jujuy (OCSA QyP), coordinado desde el Área de Extensión, muestran la complejidad de estos conflictos mucho más allá de la minería. Se entrelazan con desalojos, restricciones de paso, obras inconsultas, contaminación, proyectos energéticos, emprendimientos turísticos, venta y apropiación de tierras y dificultades para acceder a información ambiental y a la justicia. El agua aparece como un elemento articulador porque su escasez, contaminación o apropiación afecta simultáneamente el consumo humano, la producción agrícola y pastoril, la salud, los ecosistemas y el turismo (Observatorio de Conflictos Socioambientales de Quebrada y Puna de Jujuy, 2026).

La reforma constitucional de Jujuy de 2023 profundizó gran parte de estas tensiones y otorgó un marco de legalidad formal, fuertemente cuestionado en su legitimidad, a políticas

vinculadas con el uso de la tierra, los recursos naturales y la regulación de la protesta. La ausencia de mecanismos adecuados de consulta a los pueblos indígenas, la rapidez del procedimiento y la respuesta represiva frente a las movilizaciones hicieron visible que las decisiones económicas se sostienen también mediante dispositivos políticos y jurídicos. Esta coyuntura atravesó el trabajo universitario: modificó el sentido de las demandas, condicionó las posibilidades de intervención e interpeló la posición pública de una institución que mantiene relaciones con las comunidades afectadas.

## Mujeres, turismo y territorios: experiencias e interlocuciones que construyen la agenda

Las actividades desarrolladas durante estos años fueron numerosas y heterogéneas. Su organización retrospectiva en tres líneas no busca presentar programas homogéneos ni una planificación definida desde el comienzo, sino reconocer problemas que reaparecieron, relaciones que lograron sostenerse y capacidades que se fueron acumulando. Esta trayectoria permitió elaborar algunas respuestas de manera más articulada, con una rapidez mayor y una continuidad sostenida. Las líneas se intersectan en torno al agua, el trabajo, el patrimonio, la alimentación, los derechos y las posibilidades de permanencia; en todas ellas, las mujeres indígenas y campesinas, el turismo y el territorio operan como ejes transversales.

### *Conflictos socioambientales y defensa territorial*

Las acciones vinculadas con el ambiente comenzaron con charlas, cursos, talleres y articulaciones sobre riesgos, emergencias, residuos, agua y problemáticas productivas. Sin embargo, fue especialmente a partir de 2017, ante el avance de proyectos mineros en la región, cuando distintas comunidades y poblaciones locales comenzaron a movilizarse, reunirse y buscar información que permitiera comprender con mayor claridad las transformaciones que estaban ocurriendo.

En ese contexto, el Centro Universitario Tilcara organizó una charla sobre salud ambiental. A partir de ese encuentro surgió, como iniciativa colectiva, la propuesta de conformar el Observatorio de Conflictos Socioambientales de Quebrada y Puna de Jujuy (OCSA QyP), coordinado desde el área de Extensión de la sede Tilcara de FFyL-UBA. Su creación respondió a la necesidad de registrar, sistematizar y hacer visibles conflictividades que hasta entonces se percibían de manera fragmentada, con el propósito de reconstruir un panorama regional que permitiera comprenderlas en relación con el modelo de desarrollo y las políticas implementadas en el territorio.

El Observatorio inició así un recorrido integrado mayoritariamente por mujeres, profesionales e integrantes de comunidades indígenas en su mayoría. Se constituyó como una herramienta de articulación entre la producción de conocimientos, el enfoque de derechos y el análisis de las políticas públicas. Mediante informes, fichas y cartografías de acceso público, buscó reunir información dispersa, relacionar casos, producir análisis sobre la complejidad de los conflictos y generar una base común para el seguimiento, la reflexión, la participación social y el debate público.

El primer informe relevó problemáticas ocurridas entre 2014 y 2019 y organizó el análisis en torno a cinco ejes: minería, agua, basurales, plaguicidas y territorio. Además, permitió reconocer el carácter transversal del agua, la salud ambiental y las condiciones territoriales. Más que presentar una suma de acontecimientos aislados, el trabajo procuró identificar relaciones entre los casos y comprender sus causas, efectos y actores involucrados.

El Segundo Informe del OCSA QyP actualizó y amplió ese relevamiento para el período 2019-2025. Identificó nuevos conflictos, incorporó fuentes documentales, acciones colectivas y dimensiones de análisis. Mientras el primer informe funcionó como una base inicial de sistematización y mapeo, el segundo permitió reconocer continuidades, transformaciones y una

creciente complejidad de la conflictividad socioambiental en la Quebrada y la Puna. A los problemas relacionados con el agua, la minería, el territorio y la gestión de residuos se sumaron los de gestión de incendios, proyectos energéticos y una dimensión jurídico-política orientada a analizar los procesos normativos, judiciales, represivos e institucionales que atraviesan las disputas.

Los resultados de ambos informes también permitieron advertir la centralidad de las mujeres en las denuncias, las formas de organización y las respuestas frente al avance de proyectos extractivos. Sus intervenciones muestran que el agua, la salud, la memoria y el territorio no constituyen asuntos separados, sino dimensiones vinculadas con las condiciones concretas de reproducción de la vida.

En esta línea, el Área articuló con el grupo Mujeres Defensoras del Hábitat Natural, de las comunidades de Casa Grande, Vizcarra y El Portillo, en la Puna jujeña. El trabajo incluyó la sistematización y comunicación de sus acciones mediante el programa de podcasts desarrollado por el Área, así como la colaboración en iniciativas de reforestación con queñua y proyectos vinculados con la soberanía alimentaria. Estas experiencias permitieron relacionar la producción de información con prácticas comunitarias de cuidado, recuperación ambiental y defensa territorial.

También resulta significativa la participación en el OCSA QyP de integrantes de la comunidad Cueva del Inca de Tilcara, que ha sostenido distintas acciones de resistencia frente a intervenciones del gobierno provincial, el municipio y actores particulares sobre sus territorios. Su participación aportó conocimientos construidos desde la experiencia directa de los conflictos y permitió incorporar al trabajo del Observatorio las perspectivas de quienes se encuentran involucrados en esas disputas.

Otra iniciativa fue la producción de materiales audiovisuales sobre acciones de denuncia y experiencias organizativas de comunidades de la Quebrada y la Puna. En el

marco de la actividad denominada Mesa de Luchas por el Agua y los Territorios, se registraron y difundieron testimonios destinados a visibilizar diferentes conflictos y formas de organización comunitaria. Los podcasts y videos se encuentran disponibles en el canal de YouTube del CUT, mientras que los informes y otros materiales se difunden mediante la página institucional del Centro y los espacios de comunicación del OCSA.

### *Patrimonio, turismo y comunicación pública de la ciencia*

Esta línea se fue construyendo a partir del trabajo conjunto con equipos del Instituto Interdisciplinario Tilcara y con actores vinculados con la educación, el patrimonio y el turismo. Entre ellos se encuentran el Instituto de Educación Superior N.° 2 (IES N.° 2), estudiantes de las tecnicaturas en Turismo y Hotelería y Museología, y del profesorado de Historia, guías de turismo independientes y guías pertenecientes a comunidades de la Quebrada. Estas articulaciones se desarrollaron a partir de cursos de formación y actividades sobre las temáticas de los investigadores del IIT y especialistas convocados: arqueología, historia regional, museos, biodiversidad, caminos andinos, artesanías y turismo rural. Con cierta continuidad anual, estas propuestas buscaron aportar a la actualización de quienes trabajan, enseñan o se forman en esos campos.

La línea se apoya en capacidades históricas del CUT, pero también permite revisar los modos en que la universidad produjo, conservó y comunicó conocimientos sobre la región. Las propuestas no estuvieron libres de contradicciones. Algunas fueron concebidas inicialmente desde la universidad y luego se ajustaron durante su desarrollo; otras surgieron de solicitudes realizadas por comunidades, guías, instituciones educativas u organizaciones. La reiteración de estas experiencias permitió advertir que los pedidos de formación combinaban necesidades laborales, exigencias administrativas, búsqueda de reconocimientos formales y discusiones acerca de quiénes están

legitimados para hablar sobre el patrimonio y representar el territorio.

Una de las experiencias más significativas se desarrolló en 2025 con la comunidad de Santuario de Tres Pozos y otras comunidades de la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc. Ante la necesidad de acreditar una formación turística requerida por el gobierno provincial, que exigía una acreditación en formación en patrimonio y turismo, por un organismo público para continuar sus trabajos como guías en sus territorios, la comunidad recurrió al Instituto Interdisciplinario Tilcara. En articulación con el Área de Extensión, se organizó una propuesta de capacitación sobre historia regional, patrimonio y turismo, que posteriormente fue encuadrada mediante un acuerdo entre la Facultad y la comunidad y la posterior resolución que lo avalara formalmente.

La actividad respondió a una necesidad concreta, pero también puso de manifiesto una tensión: las comunidades debían certificar formalmente conocimientos sobre recorridos, historias, transformaciones ambientales y modos de habitar que ya formaban parte de su experiencia. La universidad aportó contenidos, recursos docentes y certificación; al mismo tiempo, el proceso obligó a revisar el supuesto de que la formación consistía en transmitir un saber inexistente en el territorio.

Esta tensión adquiere mayor relevancia en comunidades que trabajan con visitantes y, simultáneamente, defienden el agua frente al avance de la minería de litio. En esos casos, el turismo puede constituir una alternativa económica, pero también queda condicionado por decisiones externas, exigencias administrativas y conflictos en torno a los bienes comunes. Las actividades formativas no pueden desvincularse de ese contexto ni presentarse como respuestas autónomas frente a problemas de carácter estructural.

La comunicación pública de la ciencia amplió esta línea mediante cursos virtuales, materiales audiovisuales, canales digitales y, especialmente, un programa de podcasts orientado a

públicos no especializados. Este formato permitió reunir y difundir contenidos sobre historia regional, patrimonio, ambiente, biodiversidad y problemáticas contemporáneas de la Quebrada y la Puna, generando materiales de consulta útiles para guías de turismo, docentes, estudiantes y habitantes de la región. Al incorporar testimonios, relatos locales y experiencias comunitarias, los podcasts no solo acercaron investigaciones producidas en el ámbito universitario, sino que también contribuyeron a visibilizar conflictos por el agua y el territorio, formas de organización colectiva y el protagonismo de las mujeres indígenas y campesinas. Estas experiencias mostraron que comunicar no consiste únicamente en simplificar resultados terminados: la elección de los temas, el lenguaje utilizado, las voces que se incorporan y la relación entre las investigaciones y los problemas actuales también transforman las preguntas y los modos de producir y compartir conocimiento.

Este trabajo abrió, además, la posibilidad de revisar relatos institucionales y poner en diálogo pasado y presente. En una institución cuya historia se encuentra estrechamente ligada a la arqueología y al patrimonio, esta revisión implica preguntarse quiénes hablan, qué temporalidades se representan y de qué manera las poblaciones contemporáneas aparecen —o quedan ausentes— en las narraciones sobre la región.

### *Soberanía alimentaria y diversidad biocultural*

Esta línea comenzó a consolidarse en 2018, a partir del trabajo conjunto entre la sede Tilcara de FFyL-UBA y la Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires (FAUBA) para recuperar, multiplicar y conservar una colección de más de veinte variedades de maíces nativos del Noroeste argentino. Las semillas, estudiadas originalmente por Julián Cámara Hernández y conservadas en la FAUBA, comenzaron a reproducirse en las parcelas de las Quintas del CUT mediante tareas de manejo agronómico, aislamiento y polinización controlada. En un primer

momento, el propósito estuvo centrado en evitar la pérdida de las variedades y aumentar la disponibilidad de semillas.

Sin embargo, el proyecto trascendió progresivamente ese objetivo inicial. A medida que las semillas multiplicadas en parcelas experimentales al pie del Pucará de Tilcara, el trabajo con las familias productoras y antiguas guardianas de semillas de la Quebrada de Humahuaca, hicieron visibles otras dimensiones significativas y complejas: las condiciones de riego y de producción, los conocimientos locales sobre cultivo y selección, las formas de intercambio, los usos alimentarios, las posibilidades de comercialización y el valor cultural de los maíces, las problemáticas climáticas y de presencia en el campo. La conservación dejó así de entenderse únicamente como una tarea técnica para ser pensada como un proceso territorial que relaciona biodiversidad, soberanía alimentaria, nutrición, memoria, trabajo y autonomía productiva.

El Programa fue ampliando sus articulaciones entre los trabajadores del CUT, equipos docentes y estudiantes de la FAUBA, familias agricultoras, la cooperativa Cauqueva, organismos vinculados con la agricultura familiar, la UPAJJ, el Grupo de Quinoeros, escuelas de la región, la Tecnicatura en Cocinas Regionales y Cultura Alimentaria del IES N.° 2 de Tumbaya, equipos de atención primaria del Hospital "Dr. Salvador Mazza", estudiantes, cocineras y cocineros, feriantes y emprendimientos gastronómicos. Estas vinculaciones no constituyen una red homogénea ni exenta de dificultades, pero permitieron que las preguntas sobre las semillas se extendieran hacia la educación, la salud, la nutrición, la gastronomía, la producción con valor agregado y el turismo.

Las mujeres siguen ocupan un lugar central en estas experiencias, en este caso como productoras, técnicas, docentes, cocineras, estudiantes, trabajadoras sanitarias, feriantes e integrantes de organizaciones. Sus aportes incluyen conocimientos sobre la selección y conservación de las semillas, las condiciones de cultivo, las preparaciones alimentarias, la organización de ferias y la construcción de circuitos de intercambio. Esta participación

involucra tareas productivas, técnicas, económicas y políticas desarrolladas, con frecuencia, en condiciones de desigual reconocimiento y junto con otras responsabilidades familiares y comunitarias.

El vínculo con el turismo se expresa especialmente en la gastronomía, las ferias y la valorización de productos elaborados con cultivos nativos. La incorporación de estos maíces a cocinas regionales puede contribuir a diversificar las oportunidades de trabajo, fortalecer la agricultura familiar y comunicar la historia biocultural de los alimentos. Al mismo tiempo, plantea interrogantes acerca del proceso de producción y comercialización a nivel local. Así como respecto de las posibilidades que puede representar la demanda turística para el fortalecimiento de La diversidad agrícola y las economías locales.

Las ferias Pueblos del Maíz, organizada desde el área con el fin de facilitar la comercialización de los productos agrícolas de los sectores con los que se trabaja dentro del Programa Maíces, se realiza anualmente. Junto con esta iniciativa que en 2026 va por su sexta edición, la distribución de semillas, las jornadas de formación, las charlas, los talleres, la elaboración de recetarios y la participación en encuentros académicos y productivos fueron creando espacios para intercambiar conocimientos y producir información de manera conjunta. También para su difusión se generó el micrositio del Programa: pueblosdelmaiz.uba.ar, que reúne parte de esta trayectoria, junto con materiales audiovisuales, publicaciones, recetarios e información sobre las variedades recuperadas.

En este recorrido, el proyecto dejó de ser concebido exclusivamente como una experiencia de multiplicación de germoplasma y comenzó a tomar la forma de una red en construcción. Las semillas de maíces nativos, funcionan como un punto de articulación entre actores diversos y permiten abordar, desde una experiencia concreta, problemas relacionados con el territorio, el agua, la pérdida de biodiversidad, la alimentación, la

salud, las oportunidades laborales y la continuidad de conocimientos y prácticas agrícolas locales.

## Dos momentos que obligaron a revisar la práctica

La trayectoria no fue lineal. Dos momentos alteraron de manera profunda las condiciones de trabajo y pusieron a prueba las relaciones construidas: la pandemia de COVID-19 y la intensificación de los conflictos territoriales en la provincia, especialmente a partir de la reforma de la Constitución de Jujuy, sancionada en junio de 2023. Ambos momentos mostraron capacidades acumuladas, pero también dependencias, fragilidades y límites institucionales.

Durante el Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio iniciado en marzo de 2020, organizaciones, cooperativas y comunidades perdieron la posibilidad de reunirse, circular y sostener actividades laborales. El Área recibió demandas no previstas en un contexto de urgencia. La crisis hizo visible la fragilidad de economías familiares vinculadas con el turismo, la producción artesanal y el trabajo informal, y mostró que las redes existentes podían activarse, aunque en condiciones desiguales.

El área de formación del Movimiento Nacional Campesino Indígena-Vía Campesina solicitó apoyo para sostener procesos educativos a distancia. A partir de relevamientos sobre conectividad, dispositivos y necesidades formativas, se organizaron actividades sobre tecnologías educativas y comunicación destinadas a referentes territoriales. La experiencia mostró que la brecha digital no consistía solamente en la falta de conexión, sino también en la necesidad de reconstruir formas de enseñar, encontrarse y producir materiales en contextos rurales.

Otra experiencia fue la confección de barbijos impulsada por equipos del CONICET, la UBA y la UNSAM. Desde Tilcara se identificaron unidades textiles de Maimará, Tilcara y La Quiaca, integradas en gran medida por mujeres cuyas fuentes de trabajo vinculadas con el turismo habían sido afectadas por el aislamiento.

Durante aproximadamente un año confeccionaron, comercializaron a precio social y donaron miles de barbijos. El proceso requirió acuerdos, traslado y control de materiales, registros y coordinación entre cooperativas y equipos universitarios.

Estas respuestas no constituyeron una nueva línea programática ya consolidada. Su interés para esta reconstrucción reside en que fueron posibles por la existencia de vínculos, conocimiento territorial y contactos institucionales previos que permitieron dar respuesta con gran eficacia y significación social desde el área de Extensión. La mayoría de las interlocutoras fueron mujeres que, mientras buscaban sostener ingresos, afrontaban además tareas familiares, comunitarias y de cuidado intensificadas por la pandemia.

La pandemia también mostró posteriormente una desmovilización de los grupos que fueron históricamente receptores de charlas y encuentros de interés. Luego de este momento, los encuentros de formación se fueron relegando a públicos específicos que fueron ya señalados en el apartado "Patrimonio, turismo y comunicación pública de la ciência", quienes solicitaban específicamente temáticas de formación.

El segundo momento estuvo marcado por la profundización del extractivismo y de la conflictividad provincial, cuya expresión más visible fue la reforma constitucional de junio de 2023. Si bien la reforma no inauguró las disputas por el agua, la tierra, los derechos indígenas y la protesta social, dio lugar a un nuevo marco jurídico político, tendiente a facilitar la expansión de proyectos extractivos y a restringir las formas de resistencia territorial, que abandonó los procedimientos de consulta previa al tiempo que instalo la represión estatal como modalidad de control del conflicto. Después de su aprobación, estas políticas se implementaron con mayor intensidad, consolidando condiciones institucionales, jurídicas y represivas favorables al modelo impulsado por el gobierno provincial. En ese contexto, una formación turística, una actividad sobre semillas o un relevamiento

ambiental adquirieron sentidos que ya no podían comprenderse de manera aislada. Las prácticas académicas quedaron atravesadas por conflictos que involucraban directamente a sus interlocutores y obligaron a revisar los alcances, los límites y las responsabilidades de una universidad situada.

## Una extensión crítica en construcción

Mirado en conjunto, el recorrido del Área permite reconocer un pasaje desde acciones puntuales, concebidas muchas veces como formas de acercamiento entre la universidad y la sociedad, hacia una participación más sostenida en tramas territoriales. La imagen del puente continúa siendo útil para pensar la vinculación entre espacios con recursos, lenguajes y responsabilidades diferentes. Sin embargo, la noción de trama permite dar cuenta con mayor precisión de relaciones múltiples y duraderas, construidas entre comunidades, organizaciones, instituciones, organismos públicos y equipos universitarios. La universidad no interviene sobre un territorio externo, sino que forma parte de esas relaciones desde una posición específica y con responsabilidades vinculadas con su carácter público.

La trama adquiere aquí un doble significado. Por un lado, refiere a las redes de cooperación que hicieron posible relacionar recursos universitarios con conocimientos, experiencias y capacidades territoriales. Por otro, remite a la comprensión integral de los problemas: el agua, el turismo, el patrimonio, la alimentación, el trabajo, la salud y los derechos no se presentan como dimensiones aisladas. Las tres líneas desarrolladas por el Área constituyen distintas formas de ingresar en ese entramado y de construir respuestas que procuran considerar la complejidad de las situaciones planteadas.

La experiencia acumulada mostró que la extensión crítica puede ofrecer un marco especialmente fértil para responder a las demandas con mayor rapidez, profundidad, sensibilidad e integralidad. La continuidad de los vínculos, los registros construidos, el conocimiento de los actores y la articulación con

equipos especializados permiten recuperar antecedentes, identificar recursos disponibles y evitar que cada situación deba comenzar desde cero.

Este modo de hacer extensión también enriquece y resignifica la vida universitaria. Las experiencias territoriales producen nuevas preguntas de investigación, revisan contenidos formativos, generan espacios de participación para estudiantes y docentes y amplían las formas de comunicar el conocimiento. La extensión no aparece, entonces, como una función complementaria o posterior a la docencia y la investigación, sino como un ámbito capaz de interpelar sus prioridades, ponerlas en relación con problemas concretos y fortalecer el sentido público del trabajo académico.

Esto no significa desconocer los obstáculos que atraviesan las prácticas. Las articulaciones requieren tiempo, continuidad, recursos y reconocimiento institucional; no todas las demandas pueden ser atendidas del mismo modo y los procedimientos universitarios no siempre coinciden con las urgencias territoriales. En el contexto actual que atraviesa el sistema científico nacional argentino desde diciembre del año 2023, estas dificultades se profundizan, porque se dificulta el accionar de los equipos, los traslados, las actividades gratuitas y los procesos que solo pueden sostenerse a mediano y largo plazo. Lejos de reducir su importancia, este escenario vuelve más visible el valor de la extensión crítica para sostener la presencia pública de la universidad y poner sus capacidades en relación con necesidades sociales concretas.

La universidad no puede sustituir a las organizaciones ni resolver por sí sola conflictos estructurales, pero su aporte tampoco es menor. Puede producir y democratizar información, facilitar recursos, generar instancias de formación, construir espacios de encuentro, articular conocimientos y contribuir a que determinadas problemáticas ingresen en la agenda pública. Desde esta perspectiva, la extensión crítica constituye una orientación de trabajo en construcción permanente y, al mismo tiempo, una

práctica con capacidad efectiva para ampliar las respuestas institucionales y renovar el sentido social de la universidad en los territorios y la de los territorios en la universidad.

## Conclusiones

La trayectoria del Área de Extensión del Centro Universitario Tilcara entre 2010 y la actualidad muestra un proceso de construcción institucional gradual. Las líneas de conflictos socioambientales y defensa territorial; patrimonio, turismo y comunicación pública de la ciencia; y soberanía alimentaria y diversidad biocultural no fueron diseñadas desde el comienzo como un programa coherente. Se configuraron a partir de problemas reiterados, relaciones sostenidas y aprendizajes que permitieron vincular actividades inicialmente dispersas.

El análisis de este recorrido permite señalar que el carácter programático de la extensión no depende solamente de la permanencia de proyectos o financiamientos. También se sostiene en registros, conocimientos acumulados, alianzas, procedimientos y en la capacidad de reconocer conexiones entre demandas que en un primer momento aparecen separadas. Esa acumulación permite responder con mayor experiencia.

Las mujeres indígenas y campesinas, el turismo y el territorio no constituyen temas añadidos a las experiencias, sino dimensiones que ayudaron a configurar la agenda. Las mujeres son interlocutoras políticas, productivas, técnicas y organizativas; el turismo, es una actividad económica y cultural central en estos territorios que abre oportunidades y produce desigualdades; y el territorio, es una trama de relaciones cuya alteración afecta de manera integral las condiciones de vida de todos los habitantes de la región que abordamos.

La intensificación del extractivismo, los conflictos por el agua y la tierra, la precarización del trabajo y las restricciones presupuestarias de la universidad pública vuelven más complejas las condiciones en que se desarrollan estas prácticas. En este

escenario, la Extensión no ofrece una respuesta suficiente frente a problemas estructurales. Sí puede aportar herramientas para documentarlos, relacionar conocimientos, abrir instancias de trabajo y revisar el modo en que la universidad se posiciona ante ellos.

La sede Tilcara de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA puede comprenderse, así, como parte de un entramado territorial de producción y circulación de conocimientos. Su aporte no reside únicamente en los recursos que posee, sino en la posibilidad de ponerlos en relación con demandas y capacidades existentes fuera de la universidad. Ese entramado no es creado ni conducido exclusivamente por la institución: se sostiene mediante relaciones en las que distintos actores identifican problemas, proponen acciones y producen saberes.

Tejer universidad pública en tiempos complejos no designa, en este caso, una tarea concluida ni una experiencia exenta de contradicciones. Nombra un proceso institucional que procura pasar de intervenciones dispersas a relaciones y líneas de trabajo más consistentes, sin dejar de revisar sus límites. La experiencia del Área ofrece, en ese sentido, elementos para pensar una extensión situada que se deja interpelar por las mujeres, el turismo y los territorios de la Quebrada de Humahuaca y la Puna.

## Referencias

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena en los Andes: reflexiones conceptuales más allá de la política. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 33, p. 273-311, 2020. DOI: 10.25058/20112742. n33.10.

DE MUNTER, Koen. Ontología relacional y cosmopraxis, desde los Andes: visitar y conmemorar entre familias aymara. **Chungará. Revista de Antropología Chilena**, Arica, v. 48, n. 4, p. 629-644, 2016. DOI: 10.4067/S0717-73562016005000030.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 41, p. 25-38, 2015. DOI: 10.34096/ cas.i41.1594.

MEDINA, Juan Manuel; TOMMASINO, Humberto (comp.). **Extensión crítica: construcción de una universidad en contexto. Sistematizaciones de experiencias de gestión y territorio de la Universidad Nacional de Rosario**. 1. ed. Rosario: UNR Editora, 2018.

OBSERVATORIO DE CONFLICTOS SOCIO AMBIENTALES DE QUEBRADA Y PUNA DE JUJUY. **Segundo informe del Observatorio de Conflictos Socioambientales de Quebrada de Humahuaca y Puna de Jujuy (2019-2025)**. Tilcara: Centro Universitario Tilcara, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2026.

PETZ, Ivanna. La planificación universitaria desde la integralidad: notas en torno a un proceso en marcha en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. **+E: Revista de Extensión Universitaria**, Santa Fe, v. 13, n. 19, e0007, 2023.

SVAMPA, Maristella. "Consenso de los commodities" y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, 2013.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. Turismo y patrimonio en la Quebrada de Humahuaca: lugar, actores y conflictos en la definición de un destino turístico argentino. El Sauzal, Tenerife: Asociación Canaria de Antropología; **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 2012. (Colección PASOS Edita, n. 9).

# CONFLITOS NO USO DA ÁGUA NA PROVÍNCIA DE JUJUY – ARGENTINA

*Vera Lúcia Freitas Marinho*

*Carulina Gomes de Menezes*

*Felipe Adriano da Costa*

*Ana Klara Orichuela Fróes*

*"El agua que toman mis hijos vale mas que el litio. ¡¡El agua es vida!! Respeto a la identidad a la lucha por la tierra y el agua" (Reivindicações dos povos originários de Jujuy, Argentina, s/d).*

## Introdução

O capítulo enfatiza abordagens relacionadas aos conflitos pelo uso da água na Província de Jujuy, situada no noroeste da Argentina[22]. A escolha do tema e do recorte deste estudo justifica-se pelo fato dessa localidade encontrar-se inserida no chamado Triângulo do Lítio e, portanto, uma região estratégica por conter uma das maiores reservas desse mineral no mundo.

Em Jujuy, a extração de lítio ocorre nos salares onde é utilizada a técnica de evaporação, que demanda um volume significativo de água. Ao considerar as condições climáticas

[22] Essa produção, articula-se, com o projeto: "Governança Participativa das Águas: Conexões Brasil–Argentina na Rota Bioceânica", que integra as estratégias em rede de colaboração e difusão do conhecimento científico previstas no Plano de Estudos de Estágio de Pós-doutorado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) - Mato Grosso do Sul/Brasil. PORTARIA "P"/UEMS nº 1478, de 19 de dezembro de 2025.

predominantes de aridez, a expansão dessa atividade gera incertezas na segurança hídrica local e intensifica as disputas pelo acesso aos recursos disponíveis.

Em contraponto, na base dos interesses que incidem sobre esse território, situam-se também os investimentos voltados ao desenvolvimento do turismo local. Nesse sentido, destaca-se que, atualmente, atravessando a província de Jujuy, materializam-se investimentos para a implantação da Rota Bioceânica ou Corredor Bioceânico de Capricórnio[23], infraestrutura rodoviária de integração sul-americana, que busca estabelecer uma nova rota de fluxo de turistas e de mercadorias ligando os portos brasileiros no Oceano Atlântico a portos chilenos no Oceano Pacífico.

Nesse contexto, à luz da dinâmica econômica associada ao turismo e às pressões decorrentes da exploração do lítio, desperta-se a atenção às questões relacionadas à governança da água e aos desafios vinculados à sua conservação. Nessa perspectiva, este capítulo tem por objetivos discutir os conflitos no uso da água na província argentina de Jujuy, com especial atenção sobre a valoração da água e os interesses envolvidos no controle de seu acesso e uso, evidenciar as polêmicas na extração de lítio, e as manifestações das comunidades tradicionais na luta pela garantia de segurança hídrica.

Esse estudo resulta de colaboração acadêmica entre pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e da Universidade de Buenos Aires. A opção metodológica consistiu na revisão bibliográfica temática e em informações obtidas por meio de trabalho de campo realizadas ao longo dos anos de 2025 e 2026, no âmbito do projeto "Mulheres nas Práticas Turísticas e a Produção de Territórios Socioambientais Sustentáveis"[24].

[23] Para mais informações sobre a Rota Bioceânica ou Corredor de Capricórnio, consultar o site: https://rotabioceanica.com.br/.
[24] Chamada Pública CAPES - Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento (Edital nº 16/2023).

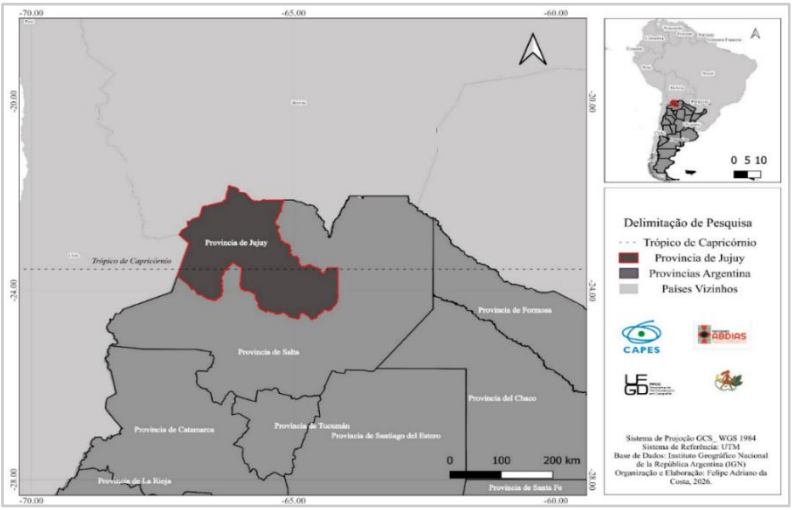
O texto estrutura-se a partir de uma breve caracterização da área de estudo e da discussão sobre o direito de acesso e alocação segura da água em Jujuy – Argentina. Em seguida, aborda-se o desequilíbrio hídrico à luz da discussão sobre a valoração da água e os interesses envolvidos no controle de seu acesso e uso em Jujuy, apresentando o contexto do balanço hídrico natural em região da Puna Andina e da extração de lítio, os dispositivos legais de cobrança e valoração da água e os interesses relacionados aos seus usos múltiplos. Trata, ainda, das polêmicas, manifestações e lutas pela proteção dos recursos hídricos nas comunidades tradicionais que vivem e realizam atividades de turismo e de subsistência nos salares e entorno. Por fim, discute-se a apropriação turística e a territorialidade salineira, bem como a frente minerária e a gestão hídrica-territorial.

## Breve caracterização da área recorte de pesquisa: Jujuy – Argentina

A província de Jujuy está situada no noroeste da Argentina, abrangendo parte do planalto da Puna Andina. A região é habitada por povos originários pertencentes às etnias Kolla e Atacama, além de comunidades camponesas cuja principal atividade econômica é o pastoreio de lhamas, cabras e ovelhas, frequentemente associado à agricultura de pequena escala, desenvolvida por meio de um sistema tradicional de manejo de prados e canais (Escosteguy *et al*., 2022).

Essas práticas produtivas e manejo combinado de pastagens naturais ou irrigadas com redes de canais para captação, drenagem e distribuição de água, refletem modos de vida historicamente adaptados às condições ambientais da Puna e evidenciam a estreita relação entre as comunidades locais e as práticas ancestrais de manejo de áreas úmidas de altitude. O mapa da Figura 1 apresenta a localização da área de investigação: Província de Jujuy/Argentina.

Figura 1 - Localização da área de investigação: Província de Jujuy/Argentina.




Fonte: Autores (2026).

A província de Jujuy encontra-se inserida no sistema central andino sul-americano, abrangendo unidades fisiográficas marcadas pela sucessão da Cordilheira dos Andes, do Altiplano (Puna), da Quebrada e dos Vales, que se distribuem em zonas de oeste para leste. A Puna[25] constitui um extenso planalto situado, em média, a cerca de 4.000 metros de altitude, ocupando aproximadamente 60% do território provincial.

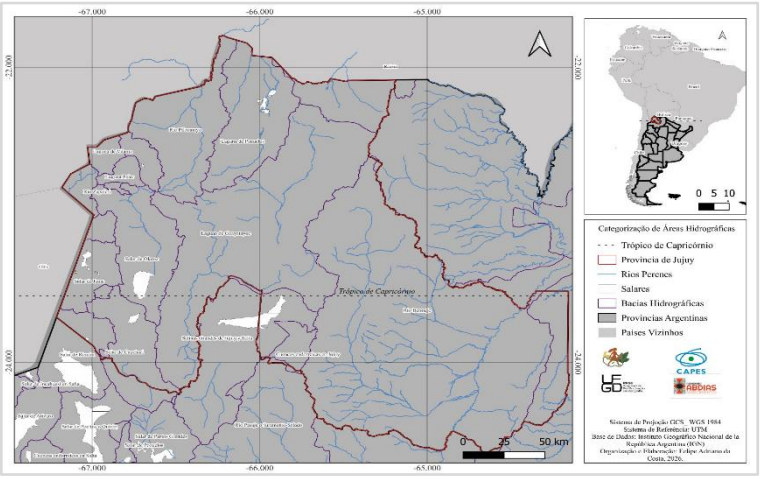
Essa região caracteriza-se pelo clima árido e frio, elevada amplitude térmica diária, baixa umidade atmosférica e reduzidos índices pluviométricos, com precipitações concentradas predominantemente durante o verão austral. Em decorrência dessas características, a cobertura vegetal é predominantemente esparsa e de pequeno porte, composta por espécies xerófitas e herbáceas adaptadas às baixas temperaturas, à escassez hídrica e

[25]A Puna estende-se por partes de vários países sul-americanos, incluindo: Argentina (especialmente nas províncias de Jujuy, Salta e Catamarca), Bolívia, Chile e Peru.

à elevada incidência de ventos. O mapa da Figura 2 apresenta a hidrografia da área de estudo.

Em decorrência das características geológicas, geomorfológicas e climáticas da região, desenvolveram-se extensas bacias endorreicas cujas águas não possuem escoamento superficial para o oceano. Nessas bacias encontram-se os salares, como Cauchari-Olaroz e Salinas Grandes, além de lagoas salobras e hipersalinas, entre as quais se destacam Vilama, Jama, Guayatayoc, Pozuelos e Runtuyoc. Esses ambientes desempenham papel fundamental na dinâmica hidrológica e ecológica da Puna Andina, constituindo áreas de elevada importância para a conservação da biodiversidade e, simultaneamente, para a exploração de recursos minerais estratégicos, como o lítio.

Figura 2 - Hidrografia e salares na Província de Jujuy/Argentina.




Fonte: Autores (2026).

A porção sul da Província de Jujuy, corresponde à zona dos Vales do Sul, que apresenta condições ambientais distintas e concentra a maior densidade populacional de Jujuy, incluindo sua capital, San Salvador de Jujuy, conhecida como a Pequena Taça de Prata. Sob o ponto de vista hidrológico, essa região é drenada principalmente pelos rios Grande e Xibi Xibi (ou Rio Chico), que se

encontram na área urbana da capital e seguem em direção ao nordeste, integrando a rede hidrográfica dos rios Lavayén e San Francisco, ambos afluentes do rio Bermejo e pertencentes à bacia do Rio da Prata.

Essa configuração hidrográfica evidencia o contraste entre os sistemas endorreicos predominantes na Puna e as bacias exorreicas dos vales orientais, onde a disponibilidade hídrica é maior e exerce papel fundamental no abastecimento urbano, na agricultura e no desenvolvimento econômico local e regional.

Nas últimas décadas, a economia provincial passou por um processo de diversificação impulsionado pela expansão do turismo e pela exploração de recursos minerais estratégicos, especialmente o lítio presente nos salares de altitude. Os salares ocupam as bacias fechadas onde as condições hidroclimáticas de elevada evaporação e baixa precipitação anual favorecem a concentração natural de sais na salmoura subterrânea rica em lítio e potássio.

Na Argentina, existem mais de 50 projetos de extração de lítio, distribuídos por uma extensa área de aproximadamente um milhão de hectares de salinas localizadas no noroeste do país (Escosteguy *et al*., 2022). A exploração desses depósitos é predominantemente controlada por cinco grandes empresas multinacionais: Litica, subsidiária de lítio da petrolífera argentina Pluspetrol; Arcadium Lithium, resultante da fusão entre a norte-americana Livent e a australiana Allkem; Integra Lithium, empresa constituída por investimentos de capital argentino; Ganfeng Lithium, de capital chinês e seus sócios na Exar – empresa formada pela canadense Lithium Americas e pela estatal de energia Jemse; e Rio Tinto, empresa multinacional de origem britânico-australiana (Delfino, 2024).

Segundo matéria publicada no *Dialogue Earth* (Delfino, 2024), essas empresas são proprietárias ou detêm concessões para a exploração de lítio, de forma exclusiva ou em parceria com outras companhias. Entre elas, destaca-se a Litica – Pluspetrol, que possui autorização para explorar mais de 320 mil hectares de salinas

argentinas, configurando a maior área sob controle de uma única empresa no país. Essa área compreende os territórios dos salares de Río Grande, Arizaro, Pocitos, Diablillos, Salinas Grandes, Laguna de Guayatayoc, Palar e Pular, distribuídos pelas províncias de Salta, Jujuy e Catamarca.

Dentre os projetos em estágio de produção, destacam-se os controlados pela empresa Arcadium Lithium que operam e exportam lítio e seus derivados, como carbonato de lítio e cloreto de lítio: Fênix, no Salar del Hombre Muerto, em Catamarca; e Sales de Jujuy, no Salar de Olaroz, onde o projeto Cauchari-Olaroz é operado pela Ganfeng Lithium e Minera Exar, a qual controla pelo menos 122.432 hectares nas salinas de Salta e Jujuy (Escosteguy *et al*., 2022; Delfino, 2024).

Contudo, a mineração de lítio tem gerado debates sobre o uso da água, pois a extração consome grandes volumes de água em uma região naturalmente escassa desse recurso. Nesse contexto, muitas famílias que se dedicam à pecuária e ao pastoreio transumante temem os impactos da extração do lítio sobre a disponibilidade hídrica e conservação da vegetação, como, também, para o desenvolvimento de atividades de turismo comunitário realizadas sobrepostas às áreas de extração de sal para consumo e uso industrial.

## Manifestações e conflitos pelo acesso à água em Jujuy – Argentina

Nos territórios da bacia das Salinas Grandes e da Laguna Guayatayoc, localizados na divisa entre as províncias de Jujuy e Salta, têm sido registradas manifestações de comunidades tradicionais e organizações locais em oposição à expansão da mineração de lítio. As comunidades denunciam os potenciais impactos da mineração de lítio sobre a disponibilidade de água para a manutenção das suas atividades produtivas e subsistência, bem como, para o equilíbrio ecossistêmico local.

Assim, a elevada demanda hídrica desse setor de mineração tem intensificado os conflitos relacionados ao acesso, à alocação e à segurança hídrica, em razão do risco de redução e esgotamento das reservas de água doce que abastecem a região.

Nesse cenário, emergem disputas entre os diferentes atores envolvidos — comunidades originárias, Estado e empresas mineradoras — em torno da gestão dos recursos hídricos, evidenciando o desafio de conciliar a exploração de um mineral estratégico com a garantia do direito humano à água, a proteção dos modos de vida tradicionais e a sustentabilidade socioambiental do território.

A Figura 3 apresenta um registro fotográfico realizado durante trabalho de campo desenvolvido no ano de 2025, na província de Jujuy, Argentina. A imagem retrata uma placa contendo reivindicações dos povos originários em defesa do respeito à sua identidade cultural, bem como da luta pela terra e pela água.

Figura 3 – Salinas Grande: registro de placa com reivindicações dos povos originários de Jujuy, Argentina.




Fonte: Moretti (2025).

Nesse contexto, considera-se que, quando determinado elemento presente no território passa a despertar interesse ou a ser percebido como fonte de recursos, emergem disputas pelo seu controle. Assim, a água deixa de ser concebida como um bem comum e livre na natureza e passa a assumir caráter estratégico sob perspectivas social, política, econômica e ambiental (Marinho, Moretti, 2017).

O acesso e a alocação segura da água problematizam diferentes arranjos de governança, cujos atores protagonistas — empresas mineradoras e o Estado — operam em escalas local, nacional e internacional. Destaca-se que os incentivos voltados à expansão da extração de lítio nos salares de Jujuy estão permeados por interesses supranacionais, que influenciam as dinâmicas de uso e controle dos recursos hídricos na região (Instituto Humanitas Unisinos, 2024).

Embora a água presente nas lagoas salinas não seja potável, esses ambientes estão interligados a fontes de água doce circundantes, essenciais ao abastecimento e à satisfação das necessidades básicas da população, bem como para a manutenção das atividades turísticas locais. Nesse contexto, a disponibilidade limitada de água potável, associada à crescente pressão exercida sobre esse recurso, intensifica as tensões e transforma seus usos em objeto de disputas. Como consequência, observa-se um processo que tende a desconsiderar o respeito à identidade, bem como às lutas pela terra e pela água protagonizadas pelas comunidades tradicionais de Jujuy, em benefício dos interesses do capital privado.

## O desequilíbrio hídrico à luz da discussão da valoração e os interesses envolvidos no controle do acesso e usos da água em Jujuy- Argentina

Ao explorar os elementos que norteiam a temática desta seção, propõem-se dois eixos de análise: i) o balanço hídrico natural local e os impactos decorrentes da mineração; e ii) os

valores atribuídos à água e os mecanismos de cobrança pelo seu uso.

No que se refere ao primeiro eixo, destaca-se que a região andina é naturalmente caracterizada por baixa disponibilidade hídrica, apresentando um déficit pluviométrico em relação à evaporação. Desse modo, o acesso à água ocorre pelo degelo de neve sazonal e por chuvas de verão, formando rios intermitentes, enquanto outra fração advém de poços. No noroeste argentino, as montanhas atuam como receptoras e transmissoras de água, o que contribui para as vazões e recargas subterrâneas e de superfície (Herrero, 2016).

Na região da Puna Andina, os processos hidrogeológicos de dissolução e transporte de minerais de origem vulcânica contribuem para a mineralização das águas salinas, que convergem para bacias endorreicas, onde se originaram os salares, os quais apresentam elementos de elevado valor econômico, dentre esses se destaca o lítio.

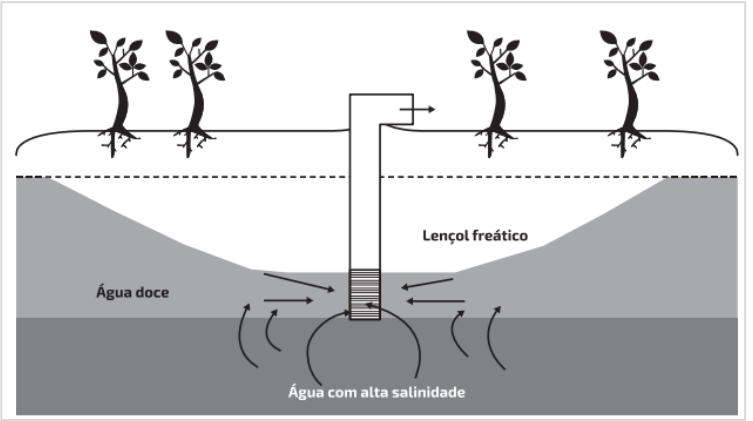
O Triângulo do Lítio, que abrange territórios chilenos, bolivianos e argentinos, concentra nos salares uma parcela expressiva dos recursos mundiais de lítio (Kirshen *et al*., 2024). Como parte da transição energética rumo à descarbonização, o mineral apresenta elevado potencial para armazenamento de energia, sendo amplamente utilizado em baterias de veículos elétricos e equipamentos eletrônicos. Na atualidade, o consumo de lítio ocorre de forma significativa no Norte Global; contudo, no caso da região andina de Jujuy, sua extração tem sido analisada como uma expressão do "colonialismo verde", associada à apropriação de recursos naturais estratégicos para fins de exportação e à externalização dos custos e riscos ambientais (Dorn, 2022).

Com uma expressiva pegada hídrica azul — 584,1 m³ de água por tonelada de $Li_2CO_3$ produzido, sendo 92% relacionados à salmoura e 8% à água doce (Arias Alvarado *et al*., 2022) — os modelos tradicionais de mineração de lítio consistem no bombeamento de grandes volumes de salmoura do subsolo,

evaporação da fração líquida em tanques expostos à radiação solar e posterior purificação do produto final. Porém, em regiões de balanço hídrico predominantemente negativo, qualquer exploração mais significativa pode representar riscos à continuidade de modos de vida tradicionais.

Isso ocorre porque a drenagem de lençóis com altos teores de sais parecem não implicar riscos ao abastecimento por água doce. Entretanto, as conexões subterrâneas dos aquíferos, em geral do tipo *lentejón*, fazem com que águas próprias para consumo se desloquem para os pontos explorados, onde houve rebaixamento do lençol freático, tornando-se impróprias devido à salinização (Herrero, 2016). A Figura 4 apresenta o processo de salinização de aquíferos por sobre-exploração[26] na província de Jujuy.

Figura 4 – Processo de salinização de aquíferos por sobre-exploração.




Fonte: Herrero (2016).

No contexto dos territórios dos salares e da exploração de lítio, o processo ocorre devido a alteração do equilíbrio hidrogeológico e aumento da salinidade das águas subterrâneas

[26] Salinização de aquíferos por sobre-exploração é o processo pelo qual a retirada excessiva de água subterrânea provoca a entrada ou o avanço de água salgada no aquífero.

associado à intensa extração de água. Emerge, então, uma nova variável de impacto para a gestão das águas. Em áreas áridas, onde as atividades cotidianas, tradicionais e turísticas dependem diretamente das águas subterrâneas, a exploração de lítio pode comprometer a manutenção e a disponibilidade das reservas de água doce. Entende-se, assim, que não podem ser dissociadas as gestões das águas, independentemente de sua salinidade.

Em relação ao segundo eixo de análise: os valores atribuídos à água e os mecanismos de cobrança pelo seu uso, é preciso refletir sobre os dispositivos técnicos utilizados para valoração desse recurso, regidos por instrumentos normativos sujeitos às pressões decorrentes da atual conjuntura exploratória. A priori, é preciso compreender o controle dual das águas. Nesse sentido, a Constituição Argentina prevê no Artigo 41 que:

> Todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de las generaciones futuras; y tienen el deber de preservarlo. El daño ambiental generará prioritariamente la obligación de recomponer, según lo establezca la ley.
>
> Las autoridades proveerán a la protección de este derecho, a la utilización racional de los recursos naturales, a la preservación del patrimonio natural y cultural y de la diversidad biológica, y a la información y educación ambientales.
>
> Corresponde a la Nación dictar las normas que contengan los presupuestos mínimos de protección, y a las provincias, las necesarias para complementarlas, sin que aquéllas alteren las jurisdicciones locales (Argentina, 1994).

Porém, na própria Carta Magna, o artigo 124 sustenta o respaldo legal às mineradoras ao estabelecer que a regulação dos recursos minerais e hídricos é provincial: *Corresponde a las provincias el dominio originario de los recursos naturales*

*existentes en su territorio* (Argentina, 1994). Soma-se a isso a gestão dissociada das águas hipersalinas e das águas doces. As salmouras subterrâneas são compreendidas juridicamente como minério, e não como água, por concentrarem sais e metais que as tornam inadequadas à potabilidade e a outros usos comuns.

No Código de Mineração (Lei 1919/1986) e no Decreto 456/1997, o lítio é classificado como mineral de primeira categoria e as salinas como minerais de segunda categoria (Argentina, 1986; Argentina, 1997). As águas superficiais e subterrâneas permanecem sob a proteção dos códigos provinciais de água, reguladas em Jujuy pelas leis 161/1950 e 4396/1988 (Jujuy, 1950; Jujuy, 1988). Essa dissociação entre "água-minério" e "água-recurso hídrico" evidencia um arcabouço que requer atenção ao gerenciamento da água como um sistema interconectado.

A partir da base legislativa dual, os códigos se desdobram em medidas de gerenciamento que impactam população e mineradoras de forma desigual. Entre elas estão o *canon minero* e o *canon* de água, utilizados para conceder o direito de uso e aplicar a cobrança. Nas tabelas 1, 2 e 3, pode-se observar a evolução dos valores cobrados para os *canons* de água de mineração e para as tarifas de água para consumo familiar e usos especiais, respectivamente.

Tabela 1 - Valores do *canon* de água para domínio público pelo direito de uso para fins de mineração.

| Ano de vigência | Valores-base do *canon* (pesos - ARS) | Unidade de medida | Regulamento |
|---|---|---|---|
| **2026** | $ 101,54 | m³ | Boletin Oficial n°10 – Resolução 2052 – DPRH/2025 (Jujuy, 2026) |
| **2025** | $ 72,57 | m³ | Boletin Oficial n°10 – Resolução 2052 – DPRH/2025 (Jujuy, 2026) |

Fonte: organizado pelos autores (2026).

Tabela 2 - Tarifas de água para uso residencial.

| Mês / ano | Cargo fixo* ($ ARS) | Cargo variável** ($ ARS/m³) | Regulamento |
|---|---|---|---|
| dez/2025 | $ 3.213,22 | $ 161,62 | Res. 456-SUSEPU/2025 (Jujuy, 2025) |
| set/24 | $ 2.479,33 | $ 124,71 | Res. 355-SUSEPU/2024 (Jujuy, 2024a) |
| jun/24 | $ 1.862,75 | $ 93,69 | Res. 193-SUSEPU/2024 (Jujuy, 2024b) |
| jan – mar/2024 | $ 1.693,42 | $ 85,17 | Res. 056-SUSEPU/2024 (Jujuy, 2024c) |

* Cargo Fixo destina-se à manutenção da conexão à rede. **Cargo Variável, corresponde ao consumo efetivo.

Fonte: organizado pelos autores (2026).

Tabela 3 - Tarifas de água para usos especiais: comercial, industrial, irrigação e construção.

| Mês / ano | Cargo fixo ($ ARS) | Cargo variável ($ ARS/m³) | Regulamento |
|---|---|---|---|
| dez/2025 | $ 10.047,68 | $ 161,62 | Res. 456-SUSEPU/2025 (Jujuy, 2025) |
| set/24 | $ 7.752,84 | $ 124,71 | Res. 355-SUSEPU/2024 (Jujuy, 2024a) |
| jun/24 | $ 5.824,83 | $ 93,69 | Res. 193-SUSEPU/2024 (Jujuy, 2024b) |
| Jan - Mar / 2024 | $ 5.295,30 | $ 85,17 | Res. 056-SUSEPU/2024 (Jujuy, 2024c) |

Fonte: organizado pelos autores (2026).

Observa-se que os reajustes aplicados aos consumidores comuns são mais frequentes do que aqueles aplicados à mineração. Faz-se necessária outra ponderação quanto aos órgãos regulamentadores. Enquanto o *canon* para mineração é definido pela *Dirección Provincial de Recursos Hídricos* (DPRH), as tarifas de água potável são determinadas pela *Superintendencia de Servicios Públicos y Otras Concesiones* (SUSEPU), evidenciando outro

aspecto da fragmentação da gestão da água. Grego (2023) chama atenção ao fato de que diferentes empresas e projetos de prospecção de lítio atuam, por vezes, na mesma bacia hidrográfica, tornando necessários estudos de impactos ambientais cumulativos e sinérgicos, cuja ausência pode comprometer a compreensão dos efeitos ambientais, sociais e econômicos da mineração.

Ao tratarem da extração de lítio nos salares de Jujuy, Botana e Salaverry (2024) utilizam a expressão "mineração da água" no sentido de evidenciar práticas de exploração (neo)extrativistas que afetam o uso e acesso coletivo à água naquele território. Esse contexto, conforme apresentado por Almeida e Manestar (2024), tem gerado manifestações das comunidades tradicionais, que denunciam as empresas mineradoras pela drenagem e retirada de água dos salares, bem como pela pressão sobre o controle desses territórios, interferindo nas formas ancestrais de acesso compartilhado pelas populações locais. Essa problemática é exemplificada no relato de um membro da comunidade Omaguaca, apresentado a seguir:

> Hay experimentación del litio y yo no sé cómo será a futuro cuando se está socavando o se está drenando el agua desde la misma base del salar y encima no están permitiendo la renovación del recurso. Entonces por doble partida se está afectando el recurso natural y eso también les afecta a treinta y tres comunidades que están alrededor de Salinas Grande y la laguna de Guayatayoc, ellos están diciendo no al litio porque por una justa causa […] si permiten el ingreso de las empresas que van a explotar el litio […] no les van a permitir el ingreso al salar como lo hacían ancestralmente (Almeida; Manestar, 2024, p. 211-212).

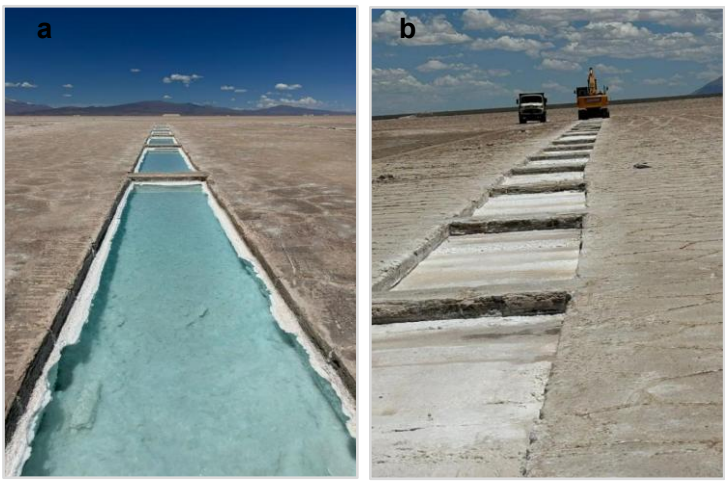
Assim, as reivindicações pelo acesso à água em um território caracterizado por elevada fragilidade hídrica evidenciam os conflitos e os desafios relacionados à governança dos recursos hídricos, à promoção da justiça socioambiental e à garantia ao

acesso à água para as comunidades tracionais e demais populações locais.

## As polêmicas, manifestações e a luta pela proteção dos recursos hídricos em comunidades tradicionais em Jujuy

Salinas Grandes e Laguna Guayatayoc constituem um território de sobreposição entre usos econômicos e culturais dos elementos da natureza. De um lado, as comunidades indígenas organizam práticas vinculadas ao turismo comunitário e à extração artesanal de sal para gerar renda comunitária. De outro, empresas multinacionais da mineração de lítio projetam esse mesmo espaço para cadeias produtivas globais com investimentos associados à transição energética. Observam-se, portanto, formas concorrentes de apropriação, gestão e valorização do mesmo território. A Figura 5a apresenta a fase inicial da decantação da salmoura no salar, e a Figura 5b, a fase de extração do sal em Salinas Grandes, na província de Jujuy (Argentina). Os registros fotográficos foram obtidos durante o trabalho de campo realizado em novembro de 2025.

Figura 5 – Salinas Grandes: processo de extração de sal – Jujuy/Argentina.




Fonte: Acervo de Edvaldo C. Moretti (2025).

Essa sobreposição não ocorre em uma área sem uso social definido. As nações Kolla e Atacama e suas 33 comunidades componentes afirmam, por meio do protocolo de consulta *Kachi Yupi - Huellas de la Sal*, que sua identidade salineira se configura, transmite e regenera em torno de Salinas Grandes (*Mesa de Pueblos Originarios de La Cuenca de Salinas Grandes y Laguna De Guayatayoc, 2015*). Assim, outras atividades nessa região não inauguram uma relação econômica com a paisagem, mas se articulam a usos anteriores do território, especialmente à extração de sal, às formas comunitárias de organização do trabalho turístico e ao pastoreio de animais.

A mineração de lítio, por sua vez, apesar de estar associada ao contexto da transição energética (Bringel; Svampa, 2023), voltada à descarbonização e à expansão de tecnologias consideradas verdes, precisa ser analisada a partir dos territórios onde são extraídas as matérias-primas que sustentam sua produção. O lítio não substitui, por si só, uma matriz energética; trata-se de uma commodity mineral, pertencente a cadeias de extração, refino, circulação e industrialização vinculadas ao armazenamento de energia e ao seu valor nos mercados globais (Perrotto, 2020).

Ao analisar as tensões produzidas pela expansão da mineração de lítio sobre as territorialidades comunitárias de Salinas Grandes e Laguna Guayatayoc, torna-se necessário considerar a assimetria entre os usos locais do território, que incluem o turismo comunitário, a extração artesanal de sal e o pastoreio, e a expansão de uma atividade extrativa em larga escala capaz de alterar as condições materiais que sustentam essas práticas.

Nesse contexto, as Salinas Grandes e a Laguna Guayatayoc revelam-se como um território de múltiplas territorialidades, no qual se confrontam distintos projetos de desenvolvimento e diferentes concepções sobre a relação entre sociedade e natureza. Tal problemática incide, sobretudo, sobre as disputas pela disponibilidade de água, pela integridade territorial e pelas

condições de permanência das comunidades originárias, diante dos riscos associados à alteração das condições materiais que sustentam modos de vida historicamente construídos.

## Apropriação turística e territorialidade salineira

Assim como na *Garganta del Diablo*, em Tilcara, e em *La Serranía del Hornocal (Cerro de los 14 colores)*, em Humahuaca, Salinas Grandes conta com um arranjo turístico vinculado à gestão comunitária. Gómez Espín *et al*. (2010) descrevem a região como uma das maiores salinas em extensão da Argentina e como um dos principais atrativos naturais da região Noroeste (NOA[27]), no qual a extração de sal se inclui entre os usos econômicos da natureza.

Esta atividade está ligada ao funcionamento hidrológico local, que obtém sua recarga de água pela combinação de chuvas, fluxos superficiais e aportes subterrâneos laterais, com precipitações concentradas principalmente entre dezembro e março (Sticco; Scravaglieri; Damiani, 2018).

A técnica de extração do sal consiste na abertura de retângulos na crosta (*piletones*), que recebem a água presente sob a superfície do salar e, após o processo de evaporação e cristalização, ocorre a sua retirada. No protocolo *Kachi Yupi*, a produção do *kachi* (sal em *quechua*) é feita por um ciclo sazonal e ritual, organizado pelo clima e pela relação com a Pachamama:

> A partir dessa perspectiva, o sal não é, apenas, um recurso econômico, mas constitui um "ser vivo": possui um ciclo de *crianza* (criação), assim como a *siembra* (semeadura). Nos meses de outubro e novembro de cada ano, realiza-se a *siembra* por meio da construção de *piletones*; de dezembro até fevereiro, período de chuvas, o sal se "cria" nos *piletones*; a *cosecha* (colheita) ocorre de março a maio; a partir desse mês, o sal é levado até as instalações onde é fracionado para comercialização.

[27] Consiste na região geográfica e turística da Argentina, formada pelas províncias de Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, La Rioja e Santiago del Estero.

> Em agosto, pedindo um bom ano para o sal e para os nossos territórios, realiza-se a oferenda à Pachamama, sempre no mesmo lugar, com folhas de coca, comidas, bebidas e a defumação com *coba* (planta aromática). Assim se renova o ciclo do sal, que conserva uma periodicidade idêntica às fases agrárias da Quebrada, da Puna e dos Andes. A produção é atravessada por ritualidades, práticas e segredos que reproduzem uma identidade cultural preexistente ao Estado (Comunidades Indígenas de las Salinas Grandes y Laguna de Guayatayoc, 2015, p. 13 – tradução nossa).

Nesse território, o turismo comunitário organiza-se em torno de uma paisagem dinâmica, cuja configuração varia de acordo com o regime hidrológico e com os diferentes períodos da atividade salineira. Nos períodos úmidos, a lâmina d'água sobre o salar produz o efeito de espelhamento, valorizado nas excursões e nos registros fotográficos, mas também exige maior controle dos trajetos, dos pontos de parada e das condições de segurança. Nos meses secos, a crosta salina fica mais exposta e permite percursos mais amplos, coincidindo com etapas posteriores da produção, quando o sal já pode ser retirado, transportado e observado como parte da dinâmica local (Troncoso, 2016).

As transformações sazonais da paisagem, associadas à presença da água e ao ciclo da extração artesanal de sal, constituem elementos centrais da experiência turística e da valorização desse patrimônio natural e cultural. A Figura 6 traz a imagem de apresentação de Guia turística no momento de extração e transporte do sal na Rota 52 em Salinas Grandes, Jujuy, Argentina. O registro fotográfico foi obtido no mês de novembro de 2025.

Para atender à demanda turística ao longo de todo o ano, as comunidades das bacias de Salinas Grandes e de Laguna Guayatayoc contam com programas de capacitação voltados à gestão patrimonial. Em pesquisa de campo, verificou-se que essas formações envolvem parcerias com a Universidade de Buenos

Aires, como, por exemplo, os cursos que abordaram os temas: *Desarrollo turístico, gestión patrimonial e historia regional de las poblaciones de la Puna jujeña*, além das ações promovidas pela Secretaria de Cultura e Turismo de Jujuy para a capacitação em segurança do trabalho e a regulamentação das atividades. Essa estrutura é uma tentativa de organizar a visitação sem retirar completamente das comunidades o controle sobre seu território em um processo de mercantilização da paisagem.

Figura 6 – Área de turismo comunitário em Salinas Grandes, Jujuy, Argentina.



Fonte: Acervo próprio (2025).

Essas ações se relacionam à valorização turística recente de áreas antes vistas como distantes ou pouco integradas aos circuitos convencionais de Salta e Jujuy. A Puna passou a ser

promovida como destino marcado pela altitude, aridez, silêncio, imensidão e pela aparência de lugares pouco explorados.

No caso de Salinas Grandes, a pavimentação da Rota Nacional 52, em direção ao Paso de Jama (fronteira com o Chile e principal aduana da região para a circulação de commodities), ampliou a circulação de visitantes e fortaleceu a conexão com os roteiros da Quebrada de Humahuaca (Troncoso, 2016). Assim, atributos que antes podiam expressar isolamento passaram a ser convertidos em atrações, bem como ocorreu no Deserto do Atacama, no Chile, e no Salar de Uyuni, na Bolívia (áreas componentes do Triângulo do Lítio).

## Frente minerária e gestão hídrico-territorial

A mineração de lítio introduz outra leitura sobre Salinas Grandes e Laguna Guayatayoc. O interesse minerário concentra-se nas salmouras subterrâneas e nas condições hidrogeológicas que permitem a extração do mineral. O território passa a ser avaliado pelo acúmulo de recursos, pela presença de aquíferos, por áreas de prospecção e pela possibilidade de inserção de logística voltada para extração do lítio, mineral estratégico para a transição energética global. Carrizo, Sierra e Forget (2026) analisam que as cadeias produtivas de tecnologias renováveis e de sistemas de armazenamento têm ampliado a pressão sobre as áreas dos salares argentinos.

Nesse contexto, Goñi Re (2025) interpreta a mineração de lítio na Argentina como um processo articulado entre escalas: globalmente, o mineral aparece como insumo para baterias; nacionalmente, como recurso voltado à entrada de divisas e de investimentos; e, localmente, como fator de tensão pela apropriação desigual dos bens territoriais e da defesa dos territórios comunitários.

Nos salares alto-andinos, o lítio é obtido por meio do bombeamento de salmouras subterrâneas para reservatórios superficiais, como tanques ou lagoas de evaporação. Nesses

reservatórios, a salmoura sofre processos de evaporação, principalmente pela ação solar, e métodos químicos/industriais para acelerar a concentração dos sais dissolvidos. Com a diminuição do volume de água, ocorre a precipitação sequencial dos sais. A recuperação do lítio da salmoura concentrada é realizada por meio de procedimentos como a precipitação seletiva e a extração com solventes orgânicos, permitindo o isolamento e a purificação do mineral para posterior processamento em carbonato de lítio, em um processo que dura entre 12 e 18 meses (Brigido *et al*., 2024).

O relatório de Sticco, Scravaglieri e Damiani (2018) explica que as águas doces localizadas nas bordas da bacia hidrográfica e as águas salobras da zona central mantêm conexão hidráulica. A retirada contínua de salmouras pode alterar esse equilíbrio, rebaixar os níveis subterrâneos e deslocar a água doce em direção aos poços. O método evaporítico sem reinjeção de água no sistema subterrâneo pode provocar degradação das reservas de água doce por romper o selo superficial que participa da formação das salinas e modificar o sistema de evaporação natural da bacia hidrográfica. No mesmo relatório são apresentados dados da bacia hidrográfica vizinha de Olaroz-Cauchari para mostrar descensos de até 40 metros nos poços de produção, um valor situado em faixas consideradas vitais para processos de salinização.

No caso de Olaroz Chico, povoado a cerca de 140 quilômetros de Salinas Grandes, a negociação com empresas de lítio para o projeto Olaroz-Cauchari decorre de uma abertura anterior à mineração de borato e de expectativas de trabalho assalariado, acentuadas pela ideia de progresso em meio à baixa presença estatal na oferta de serviços públicos e infraestrutura. Em Salinas Grandes, onde a organização econômica é mais diversificada e apresenta menor dependência em relação às mineradoras, o avanço de empreendimentos extrativos encontra resistência direta por parte das organizações das comunidades locais (Dorn, 2024).

Embora, até o momento, não exista uma planta de extração de lítio instalada em Salinas Grandes, o avanço da atividade minerária tem se manifestado, inicialmente, por meio da concessão de permissões, da realização de estudos sísmicos, de perfurações e de iniciativas voltadas ao reconhecimento do potencial das salmouras. Essa etapa anterior à produção já produz efeitos políticos, ao definir as áreas de interesse, aproximar empresas de comunidades e antecipar disputas sobre a gestão da bacia, ao mesmo tempo em que se elaboram projetos para plantas industriais.

Em 2024, a Tecpetrol anunciou apoio comunitário para iniciar estudos nas regiões de Rinconadillas e Quebraleña, com previsão de perfurar até 10 poços para avaliar salmouras em profundidade (Tecpetrol, 2024). A repercussão pública desse caso gerou tensões quanto à forma de obtenção desse aval, sobretudo porque a bacia vinha sendo reivindicada por várias comunidades como espaço de decisão conjunta, segundo o protocolo *Kachi Yupi* (Correa; Delfino, 2024).

As figuras 7 e 8 apresentam registros no salar de Salinas Grandes. O primeiro plano da foto da Figura 7 destaca elementos da flora (cactos) e da fauna (lhamas); ao fundo são turistas em visita no local. A Figura 8 destaca uma placa com inscrição de oposição à exploração de lítio por mineradoras estrangeiras. As imagens foram registradas durante o trabalho de campo realizado em 19 de novembro de 2025.

Na área turística de Salinas Grandes, constatou-se a presença de placas contrárias à mineração de lítio, posicionadas em áreas de circulação de visitantes. Durante o trabalho de campo, ao questionar sobre a situação atual dos estudos voltados à identificação de recursos minerais, foi informado que as comunidades manteriam oposição à entrada desses empreendimentos, mesmo diante de resultados favoráveis à presença de lítio ou de eventual regulamentação estatal para a extração.

Figura 7 – Área turística de Salinas Grandes: registros fotográficos evidenciando aspectos da paisagem e turistas em visita no local.



Fonte: Acervo próprio (2025).

Figura 8 – Área turística em Salinas Grandes: placa com manifestação de resistência e contrária ao avanço da atividade mineradora de lítio.




Fonte: Acervo próprio (2025).

No plano jurídico-administrativo, as águas (recursos e potencial hídrico) são consideradas bens de domínio público, enquanto sua administração fica sob responsabilidade das províncias no sistema de governo federalista, com maior autonomia provincial (Argentina, 2002 *apud* Kochan, 2023).

Em uma bacia hidrográfica compartilhada entre Jujuy e Salta, essa distribuição de poderes torna as políticas públicas mais sensíveis à concessão de usos do território por autoridades isoladas. O *Kachi Yupi* expressa a posição das comunidades da bacia ao reivindicar que decisões capazes de afetar o território sejam submetidas a procedimentos coletivos de consulta e consentimento, considerando a bacia como espaço de decisão compartilhada entre as comunidades que a integram.

Entende-se, portanto, que o avanço da mineração de lítio produz tensionamentos territoriais antes mesmo da instalação industrial. As prospecções, os estudos técnicos, os projetos e as autorizações parciais interferem na forma como Salinas Grandes e Laguna Guayatayoc são interpretadas, delimitadas e projetadas por atores que apresentam distintos interesses sobre a água e o território.

## Considerações finais

A Argentina é o quarto maior produtor de lítio do mundo, detendo 20% das reservas globais do metal, portanto, é um território estratégico e cobiçado por empresas de mineração que controlam uma vasta extensão de salinas nas províncias de Jujuy, Salta, Catamarca e La Rioja, no noroeste argentino. Ao mesmo tempo, as mesmas empresas também controlam a água ao redor dessas salinas, ponto que tem gerado tensões com as comunidades próximas.

Os conflitos pelo uso da água em Jujuy revelam a complexidade de um território marcado pela sobreposição de interesses econômicos, sociais e ambientais. A mineração de lítio, ao consumir grandes volumes de água em uma região

naturalmente árida, intensifica disputas entre comunidades originárias, Estado e mineradoras multinacionais.

O turismo comunitário, por sua vez, emerge como alternativa econômica, mas também como fator de pressão sobre os recursos hídricos. Ao atravessar a província de Jujuy, a Rota Bioceânica amplia o fluxo de turistas e mercadorias, exigindo maior disponibilidade de água para o abastecimento urbano e para a prestação de serviços vinculados aos atrativos turísticos nesse território.

Assim, turismo e mineração se entrelaçam como forças que transformam o território, mas também como elementos que intensificam os conflitos pelo acesso à água. Diante dos interesses vigentes, nota-se que a água, antes concebida como bem comum, passa a ser tratada como recurso estratégico, um elemento da natureza objeto de conflito, controle e de valoração econômica.

Nesse cenário, a luta das comunidades originárias reafirma que "*el agua es vida*" e que sua proteção é inseparável da defesa da identidade cultural e territorial. Desse modo, as reflexões ora apontadas, exemplificam os dilemas contemporâneos da gestão da água em territórios estratégicos.

No caso exemplificado, na província de Jujuy, o problema central está em como garantir segurança hídrica em meio à expansão da mineração e do turismo. Tal indagação não possui respostas prontas, mas perpassam sobre reconhecer as manifestações em prol de uma governança da água que respeite os direitos ambientais, sociais e humanos dos povos que vivem nesse território. Trata-se da necessidade de construir estratégias de respeito aos modos de vida local e identidade ancestral.

Nesse sentido, essa investigação, cujo projeto estruturante possibilitou a troca de experiências entre Brasil e Argentina, permitiu uma primeira aproximação à compreensão da complexidade dos conflitos, nos quais o uso da água constitui um ponto de tensão potencialmente capaz de gerar transformações na paisagem e no território, bem como contribuir para processos de migração forçada das comunidades tradicionais da Puna argentina.

A província de Jujuy está no epicentro das disputas presentes naquele território cujos interesses são para além do controle local, envolve interesses do Estado e um mercado privado de capital, articulados por uma nova matriz energética global.

Por fim, as reflexões e análises desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciam as tensões existentes nesse território e contribuem para o fortalecimento do debate acerca do direito humano à água, da alocação hídrica segura e da promoção da segurança hídrica, aspectos essenciais para a construção de uma governança hídrica mais justa e participativa.

## Referências

ALMEIDA, Victoria Daniela Fernández; MANESTAR, Malka Soledad. Estrategias de criminalización de la protesta de comunidades indígenas en el marco de la reforma de la Constitución de la provincia de Jujuy, Argentina: un abordaje desde la antropología y la sociología jurídica. **Anuario de Derechos Humanos***,* Santiago, v. 20, n. 2, p. 201-222, 2024. DOI: 10.5354/0718-2279.2024.76200. Disponível em: https://anuariocdh.uchile.cl/index.php/ADH/article/view/76200/78356. Acesso em: 27 set. 2026.

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina.** Constitución sancionada em 1853, com reforma constitucional de 1994. Buenos Aires: Congreso de la Nación Argentina, 1994. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24430-804/texto. Acesso em: 10 maio 2026.

ARGENTINA. Decreto n. 456, de 1997. **Compila e ordena modificações do Código de Mineração da República Argentina**. Buenos Aires: Poder Ejecutivo Nacional, 1997. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/40000-44999/43581/norma.htm. Acesso em: 10 maio 2026.

ARGENTINA. Lei n. 1.919, de 1986. **Código de Mineração.** Buenos Aires: Congreso de la Nación Argentina, 1986. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/40000-44999/43797/texact .htm. Acesso em: 10 maio 2026.

ARGENTINA. Secretaria de Minería. Resolução n. 101, de 2025. **Actualízase el valor del canon anual por pertenencia**. Buenos Aires: Ministerio de Economía, 2025. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resoluci%C3%B3n-101-2025-420 992/texto. Acesso em: 10 maio 2026.

ARIAS ALVARADO, Paula V.; DÍAZ PAZ, Walter F.; SALAS BARBOZA, Ariela G. J.; SEGHEZZO, Lucas; IRIBARNEGARAY, Martín A. Huella hídrica como indicador del consumo de agua en la minería del litio en la Puna argentina. **Avances en Energías Renovables y Medio Ambiente**, v. 26, p. 223-234, 2022. ISSN 2796-8111. Trabalho apresentado no ASADES 2022.

BOTANA, María Inés; SALAVERRY, Edgardo. La minería del agua como política neoliberal y doctrina de entrega: crisis hídrica y extracción de litio en la provincia de Jujuy (Argentina). **Geografías desde el Sur**: boletín del Centro de Investigaciones Geográficas, La Plata, n. 11, p. 2-57, ago. 2024.

BRIGIDO, C. R. S.; BRUNHARA, G. F.; BRAGA, P. F. A. **Tecnologias para a extração de lítio em rochas e salmouras - uma revisão**. ABM Week. São Paulo, 8. ed., n. 23, p. 1-12, setembro de 2024.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del Consenso de los Commodities al Consenso de la Descarbonización. **Nueva Sociedad**, n. 306, p. 51–70, 2023.

CARRIZO, Silvina Cecilia; SIERRA, María Sol; FORGET, Marie. Excavar la transición energética del siglo XXI: valorizaciones turístico-patrimoniales en torno a minas de litio y cobre en el norte de Argentina y Chile y el sur de Bolivia. **Diálogo Andino**, *[S. l.]*, n. 79, p. 205-218, 2026.

COMUNIDADES INDÍGENAS DE LAS SALINAS GRANDES Y LAGUNA DE GUAYATAYOC. **PROTOCOLO KACHI YUPI - HUELLAS DE LA SAL.** Procedimiento de Consulta y Consentimiento Previo, Libre e informado para las Comunidades Indígenas de las Salinas Grandes y Laguna De Guayatayoc. *[S. l.: s. n.],* 2015. p. 42. Disponível em: https://cl.boell. org/es/2015/12/15/kachi-yupi. Acesso em: 27 set. 2026.

CORREA, David; DELFINO, Emilia. Polémica petrolera: Tecpetrol consigue aval de comunidad de Jujuy para buscar litio. **Mongabay Latam,** 9 jul. 2024. Disponível em: https://es.mongabay.com/2024 /07/polemica-petrolera-tecpetrol-consigue-aval-comunidad-de-jujuy-para-buscar-litio/. Acesso em: 17 maio 2026.

DELFINO, Emilia. Conheça os donos das enormes reservas de lítio na Argentina. Agência de notícias **Dialogue Earth.** Matéria publicada em: 11/04/2024. Disponível em: https://dialogue.earth/pt-br/author/ emiliadelfino/. Acesso em: 17 jul. 2026.

DORN, Felix Malte. ¿Por qué algunas comunidades resisten y otras no? Minería de litio y territorialidad en Salinas Grandes y Salar de Olaroz-Cauchari, Argentina. **Crónicas de la Bifurcación - Boletín del LET**, *[S. l.]*, n. 2, p. 5-49, 2024.

DORN, Felix Malte. Green colonialism in Latin America? Towards a new research agenda for the global energy transition. **European Review of Latin American and Caribbean Studies,** Amsterdam, n. 114, p. 137-146, julho/dezembro 2022.

DELFINO, Emilia. Conheça os donos das enormes reservas de lítio na Argentina. Agência de notícias **Dialogue Earth.** Matéria publicada em: 11/04/2024. Disponível em: https://dialogue.earth/pt-br/author/emilia delfino/. Acesso em: 17 jul. 2026.

ESCOSTEGUY, Melisa; PAZ, Walter Díaz; CLAVIJO, Araceli; IRIBARNEGARAY, Martín; SEGHEZZO, Lucas. Conexões multiescalares para a produção de lítio na Argentina. *In:* BRANNSTROM, Christian; SEGHEZZO, Lucas; GORAYEB, Adryane (org.). **Descarbonização na América do Sul:** conexões entre o Brasil e a Argentina. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022. p. 425-446. Disponível em: https:// biblioteca.geografia. blog.br/2022/06/daspuern2022.html. Acesso em: 27 set. 2026.

GÓMEZ ESPÍN, José María; MARTÍNEZ MEDINA, Ramón; GIL MESEGUER, Encarnación; GIL GUIRADO, Salvador; BALLESTEROS PELEGRÍN, Gustavo. Capital territorial de las salinas. Valoración ambiental y turística. **Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas**, Murcia, n. 2, p. 41-61, 2010.

GOÑI RE, Joaquín. Procesos de expansión de la frontera extractiva del litio en la Puna jujeña: tensiones entre territorialidades comunitarias y empresarias (2010-2025). **Revista de Investigaciones sobre Fronteras**, *[S. l.]*, n. 2, art. 01, p. 1-44, 2025. DOI: 10.34096/rif.2026.30. Disponível em: https://orcid.org/ 0009-0009-7944-6083. Acesso em: 27 set. 2026.

GREGGO, Marcela. **A transição energética global e os impactos ambientais para a América Latina:** análise do conceito de "Justiça Climática" através dos conflitos ambientais mapeados pelo EJAtlas. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

HERRERO, María Alejandra. A experiência argentina no manejo hídrico das produções animais. *In:* PALHARES, Julio Cesar Pascale (org.). **Produção animal e recursos hídricos**. São Carlos: Editora Cubo, v. 1. p. 33-47, 2016. ISBN 978-85-60064-67-0.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Minas de lítio ameaçam as culturas nativas, a riqueza e a água da América do Sul.** Matéria: 20 março 2024. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/categorias/ 637604-minas-de-litio-ameacam-as-culturas-nativas-a-riqueza-e-a-agua-da-america-do-sul. Acesso em: 13 mar. 2026.

JUJUY (Província). Dirección Provincial de Recursos Hídricos. Resolução n. 2052-DPRH/2025. Atualiza o valor do canon de água de domínio público para uso minerário com vigência para o ano de 2026. **Boletín Oficial de Jujuy,** n. 10, 23 jan. 2026. San Salvador de Jujuy, 2026. Disponível em: https://boletinoficial.jujuy.gob .ar/?p=326024 Acesso em: 10 maio 2026.

JUJUY (Província). Lei n. 161. **Código de Aguas**. San Salvador de Jujuy: Legislatura de Jujuy, [s.d.]. Disponível em: https:// boletinoficial.jujuy.gob.ar/?p=164608 Acesso em: 10 maio 2026.

JUJUY (Província). **Lei n. 4.396. Modifica o *Código de Aguas da Província de Jujuy* (Lei n. 161/1950).** San Salvador de Jujuy: Legislatura de Jujuy, *[s.d.]*. Disponível em: https://boletinoficial. jujuy.gob.ar/?p=48860 Acesso em: 10 maio 2026.

JUJUY (Província). Superintendencia de Servicios Públicos y Otras Concesiones (SUSEPU). **Anexo I: cuadro tarifario – Agua Potable de Jujuy – septiembre 2024**. San Salvador de Jujuy: Gobierno de la Provincia de Jujuy, 2024a. Disponível em: https://boletinoficial.jujuy.gob.ar/wp-content/uploads/2016Boletines/Varios/R355 SUSEPU-ANEXO.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

JUJUY (Província). Superintendencia de Servicios Públicos y Otras Concesiones (SUSEPU). Resolução n. 193-SUSEPU/2024. Aprova modificação tarifária por variações de custos e revisão ordinária com vigência a partir de junho de 2024. **Boletín Oficial de Jujuy,** n. 63, 5 jun. 2024. San Salvador de Jujuy, 2024b. Disponível em: BOLETIN OFICIAL Nº 63 – 05/06/2024 – Dirección Provincial de Boletín Oficial e Imprenta del Estado. Acesso em: 10 maio 2026.

JUJUY (Província). Superintendencia de Servicios Públicos y Otras Concesiones (SUSEPU). **Anexo I: cuadro tarifario – Agua Potable de Jujuy – 1º trimestre de 2024c**. San Salvador de Jujuy: Gobierno de la Provincia de Jujuy, 2024. Disponível em: https://boletinoficial.jujuy.gob.ar/wp-content/uploads/2016/Boletines/Varios/RES56-SUSEPU-ANEXO.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

JUJUY (Província). Superintendencia de Servicios Públicos y Otras Concesiones (SUSEPU). **Anexo I: cuadro tarifario – Agua Potable de Jujuy – diciembre 2025.** Anexo da Resolução n. 456-SUSEPU/2025. San Salvador de Jujuy: Gobierno de la Provincia de Jujuy, 2025.

KIRSHEN, Alexander B. *et al*. Freshwater inflows to closed basins of the Andean plateau in Chile, Argentina, and Bolivia. **Communications Earth & Environment**, *[S. l.],* v. 6, n. 177, p. 1-11, março 2025.

KOCHAN, Jania Naves de Sousa. A proteção dos recursos hídricos na Argentina e o Mercosul. *In*: **ESTUDOS em Ciências Humanas e Sociais no Brasil:** produções multidisciplinares no século XXI. *[S. l.]*: Editora Terceiro Legado, 2023. cap. 45, p. 608-623. DOI: 10.55232/1087002.45.

MARINHO, Vera Lúcia Freitas; MORETTI, Edvaldo Cesar. A água e a gestão de recursos hídricos: construções conceituais e repercussões práticas no Brasil. *In:* CHÁVEZ, Eduardo Salinas; DI MAURO, Cláudio Antonio; MORETTI, Edvaldo Cesar (org.); DIAS, Leonice Seolin (colaboradora). **Água, recurso hídrico: bem social transformado em**

**mercadoria.** Tupã: ANAP, 2017. p. 72-103. Disponível em: https://www.estantedaanap.org/product-page/%C3%A1gua-recurso-h%C3%ADdrico-bem-social-transfor mado-em-mercadoria. Acesso em: 30 maio 2026.

MORETTI, Edvaldo Cesar. Geografia e turismo em imagens, trabalho de campo na província de Jujuy, Argentina. ***ENTRE-LUGAR*****,** *17*(33), 578–587. 2026. DOI: https://doi.org/10.30612/rel.v17i33.21121.

PERROTTO, Sofia. **La minería del litio en Salinas Grandes**: Un análisis de diferentes narrativas en torno a la extracción de litio desde 2010 hasta el presente. 2020. 36 f. Independent Study Project (ISP) Collection – SIT Study Abroad, Albany, NY, 2020. Disponível em: https://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/ 3310. Acesso em: 27 set. 2026.

TECPETROL. Apoyo comunitario para la potencial exploración de litio de Tecpetrol. **Energy Transition - Techint**, 2024. Disponível em: https://energytransition.techint.com/es/ news/apoyo-comunitario-para-la-potencial-exploracion-de-litio-de-tecpetrol/121. Acesso em: 17 maio 2026.

TRONCOSO, Claudia Alejandra. Hacia una nueva geografía turística del noroeste argentino. La promoción de los “confines turísticos” en las provincias de Salta y Jujuy. **Estudios Socioterritoriales: Revista de Geografía**, Buenos Aires, n. 19, p. 97-116, ene./jun. 2016.

# EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DE TURISMO COMUNITÁRIO EM RONDÔNIA – BRASIL

*Juliana Grasiéli Bueno Mota*

*Makana Amondawa*

*Natanael Pabikãr Surui*

*Roseline Mezacasa*

Em 2015, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) publicou a Instrução Normativa nº 03/2015/PRES/FUNAI, com o objetivo de estabelecer orientações para o desenvolvimento de atividades turísticas em terras indígenas. Mais recentemente, em 2024, foi publicado o *Guia de Orientações para Análise de Visitação Turística em Terras Indígenas* (Oliveira, 2024), igualmente concebido como documento orientador do órgão indigenista brasileiro. Esses instrumentos têm subsidiado os povos indígenas na elaboração e no desenvolvimento de projetos turísticos autônomos, fundamentados nos princípios do etnoturismo[28] de base comunitária, em diferentes regiões do Brasil. Diante do crescimento das demandas indígenas relacionadas à temática, alguns governos estaduais também têm desenvolvido programas voltados ao incentivo e ao fortalecimento das atividades turísticas em terras indígenas.

A elaboração de documentos oficiais dessa natureza constitui um importante instrumento para orientar as atividades turísticas e mitigar práticas associadas ao turismo predatório, sobretudo por enfatizar a autonomia e o protagonismo dos povos

[28] Considerando os documentos do Ministério do Turismo, entendimento ratificado pela FUNAI em seus documentos oficiais sobre a temática, o etnoturismo "[...] constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos [...]" (Ministério do Turismo, 2005, p. 17).

indígenas na concepção, organização e condução de seus próprios projetos turísticos. Nesse sentido, como destacamos em trabalho anterior:

> Os povos indígenas, na contemporaneidade, compreenderam que o turismo pode ser uma ponte de comunicação com o mundo não indígena. Quando os povos são indagados sobre o que os motiva a receber visitantes dentro de seus territórios, as respostas envolvem o desejo de ensinar, o desejo de mostrar quem são, como vivem, como falam sua língua materna e como produzem suas materialidades. O turismo, nessa perspectiva indígena, é apropriado e ressignificado em um processo de ensinar aqueles que, historicamente, tentaram impor silenciamentos, um processo de criar caminhos para compartilhar com os não indígenas quem são e estabelecer tessituras diretas de comunicação (Mezacasa; Pabikar Suruí; Mota; Silvestrini, 2026 – não paginado).

É a partir dessa perspectiva, que situa a autonomia e o protagonismo indígena como fundamentos para a construção das atividades turísticas em seus territórios, que este artigo estabelece um diálogo com duas experiências desenvolvidas por povos indígenas no estado de Rondônia. Embora constituídas a partir de contextos distintos, ambas evidenciam como o etnoturismo indígena de base comunitária ultrapassa a experiência do deslocamento territorial proporcionada aos visitantes e a contemplação das belíssimas paisagens no interior da floresta. Em sua essência, essas experiências mobilizam processos de construção intercultural atravessados por aquilo que podemos compreender como um “desejo de ensinar quem são”.

Quando os povos indígenas abrem seus territórios para a atividade turística, colocam em movimento um saber-fazer do ensinar. Trata-se de ensinar àqueles que, há mais de quinhentos anos, pouco ou nada sabem sobre as epistemologias, os modos de existência e os mundos indígenas. Nessa perspectiva, o turismo pode assumir outros sentidos: mais do que conhecer um território,

trata-se da possibilidade de produzir encontros nos quais os próprios povos indígenas narram suas histórias, apresentam seus conhecimentos e compartilham, nos termos que estabelecem, seus modos de ser e viver.

A abordagem proposta neste artigo deslinda-se, também, em um exercício de escrita e pensamento colaborativo entre pesquisadores indígenas e não indígenas. Os dois pesquisadores indígenas que assinam a autoria deste trabalho vivenciam cotidianamente as experiências turísticas desenvolvidas no interior de seus territórios. Os projetos "Um Dia na Aldeia" e "Turismo *Yabnaby*" são desenvolvidos em duas terras indígenas localizadas no estado de Rondônia, na Amazônia brasileira: o primeiro, na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau; o segundo, na Terra Indígena Sete de Setembro.

Antes de adentrarmos as experiências específicas desses projetos, entretanto, é necessário contextualizar alguns elementos da história recente de Rondônia, fundamentais para compreendermos as relações que atravessam a constituição do turismo indígena nessas duas experiências. A colonização não indígena do território rondoniense intensificou-se, sobretudo, a partir das décadas de 1970 e 1980, quando milhares de migrantes adentraram territórios indígenas mobilizados, entre outros fatores, pelo discurso propagado pelo governo federal de que aquela seria "uma terra sem homens, para homens sem terra" (Mezacasa, 2021).

Famílias inteiras deslocaram-se para o então Território Federal de Rondônia, transformado em estado em 1982. A intensidade desse processo de colonização produziu profundas transformações territoriais. Em poucas décadas, milhares de hectares de floresta foram derrubados para dar lugar a sítios e fazendas, ao mesmo tempo em que a expansão das frentes de ocupação evidenciava aquilo que o discurso colonial procurava negar: essas terras jamais estiveram vazias. Eram territórios habitados ancestralmente por mais de vinte povos indígenas. Entre eles estavam os Amondawa e os Paiter Suruí, cujos contatos com

agentes indigenistas da FUNAI ocorreram justamente no contexto de intensificação da migração não indígena e do avanço das frentes colonizadoras sobre seus territórios.

A ideia de "uma terra sem homens, para homens sem terra" (Mezacasa, 2021) talvez nos ofereça, portanto, um ponto de partida importante para compreendermos a profundidade dos sentidos assumidos pelo etnoturismo construído pelos povos indígenas em Rondônia. O mesmo processo colonial que anunciava essas terras como "sem homens" produzia, simultaneamente, a expropriação territorial e a negação das existências indígenas. Não se tratava apenas de ocupar terras consideradas vazias, mas de produzir discursivamente um vazio que somente poderia existir mediante a invisibilização dos povos que ancestralmente as habitavam.

É justamente diante dessa história que o turismo indígena adquire outros sentidos. Nas experiências aqui analisadas, ele se constitui como espaço de diálogo e de conexão entre mundos culturalmente distintos, podendo atuar na construção de pontes interculturais. Os povos indígenas, afinal, têm construído historicamente diferentes estratégias de diálogo com os não indígenas, inclusive diante das violências produzidas pelos processos coloniais.

Ao se posicionarem novamente em diálogo, agora como sujeitos que definem como, quando e de que maneira seus territórios podem ser visitados e suas histórias compartilhadas, os povos indígenas parecem nos colocar diante de um dos sentidos mais profundos dessas experiências turísticas: ensinar que a "terra sem homens" nunca existiu. Os povos sempre estiveram aqui. Talvez sejamos nós, não indígenas, que ainda precisemos aprender a reconhecer essas existências ancestrais, seus territórios, conhecimentos e modos de construir mundos. Nesse movimento, o etnoturismo indígena de base comunitária pode constituir também um caminho de encontro, diálogo e aprendizagem intercultural.

## O povo Amondawa: Um dia na aldeia

O povo Amondawa é falante da língua Kawahiva, pertencente à família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi. Atualmente, vive na Aldeia Trincheira, localizada na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, no estado de Rondônia. A trajetória recente dos Amondawa é marcada por inúmeros desafios decorrentes do processo de contato com a sociedade não indígena, ocorrido em meio ao avanço das frentes de colonização sobre as terras ancestralmente habitadas pelo povo. Na década de 1980, período em que ocorreu o contato, os Amondawa sofreram uma significativa redução populacional, sobretudo em decorrência de doenças infectocontagiosas contra as quais não possuíam imunidade.

A Terra Indígena Uru Eu Wau Wau foi demarcada em 1985 e teve sua homologação efetivada em 1991. Atualmente, possui uma área de aproximadamente 1.867.000 hectares. Além dos Amondawa, vivem nesse território os Jupaú, também conhecidos como Uru-Eu-Wau-Wau, os Juma, Oro Win e Cabixi. No interior da Terra Indígena vivem, ainda, povos em situação de isolamento. Conforme relatam os próprios Amondawa, há pelo menos dois grupos: os "[...] Irure'iëa [Jurere'i], falantes de uma língua parecida com a nossa, e outro povo que chamamos Wyrapararekuara, uma grande população diferente da gente."

Desde sua demarcação, a Terra Indígena Uru Eu Wau Wau tem sido submetida a intensas pressões em suas fronteiras territoriais. Trata-se de uma das terras indígenas mais pressionadas de Rondônia e da Amazônia, constantemente ameaçada pela entrada de garimpeiros, madeireiros, caçadores, pescadores, coletores de castanha e grileiros. A recorrência dessas invasões constitui uma preocupação permanente para os povos que vivem no território e também para as ações desenvolvidas pelo órgão indigenista, especialmente por meio da Frente de Proteção Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau (FPE-UEWW), considerando, sobretudo, a presença de povos indígenas em situação de isolamento.

É diante desse contexto de pressões e ameaças territoriais que a construção de pontes de comunicação com as populações que vivem no entorno da Terra Indígena passa a integrar as estratégias de proteção do território. Para os povos que vivem na TI Uru Eu Wau Wau, proteger a terra também envolve construir outras possibilidades de relação com os não indígenas, especialmente com aqueles que vivem nos municípios próximos aos seus limites.

É nesse contexto que surge, em 2013, o projeto "Um Dia na Aldeia", inicialmente denominado "Um Dia de Campo", como uma ação desenvolvida pela FUNAI em parceria com o povo Amondawa. Tanto os indígenas quanto a equipe da FUNAI conheciam os riscos que as constantes invasões representavam para a governança territorial e, especialmente, para os parentes em situação de isolamento. A presença recorrente de caçadores, pescadores, coletores de castanha, garimpeiros e madeireiros no interior do território evidenciava a necessidade de construir estratégias que não se restringissem às ações de fiscalização e proteção, mas que possibilitassem também estabelecer outras formas de diálogo com a população do entorno.

Em sua configuração inicial, o projeto foi pensado principalmente para receber escolas dos municípios próximos à Terra Indígena, especialmente Seringueiras e São Miguel do Guaporé. Os visitantes eram recebidos na Base Bananeira[29], localizada na porção sul do território, nas proximidades do município de Seringueiras. Nesse primeiro momento, participavam

[29] O projeto, inicialmente, recebia os visitantes na Base de Proteção Etnoambiental Bananeira, no sul do território, próximo ao município de Seringueiras. A Base Bananeira é um local que serve aos funcionários da FUNAI vinculados à Frente de Proteção Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau, para a proteção dos povos em situação de isolamento que vivem no interior da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. A base tornou-se um espaço importante de diálogo entre a política indigenista de proteção e a população local da região. Os visitantes, além de participarem de palestras com os indigenistas da FUNAI, também percorriam uma trilha próxima da base com explicações sobre a biodiversidade da região e os povos em situação de isolamento.

de uma conversa conduzida por indigenistas da FUNAI sobre a Terra Indígena Uru Eu Wau Wau e percorriam uma trilha próxima à base. A experiência começava, assim, a aproximar a proteção territorial de uma dimensão educativa, criando possibilidades para que estudantes e moradores da região conhecessem o território e compreendessem a importância de sua proteção.

Após essas primeiras experiências na Base Bananeira, realizadas entre 2013 e 2016, o projeto passou por um processo de reestruturação. Em 2023, os Amondawa, por meio da Associação do Povo Indígena Amondawa, retomaram a experiência de receber visitantes em seu território. A retomada, entretanto, trouxe mudanças importantes: o projeto passou a ser denominado "Um Dia na Aldeia".

Essa mudança não é apenas espacial. O deslocamento das atividades para a Aldeia Trincheira coloca a própria comunidade no centro da experiência turística e amplia o protagonismo dos Amondawa na organização das atividades, na recepção dos visitantes e, sobretudo, na construção das narrativas sobre seu povo e seu território. Se, nas primeiras experiências, a mediação da FUNAI ocupava um lugar importante, na atual configuração são os próprios Amondawa que conduzem a experiência e definem aquilo que desejam compartilhar com os visitantes.

A experiência de etnoturismo desenvolvida pelos Amondawa tem recebido, principalmente, grupos vinculados a instituições educacionais. Escolas públicas e privadas, tanto da zona urbana quanto da zona rural dos municípios da região, constituem parte significativa dos visitantes, assim como grupos provenientes de universidades públicas e privadas. O etnoturismo experienciado pelos Amondawa apresenta uma característica importante: seu público está fortemente vinculado aos processos educacionais desenvolvidos por escolas e universidades da região.

Como o próprio nome do projeto sugere, o roteiro de visitação ocorre ao longo de um único dia, sem pernoite ou permanência prolongada na aldeia. As atividades são previamente organizadas e planejadas pela comunidade para a recepção dos

grupos. Ao chegarem à Aldeia Trincheira, os visitantes são recebidos pelos Amondawa e participam inicialmente de uma conversa conduzida por integrantes da comunidade. Nesse momento, são apresentados elementos da história do povo e da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, sua importância socioambiental para o estado de Rondônia e, principalmente, a relevância de sua proteção para os diferentes povos que nela vivem, incluindo aqueles em situação de isolamento.

Figura 1 - Jovens Amondawa durante recepção dos visitantes na aldeia Trincheira - TI Uru Eu Wau Wau.



Fonte: Wautoam Oro Waram (2026).

Assim, antes mesmo de constituir uma experiência de visitação, “Um Dia na Aldeia” se apresenta como um espaço de comunicação e aprendizagem. Ao receber escolas e universidades em seu território, os Amondawa passam a ocupar o lugar de quem narra, explica e ensina. São eles que apresentam, aos visitantes, o território, sua história e os desafios enfrentados para protegê-lo. Retomamos, nesse ponto, aquilo que anteriormente denominamos de um “desejo de ensinar quem são”: abrir a aldeia

aos visitantes significa também produzir outras possibilidades de conhecimento sobre os povos indígenas, construídas não mais a partir das narrativas que historicamente falaram sobre eles, mas a partir daquilo que os próprios Amondawa escolhem dizer sobre si, sobre seu território e sobre seus modos de existência.

Após a primeira recepção na aldeia, os visitantes iniciam um percurso que adentra a floresta da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau. Ao longo desse caminho, previamente planejado e organizado, os Amondawa estabeleceram diferentes estações temáticas culturais, nas quais conhecimentos, histórias e práticas cotidianas são compartilhados com os visitantes.

Em algumas dessas estações, uma pessoa da comunidade aguarda o grupo junto a uma planta medicinal utilizada pelo povo. Quando os visitantes se aproximam, são apresentados aos conhecimentos Amondawa relacionados àquela planta, aos seus usos e às formas de preparo e cuidado. Mais do que simplesmente identificar espécies ou descrever suas propriedades medicinais, a explicação evidencia uma ciência Amondawa constituída a partir de conhecimentos ancestralmente construídos e transmitidos, revelando um profundo saber sobre a floresta e sobre as possibilidades de cuidar dos corpos a partir das relações estabelecidas com aquilo que nela existe.

Árvores e palmeiras também compõem as estações temáticas e se tornam lugares para a contação de histórias e o compartilhamento de conhecimentos. É o caso da palmeira *Kumahuã* (tucumã). Junto a ela, outra pessoa da comunidade aguarda os visitantes para contar histórias e apresentar os múltiplos usos que os Amondawa fazem do tucumã em sua vida cotidiana. A palmeira deixa, assim, de aparecer aos olhos do visitante apenas como mais uma espécie vegetal que compõe a paisagem amazônica e passa a ser conhecida a partir das relações, histórias, práticas e conhecimentos que a conectam à existência Amondawa.

Desse modo, ao percorrer uma trilha que poderia ser experienciada apenas pela observação da beleza cênica da floresta

amazônica, o visitante é envolvido em uma malha de relações e conhecimentos que coloca em diálogo mundos distintos. A floresta apresentada pelos Amondawa não se reduz a um conjunto de recursos naturais ou a uma paisagem a ser contemplada. Ao longo do caminho, plantas, árvores e palmeiras vão sendo apresentadas a partir das histórias e dos conhecimentos que as conectam à vida do povo. É nesse movimento que os Amondawa expressam aos visitantes seu profundo e ancestral entrelaçamento com tudo aquilo que existe na floresta.

Figura 2 - Homens Amondawa em uma das estações temáticas culturais durante a trilha na floresta.



Fonte: Wautoam Oro Waram (2026).

Após a caminhada pela floresta e a passagem pelas diferentes estações temáticas, o grupo retorna ao espaço coletivo da aldeia, onde a roda de conversa é retomada. Ao final do roteiro, os Amondawa realizam uma apresentação de dança ancestral ao som da flauta tradicional, compondo mais um momento de compartilhamento de seus conhecimentos e práticas culturais com aqueles que visitam o território.

Os visitantes também recebem exemplares do livro *Um Dia na Aldeia* (Amondawa; Amondawa; Villa, 2024), publicação construída pelo povo Amondawa em colaboração com diferentes parceiros, entre eles o Observatório dos Povos Indígenas Isolados (OPI[30]). A obra sistematiza aspectos importantes da vida e da cultura Amondawa, articulando-os à história e às condições atuais de seu território. Por meio de textos e imagens, apresenta conhecimentos e práticas culturais do povo e, ao mesmo tempo, evidencia os processos de desmatamento que avançam sobre o entorno da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau.

A publicação também chama a atenção para a importância ambiental desse território para o estado de Rondônia, apresentando a Terra Indígena como uma espécie de "caixa d'água", uma vez que nela se encontram as nascentes de importantes rios que atravessam e abastecem diferentes regiões do estado, entre eles os rios Urupá, Cautário e Jamari. Desse modo, ao apresentar aos visitantes a importância da proteção territorial, os Amondawa evidenciam que os efeitos dessa proteção não se restringem aos povos indígenas que vivem na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau. A manutenção da floresta, das nascentes e dos rios estabelece conexões que ultrapassam os limites territoriais da TI e alcançam também a população não indígena de Rondônia. O livro é acompanhado, ainda, por uma animação que amplia as possibilidades de circulação desses conhecimentos e pode ser acessada no canal da Associação do Povo Indígena Amondawa no YouTube.

Para a realização das visitações do projeto "Um Dia na Aldeia", os Amondawa construíram uma organização interna que antecede a chegada dos grupos. A comunidade realiza reuniões para planejar as atividades e definir quem conduzirá cada momento do roteiro, escolhendo as pessoas que participarão das

[30] Entre as organizações parceiras para a realização do projeto estão também a Inter-American Foundation (IAF), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a Frente de Proteção Etnoambiental Uru-eu-wau-wau (FPE-Funai) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

rodas de conversa, das estações temáticas e das demais atividades de compartilhamento de conhecimentos com os visitantes. A experiência turística, portanto, não acontece de maneira espontânea ou desarticulada da vida comunitária. Ao contrário, pressupõe decisões coletivas sobre aquilo que será compartilhado, quem compartilhará e de que maneira os visitantes poderão acessar determinados conhecimentos e espaços do território.

Essa dimensão organizativa é particularmente importante para compreendermos o protagonismo indígena na experiência. São os próprios Amondawa que constroem as formas pelas quais desejam apresentar seu território e seus conhecimentos aos não indígenas. Nesse sentido, o etnoturismo não significa uma abertura indiscriminada da aldeia ou da vida comunitária ao olhar do visitante, mas uma abertura planejada e politicamente construída, na qual o povo estabelece os limites e as possibilidades desse encontro intercultural.

O projeto “Um Dia na Aldeia” também envolve a geração de renda para a comunidade, especialmente por meio da produção e comercialização de artesanatos. Durante as visitações, diferentes peças produzidas pelos Amondawa são expostas e disponibilizadas para aquisição pelos visitantes. Essa atividade contribui economicamente com as famílias e, ao mesmo tempo, fortalece a continuidade de saberes-fazeres relacionados à produção das materialidades ancestrais. Os artesanatos, nessa perspectiva, não se reduzem a objetos destinados ao consumo turístico: carregam conhecimentos, histórias e técnicas transmitidas entre gerações e materializam aspectos importantes da vida e da cultura Amondawa.

Dessa maneira, a experiência construída pelo povo Amondawa permite compreender o etnoturismo indígena de base comunitária para além de sua dimensão econômica ou recreativa. Em “Um Dia na Aldeia”, a visitação articula proteção territorial, educação, geração de renda, circulação de conhecimentos e fortalecimento cultural. Ao conduzir os visitantes pela floresta, explicar as plantas a partir de sua própria ciência, contar histórias

junto às árvores e palmeiras, apresentar suas danças, produzir seus próprios materiais educativos e comercializar suas materialidades, os Amondawa constroem as condições pelas quais desejam ser conhecidos.

Figura 3 - Ancião Tari Amondawa, grande historiador do povo.



Fonte: Wautoam Oro Waram (2026).

Retornamos, assim, ao "desejo de ensinar quem são" que atravessa a experiência analisada. Entretanto, não se trata apenas de ensinar sobre uma cultura indígena ou apresentar aos visitantes aspectos considerados tradicionais de um povo. O que os

Amondawa parecem colocar em movimento é uma possibilidade de ensinar outras relações com o território, com a floresta, com as águas e com os diferentes seres que constituem seus mundos. Ao mesmo tempo, ensinam que a proteção da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau não diz respeito somente aos povos que nela vivem. A floresta protegida, as nascentes preservadas e os rios que dela partem evidenciam relações que alcançam aqueles que vivem para além de seus limites.

Talvez esteja justamente aí uma das potências de "Um Dia na Aldeia": aqueles que chegam como visitantes para conhecer uma terra indígena são colocados, ao longo do percurso, diante da possibilidade de reconhecer que também estão relacionados a esse território. A água que nasce na Terra Indígena, a floresta que permanece em pé e os rios que atravessam Rondônia conectam mundos que o processo colonial historicamente procurou separar. O etnoturismo construído pelos Amondawa torna-se, nesse sentido, não apenas uma forma de visitar o território, mas uma possibilidade de aprender com aqueles que o conhecem, habitam e protegem ancestralmente.

Para o povo Amondawa, essa experiência constitui sua própria forma de conceber e experienciar o etnoturismo indígena de base comunitária. Ao mesmo tempo em que possibilita a geração de renda para os parentes envolvidos nas atividades, o projeto se constitui, sobretudo, como um espaço de comunicação e de construção de pontes interculturais. Por meio da visitação, os Amondawa procuram estabelecer diálogos sobre a importância socioambiental das terras indígenas não apenas para os povos que nelas vivem, mas também para as populações do entorno e, em uma escala mais ampla, para o mundo, sobretudo diante das urgências climáticas que atravessam a contemporaneidade.

Nesse sentido, "Um Dia na Aldeia" expressa uma maneira própria de construir o turismo a partir dos interesses, conhecimentos e projetos de futuro do povo Amondawa. A geração de renda está presente e constitui uma dimensão importante da experiência, mas não parece encerrar os sentidos

atribuídos ao projeto. Receber visitantes significa também criar possibilidades de comunicação com os não indígenas, compartilhar conhecimentos sobre o território e produzir outras compreensões acerca da importância da floresta e das terras indígenas para a manutenção da vida.

Os Amondawa projetam, inclusive, a possibilidade futura de construir uma infraestrutura que permita aos visitantes permanecerem na aldeia por períodos mais longos. Conforme nos explicaram, essa permanência possibilitaria que eles pudessem "se aprofundar mais na cultura indígena". A afirmação é particularmente significativa porque evidencia a profundidade conceitual do saber-fazer do etnoturismo construído pelos Amondawa. Ampliar o tempo de permanência não significa simplesmente ampliar a oferta turística ou criar novas possibilidades de consumo do território. Na perspectiva apresentada pelo povo, permanecer mais tempo significa criar condições para conhecer mais, escutar mais e aprender mais.

É justamente nessa relação entre tempo, conhecimento e encontro que se revela uma dimensão importante do etnoturismo Amondawa. Se o projeto atualmente propõe "Um Dia na Aldeia", a possibilidade de permanecer para além de um dia aponta para o entendimento de que conhecer um povo e seus modos de existência exige tempo. O turismo torna-se, assim, uma possibilidade de aproximação entre mundos, conduzida pelos próprios Amondawa e orientada por aquilo que eles desejam ensinar sobre si, sobre seu território e sobre as relações que ancestralmente constroem com a floresta.

## Turismo *Yabnaby*: a "Raiz do Saber" Paiter Suruí

A atividade turística constitui um dos empreendimentos que vem sendo desenvolvidos por algumas comunidades do povo Paiter Suruí. Os Paiter habitam a Terra Indígena Sete de Setembro, localizada entre o estado de Rondônia e o noroeste de Mato Grosso. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), a população Paiter é de 1.490 pessoas. Atualmente, em 2026,

aproximadamente 33 aldeias encontram-se distribuídas pelo território. Entre elas está a Aldeia Lapetanha, localizada na Linha 11, a aproximadamente 45 quilômetros do município de Cacoal (RO), onde vem sendo desenvolvida uma experiência de etnoturismo indígena de base comunitária.

No início de 2024, a Associação Indígena Metareilá lançou oficialmente a agência de turismo *Yabnaby*. A elaboração do projeto foi antecedida por diferentes conversas e reuniões com a comunidade, nas quais foram discutidas e construídas coletivamente as estratégias para o desenvolvimento das atividades turísticas, incluindo as regras que orientariam a presença e a permanência dos visitantes no território. Desde sua concepção, o projeto *Yabnaby* foi fundamentado nos princípios da autonomia indígena, da valorização cultural, da sustentabilidade ambiental do território, e da geração de renda para a comunidade.

O próprio nome atribuído ao projeto expressa dimensões importantes daquilo que os Paiter pretendem construir por meio do turismo. *Yabnaby* significa "Raiz do Saber" e foi escolhido em homenagem ao avô do cacique Almir Suruí. A expressão remete ao lugar dos conhecimentos tradicionais, às suas origens e aos processos por meio dos quais esses conhecimentos são construídos e transmitidos. A escolha do nome, portanto, não constitui apenas uma denominação para uma atividade turística, mas anuncia aquilo que se pretende compartilhar com aqueles que chegam ao território: conhecimentos, histórias, práticas e modos de existência Paiter.

Após as discussões realizadas pela comunidade, um dos primeiros aspectos considerados para a implementação do projeto foi a construção da infraestrutura necessária para receber os visitantes, sobretudo porque, diferentemente de experiências de visitação realizadas durante apenas um dia, o *Yabnaby* foi concebido também para possibilitar a permanência dos turistas no território. Para isso, foram construídos espaços de hospedagem compostos por dormitórios com banheiros privativos, incluindo quartos com camas de solteiro e um quarto com cama de casal no

segundo pavimento. Em conjunto, a estrutura possui capacidade para receber até oito visitantes.

Além dos espaços destinados à hospedagem, foi construída uma cozinha para o preparo das refeições, um espaço de recepção, onde os visitantes são acolhidos e recebem as primeiras orientações sobre as regras que conduzem as atividades e sua permanência no território, e um restaurante destinado às refeições durante a visita. A construção dessa infraestrutura evidencia que a recepção dos visitantes foi precedida por um processo de planejamento comunitário, no qual foram consideradas tanto as condições materiais necessárias ao turismo quanto as formas pelas quais a presença dos não indígenas seria organizada no interior da aldeia.

As atividades turísticas propostas pelo *Yabnaby* foram estruturadas considerando diferentes perfis de visitantes. Entre os públicos previstos estão turistas nacionais e internacionais interessados em experiências de turismo sustentável e de base comunitária; estudantes e pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa; agências e operadores especializados em turismo sustentável; e instituições de ensino, especialmente escolas e universidades interessadas na realização de atividades educativas e formativas no território.

As experiências e os serviços ofertados também foram planejados pela comunidade a partir daquilo que os Paiter desejam compartilhar com os visitantes, articulando atividades de contato com a floresta a práticas e conhecimentos do povo. O roteiro inclui trilhas no interior do território, observação da fauna e da flora, banho de rio, pintura corporal, danças ancestrais e rodas de conversa sobre histórias, conhecimentos e cosmologias indígenas.

Mais do que compor um conjunto de "atrativos" destinados ao consumo turístico, essas atividades podem ser compreendidas como diferentes possibilidades de aproximação dos visitantes com o território e com os conhecimentos Paiter. A floresta percorrida durante as trilhas, os rios, as pinturas corporais,

as danças e as narrativas compartilhadas nas rodas de conversa integram um território vivido e conhecido ancestralmente. Nesse sentido, aquilo que é apresentado ao visitante não está dissociado da vida Paiter, mas é selecionado e organizado pela própria comunidade a partir daquilo que deseja compartilhar.

Figura 4 - Espaço Turístico *Yabnaby* em noite de contação de histórias ancestrais Paiter Suruí.



Fonte: Kennedy Suruí (2025).

A experiência do *Yabnaby* evidencia, portanto, uma dimensão fundamental do etnoturismo indígena de base comunitária: a autonomia para construir não apenas as atividades oferecidas, mas também as condições do encontro com os não indígenas. As reuniões comunitárias, a definição das regras de visitação, a construção da infraestrutura e a escolha dos conhecimentos e práticas que integrarão o roteiro demonstram que receber turistas pressupõe um exercício de planejamento e governança. Os Paiter não ocupam apenas o lugar daqueles que são visitados; são os sujeitos que concebem, organizam e conduzem a experiência turística em seu território.

O conjunto de atividades propostas pelo Yabnaby contempla diferentes possibilidades de imersão no cotidiano vivido na aldeia. São oferecidas oficinas de artesanato, experiências relacionadas à gastronomia tradicional e demonstrações de práticas ancestrais de agricultura indígena, por meio das quais se articulam saberes tradicionais, cosmologia e formas de manejo da terra. Essas experiências possibilitam apresentar aos visitantes conhecimentos relacionados à biodiversidade, às práticas de cultivo e à medicina tradicional, evidenciando diferentes dimensões das relações que os Paiter estabelecem com a floresta e com seu território.

A oferta desses serviços e atividades foi antecedida por um processo formativo destinado às pessoas da comunidade que ficariam responsáveis por acompanhar os visitantes durante as experiências turísticas. Esse ciclo de formação preparou membros da comunidade para atuarem como condutores nas diferentes atividades, entre elas caminhadas pelas trilhas na floresta, banhos de rio, percursos pelas roças tradicionais e visitas a diferentes espaços das aldeias.

Os condutores desempenham um papel importante na mediação da experiência. Ao longo dos percursos, apresentam os espaços visitados e explicam os significados atribuídos a lugares considerados importantes ou sagrados, compartilhando conhecimentos e saberes que os Paiter mantêm sobre seu território. Ao mesmo tempo, são responsáveis por orientar os visitantes quanto às formas adequadas de circulação e comportamento durante as atividades, garantindo o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente pela comunidade durante o planejamento do projeto. A condução, nesse sentido, não se restringe a indicar caminhos ou acompanhar deslocamentos; envolve também estabelecer os limites da visitação e assegurar que a presença dos turistas respeite as normas de conduta definidas pelos Paiter para seu território.

Antes da chegada à aldeia, os visitantes escolhem previamente o roteiro que desejam experienciar, possibilitando que a comunidade organize as atividades, as pessoas envolvidas e os serviços necessários para recebê-los. Os valores dos pacotes são definidos de acordo com o roteiro selecionado e com as experiências e os serviços incluídos em cada proposta de visitação. Essa organização prévia permite que a atividade turística seja planejada de acordo com as possibilidades da comunidade e com os interesses apresentados pelos visitantes.

O Yabnaby tem recebido públicos bastante diversos. Entre eles estão estudantes de escolas de Ensino Fundamental e Médio dos municípios da região, que geralmente permanecem na aldeia durante um dia ou parte dele. Nessas visitas, os estudantes têm a oportunidade de conhecer a comunidade, observar e adquirir artesanatos, percorrer trilhas e participar de atividades previamente organizadas pelos Paiter. Trata-se de uma modalidade de visitação mais curta, na qual o contato com a aldeia está fortemente relacionado a uma experiência educativa.

Outro público recorrente é formado por estudantes universitários e pesquisadores de diferentes instituições. Em alguns casos, esses visitantes permanecem durante vários dias ou semanas no território para desenvolver pesquisas relacionadas à cultura Paiter, às narrativas históricas, à memória e aos conhecimentos associados aos animais e à floresta. A permanência prolongada produz outras possibilidades de convivência. Durante a hospedagem, os pesquisadores participam do cotidiano da aldeia, conhecem os artesanatos, percorrem as trilhas e escutam histórias narradas pelos Paiter. Algumas dessas narrativas são compartilhadas à noite, ao redor da fogueira, fazendo com que o tempo da permanência possibilite formas de encontro distintas daquelas produzidas pelas visitas realizadas em apenas algumas horas.

A estrutura do Yabnaby também recebe representantes de instituições parceiras da Associação Indígena Paiter Metareilá, especialmente durante a realização de reuniões, capacitações e

cursos destinados à comunidade. Além desses grupos, o projeto recebe visitantes brasileiros e estrangeiros interessados em conhecer o território e experienciar as atividades propostas pelos Paiter.

Os períodos de permanência variam de acordo com os interesses e os roteiros escolhidos. Alguns visitantes permanecem três dias, enquanto outros podem ficar aproximadamente uma semana na aldeia. Ao longo desse período, participam de diferentes atividades, entre elas experiências com a gastronomia Paiter, exposição e comercialização de artesanatos, contação de histórias, danças e percursos pelas trilhas. A composição do roteiro, portanto, não é necessariamente uniforme, podendo ser organizada de acordo com os interesses dos visitantes e com as atividades disponibilizadas pela comunidade.

A organização comunitária do Yabnaby também pode ser observada na divisão das responsabilidades relacionadas à hospedagem e à alimentação. Para o funcionamento da cozinha e a manutenção dos espaços foram envolvidas dez pessoas da comunidade, incluindo aquelas responsáveis pela limpeza e pelo cuidado da infraestrutura. O trabalho é organizado por meio de um sistema de revezamento definido coletivamente, no qual o grupo estabelece quem ficará responsável pelo preparo das refeições, pela limpeza dos espaços destinados ao turismo e pelos respectivos dias de trabalho.

A alimentação constitui, ela própria, uma dimensão da experiência compartilhada com os visitantes. As pessoas responsáveis pela cozinha não apenas preparam as refeições, mas também explicam os alimentos tradicionais Paiter, suas formas de preparo e as regras relacionadas ao seu consumo. Entre os alimentos apresentados estão peixe assado, cará, macaxeira, batata-doce e banana, entre outros. A comida torna-se, desse modo, uma possibilidade de compartilhar conhecimentos e práticas alimentares Paiter, fazendo da experiência gastronômica também um espaço de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, considerando a diversidade de visitantes recebidos pelo projeto, a equipe responsável pela cozinha passou por cursos de formação em gastronomia não indígena antes da inauguração do Yabnaby. Dessa forma, além dos alimentos tradicionais, podem ser preparadas outras opções de refeições. Esse movimento revela uma dimensão interessante do encontro proporcionado pelo turismo: ao mesmo tempo em que os Paiter apresentam aos visitantes seus próprios saberes alimentares, também incorporam conhecimentos e técnicas necessários à recepção de públicos diversos, sem que isso signifique abandonar as práticas alimentares que desejam compartilhar.

As apresentações culturais, a contação de histórias e o compartilhamento das cosmologias Paiter envolvem especialmente os sabedores e as sabedoras da comunidade, reconhecidos como guardiões dos conhecimentos tradicionais. A participação dessas pessoas evidencia que os conhecimentos compartilhados durante a experiência turística não são indiferenciados: existem pessoas reconhecidas pela comunidade como detentoras de determinados saberes e responsáveis por sua transmissão.

Nesse processo, os jovens também desempenham um papel fundamental, especialmente realizando a tradução das narrativas e explicações para a língua portuguesa. O encontro turístico produz, assim, uma interessante relação intergeracional: enquanto os sabedores e as sabedoras compartilham conhecimentos e narrativas, os jovens participam de sua comunicação aos visitantes não indígenas. A tradução deixa de ser apenas uma operação linguística e passa a integrar a própria construção da ponte intercultural proposta pelo Yabnaby.

A produção e a comercialização dos artesanatos mobilizam, por sua vez, as artesãs e os artesãos da comunidade. Durante as exposições, cada pessoa pode apresentar suas produções aos visitantes explicando os significados, as técnicas e as representações presentes nas diferentes materialidades. Assim,

o artesanato não aparece somente como produto disponibilizado para venda ou como mecanismo de geração de renda. Ao ser apresentado e explicado por quem o produz, transforma-se também em narrativa, conhecimento e materialização de aspectos do mundo Paiter.

A organização do Yabnaby evidencia, portanto, que o etnoturismo indígena de base comunitária mobiliza diferentes pessoas, conhecimentos e responsabilidades no interior da aldeia. Condutores, cozinheiras, responsáveis pela manutenção dos espaços, sabedores e sabedoras, jovens, artesãs e artesãos ocupam lugares distintos e complementares na construção da experiência. A renda gerada pelo turismo pode, dessa maneira, circular entre diferentes membros da comunidade, ao mesmo tempo em que conhecimentos específicos são mobilizados a partir daqueles que são reconhecidos como seus conhecedores e praticantes.

Essa organização permite compreender o Yabnaby não apenas como um empreendimento localizado em território indígena, mas como uma experiência turística construída a partir de formas próprias de organização comunitária. Quem recebe, quem cozinha, quem conduz pela floresta, quem conta as histórias, quem traduz, quem produz os artesanatos e aquilo que pode ou não ser compartilhado com os visitantes são dimensões atravessadas por decisões da própria comunidade. É nessa trama de relações que a "Raiz do Saber", significado atribuído ao nome Yabnaby, parece ganhar materialidade: o saber não está localizado em uma única pessoa ou atividade, mas circula entre gerações, práticas, lugares, narrativas e materialidades que constituem a vida Paiter.

O turismo *Yabnaby* tem possibilitado a geração de trabalho e renda para diferentes pessoas da comunidade. A organização da atividade envolve responsáveis pela gestão do projeto e pela recepção dos visitantes, além de pessoas contratadas para o cuidado e a manutenção dos espaços, cozinheiras, condutores e outros participantes envolvidos nas

experiências oferecidas. Os sabedores e sabedoras que compartilham seus conhecimentos durante as atividades também são remunerados, possibilitando que os recursos provenientes do turismo circulem entre diferentes famílias e participantes do projeto. A comercialização dos artesanatos constitui outra importante fonte de renda, beneficiando artesãs e artesãos da comunidade que apresentam e comercializam diretamente suas produções aos visitantes.

Figura 5 - Ancião Agamenon Gãmasakaka Suruí, sabedor e guardião da contação de histórias ancestrais do povo Paiter Suruí no projeto *Yabnaby.*



Fonte: Ubiratan Gamalodtaba Suruí (2025).

Embora a dimensão econômica seja importante para a sustentabilidade do projeto, a experiência da agência de turismo *Yabnaby* não se restringe à geração de renda. O turismo também tem se constituído como uma possibilidade de valorização dos conhecimentos e das práticas culturais Paiter no interior de seu próprio território. As experiências compartilhadas com os visitantes mobilizam práticas corporais e orais, narrativas, danças, conhecimentos sobre a floresta, alimentação, artesanato e a própria língua materna, fazendo com que diferentes dimensões da

vida Paiter estejam presentes na construção da experiência turística.

Nesse movimento, o turismo também pode contribuir para processos internos de transmissão de conhecimentos entre gerações. Os sabedores, sabedoras, anciãos e anciãs ocupam um lugar fundamental na realização das atividades, justamente porque são reconhecidos pela comunidade como detentores de conhecimentos relacionados às histórias, às cosmologias, às práticas culturais e ao território. Ao participarem das experiências turísticas, esses conhecimentos são compartilhados não apenas com os visitantes, mas também com os jovens Paiter que acompanham as atividades, realizam traduções e participam dos diferentes momentos do roteiro.

O *Yabnaby* produz, assim, pelo menos dois movimentos de circulação de conhecimentos que acontecem simultaneamente. Um deles se estabelece na relação com aqueles que chegam ao território: os visitantes são apresentados a conhecimentos, narrativas e modos de existência Paiter a partir daquilo que a própria comunidade escolhe compartilhar. O outro acontece no interior da própria comunidade, especialmente nas relações intergeracionais mobilizadas pela preparação e realização das atividades. Ao criar espaços nos quais os sabedores e sabedoras narram, explicam, demonstram e ensinam, o turismo também cria situações em que os mais jovens podem escutar, acompanhar e participar da transmissão desses conhecimentos.

A percepção dos anciãos e anciãs em relação à visitação turística evidencia a importância desse segundo movimento. A presença de visitantes interessados em conhecer as histórias, os conhecimentos e as práticas Paiter contribui para reafirmar o lugar social daqueles que são reconhecidos como conhecedores e transmissores desses saberes. Os anciãos e anciãs passam a ocupar uma posição central em diferentes momentos da experiência turística, sendo procurados para narrar histórias, explicar conhecimentos e compartilhar memórias relacionadas ao povo e ao território.

Esse reconhecimento não acontece somente diante do visitante não indígena. Ao colocar os sabedores e sabedoras no centro das atividades, o *Yabnaby* também torna visível, para as gerações mais jovens, a importância daqueles que guardam e transmitem conhecimentos fundamentais à continuidade da vida Paiter. O turismo pode, nesse sentido, produzir um movimento interessante de valorização interna: aquilo que desperta o interesse daquele que chega de fora também pode contribuir para reafirmar, no interior da própria comunidade, o valor dos conhecimentos mantidos pelos mais velhos.

Compreendido dessa maneira, o turismo desenvolvido em terras indígenas não pode ser reduzido a uma estratégia de geração de renda. No caso do *Yabnaby*, a atividade turística articula autonomia econômica, valorização dos conhecimentos, relações intergeracionais, memória e territorialidade. As práticas compartilhadas durante a visitação reafirmam a presença Paiter em seu território e tornam visíveis as relações históricas, culturais e cosmológicas que o povo estabelece com a floresta.

O território, nessa perspectiva, não funciona simplesmente como cenário no qual a atividade turística acontece. É nele e com ele que os conhecimentos apresentados aos visitantes são produzidos e vivenciados. As trilhas, as roças, os rios, os alimentos, os lugares significativos, as narrativas e as práticas culturais constituem relações que conectam os Paiter ao seu território ancestral. Assim, experienciar o *Yabnaby* significa também aproximar-se, ainda que parcialmente, dessas relações.

É nesse sentido que o etnoturismo indígena de base comunitária pode também ser compreendido como uma prática de reafirmação territorial. Ao receber visitantes segundo regras construídas coletivamente, decidir quais lugares podem ser acessados, determinar quais conhecimentos podem ser compartilhados e estabelecer quem conduzirá essas experiências, os Paiter reafirmam sua autonomia sobre o território e sobre as narrativas produzidas a respeito de si mesmos. Mais do que serem apresentados ao visitante, são os próprios Paiter que se

apresentam, narram suas histórias e constroem as formas pelas quais desejam estabelecer esse encontro.

## Considerações finais

As experiências analisadas neste capítulo evidenciam que o etnoturismo indígena de base comunitária não pode ser compreendido apenas como uma modalidade de atividade turística desenvolvida no interior de terras indígenas. Os projetos "Um Dia na Aldeia", construído pelo povo Amondawa, e *Yabnaby*, desenvolvido pelos Paiter Suruí, demonstram que o turismo, quando pensado e conduzido pelos próprios povos, pode assumir sentidos que ultrapassam a geração de renda e a oferta de experiências aos visitantes. Em ambos os casos, receber não indígenas no território significa construir possibilidades de diálogo, compartilhar conhecimentos, reafirmar territorialidades e, sobretudo, estabelecer as condições pelas quais esses povos desejam ser conhecidos.

As duas experiências partem de histórias, demandas e formas de organização distintas. O projeto "Um Dia na Aldeia" emerge em um contexto marcado pelas intensas pressões sobre a Terra Indígena Uru Eu Wau Wau e pela necessidade de construir outras formas de comunicação com as populações do entorno. Em um território continuamente ameaçado pela presença de garimpeiros, madeireiros, caçadores, pescadores e grileiros, e no qual também vivem povos indígenas em situação de isolamento, receber visitantes, sobretudo estudantes de escolas e universidades da região, passa a integrar uma estratégia mais ampla de comunicação e sensibilização para a proteção territorial.

Nesse contexto, o etnoturismo Amondawa se constrói fortemente como uma experiência educativa. Ao conduzir os visitantes pela floresta, organizar estações temáticas, apresentar plantas medicinais a partir da ciência Amondawa, compartilhar os múltiplos usos das árvores e palmeiras, contar histórias e explicar a importância socioambiental da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, os Amondawa transformam a visitação em uma possibilidade de

ensinar sobre seu território a partir de seus próprios conhecimentos. O "desejo de ensinar quem são", que identificamos ao longo da experiência, não significa simplesmente apresentar elementos de uma cultura aos visitantes, mas produzir outras possibilidades de compreensão sobre a floresta, o território e as existências indígenas.

O *Yabnaby*, por sua vez, apresenta uma estrutura distinta. Pensado para possibilitar diferentes tempos de permanência na Aldeia Lapetanha, inclusive com hospedagem, alimentação e roteiros diversificados, o projeto mobiliza uma organização comunitária mais ampla para a realização das atividades. Condutores, cozinheiras, responsáveis pela manutenção dos espaços, artesãs e artesãos, jovens, sabedores e sabedoras participam de diferentes momentos da experiência, permitindo que a renda proveniente do turismo circule entre diferentes membros da comunidade.

Entretanto, assim como na experiência Amondawa, a dimensão econômica não encerra os sentidos atribuídos ao turismo. O próprio significado de *Yabnaby*, "Raiz do Saber", anuncia a centralidade que os conhecimentos Paiter assumem na experiência. As trilhas, as roças, os rios, os alimentos, os artesanatos, as danças, as histórias e as cosmologias compartilhadas com os visitantes tornam-se possibilidades de colocar conhecimentos em circulação. Nesse processo, chama a atenção a dimensão intergeracional: sabedores e sabedoras ocupam lugares centrais na transmissão das narrativas e dos conhecimentos, enquanto os jovens participam das atividades, acompanham os mais velhos e realizam, inclusive, a tradução para a língua portuguesa.

Se existem diferenças importantes entre os dois projetos, há também aproximações que nos ajudam a compreender algumas das potencialidades do etnoturismo indígena de base comunitária. Tanto entre os Amondawa quanto entre os Paiter, a atividade turística é antecedida por decisões comunitárias sobre como receber os visitantes, quais espaços podem ser acessados,

quais conhecimentos serão compartilhados e quem será responsável por conduzir cada momento da experiência. O protagonismo indígena, nesse sentido, não está apenas na participação dos povos em uma atividade turística previamente concebida, mas fundamentalmente na possibilidade de construir suas próprias formas de fazer turismo.

Essa dimensão nos parece central. A autonomia não se restringe à gestão econômica dos projetos. Ela envolve também aquilo que poderíamos denominar uma autonomia narrativa e epistemológica: são os próprios povos que escolhem o que desejam dizer sobre si, quais conhecimentos desejam compartilhar e de que maneira querem estabelecer relações com aqueles que chegam aos seus territórios. O visitante não encontra simplesmente uma cultura a ser observada; encontra sujeitos que conduzem o percurso, narram suas histórias, explicam seus mundos e estabelecem os limites desse encontro.

As duas experiências também deslocam uma compreensão convencional do território como simples cenário da atividade turística. Nos projetos analisados, o território constitui parte fundamental daquilo que é ensinado e experienciado. A floresta, os rios, as plantas, as roças, os alimentos e os lugares significativos não aparecem como "atrativos naturais" separados da cultura. São elementos de relações históricas, ancestrais, epistemológicas e cosmológicas por meio das quais Amondawa e Paiter constroem suas existências. Nesse sentido, separar "natureza" e "cultura", como frequentemente fazem as classificações convencionais do turismo, parece insuficiente para compreender aquilo que acontece nessas experiências.

Talvez seja justamente nesse ponto que o etnoturismo construído pelos povos indígenas provoque um deslocamento importante na própria ideia de turismo. O visitante chega, muitas vezes, atraído pela possibilidade de conhecer uma aldeia, caminhar pela floresta, observar paisagens, experimentar alimentos ou adquirir artesanatos. Entretanto, ao longo da experiência, pode ser colocado diante de outras maneiras de

conhecer e se relacionar com aquilo que inicialmente identificava apenas como paisagem, natureza ou recurso. A planta encontrada durante a trilha é também medicina; a palmeira é atravessada por histórias e múltiplos usos; a roça mobiliza conhecimentos transmitidos entre gerações; o artesanato materializa saberes e memórias; a água que nasce dentro da terra indígena percorre caminhos que conectam indígenas e não indígenas para muito além dos limites territoriais da aldeia.

É também nesse sentido que as experiências analisadas nos fazem retornar à imagem colonial de Rondônia como "uma terra sem homens, para homens sem-terra" (Mezacasa, 2021). O discurso que acompanhou a expansão das frentes colonizadoras sobre a Amazônia produziu a ideia de um território vazio, tornando invisíveis os povos que ancestralmente o habitavam. Amondawa e Paiter, como tantos outros povos indígenas de Rondônia, vivenciaram as consequências materiais dessa concepção: invasões territoriais, desmatamento, doenças, violências e profundas transformações em seus modos de vida.

Há, portanto, uma inversão significativa quando, décadas depois, são esses mesmos povos que decidem abrir, sob suas próprias regras, determinados espaços de seus territórios para receber não indígenas. Se o processo colonial procurou apagar suas existências para anunciar aquelas terras como vazias, as experiências de etnoturismo aqui analisadas parecem produzir um movimento em direção contrária. Ao receber visitantes, conduzi-los por seus territórios e compartilhar conhecimentos, os povos afirmam: sempre estivemos aqui.

Essa afirmação não acontece apenas por meio das palavras. Ela está presente nos caminhos percorridos na floresta, nas histórias contadas pelos mais velhos, nas plantas conhecidas e utilizadas ancestralmente, nas roças, nos alimentos, nas danças, nas materialidades produzidas e nas línguas indígenas que continuam sendo faladas. O território que outrora foi discursivamente apresentado como vazio revela-se

profundamente habitado por histórias, conhecimentos, relações e existências.

Dessa forma, mais do que perguntar se o turismo pode constituir uma alternativa econômica para os povos indígenas, as experiências Amondawa e Paiter nos convidam a formular outras questões: o que acontece quando são os próprios povos indígenas que decidem como querem ser visitados? O que escolhem ensinar àqueles que chegam aos seus territórios? Quais conhecimentos colocam em circulação e quais relações pretendem construir por meio desses encontros?

As experiências analisadas não oferecem uma resposta única a essas questões, justamente porque não existe uma única forma indígena de fazer turismo. "Um Dia na Aldeia" e *Yabnaby* constituem projetos distintos, construídos por povos distintos, a partir de histórias, necessidades e perspectivas próprias. É precisamente nessa diferença que reside uma das principais contribuições dessas experiências: o etnoturismo indígena de base comunitária não deve ser compreendido como um modelo a ser replicado, mas como uma possibilidade a ser construída autonomamente por cada povo, a partir de seus territórios, conhecimentos e projetos de futuro.

Talvez, então, a principal potência dessas experiências esteja menos em permitir que os turistas conheçam os povos indígenas e mais em criar condições para que os próprios povos indígenas possam dizer quem são e como desejam ser conhecidos. Entre o "desejo de ensinar quem são", presente na experiência Amondawa, e a "Raiz do Saber" Paiter, encontramos um turismo que pode se transformar em espaço de comunicação, aprendizagem e construção de pontes interculturais. Pontes que não apagam as diferenças entre mundos, mas que podem produzir encontros nos quais os não indígenas sejam convidados, ainda que por algumas horas ou alguns dias, a escutar aqueles que habitam, conhecem e protegem ancestralmente esses territórios.

## Referências

ALGAYER, Altair; ARAGON, Carolina Coelho; MEZACASA, Roseline. Território, materialidade e atitude linguística: ferramentas da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé nos contextos das Terras Indígenas Massaco, Rio Omerê e Tanaru – Rondônia, Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 197–240, 2022. DOI: 10.26512/rbla.v14i1.43924.

AMONDAWA, Tambura; AMONDAWA, Warina; VILLA, Amanda. **Um dia na aldeia:** comunidade Amondawa, Terra Indígena Uru Eu Wau Wau. Brasília, DF: OPI-APIA, 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais do Turismo.** Brasília, 2005.

MEZACASA, Roseline. **Por histórias indígenas:** o povo Makurap e o ocupar seringalista na Amazônia. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MEZACASA, Roseline; PABIKAR SURUÍ, Natanael; MOTA, Juliana Grasiéli Bueno; SILVESTRINI, Regiane. Turismo de base comunitária em territórios indígenas: caminhos para um diálogo intercultural. *In:* CARAMELLO, Nubia; SANTOS, Norberto; CUNHA, Lúcio; ANDRADE, Nara Luísa Reis; CARNIATTO, Irene (org.). **Diálogos para implantação da legislação municipal e atividades turísticas em comunidades tradicionais amazônicas.** Ituiutaba, MG: Barlavento, 2026.

OLIVEIRA, Carlos Alfredo Ferraz de. **Guia de orientações para análise de planos de visitação turística em terras indígenas.** Texto adaptado por Ivan Abreu Stibich e Maurício Fiorito de Almeida. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas; Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2024.

## SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

***Ana Klara Orichuela Fróes***

Licenciada em Geografia e mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), realizou período de mobilidade acadêmica na Universidad de Buenos Aires (UBA), com bolsa da CAPES por meio do Programa Abdias Nascimento, integrando o projeto **"Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis".** Atua na linha de pesquisa Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza, com foco na geopolítica da transição energética no contexto da América Latina.

ORCID: https://orcid.org/0009-0001-5259-2816.
E-mail: anaklarafroes@gmail.com.

***Carulina Gomes de Menezes***

Engenheira Ambiental (UFMS), mestre em saneamento ambiental e recursos hídricos pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais (UFMS) e doutoranda em Geografia (PPGG/UFGD). Participa do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da UFGD, certificado pelo CNPq.

ORCID: https://orcid.org/0009-0005-9224-0558.
E-mail: engamb.carulina.gomes@gmail.com.

***Clarisa Otero***

Doutora en Arqueología y Lic. en Ciencias Antropológicas (UBA), e Investigadora Independiente del CONICET en el INCUAPA (CONICET-UNICEN). Ejerció la docencia de grado entre 2006 y 2026 y de posgrado en la UBA, UNSa y UNJu. Dirigió el Instituto Interdisciplinario Tilcara, FFyL-UBA (2023-2026). Investiga las dinámicas prehispánicas en la Quebrada de Humahuaca. Dirige un equipo interdisciplinario con anclaje socioterritorial y elabora peritajes judiciales y evaluaciones de impacto sociocultural para comunidades originarias de Jujuy.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6408-2955.

***Claudia Alejandra Troncoso***

Licenciada y Doctora en Geografía por la Universidad de Buenos Aires. Investigadora Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Profesora Adjunta regular del Departamento de Geografía de la Universidad de Buenos Aires y docente de la Maestría en Políticas Ambientales y Territoriales de la misma universidad. Se desempeña como coordinadora del grupo de trabajo Turismo y Territorio del Instituto de Geografía de la Universidad de Buenos Aires. Dirige el Proyecto de Investigación Plurianual (CONICET) (2023-2025) "Nuevas tendencias en la conformación de la Argentina turística. Lugares, prácticas y actores en la valorización de espacios 'naturales'". Coordinadora en el extranjero del proyecto "Mujeres en las prácticas turísticas y la producción de territorios socioambientales sostenibles".

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1390-2594.
E-mail: claudia.a.troncoso@gmail.com.

***Edvaldo Cesar Moretti***

Doutor em Geografia e docente titular da Universidade Federal da Grande Dourados. Atua nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados e no curso de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE-Marechal Cândido Rondon. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente certificado pelo CNPq, é membro da Rede de Pesquisa Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais e da Rede Fórum Universitário do Mercosul. Também coordena o projeto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis".

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8065-8392.
E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br.
Site: www.olharesgeograficos.com.br.

***Elaine Ketelin Pinto Luz***

Mestra e Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), participa do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da UFGD, certificado pelo CNPq. Realizou período de mobilidade acadêmica na Universidad de Buenos Aires (UBA), com bolsa da CAPES por meio do Programa Abdias Nascimento, integrando o projeto "Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis".

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3535-893X.
E-mail: elaineluzgeo@gmail.com.

***Fabio Mendez***

Licenciado en Turismo. Docente e Investigador DASS-UCSE, UNJu. Investigador del Gabinete de Investigación en Estudios Culturales (UCSE) y del Observatorio en Patrimonio (UNJu).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2835-273X.
E-mail: fabio.mendez@ucse.edu.ar.

***Felipe Adriano da Costa***

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde integrou a linha de pesquisa Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza. Realizou período de mobilidade acadêmica na Universidad de Buenos Aires (UBA), com bolsa da CAPES por meio do Programa Abdias Nascimento, integrando o projeto **"Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis"**. É licenciado em Geografia pela UFGD e desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Humana, com ênfase em megaeventos, turismo, circuitos musicais, políticas públicas e desenvolvimento regional, possuindo experiência de pesquisa no Brasil e na Argentina.

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-4142-4450.
E-mail: felipeadrianodacosta@gmail.com.

***Fernanda Ferreira Rodrigues Rosa***

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bacharela em Relações Internacionais pela UFGD. Realizou período de mobilidade acadêmica na Universidad de Buenos Aires (UBA), com bolsa da CAPES por meio do Programa Abdias Nascimento, integrando o projeto **"Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis"**.

ORCID: https://orcid.org/009-0000-8152-4161.
E-mail: fernandafrrosa@gmail.com.

***Gabriela Bejarano***

Ingeniera en Informática. Docente e Investigadora DASS-UCSE, UNJu. Investigadora del Gabinete de Investigación en Informática y Tecnología.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6169-864X.
E-mail: Gabriela.bejarano@ucse.edu.ar.

***Juliana Grasiéli Bueno Mota***

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCT). Docente do curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atua como docente e orientadora nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFGD), em Antropologia (PPGAnt/UFGD) e no Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO/UFGD). Participa do projeto **"Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis"** e coordena o Grupo de Pesquisa Coletivo Geopovos-Ñandereko.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6674-1555.
E-mail: julianamota@ufgd.edu.br.

***Makana Amondawa***

Acadêmico do curso de Licenciatura Básica Intercultural Indígena da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-UNIR).

E-mail: makanaamondawa1995@gmail.com.

***María del Rosario Dassen***

Licenciada en Sociología por la Universidad de Buenos Aires y cuenta con formación docente para los niveles primario y secundario y en educación de personas adultas. Desde 2010 se desempeña como responsable del Área de Extensión del Centro Universitario Tilcara, sede de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA, en la provincia de Jujuy. Entre 2017 y 2020 ejerció la coordinación del Centro. Su trabajo se centra en extensión universitaria, articulación territorial, conflictos socioambientales, patrimonio, turismo, soberanía alimentaria y comunicación pública de la ciencia.

E-mail: rodassen@gmail.com.

***Mariana Katz***

Abogada (UBA, 2008), diplomada en Cambio Climático (UNQ) y doctoranda en la UNS. Desde 2009 integra el Equipo de Pueblos Originarios del SERPAJ, institución de la cual es abogada desde 2011. Ha sido abogada del Programa de Pueblos Originarios y Migrantes de la CPM (2011-2022) y asesora en la Comisión sobre violencia institucional en Jujuy (Decreto PEN 435/2023). Es docente en la UNDAV y en la UBA (Cátedra Pérez Esquivel), investigadora en la UNS, profesora invitada en cursos del Instituto Interamericano de DDHH, UNR y participante en programas del Sistema Interamericano de Derechos Humanos.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8586-2376.

***Mónica Montenegro***

Doctora en Antropología. Pro Secretaria de Investigación DASS-UCSE. Docente e Investigadora DASS-UCSE, UNJu. Coordinadora del Gabinete de Investigación en Estudios Culturales (UCSE) y del Observatorio en Patrimonio (UNJu).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7023-2024.

E-mail: monica.montenegro@ucse.edu.ar.

***Natalia Micaela Machaca Cabrera***

Doutora em Ciências Sociais pela FLACSO Argentina (2025) e bolsista do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), com atuação no Instituto de Geografía "Romualdo Ardissone", da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA). Participa como pesquisadora do projeto **"Mulheres nas práticas turísticas e a produção de territórios socioambientais sustentáveis"**.

ORCID: https://orcid.org/0009-0007-2529-3195.
E-mails: natalia.machacac@gmail.com;
nmachaca@agro.uba.ar.

***Natanael Pabikãr Surui***

Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador membro do Laboratório e História Indígena (LABHIN-UFSC), é licenciado em Educação Básica Intercultural Indígena, Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

ORCID: https://orcid.org/0009-0008-8624-4474.
E-mail: natanaelsurui01@gmail.com.

***Roseline Mezacasa***

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é docente do curso de Educação Básica Intercultural Indígena da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Coordena o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em História(s) Indígena(s), vinculado ao Grupo de Pesquisa Geografia Socioambiental da UNIR, desenvolve e coordena projetos voltados à Governança Territorial Indígena, com foco na valorização dos saberes ancestrais indígena e na articulação entre epistemologias indígenas e acadêmica. Área de atuação com ênfase em História Indígena, Educação Escolar Indígena e História da Amazônia, atuando de forma interdisciplinar e colaborativa com povos indígenas da Amazônia.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5478-6382.
E-mail: roselinemezacasa@unir.br.

***Vera Lúcia Freitas Marinho***

Doutora em Geografia (Unicamp). Docente dos Cursos de Geografia Bacharelado e Licenciatura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade Universitária de Campo Grade e docente efetiva do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional - Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua/UEMS). Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Rede Nacional – Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (ProfGeo/UFGD), participa do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da UFGD, certificado pelo CNPq.

ORCID: https://orcid.org/0009-0009-5505-6451.

E-mail: veramarinho@uems.br.



CAPES

PPGG
Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPGS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PROGRAMA ABDIAS NASCIMENTO

IG Instituto de Geografía "Romualdo Ardissone"

.UBA FILO
Facultad de Filosofía y Letras



TOTAL BOOKS